PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
"SAN TIAGO DANTAS"

Bruno Huberman

Judaização da Palestina Ocupada: Colonização, Desapropriação e Deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013

Mestrado em Relações Internacionais

SÃO PAULO

2014

Bruno Huberman

Judaização da Palestina Ocupada: Colonização, Desapropriação e Deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais – Área de Concentração: Paz, Defesa e Segurança

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser

SÃO PAULO

2014

Huberman, Bruno.
H877 Judaização da Palestina ocupada : colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013 / Bruno Huberman. – São Paulo, 2014.
200 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2014.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser

1. Relações árabe-israelenses. 2. Conflito árabe-israelense – Territórios ocupados. 3. Palestina – História. 4. Israel – História. 5. Palestina – Relações exteriores. 6. Israel – Relações exteriores. I. Autor. II. Título.

CDD 327.5694

Bruno Huberman

Judaização da Palestina Ocupada: Colonização, Desapropriação e Deslocamento em Jerusalém Orienal, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais – Área de Concentração: Paz, Defesa e Segurança

Banca examinadora

_____

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser PUC-SP

_____

Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira PUC-SP

_____

Profa. Dra. Arlene Elizabeth Clemesha USP

RESUMO

A presente dissertação pretende fazer uma investigação a respeito do fenômeno chamado de judaização da Palestina: qual é o seu propósito, políticas, meios, instrumentos, técnicas, racionalidade, objetivos e interesses, e medir o seu impacto sobre a questão Israel-Palestina e a vida das pessoas que residem nos Territórios Palestinos Ocupados — palestinos e colonos judeus. Desta forma, serão historicamente e analiticamente examinadas as principais manifestações deste fenômeno, como o desenvolvimento da política de assentamentos judeus nos territórios palestinos e os instrumentos legais e burocráticos de controle social da população palestina entre 1967 e 2013. Pretende-se identificar a racionalidade da burocracia colonial israelense. O problema central da presente investigação reside na contraposição dos argumentos oficiais das autoridades israelenses à respeito da presença judaica nos TPO e do impasse político com os palestinos, trancados nos paradigmas da segurança e do conflito, com o espectro proposto da judaização da Palestina, que trata da colonização, desapropriação, deslocamento voluntário e involuntário e controle social de um grupo étnico social dominante e estrangeiro sobre outro subjugado e indígena. Pretendo sustentar que a narrativa da judaização — em oposição à narrativa hegemônica sionista — é a mais apropriada para compreender alguns aspectos centrais da relação entre judeus e palestinos naquela terra, como a fragmentação espacial da Cisjordânia, o isolamento da Faixa de Gaza, os silenciosos despejos em Jerusalém Oriental e a manutenção do status quo. As autoridades israelenses conseguiram, por meio do projeto de judaização, despolitizar a questão Israel-Palestina, transformando-a em uma discussão econômica, humanitária e de segurança.

Palavras-chave: Relações árabe-israelenses. Conflito árabe-israelense – Territórios ocupados. Palestina – História. Israel – História. Palestina – Relações exteriores. Israel – Relações exteriores

ABSTRACT

This dissertation aims at investigating a phenomena called Judaization of Palestine: its purpose, politics, means, instruments, techniques, reasoning, objectives and interests and measure its impact on Israel-Palestine matter and lives of people living in Occupied Palestinian Territories (OPT) — palestinians and jewish settlers. In that manner, the main manifestations of this phenomenon will be historically and analitically examined, such as the development of the Jewish settlements in Palestinian territories and the legal and burocratical instruments of social control over the Palestinian population between 1967 and 2013. The central problem of this investigation is focused on the oficial arguments of the israeli authorities about the Jewish presence in the OPT and the political impasse with the palestinians, linked to the paradigm of security and conflict in opposition to the Judaization of Palestine spectrum, which is about colonization, dispossession, volunteer and involunteer desplacement and social control of a foreigner dominant social ethnical group above other indigenous and subdued one. I intend to support the judaization narrative — in opposition to the zionist hegemonic narrative — as the most appropriate to understand some of the central aspects of the dispute between israelis and palestinians over that land, as the spatial fragmentation of Cisjordani, the Gaza Strip isolation, the silent displacement occuring in East Jerusalem and the maintenance of *status quo*. From this we can reach the relevance and justification for the elaboration of this dissertation.

Key-words: Arab-Israeli Relations. Arab-Israeli Conflict – Occupied Territories. Palestine – History. Israel – History. Palestina – Foreign Relations. Israel – Foreign Relations

La primera condición para cambiar la realidad consiste en conocerla.

Eduardo Galeano - Las Venas abiertas de America Latina

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer ao professor Reginaldo Nasser pela orientação desta dissertação. Pela ajuda na delimitação do escopo desta investigação, pelas dicas, críticas, elogios, indicações bibliográficas e conversas sorvidas a café.

Agradeço aos professores Paulo Pereira, da PUC-SP, e Arlene Clemesha, da USP, por terem feito parte deste processo, principalmente na qualificação deste projeto, trazendo enormes contribuições para o enriquecimento do resultado final desta dissertação;

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes pelas contribuições financeiras que contribuíram para a realização da presente pesquisa.

À Isabela, Giovana e Graziela, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, pelo apoio e suporte nestes dois anos de mestrado, principalmente nos vários trâmites burocráticos. E também aos funcionários da Secretária Acadêmica da PUC-SP, pelos esclarecimentos quanto aos prazos e processos necessários para o depósito desta dissertação.

Eu gostaria de agradecer aos professores do Programa San Tiago Dantas, Oliverios Ferreira, Tullo Vigevani, Samuel Alves Soares, Flávia Campos Mello, Marco Aurélio Nogueira, Clodoaldo Bueno, Héctor Luis Saint-Pierre, Luis Fernando Ayerbe, Shiguenoli Miyamoto e Suzeley Kalil Mathias pelas disciplinas que contribuíram de forma decisiva para a minha formação acadêmica e intelectual.

Aos meus colegas e amigos de mestrado, que me apoiaram e me aguentaram na sala de aula e na mesa do bar durantes estes dois anos.

A todo o pessoal da FFIPP, que me ajudaram na pesquisa de campo durante a nossa viagem para Israel-Palestina em janeiro-feveiro de 2013, principalmente a Iara, Bianca e Arturo pelas nossas conversas, e Gabriel e Yuri pela ajuda no levantamento bibliográfico.

Aos meus amigos em Israel e Palestina.

A todos os meus amigos, que sempre estiveram aqui, nos bons e maus momentos.

À Camila, que do uísque na madrugada à revisão do texto final, sempre esteve aqui;

À minha tia Cristina, que me incentivou a entrar na vida acadêmica e me orientou durante todo o processo;

À minha mãe, Márcia, e ao meu pai, Luciano, que me ajudaram de todas as formas possíveis e existentes durante toda a minha vida e principalmente nestes dois anos que optei por esta empreitada no mundo acadêmico.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

1 INTRODUÇÃO..... 17
1.1 Definindo a judaização.....20
1.2 A investigação: justificativa, hipóteses e objetivos.....24
1.3 Organização dos capítulos.....27

2 A NOVA HISTÓRIA ISRAELENSE 29
2.1 Os novos historiadores e a revisão da história de Israel.....30
2.2 Ideologia.....31
2.3 1948.....33

3 A GÊNESE DA JUDAIZAÇÃO DA PALESTINA.....36
3.1 Tomando controle sobre o espaço.....39
3.2 Definindo colonização.....43
3.3 1881-1948: o sionismo e a criação de Israel.....47
3.3.1 Formação do sionismo.....48
3.3.2 Construção do nacionalismo judeu.....49
3.3.2.1 Hebraico moderno e o novo homem judeu.....51
3.3.3 O sionismo e os palestinos.....52
3.3.4 A colonização sionista da Palestina.....54
3.3.4.1 Apoio britânico.....57
3.3.4.2 A Muralha de Ferro.....58
3.3.4.3 1948.....60
3.4 Israel: etnocracia e judaização.....64
3.4.1 Etnocracia e hegemonia.....64
3.4.2 Judaização de Israel: nacionalização do espaço.....66
3.4.2.1 Sistema legal de desapropriação.....68
3.4.2.2 Judaização da Galileia e do Negev.....69
3.4.3 Regime militar: controle e segregação dos palestinos em Israel.....71
3.4.4 Paradigmas da segurança e do conflito.....72

4 JUDAIZAÇÃO: PRÁTICAS DE COLONIZAÇÃO JUDAICA DE ISRAEL EM CISJORDÂNIA, FAIXA DE GAZA E JERUSALÉM ORIENTAL ENTRE 1967 E 2013.....74
4.1 Pano de fundo legal: a ocupação israelense e a lei internacional.....76
4.1.1 Sistema legal.....78
4.1.2 O temporário e a segurança.....80
4.2 Políticas de colonização.....81
4.2.1 Primeiro passo: a anexação de Jerusalém Oriental.....82
4.2.2 Governos trabalhistas: o início da colonização judaica dos TPO.....83
4.2.2.1 O Plano Allon.....84
4.2.2.2 O Plano Dayan.....86
4.2.3 A influência do Gush Emunim e dos colonos nacional-religiosos.....88
4.2.3.1 Modus operandi: assentando nos topos dos morros.....90
4.2.4 Políticas do Likud.....91
4.2.4.1 O Plano Drobless e a participação da WZO e do JNF.....92
4.2.4.2 O Plano Sharon: assentando as montanhas.....93

4.2.4.3 Colonização suburbana....96
4.2.4.4 Sistema viário....99
4.2.5 *Ethos* anti-planejamento....100
4.2.6 Intifada e o governo Shamir....102
4.2.7 Processo de Oslo: expansão continuada....104
4.2.7.1 Outposts: criando fatos concretos....106
4.2.7.2 A terceirização da ocupação e o fracasso de Oslo....107
4.2.8 Princípio da separação....111
4.2.8.1 A 'proposta generosa' de Barak e os blocos de assentamento....113
4.2.8.2 Segunda Intifada e os governos Sharon e Olmert....116
4.2.8.3 Road Map e a proximidade da administração George W. Bush....117
4.2.8.4 O Muro....119
4.2.8.5 Plano de separação: ameaça demográfica....122
4.2.8.6 Governo Netanyahu: discurso de paz e ação colonial....125
4.3 Sobre colonos e assentamentos....127
4.3.1 Dados....127
4.3.2 Como estabelecer um assentamento....130
4.3.3 Política de anexação....132
4.3.3.1 A estrutura dos governos locais nos TPO....133
4.3.4 Tipos de assentamentos....134
4.3.4.1 Cooperativos....134
4.3.4.2 Comunitários....135
4.3.4.3 Urbanos....136
4.3.5 Identidade dos colonos....136
4.3.5.1 Nacional-religiosos (ideológicos) 137
4.3.5.2 Econômicos....138
4.3.6 Incentivos financeiros e financiadores....139

5 DESARABIZAÇÃO: INSTRUMENTOS LEGAIS E BUROCRÁTICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, DESLOCAMENTO E CONTROLE DE ISRAEL SOBRE OS PALESTINOS EM CISJORDÂNIA, FAIXA DE GAZA E JERUSALÉM ORIENTAL ENTRE 1967 E 2013....141
5.1 Aparatos de controle....141
5.1.1 Controlando a população ocupada....142
5.2 Instrumentos legais e burocráticos de confisco de terras palestinas....145
5.2.1 Propriedade ausente....146
5.2.2 Necessidade pública....147
5.2.3 Reserva Natural....148
5.2.4 - Necessidades militares....148
5.2.5 Declaração de terra estatal....149
5.2.6 Anexação de propriedade privada palestina....151
5.2.7 Aquisição no mercado imobiliário....152
5.2.8 Jerusalém Oriental....152
5.2.9 Muro....153
5.3 Políticas de verticalidade: apropriando-se da água e do ar palestinos....153
5.4 Restrições ao movimento e desenvolvimento palestinos....155
5.4.1 Sistema de Planejamento....155
5.4.1.1 Restrição da construção nas comunidades palestinas....156
5.4.1.2 Sistema de planejamento para os assentamentos....157
5.4.2 Demolições de casas....157

5.4.3 Assentamentos e estradas.....158
5.4.3.1 Vigilância.....160
5.4.4 Sistema de permissão.....161
5.5 Violência.....164
5.5.1 Erupção orquestrada da violência: suspensão da lei como norma.....167
5.5.2 À beira da catástrofe.....168
5.5.3 Policiamento étnico.....170
5.6 Deslocamento étnico: completando a desarabização.....172
5.6.1 Área C.....173
5.6.2 Jerusalém Oriental.....175
5.7 Burocracia colonial de ocupação dos territórios palestinos.....176
5.7.1 A burocracia weberiana e os estudos críticos.....176
5.7.2 Estado de exceção e teologia política.....178
5.7.3 O tipo ideal de burocracia de Lorde Cromer.....179
5.7.4 A racionalidade política do regime de judaização dos TPO.....181

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....183

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....191

APRESENTAÇÃO

Quando estive em Israel-Palestina pela primeira vez, em janeiro e fevereiro de 2011, desconhecia os pormenores da questão. Eu havia viajado pelo programa *Birthright Experience*, da organização sionista internacional *Taglit*, que leva judeus de todo o mundo para uma viagem de dez dias por Israel. A instituição é financiada por doações do governo israelense, de organizações não-governamentais judaicas, como a *World Zionist Organization* e a *Jewish Agency*, e judeus de todo o mundo, principalmente estadunidenses. Eu paguei um valor simbólico pela viagem em que os custos de passagem, hospedagem, transporte e alimentação estavam cobertos. A excursão faz uma narrativa da história dos judeus e da questão Israel-Palestina fiel aos preceitos do sionismo tal qual será descrito nesta dissertação. A minha visão à respeito da questão Israel-Palestina era próxima da hegemônica sionista, trancada no paradigma ideológico israelense da segurança e do conflito. Antes de embarcar para Israel, eu já havia me organizado para também ir para a Cisjordânia. Havia conseguido alguns contatos de ativistas palestinos e israelenses e pretendia fazer uma reportagem para a revista para a qual trabalhava na época.

Pode-se dizer que a presente dissertação surgiu quando conversava com um dos coordenadores da viagem, Felipe, um judeu gaúcho que havia recentemente emigrado para Israel e estava em seus últimos dias de serviço militar obrigatório. Nós havíamos acabado de sair da Cidade Antiga de Jerusalém pelo portão de Sion, que dá para o bairro palestino de Silwan. Lanchávamos um sanduíche *kosher* sentados sobre pedras brancas. Ele me explicava a sua visão à respeito do "conflito" entre israelenses e palestinos. Saímos para fumar um cigarro na entrada de Silwan. Quando perguntei para Felipe qual era o maior entrave para a paz entre israelenses e palestinos, ele apontou o indicador para Silwan e me explicou a conflituosa situação entre os palestinos e os violentos colonos que lutavam para viver naquele bairro. Ali em meio a milhares de palestinos, vivem algumas centenas de colonos judeus nacionalistas crentes que antigamente, naquele mesmo solo, jazia a antiga Cidade de Davi, construída pelo rei judeu que derrotou Golias. Escavações arqueológicas particulares, realizadas com a permissão de Israel e financiada por judeus estadunidenses, haviam desapropriado centenas de palestinos do bairro. Os colonos judeus aos poucos adquiriam casas palestinas e entravam com ações de despejo contra os residentes árabes do bairro na justiça local, argumentando os casos com base nas raízes históricas dos judeus naquela terra.

Para Felipe, os colonos nacionalistas eram os responsáveis pelo fracasso das negociações de paz e pela perpetuação do conflito. Os palestinos também o eram, ressaltou. Ironicamente, Felipe também era um colono, mas não se considerava com tal. Ele vivia em um dos doze "bairros" judeus de Jerusalém Oriental, a parte palestina da cidade eterna anexada por Israel após a sua ocupação na guerra de 1967. Em uma conversa que havíamos tido alguns dias antes na praia de Tel Aviv, ele havia me dito que jamais abandonaria a sua casa construída ilegalmente (segundo as lei internacional) em território ocupado caso ocorresse uma nova divisão da cidade em um acordo de paz. "Jerusalém é a capital única e indivisível de Israel", afirmou. "Essa é a nossa terra." Felipe não se considerava um colono pois a sociedade israelense não o identificava como tal. Mas qual é a diferença entre Felipe e o colono que ele julga como o responsável pela inviabilização da paz entre israelenses e palestinos? Qual é o raciocínio lógico e ideológico que lhe permite se diferenciar de seus pares? Por quê ele também não se considera um colono e uma imposição à paz?

Nos dias seguintes ao final do programa do *Taglit*, fiquei mais dez dias em Jerusalém para fazer uma reportagem sobre a situação dos palestinos que viviam na cidade. Os chamei de "árabe-israelenses" na ocasião, como eles são conhecidos em Israel, não de palestinos. No dia seguinte após o encerramento do programa, tive uma conversa com Michel Warschawsk, um judeu francês fundador do *Alternative Information Center* (AIC), organização que noticia o cotidiano da ocupação israelense dos territórios palestinos desde 1987. A contradição do discurso de Warschawsk ao que havia me acostumado a escutar nos dez dias de viagem com o *Taglit* era tão gritante que não consegui absorver muita coisa. Depois, visitei um centro comunitário em Silwan, onde uma moradora chamada Muna Hassan me contou sobre a situação no local. Me lembro de conversar com ela sobre como no Brasil se desconhecia a situação dos colonos e dos palestinos ocupados. De uma forma geral, a mídia ocidental adotava o discurso hegemônico sionista, ela argumentou. Em uma sexta-feira, participei de uma tradicional manifestação contra os assentamentos judeus estabelecidos no bairro palestino de classe média de Sheik Jarrah. O ex-presidente dos EUA Jimmy Carter, notório ativista pela "paz" na região, já havia participado deste protesto formado por ativistas palestinos e judeus.

Um dia fiz uma viagem à Ramallah, a capital da Autoridade Palestina dos Territórios Palestinos Ocupados. Lá, conversei com uma integrante do movimento de boicote à Israel, o BDS (Boicote, Desinvestimentos e Sanções), também chamada Muna. O BDS palestino é um

movimento análogo ao criado na África do Sul na época do apartheid, que busca acabar com a ocupação israelenses de Cisjordânia e Faixa de Gaza através da conscientização e do boicote internacional. À época, havia acabado de começar as manifestações na praça Tahir, na capital do Egito, Cairo, que pedia a saída do então presidente Hosni Mubarak. Ninguém ainda entendia o que estava acontecendo. Em Israel, os judeus temiam que acontecesse uma revolução islâmica no Egito similar a ocorrida no Irã em 1979. Os palestinos estavam felizes em ver o levante de seus vizinhos árabes. Me lembro de conversar com Muna sobre as novelas egípcias que eram exportadas para todo o mundo árabe, inclusive para os TPO. Ela chamava a atenção para o humor dos egípcios, que viria a se tornar uma das marcas da Primavera Árabe.

Naquele mesmo dia em Ramallah, visitei a sede da ONG *Palestinian Grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign,* ou apenas *Stop the Wall*. Eu havia marcado uma entrevista com o seu diretor, Jamal Juma, quem eu conhecia de nome por causa de sua participação no Fórum Social Mundial de 2009, realizado em Belém, no Pará. Enquanto esperava por Jamal, conversei com um pesquisador da ONG, Dawood Hamoudeh. Foi ele quem me chamou a atenção pela primeira vez para um aspecto essencial do que aqui investigo: a "ameaça demográfica" palestina que as autoridades israelenses desejam espantar. Dawood, que nascera em Jerusalém mas que acabaria se mudando para Ramallah por ter perdido o seu direito de residir na cidade após passar cinco anos estudando na Inglaterra, me falou sobre um plano de judaização da cidade que vinha acontecendo nos últimos anos em bairros como Sheik Jarrah e Silwan. O plano pretendia diminuir ao máximo a quantidade de palestinos que residiam em Jerusalém, pois as taxas de natalidade previam que em poucos anos, os palestinos poderiam se tornar maioria na capital do estado judeu. Logo, um sistemático projeto oficial da prefeitura e do governo nacional, que contava com a participação de empresas multinacionais, estava sendo colocado em prática silenciosamente, enquanto a mídia internacional se voltava para os embates entre os guerrilheiros palestinos e os soldados israelenses.

Naqueles meses, um bonde estava sendo construído entre Jerusalém Ocidental e o assentamento judeu de Ma'Ale Adumin por uma companhia francesa, cortando os bairros palestinos e os assentamentos judeus de Jerusalém Oriental. O seu objetivo, dizia Dawooud, era ligar os blocos de assentamentos dos TPO e o lado judeu da cidade. Na volta para Jerusalém, me lembro do constrangimento que passei no checkpoint de Qalandia, quando atrasei a fila por não saber o que fazer em frente à cabine de identificação enquanto um jovem

soldado portando uma metralhadora automática me dizia em inglês o que fazer. As jovens estudantes palestinas que estavam atrás de mim riram da minha cara diante da situação. O *hostel* em que eu estava hospedado em Jerusalém Ocidental ficava na avenida onde estava sendo construído o bonde mencionado por Dawood. Tapumes atrapalhavam o ir e vir dos transeuntes. O bonde não faz uma distinção entre os colonos nacionalistas que vivem em Silwan, os colonos seculares dos "bairros" judeus de Jerusalém Oriental ou os colonos que moram do outro lado do Muro na Cisjordânia. Por quê faria? Para Israel, como eu viria a aprender, os colonos são cidadãos judeus que vivem em diferentes localidades e que precisam estar conectados pelo transporte público da mesma forma que aqueles que vivem em Tel Aviv ou em Haifa.

No dia seguinte, pela manhã, me encontrei com o vereador de Jerusalém, Meir Margalit. Ao questioná-lo sobre os problemas enfrentados pelos palestinos em Jerusalém, ele foi sucinto: "todos. Teríamos que passar o dia todo conversando". Ele me explicou que apenas uma pressão internacional poderia "resolver" a questão entre israelenses e palestinos de forma justa e que respeito os direitos humanos. Mais tarde, tive uma conversa com uma ativista do ICAHD (*Israeli Committee Against House Demolitions*), Angela Goldstein, uma senhora judia que militava na questão palestina há mais de três décadas. Ela chamou os israelenses de "mimados" pelos EUA ao tentar definir as causas do "conflito". Logo depois corri novamente para Sheik Jarrah, onde teria uma conversa com Nassar Gawi, um palestino que havia sido expulso de sua casa por colonos palestinos. Do banco de trás do seu carro, estacionados na rua onde vivia, ele me contou como havia resistido ao despejo e sido expulso de Sheik Jarrah cinco vezes pela polícia israelense. Aquela casa pertencia à sua família a pelo menos três gerações. Nassar havia ido morar com a sua família em um vilarejo próximo à Ramallah e ainda tentava reaver a sua propriedade na justiça israelense.

Na volta ao Brasil, escrevi uma reportagem sobre a situação dos palestinos que viviam em Jerusalém Oriental para o jornal Brasil de Fato, intitulada "Muitos deveres e nenhum direito". A linha fina dizia que "palestinos moradores de Jerusalém são tratados como cidadãos de segunda classe e forçados a mudar-se". Respectivamente, uma prática e uma consequência da judaização, como veremos. A reportagem acabava com uma frase de Nassar: "O que os judeus não entendem é que nunca cansaremos de lutar e não abandonaremos Jerusalém. Isso daqui também é nosso." Ali, eu já utilizava o termo "judaização", com aspas, para descrever a situação., A semelhança das posições contidas nos discursos do colono judeu

imigrante brasileiro e do palestino que nasceu em Jerusalém despejado de sua casa por colonos judeus é reveladora para compreender o impasse político existente entre israelenses e palestinos. Não satisfeito, ao final daquele ano, apresentei ao Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais um projeto de pesquisa sobre o assunto, que mais parecia uma reportagem do que uma peça acadêmica. Aqui está o resultado destes pouco mais de dois anos de investigações que realizei sobre o tema.

1 INTRODUÇÃO

A origem da questão Israel-Palestina pode ser resumida em uma curta frase: uma terras, dois povos. Desta forma, pode ser resolvida de duas formas: ou os dois povos convivem em um única terra, ou a terra será dividida entre os dois povos. Contudo, israelenses e palestinos vivem um impasse político. As negociações bilaterais entre as duas partes, que já duram mais de vinte anos, estão travadas. Uma resolução para ser alcançada através de negociações, observam Gordon e Cohen (2012, p. 7), requer um certo grau de paridade para ocorrer. Caso não haja nenhum balanceamento ou conferência externa, se um lado tem mais ou todo o poder tende a ditar os termos das negociações e do acordo final. Tais negociações desiguais tendem a fracassar, a não ser o que o lado mais fraco entenda que é melhor um acordo ruim do que nenhum acordo.

Ao se examinar a questão, é óbvia a disparidade de poder entre israelenses e palestinos. Israel tem um estado com robustas instituições, um exército bem-equipado considerado por muitos o mais forte da região, e uma forte economia baseada nas indústrias militar, farmacêutica e tecnológica. Israel tem ainda o controle sobre as fronteiras e o movimento dos palestinos que vivem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, e mantém a soberania sobre grande parte do território entre o Mediterrâneo e o Jordão, inclusive de áreas palestinas parcialmente autônomas. Os palestinos, por outro lado, tem fracas instituições, forças de segurança mal equipadas e treinadas, e uma economia dependente da ajuda internacional. Ademais, a sociedade palestina continua internamente dividida entre Fatah (na Cisjordânia) e Hamas (na Faixa de Gaza), apesar dos recentes esforços de união entre as partes.

As possibilidades de acordo entre Israel e palestinos, no entanto, são múltiplas. A solução de um único estado, por exemplo, pode ocorrer de duas formas. A primeira é similar com a atual situação, na qual Israel tem a suprema autoridade sobre o todo território, onde uma grande porcentagem da população indígena vive sem cidadania, privada de direitos básicos e confinada em centenas de bantustões desconexos autogestionados e parcialmente autônomos. Há um consenso entre os líderes mundiais, os palestinos, a comunidade internacional e os liberais israelenses de que essa situação é insustentável a longo prazo. A outra solução de um único estado refere-se a um estado democrático binacional, onde seriam preservadas as fronteiras atuais. Este formato poderia seguir diversos modelos de governança

que garantisse a igualdade, liberdade e fraternidade entre palestinos e judeus. Apesar do crescente interesse no modelo binacional, ainda persiste um consenso internacional de que os dois povos devem dividir a terra.

A Resolução 181 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por exemplo, explicitamente convoca a partição da terra, enquanto as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU endossam uma solução de dois estados através da retirada completa de Israel dos territórios palestinos ocupados na guerra de 1967 — Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza. A solução de dois estados tem sido a visão informadora de todas as negociações diplomáticas nas duas últimas décadas, desde a Conferência de Madrid em 1991 até Oslo, Wye, Camp David, Taba, o Road Map e a mais recente tentativa do secretario de Estado estadunidense John Kerry. Enquanto vários obstáculos preveniram israelenses e palestinos de chegarem a um acordo baseado na partilha da terra, por muitos anos três pontos são apontado como as maiores pedras no sapato: fronteiras, Jerusalém e refugiados. À respeito das fronteiras, há um consenso internacional de que as fronteiras de 1967 sirvam de ponto de referência, com uma possibilidade de trocas de terras entre as partes. Também há um consenso internacional à respeito de Jerusalém, que seria dividida de acordo com as linhas pré-1967, também com certas trocas de terras para garantir que cada lado tenha o controle sobre os seus locais religiosos e bairros numerosos. Finalmente, Israel teria que reconhecer o direito de retorno dos refugiados palestinos, com a recompensação devida aos palestinos que viviam onde hoje é Israel. Isso tudo envolve ainda o desmantelamento dos assentamentos judeus localizados nos TPO e o retorno dos colonos para Israel.

Israel tem sucessivamente recusado as exigências palestinas para um acordo, que, segundo os seus líderes, são uma ameaça para a segurança e a homogeneidade demográfica do estado judeu. Segundo o raciocínio israelense, os refugiados palestinos “inundariam” a *demos* israelense; apenas uma Jerusalém unida sob a soberania israelense está aberta e protegida para todas as fés; e as fronteiras devem levar em conta a manutenção, senão de todos, mas de uma parte significativa dos assentamentos judeus nos TPO. Além, é claro, da segurança israelense. Portanto, o completo desmantelamento dos assentamentos não é uma

hipótese. Assim disse o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu no Congresso dos EUA em maio de 2011[1]:

> [N]osso conflito [com os palestinos] nunca foi sobre o estabelecimento de um estado palestino. Ele tem sempre sido sobre a existência do estado judeu. [...] O compromisso [com os palestinos] deve refletir as dramáticas mudanças demográficas que tem ocorrido desde 1967. A vasta maioria dos 650 mil israelenses que vivem além das linhas de 1967 reside em bairros e subúrbios de Jerusalém e da Grande Tel Aviv. Estas áreas são densamente povoadas mas geograficamente bem pequenas. Sob qualquer acordo realista, essas áreas, assim como outros lugares de crítica importância estratégica e nacional, serão incorporadas às fronteiras finais de Israel. O status dos assentamentos serão decididos apenas em negociações. Mas sejamos honestos. Estou dizendo hoje algo que deve ser dito publicamente por qualquer um sério e comprometido com a paz. Em qualquer acordo de paz que acabe com o conflito, alguns assentamentos terminarão além das fronteiras de Israel. Mas Israel não retornará às linhas indefensáveis de 1967. [...] Essa é a paz que eu pretendo forjar com um parceiro palestino comprometido com a paz. Mas vocês sabem muito bem, que no Oriente Médio, a única paz que será mantida é a paz que você pode defender. Assim a paz deve ser ancorada em segurança. [...] É absolutamente vital para a segurança de Israel que um estado palestino seja completamente desmilitarizado. E é vital que Israel mantenha uma longa presença militar ao longo do rio Jordão. Sólidos acordos de segurança concretos são necessários não apenas para proteger a paz, mas são necessários para proteger Israel caso a paz desfie.

A manutenção da ocupação e o fracasso das negociações bilaterais resultou, nos últimos anos, em sucessivas tentativas unilaterais dos palestinos de alcançarem os seus objetivos, seja através da força ou da diplomacia. Desde o início da ocupação, palestinos resistem de forma violenta contra a presença israelense. A resistência com o objetivo de encerrar a ocupação alcançou picos de violência e midiatização, como na primeira Intifada (1987-1993), que levou ao chamado processo de paz dos anos 1990, e nos sucessivos ataques de homens-bomba palestinos em território israelense e na ação de guerrilheiros palestinos, com ênfase nos eventos da segunda Intifada (2000-2006), extremamente violenta. Mais recentemente, em 2012, o presidente da Autoridade Palestina (AP), Mahmoud Abbas, tentou a via diplomática ao buscar o reconhecimento do estado palestino na ONU. Em votação na Assembleia Geral da entidade, a Palestina foi reconhecida como um estado-observador, ocupando uma cadeira ao lado do Vaticano. Os EUA havia prometido vetar uma tentativa no Conselho de Segurança. Essas ações unilaterais palestinas, entretanto, são uma resposta a uma sequência histórica de ações unilaterais israelenses.

Gordon e Cohen (2012, p. 7) observam que uma grande diferença de poder leva à ações unilaterais porque a parte mais forte não tem a necessidade — e consequentemente não

[1] NETANYAHU, B. Trechos do discurso do primeiro-ministro no congresso americano. Jerusalem: Jerusalem Post, 2011. Disponível em: <http://www.jpost.com/Diplomacy-and-Politics/Text-of-PM-Binyamin-Netanyahus-speech-to-the-US-Congress>. Acesso em: 16 de março de 2014.

tem a vontade — de consultar a outra parte ao tomar decisões políticas que afetem ambos lados. Isso leva ao lado mais fraco a também adotar uma abordagem unilateral. Embora a retirada da Faixa de Gaza em 2005 tenha sido um ato unilateral de devolução de território capturado, o unilateralismo israelense se fez presente no histórico confisco de terras palestinas, na construção de assentamentos, na transferência de cidadãos israelenses judeus para os TPO, e na utilização da violência contra a população palestina. A presente dissertação pretende investigar este conjunto de ações unilaterais de Israel nos TPO no contexto da judaização na Palestina em uma tentativa de ir além do raciocínio da segurança israelense. Desta forma, revelar os interesses e o raciocínio por trás destas ações que sorrateiramente inviabilizam as negociações bilaterais, enquanto os olhos da mídia internacional concentram-se na violência espetacular do "conflito" israelo-palestino. Com efeito, oferecer uma narrativa da presença colonial judaica na Palestina que divirja do discurso hegemônico sionista.

1.1 Definindo a judaização

Estive em Israel-Palestina pela segunda vez em janeiro e fevereiro de 2013 com um duplo propósito: participar do programa de viagem da ONG internacional FFIPP - Educational Network for Human Rights in Palestine/Israel (Rede Educacional pelos Direitos Humanos em Palestina/Israel) em um estágio no *Alternative Information Center* em Beit Sahour, na Cisjordânia; e realizar uma pesquisa de campo para esta dissertação. A investigação *in loco* teve o objetivo de buscar a natureza e as manifestações deste fenômeno chamado de judaização nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) entre 1967 e 2013. A presente dissertação é resultado desta experiência em Israel-Palestina em 2013 e da pesquisa bibliográfica sobre o assunto. Ao perguntar aos meus interlocutores "o que é a judaização da Palestina?", recebi, mais de uma vez, como resposta: "tudo". O delineamento do que se refere a judaização da Palestina é também, desta forma, um dos desafios da presente dissertação. Segundo o cientista político e ativista palestino Zakaria Odeh, por exemplo, diretor da *Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem*, a judaização ocorre através das "sistemáticas políticas de colonização do Estado de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados em 1967"[2]

[2] HUBERMAN, Bruno. Entrevista de Odeh Zacharia. [Fevereiro de 2013]. Entrevistador: Bruno Huberman, Jerusalem Oriental: Arquivo pessoal, 2013.

(informação informal). Para o sociólogo e ativista palestino Jamal Juma, diretor do *Stop the Wall*, a judaização (informação informal)[3]

> não é algo que começou em 1967, começou muito antes, quando deram nomes hebraicos para locais palestinos em 1948, apagando a memória palestina enraizada na terra. E também destruindo os registros históricos, como mesquitas, cemitérios e vilarejos inteiros que foram destruídos. A política sistemática de judaização que acontece após 1967 é uma continuação do que vinha acontecendo desde 1948 em Israel. Eles copiaram o sistema. As intensas construções de sinagogas e assentamentos em Jerusalém, na Galileia e aqui na Cisjordânia são uma prova disso. Elas constroem um caráter judeu da terra.

Já o antropólogo e ativista estadunidense-israelense Jeff Halper me apresentou um esquema do "processo" de judaização empreendido pelos sionistas na Palestina que parte da "negação [por parte dos sionistas-israelenses] de que há um outro povo [os árabe-palestinos] naquela terra e da imposição da sua cultura daqueles sobres estes" (informação informal)[4]. Halper me descreveu quatro passos do processo de judaização:

1 - Reinvindicação exclusiva sobre a terra, em detrimento dos direitos do outro indígena.

2 - Reconhecimento do outro apenas como um intruso, um invasor, que deve ser menosprezado, subjugado.

3 – Desapropriação e deslocamento deste outro.

4 – Substituição, transferência física e cultural de um novo elemento, transformando o país em "seu" país (judaização).

Halper ainda ressalta que a judaização envolve um tipo bem particular de colonialismo (de "retorno") e é perpetrado hoje por um país "etnocêntrico e extremamente nacionalista, o que acaba por influenciar de maneira determinante no assentamento dos territórios ocupados"[5]. Em seu livro *An Israeli in Palestine* (2008, p. 80), Halper define a judaização como um *duplo processo de transformação da paisagem* que apresenta uma etapa anterior, de desarabização. Isto é, necessariamente, a judaização envolve a retirada do árabe-palestino para a sua substituição por um novo elemento sionista-judeu-hebreu-israelense, uma

[3] HUBERMAN, Bruno. Entrevista de Jamal Juma. [Fevereiro de 2013]. Entrevistador: Bruno Huberman, Ramallah: Arquivo pessoal, 2013.
[4] HUBERMAN, Bruno. Entrevista de Jeff Halper. [Fevereiro de 2013]. Entrevistador: Bruno Huberman, Jerusalem: Arquivo pessoal, 2013.
[5] *idem*

transformação ideológica, religiosa, cultural e nacional. E colonial. Normalmente, nos escaninhos acadêmicos, a judaização é analisada no contexto da política interna israelense, em ações empreendidas nas regiões da Galileia e do Negev, e também em Jerusalém Oriental, território palestino ocupado oficialmente anexado por Israel em 1980. Estes são locais tuados dentro das fronteiras jurídicas e soberanas do Estado de Israel, mas com uma forte concentração demográfica árabe-palestina. A presente dissertação buscará transbordar essa análise para os Territórios Ocupados Palestinos.

De acordo com a jornalista e cientista política canadense Valerie Zink, em *A quiet transfer: the Judaization of Jerusalem* (2009), Israel buscou a transformação "física e demográfica da paisagem de Jerusalém" para corresponder com a visão sionista de uma Jerusalém unida e fundamentalmente judaica sob a soberania israelense. Zink observa que muito foi alcançado para a judaização de Jerusalém com a expulsão de seus residentes árabes nas guerras de 1948 e 1967, mas que o processo também dependeu em "tempos de paz" da

> extensão estratégica das fronteiras municipais de Jerusalém, de restrições legal e burocráticas ao uso palestino da terra, revogação de direitos de residentes palestinos de Jerusalém, a expansão dos assentamentos na "Grande Jerusalém", e a construção de um muro de separação. (ZINK, 2009, p. 133).

O sociólogo e geógrafo israelense Oren Yiftachel (1998) afirma que a judaização é uma política exercida por todos os governos israelenses desde 1948 em Israel e desde 1967 nos TPO. Ele observa que a predominância do projeto de judaização em Israel/Palestina gerou uma estrutura política e institucional que mina a percepção comum de que Israel é judeu e democrático. O processo de judaização, prossegue o sociólogo, também é o principal eixo pelo qual as relações entre as várias etno-classes judaicas e árabes pode ser explicada. A questão território é central para compreender a judaização, diz Yiftachel (1998, p. 3), pois está no centro da disputa entre judeus e palestinos e na formação da etnocracia israelense, que tenta judaizar a terra em nome da autodeterminação judaica. A judaização acaba por criar uma nova realidade que reestrutura unilateralmente a natureza do país através da imigração e de políticas de terra. A declaração de Israel como um estado judeu teria facilitado e legitimado os "processos espelhados de judaização e desarabização (isto é, a desapropriação dos árabe-palestinos)" (YIFTACHEL, 1998, p. 7).

A judaização, prossegue Yiftachel (1998), é um programa expansionista de Israel de restruturação da terra de uma configuração árabe-palestina para uma judaica-israelense baseado no mito hegemônico cultivado pelo sionismo de que aquela terra pertence

unicamente ao povo judeu. E a sua origem está em uma forma de etno-nacionalismo colonial desenvolvida pelo sionismo para "indigenizar" os imigrantes judeus no seu "retorno" à *Eretz Israel* e marginalizar o passado palestino. A partir de 1948, com a criação do Estado de Israel, o projeto de judaização dividiu-se em dois processos paralelos: o visível estabelecimento de instituições e procedimentos democráticos, e o escondido, porém sistemático e coercitivo, confisco de território pelo grupo étnico dominante (os judeus sionistas). A partir da ocupação dos territórios palestinos em 1967, o regime israelense voltado para a judaização da terra de Israel teria sido adaptado para as regiões recém-conquistadas. Esta investigação pretende analisar este segundo processo identificado por Yiftachel.

A ONG israelense-palestina ICAHD refere-se à judaização como uma "visão" que Israel ativamente procurou em transformar fisicamente e demograficamente a paisagem para corresponder com a visão de uma terra fundamentalmente judaica e unida sob a soberania israelense na histórica Palestina. A política de judaização, observa a publicação do ICAHD *Demolishing Homes, Demolishing Peace* (2013), foi endossada pela primeira pelo gabinete israelense em 1949 com o objetivo de criar uma maioria judaica na Galileia, ao norte de Israel. Desde então, Israel "tem perseguido uma concertada política de judaização consistindo de expropriação de terra, demolições, despejos forçados e desenvolvimento discriminatório, desapropriando palestinos e introduzindo judeus em seu lugar" (ICAHD, 2013, p. 4).

Os processos de judaização e deslocamento étnico (i.e. desarabização) ocorrem através de "políticas institucionalizadas projetadas para alterar a composição étnica, religiosa e racial [...] dos palestinos residentes da área C da Cisjordânia ocupada e de Jerusalém Oriental" (ICAHD, 2013, p. 4). Essa estratégia resultou na realocação — voluntária e involuntária — de muitos membros destas regiões para as áreas A e B da Cisjordânia, sob o domínio da Autoridade Palestina. Associada ao projeto de judaização está o plano de cantonização dos governos israelenses, que anexariam os blocos de assentamentos judeus da Cisjordânia, que contém 80% dos colonos, em adição à Grande Jerusalém e do Vale do Jordão. Desta forma, Israel judaizaria aproximadamente 85% da Palestina histórica como definida no Mandato Britânico, deixando os palestinos com centenas de enclaves desconexos em apenas 15% da terra. Nessa versão da "solução de dois-estados", Israel privaria os palestinos de sua autoderminação (ICAHD, 2013, p. 6).

Desta forma, podemos preliminarmente definir a judaização como: um projeto estatal de Israel que busca a transformação física e demográfica da paisagem para corresponder com

a visão sionista de uma terra fundamentalmente judaica e unida sob a soberania israelense na Palestina histórica. Ele ocorre através de um duplo processo que contém uma etapa anterior e espelhada, de desarabização. A desarabização é um processo de desapropriação e deslocamento da população árabe da sua terra. A judaização completa a transformação da terra através da substituição demográfica e física por um novo elemento judeu por meio da colonização e da imigração. Nos Territórios Palestinos Ocupados, projeto ocorre através de uma sistemática e concertada política expansionista de expropriação da terra, demolições, despejos forçados e desenvolvimento discriminatório por meio de políticas institucionalizadas projetadas para alterar a composição étnica, religiosa e racial da terra. Ele se vale não apenas da expulsão dos palestinos pela força das arma, como na guerras de 1948 e 1967, como também de políticas em tempos de paz perpetradas por instrumentos burocráticos e legais que redefinem as fronteiras, restringem o acesso à terra, revogam direitos básicos, expandem os assentamentos e erguem barreiras e obstáculos físicos. Atualmente, a judaização se concentra na Área C da Cisjordânia ocupada e de Jerusalém Oriental e resulta na transferência voluntária e involuntária, silenciosa e espetacular, dos palestinos destas regiões para as áreas A e B da Cisjordânia, sob a administração da Autoridade Palestina.

O atual projeto, que supostamente mina as negociações bilaterais com os palestinos, origina-se do modelo de judaização empreendido no interior de Israel a partir de 1948, iniciado com o desenraizamento da história palestina seguido pela hebracaização do país para a nacionalização — sionista — da terra recém-conquistada. O seu conjunto de ações origina-se no projeto estatal de Israel de constituir uma maioria judaica na Galileia, em 1949, que foi copiado mais tarde para outras regiões densamente povoadas por palestinos, como o Negev. Ele busca constituir um caráter judaico da terra que reconstitua a bíblica “Eretz Israel”. Ideologicamente, parte da negação pelos sionistas-israelenses do direito do povo indígena palestino sobre aquela terra, considerados intrusos e invasores, devendo ser subjugados, menosprezados e expulsos. As ações de judaização representam a ideologia de um estado etnocêntrico e extremamente nacionalista, que ocorrem em nome da autoderminação judaica e facilitada e legitimada pela declaração de Israel como um estado judeu.

1.2 A investigação: justificativa, hipóteses e objetivos

A presente análise confere uma ênfase particular à geográfica política de Israel-Palestina. Essa perspectiva chama atenção ao contexto material da mudança espacial resultante das configurações de poder nos Territórios Palestinos Ocupados desde 1967,

investigando a história e o *modus operandi* dos vários mecanismos burocráticos espaciais que sustentaram — e continuam a sustentar — o regime de ocupação, a colonização e os instrumentos burocráticos de controle em Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. O propósito desta dissertação é investigar o papel que o processo de judaização tem na questão Israel-Palestina; qual é a sua natureza, como se manifesta e como impacta politicamente a relação entre os atores governamentais e não-governamentais da região e a vida cotidiana das pessoas que residem nos TPO — palestinos e colonos judeus. Pretendo apontar porque, como e para qual fim a judaização tem ocorrido. E, desta forma, oferecer uma narrativa contra-hegemônica do impasse que cerca a questão Israel-Palestina para além dos paradigmas hegemônicos da segurança e do conflito, possibilita a manutenção do status quo e a eternização da judaização.

Aqui reside o problema central da presente investigação: contrapor os argumentos oficiais das autoridades israelenses à respeito da presença judaica nos TPO e do impasse político com os palestinos, trancados nos paradigmas da segurança e do conflito, com o espectro proposto da judaização da Palestina, que trata da colonização, desapropriação, deslocamento voluntário e involuntário e controle social de um grupo étnico social dominante e estrangeiro sobre outro subjugado e indígena. Pretendo sustentar que a narrativa da judaização é a mais apropriada para compreender alguns aspectos centrais da relação entre judeus e palestinos naquela terra. Dai decorre a relevância e a justificativa para a realização desta dissertação.

Desta forma, pretende-se responder a uma série de perguntas que pretendem revelar um entendimentos sobre a questão Israel-Palestina, como, por exemplo, a questão colocada na apresentação deste trabalho: os assentamentos são o maior obstáculo para as negociações bilaterais entre israelenses e palestinos e, portanto, para a paz? Qual é o raciocínio lógico e ideológico que permitiu o estabelecimento, a manutenção e a constante expansão desta indústria colonial judaica nos TPO? Por quê a judaização da Palestina recebe menos atenção e parece projetar um menor interesse do que a endêmica violência na região? Quem são os colonos? Quem os financia? Como se estabelece um assentamento? Como se escolhe a sua localização? Quem os planeja? Quem autoriza? Há uma autorização?

Os colonos impactam as políticas estatais de Israel ou são apenas instrumentos dos governos israelenses? Qual é o impacto de importantes eventos históricos, como a Guerra do Yom Kipur de 1983 e as duas Intifadas palestinas, sobre a judaização? Qual o sistema legal

vigentes nos TPO? Como ele é aplicado? Como a população palestina é dominada e controlada? Como acontecem as desapropriações e deslocamentos? Quantas pessoas são afetadas por estas políticas? O que são aparatos de controle? Como eles funcionam? Para que fim? O que é exatamente este paradigma da segurança? Por quê os cidadãos israelenses aceitam a judaização dos TPO? O que os levou a aceitarem este status quo? O que a religião tem com isso?

Na bibliografia especializada no assunto, a judaização é tida como uma ideia, uma visão, um processo, uma utopia, um pretexto, uma ideologia, um programa e um projeto estatal. Diante de tantas definições conflitantes, na presente dissertação será utilizada a definição de judaização como um *projeto estatal* de Israel informado por um regime interessado na colonização do espaço palestino e que para isso se utiliza de uma série de políticas, modos de operação, técnicas, aparatos, instrumentos e recursos para alcançar seus objetivos. O termo judaização, entretanto, também será utilizado para descrever a segunda etapa do processo contido no projeto de judaização, sendo a primeira etapa o processo de desarabização.

Uma política, argumentam Azoulay e Ophir (2013, p. 195-6), é um esforço planejado para coordenar uma variedade de modos de operação, utilizando diferentes técnicas e instrumentos para alcançar um propósito mais ou menos coerente. Um projeto estatal é uma série de políticas coordenadas para alcançar o que pode ser descrito como um fim que justifique os seus meios. Projeto estatais mobilizam um vasto número de ferramentas, técnicas e modos de operação e cobrem uma vasta área de operação. As ações tomadas para atingir os objetivos destes projetos tende a ter efeitos de longa duração — tanto intencionais como sem intenção — nas condições de vida de toda a população governada, cidadãos e não-cidadãos da mesma forma, ou uma parte significante dela. O fim tende a justificar os efeitos retroativamente, mas para explicá-los, deve-se levar em conta as dinâmicas criadas pelo modos de operação animando um projeto e os constrangimentos impostos pelo regime para enquadrá-lo e contê-lo.

Segundo Azoulay e Ophir (2013, p. 195-6), projetos estatais podem ser conflitantes localmente mas mesmo assim se alimentam de um modo que reproduz e preserva o padrão do regime. Governos podem exercer ou não políticas que obedecem um certo arranjo de projetos estatais; muitos atores governamentais podem contestar ou apoiar políticas porque as veem como ligadas a projetos estatais, nacionais ou de classe que desejam promover ou minar.

Projetos normalmente envolvem numerosos aparatos estatais, movimentos nacionais e grandes corporações, mas ao mesmo temo podem amplificar a força reprodutiva ou transformadora de agentes locais e modos de operação. Entende-se por regime uma estrutura ideal que deve ser imaginada com base na regularidades das leis e práticas que guia. Projetos, portanto, são um conjunto de ações mais ou menos motivado e direcionado para um objetivo por este regime, pelo qual mobilizam os aparatos e recursos estatais. Normalmente, este objetivo é inalcançável; sempre tem algo a mais a ser feito, conquistado ou reformado e o movimento se torna eterno. O projeto estatal tem uma forma, mas esta não é determinada pelas motivações e interesses das pessoas envolvidas; preferencialmente, é moldada por certas dialéticas entre o regime que constrange e possibilita o projeto e os particulares modos de operação buscando implementá-lo. Os regimes enquadram, convocam, tornam possível e constrangem os projetos; os projetos reproduzem, mas também reformam, transformam e, raramente, minam os regimes.

Uma vez definido o processo de judaização como um projeto estatal, meus objetivos são identificar:

I) quais são as suas políticas.

II) quais são os planos destas políticas.

III) quais são os seus modos de operação.

IV) quais são suas técnicas e seus instrumentos.

V) qual é a racionalidade informadora do regime e do projeto que permite a sua perpetuação e a manutenção do status quo.

VI) rediscutir conceitualmente e analiticamente as características do projeto de judaização.

1.3 Organização dos capítulos

No primeiro capítulo da dissertação, farei uma reflexão sobre a bibliografia relevante sobre a questão Israel-Palestina, em especial a dos novos historiadores palestinos, paradigmáticos na construção de uma nova narrativa contra-hegemônica à respeito dos acontecimentos de 1948, que resultaram na constituição do Estado de Israel, na primeira

guerra do estado judeu com seus vizinhos árabes e na criação de mais de 700 mil refugiados palestinos.

No segundo capítulo, discutirei as origens do projeto de judaização que ocorre nos TPO desde 1967. Definirei dois conceitos importantes para a investigação: espaço e colonização, que servirão de base teórica para as análises a serem desenvolvidas ao longo da dissertação. Farei uma discussão sobre os princípios ideológicos do movimento sionista e do seu empreendimento colonial na Palestina otomana e britânica. Demonstrarei como ocorreu a institucionalização da ideologia e do modus operandi sionista nos aparatos institucionais e burocráticos do Estado de Israel; descreverei o conjunto de ações de judaização da Galilei e do Negev em Israel e de controle social da população palestina no interior de Israel, que mais tarde seriam copiadas para os TPO; e apresentarei dois paradigmas caros ao projeto de judaização: o etnocêntrico e o da segurança.

No terceiro capítulo, farei uma trajetória histórico da questão Israel-Palestina entre 1967 e 2013 por meio da perspectiva da judaização dos TPO. Antes, descrevei o pano de fundo legal que possibilitou a constituição, manutenção e expansão da colonização judaica ao longo destas décadas. Por fim, tentarei trazer um *raio-x* sobre os colonos e os assentamentos para trazer um maior entendimento à respeito destes fenômenos do projeto de judaização.

No quatro capítulo, investigarei os aparatos e instrumentos burocráticos e legais de controle social da população palestina, como ocorrem as desapropriações, demolições, restrições ao movimento e desenvolvimento palestinos; analisarei o uso da violência a partir do paradigma da judaização; e buscarei fazer uma discussão à respeito da racionalidade de funcionamento do projeto de judaização e do seu regime informador a partir da análise da burocracia colonial existente nos TPO e a sua relação com o tipo ideal weberiano.

Nas considerações finais, retomarei dos principais conceitos apresentados na dissertação para rediscutir analiticamente as características do projeto de judaização e responder às questões e objetivos aqui introduzidos.

2 A NOVA HISTÓRIA ISRAELENSE

A discussão que faço nesta dissertação sobre as ações do Estado de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados no contexto da judaização da Palestina inclui-se no marco teórico da nova historiografia israelense. A Nova História israelense surgiu nos anos 1980 por meio de uma série de publicações elaboradas a partir de documentos confidenciais do Estado de Israel, abertos por determinação da lei. O revisionismo da história israelense foca-se no período de constituição do Estado de Israel e tem avançado sensivelmente nos estudos da ocupação dos territórios palestinos. A bibliografia contesta a historiografia tradicional israelense, em particular alguns dos principais mitos fundadores do Estado, centrais na construção do discurso hegemônico fundamentador e legitimador das ações que levaram a formação do Estado de Israel e de suas atitudes desde então; e na constituição da identidade nacional israelense e da sua consciência sobre o Outro palestino. A contraposição ao discurso hegemônico é um dos objetivos da presente dissertação.

A nova historiografia contribuiu para o fortalecimento de uma narrativa contra-hegemônica descolonizadora que não leve em conta os mitos fundadores de Israel, mas fatos históricos e materiais comprovados historigraficamente. Um exemplo seminal da contribuição dos novos historiadores é à respeito dos acontecimentos de 1948 que levaram à fundação de Israel. A controvérsia sempre pairou sobre as causas e circunstâncias dos eventos de 1948, que a narrativa tradicional sionista conhece como a Guerra de Independência de Israel, e os palestinos, como *Nakba* — catástrofe, em árabe. Os palestinos defendem que os mais de 700 mil refugiados palestinos foram diretamente expulsos ou aterrorizados a fugirem de suas terras pelas forças sionistas-israelenses. A narrativa hegemônica sionista publicizada no Ocidente, por outro lado, sustenta que os refugiados saíram por conta própria ou por ordens de seus líderes. Chaim Weizman, o primeiro presidente de Israel, afirmou à época que a evacuação árabe foi uma "limpeza milagrosa da terra: a milagrosa simplificação da tarefa de Israel" (MARSALHA, 2012, p. 174).

A narrativa israelense é repleta de negações como esta do presidente Weizman: negação de ter feito qualquer coisa errada, negação de ter empreendido uma limpeza étnica na Palestina, negação do "direito de retorno" dos palestinos (em desconformidade com a resolução 194 da ONU), negação de qualquer responsabilidade ou culpa pela criação dos refugiados, a negação da restituição da propriedade pelos refugiados, negação da intenção de conquistar Cisjordânia e a Faixa de Gaza na guerra de 1967, negação da colonização dos

TPO, negação da liberdade de movimento dos palestinos, negação da responsabilidade pela erupção das revoltas populares violentas palestinas e dos seguidos fracassos das diversas negociações bilaterais de paz com os palestinos.

2.1 Os novos historiadores e a revisão da história de Israel

Até o aparecimento dos novos historiadores nos anos 1980, foi incutido no pensamento ocidental, por meio da narrativa hegemônica, alguns mitos fundadores do sionismo: de que os primeiros sionistas "floresceram o deserto" e "secaram os pântanos"; os assentamentos foram erguidos em "terras alagadas" e "morros vazios" e o estabelecimento do Estado de Israel foi através do "triunfo dos fracos sobre os fortes", em alusão à guerra de 1948-49 contra a coalizão formada por Egito, Transjordânia, Síria, Iraque e Líbano. Até as revelações trazidas pelas leituras dos documentos confidenciais israelenses nos anos 1980, observa o historiador palestino Nur Marsalha (2012), qualquer esforço em contestar a narrativa hegemônica e estes mitos, de parte dos palestinos ou de israelenses antissionistas, como a *Israeli Socialist Organization*, conhecida como *Matzpen* (compasso, em hebraico), foi subjugado. Nesta nova versão, os sionistas são apresentados como os responsáveis pelas ações que provocaram o exilo de mais de 700 mil palestinos em 1948 e possibilitaram a constituição de Israel com um balanço demográfico dentro dos seus interesses: uma larga maioria judaica ao custo do deslocamento da população indígena. A Nova História de Israel revela que medidas agressivas contra os palestinos nativos e os vizinhos árabes foram realizadas dentro de uma agenda oficial que buscava a tomada de terras, o assentamento da população judaica e a máxima expansão territorial possível. É dentro deste paradigma que esta dissertação situa-se.

Contudo, aponta Marsalha (2012, p. 176), dependendo de qual autor dos novos historiadores consulta-se, há a manutenção de padrões discursivos que reafirmam a dominação do discurso liberal israelense, o silenciamento de eventos desagradáveis da história sionista e a produção de narrativas israelenses autocríticas, todavia normalizantes, da atual situação em Israel-Palestina. Com efeito, discutirei brevemente as posições e divergências de alguns dos principais autores da historiografia israelense, como Illan Pappe, Avi Shlaim, Benny Morris, Shlomo Sand e Zeev Sternhell, que vão do "sionista apaixonado" (Morris) ao sionista liberal (Shlaim e Sternhell) e o crítico sionista (Pappe). Aqui, explorarei principalmente as interpretações destes autores à respeito do caráter ideológico do sionismo e dos acontecimentos de 1948.

2.2 Ideologia

Pappe (2006) é o único "novo historiador" a entender o sionismo e a questão palestina dentro do paradigma colonialista, isto é, a avaliar historicamente todas as ações dos sionistas sobre os territórios palestinos e a sua população indígena, desde as primeiras migrações no final do século XIX, como essencialmente colonialistas. Para historiadores judeus liberais como Neil Caplan, Benny Morris e Zeev Sternhell, o sionismo não é um movimento colonial, pelo contrário, é um movimento de libertação nacional do povo judeu. Caplan (2010), inclusive, coloca a "nova história" como um produto da "aberta e democrática" tradição israelense de lançar e desclassificar arquivos. Esta distinção deve-se à ideologia dos diferentes autores que fizeram parte do mesmo movimento. Pappe fala sobre a sua posição, a de Morris e a contradição entre análise histórica e ideologia política:

> Levou um tempo para eu ser capaz de traduzir o meu trabalho, que seria uma crítica fundamental ao sionismo e não apenas ao comportamento de Israel em 1948, e levou um tempo para o Benny Morris perceber que tudo o que ele fazia era criticar um certo aspecto enquanto ele estava perfeitamente feliz com a ideologia por trás dele. (GHAZI-BOUILLON, 2009, p. 64 apud HAAZ, 2010, p. 24).

O historiador israelense Avi Shlaim foi um dos principais revisionistas israelenses. O seu livro *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe* (2000) é fundamental para compreender o relacionamento deliberadamente provocador de Israel com seus vizinhos árabes ao longo do século XX. A política da muralha de ferro, descreve Shlaim, trata-se de uma postura ofensiva (diplomática e militar) adotada pelos dirigentes sionistas — antes e depois do estabelecimento do Estado judeu — contra as nações árabes do Oriente Médio e do Norte da África dentro da agenda colonialista. Tal política, observada ainda hoje na postura do governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, é baseada no pressuposto do ideólogo do revisionista sionista Vladimir Jabotinsky de que os árabes jamais cederão qualquer pedaço de terra aos sionistas para a construção do Estado judeu: este terá que ser conquistado pela força da arma. Shlaim escreve no prefácio do livro:

> O estabelecimento do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, foi um dos acontecimentos mais importantes na história do século XX. Este livro é um estudo dos primeiros cinquenta anos da política externa israelense, com um foco especial nas relações de Israel com o mundo árabe. Muito se tem escrito sobre o assunto, a maioria partindo de uma perspectiva pró-israelense. Israel tem sido consideravelmente mais bem-sucedido do que seus oponentes árabes em transmitir êxito a sua versão dos acontecimentos. Mas a versão israelense, como qualquer história nacionalista, é unilateral e útil aos seus interesses. 'Uma nação', disse o filósofo francês Ernest Renan, 'é um grupo de pessoas unidas por uma visão equivocada a respeito do passado e por um ódio a seus vizinhos'. Os israelenses não são nenhuma exceção. (SHLAIM, 2000, p. 21).

Shlaim já havia cimentado a sua reputação com *Collusion Across the Jordan: King Abdullah, the Zionist Movement, and the Partition of Palestine* (1988), que mostra como o acordo secreto entre os sionistas e os jordanianos hashemitas desmantelou a Palestina e acabou com qualquer possibilidade de constituição de um estado palestino através da anexação formal da Cisjordânia pela então Transjordânia em 1950. Em sua obra, Shlaim revela como os jordanianos sempre foram os "melhores inimigos" para os sionistas na região e que não desejam expulsá-los de lá, como conta o discurso hegemônico. Ele descreve como os jordanianos também tinham interesse nas terras palestinas e, principalmente, na porção oriental de Jerusalém, apoiando a resistência israelense de entregar Jerusalém à comunidade internacional, previsto na partilha da Palestina proposta pela ONU.

A interpretação de Shlaim sobre o caráter ideológico do sionismo, entretanto, diverge da de Pappe. Ele tenta conciliar as narrativas nacionalista ("liberacionista") e a colonialista ao enxergar duas narrativas distintas para os períodos pré-48 e pós-67. Para ele, o conflito se inicia de um embate entre dois nacionalismos legítimos e evolui, no período após 1967, para um embate do colonial sionista com o indígena palestino. Shlaim enfatiza a necessidade de reconhecimento mútuo entre dois movimentos de libertação nacional e duas narrativas nacionais legítimas, no qual, após o embate, a sionista saiu vencedora sobre a palestina. "Eu nunca questionei a legitimidade do movimento sionista ou do estado de Israel dentro das fronteiras pré-1967. O que eu rejeito, e rejeito totalmente, é o projeto colonial sionista além das fronteiras de 1967" (GHAZI-BOUILLON, 2009, p. 95 apud HAAZ, 2010, p. 24-25). Isso explica, por exemplo, a rejeição de Shlaim ao direito de retorno dos palestinos às suas casas e vilas. Pappe é o único a defender este direito dos palestinos entre os revisionistas israelenses.

Essa posição de Shlaim sustenta a tradição liberal do sionismo, identificada com o partido trabalhista israelense do fundador David Ben-Gurion, hegemônico no período de consolidação de Israel. Os sionistas liberais defendem os mitos de confronto de "dois direitos e de duas justiças", da "terra para dois povos" e da falsa simetria entre o colonizador e o colonizado, entre o conquistador europeu e o indígena. Para eles, as ações dos dirigentes sionistas em 1948 para a independência do Estado judeu são justificáveis e legítimas dentro da conjuntura da época — sensibilizada pelo Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. O mesmo tipo de raciocínio está presente na construção do mito do "direito histórico dos judeus à terra de Israel", como resume um dos principais ideólogos do sionismo liberal, o historiador Zeev Sternhell, que no epílogo de seu livro *The Founding Myths of Israel:*

Nationalism, Socialism, and the Making of the Jewish State (1998) justifica a propaganda sionista como um mal-necessário:

> Na verdade, desde o começo, um senso de urgência deu aos primeiros sionistas a profunda convicção de que a tarefa de reconquistar o país tinham uma base moral sólida. O argumento do direito histórico judeu sobre a terra foi meramente uma questão de política e propaganda. Em vista a catastrófica situação no começo do século, o uso deste argumento era justificado em todas as formas, e tudo isso é ainda mais legítimo por causa da ameaça de morte pendendo sobre os judeus. Os direitos históricos foram invocados para servir à necessidade de achar um refúgio. (STERNHELL, 1998, p.338).

2.3 1948

Em relação aos acontecimentos de 1948, há uma grande divergência entre os novos historiadores logo no seu nascedouro. Benny Morris, em *The Birth of the Palestinian Refugee Problem 1947-49* (1987), foi o primeiro a desmontar vários mitos fundadores de Israel. Seu livro deixa claro que a "transferência" de milhares de palestinos para fora das fronteiras do estado judeu era um consenso entre os dirigentes e milicianos sionistas, sob a liderança de Ben-Gurion. No entanto, na sua interpretação, há uma "responsabilidade compartilhada" entre palestinos e sionistas sobre a criação do problema dos refugiados, posição comum a Shlaim. Ele argumenta que, embora a ideia de transferência dos palestinos para fora de Israel após a partilha da Palestina estivesse presente no pensamento dos dirigentes sionistas no período de 1937-47, os palestinos também contribuíram para o acontecimento da *Nakba*. O êxodo em massa dos palestinos não seria produto apenas das intenções e dos desejos dos sionistas, mas também um bioproduto acidental da guerra que inevitavelmente acompanhou o nascimento de Israel. Escreve Morris:

> O problema dos refugiados palestinos nasceu na guerra, não por planejamento, judeu ou árabe. Foi um bioproduto dos medos árabe e judeu que caracterizou a primeira guerra árabe-israelense; em uma menor parte, foi uma criação deliberada dos comandantes militares e dos políticos israelenses e árabes. (MORRIS, 1987, p. 286 apud MARSALHA, 2012, p. 170).

Essa posição de Morris diverge da de Pappe. Em *The Ethnic Cleasign of Palestin*e (2006), Pappe argumenta que foi a limpeza étnica dos palestinos foi minuciosamente planejada pelos sionistas sob a névoa da guerra através da execução do Plano *Dallet*. O seu livro, diz Pappe na introdução, teve a intenção substituir o paradigma da guerra pelo da limpeza étnica como a base para a pesquisa acadêmica e o debate público sobre 1948. À respeito da interpretação empirista, utilitarista e pós-positivista de Morris, Pappe, que utilizou os mesmos documentos em suas pesquisa, escreve:

> O retrato foi parcial porque Morris tomou os relatórios militares israelenses que ele achou nos arquivos [...] como verdade absoluta. Desta forma, ele ignorou atrocidades como o envenenamento do fornecimento de água para Acre com tifo, vários casos de estupro e dezenas de massacres perpetrados por judeus. Ele também continua a insistir — erroneamente — que antes do 15 de maio de 1948 não aconteceu nenhuma expulsão forçada. 11 fontes palestinas mostram claramente como meses antes da entrada das forças árabes na Palestina, e enquanto os britânicos ainda eram responsáveis pela lei e ordem no país — ou seja, antes de 15 de maio — as forças judaicas já haviam sucedido na expulsão forçada de quase um quarto de milhão de palestinos. Tivesse Morris e outros utilizado fontes árabes ou ouvido a história oral, eles poderiam ter conseguido captar melhor o planejamento sistemático por trás da expulsão dos palestinos em 1948 e teriam fornecido uma descrição mais verdadeira da enormidade dos crimes cometidos por soldados israelenses. (PAPPE, 2006, p. XV).

Para o historiador palestino Nur Masalha (2003; 2012), a limpeza étnica foi resultado de meio século de esforço sustentado e força bruta no período pré-48. Shlaim (2009), em crítica a Marsalha, aponta que a opção de transferência da população palestina era a última das opções consideradas pelos sionistas, que existia bastante resistência, reservas, dúvidas e debates internos à ideia e afirma que Marsalha ignora a desastrosa estratégia política do líder palestino, o Mufti Haj Amin al-Husseini. À respeito da interpretação de "responsabilidade compartilhada" de Morris e Shlaim, Marsalha escreve:

> Em outras palavras, os palestinos deveriam compartilhar a culpa pela sua própria Nakba. Claro que Shlaim está certo em apontar a liderança estrategicamente desastrosa do Mufti, Haj al-Husseini. A própria ideia que alemães e judeu tenham uma culpa compartilhada pelo holocausto judeu seria corretamente considera uma ofensa profunda. Quando o assunto é a destruição da Palestina e a limpeza étnica dos palestinos, padrões éticos completamente diferente são aplicados. Para tal comparação é completamente incompatível com a lógica da colonização sionista da Palestina e o objetivo de estabelecer um estado exclusivamente judeu no país predominantemente habitado por outra população. Enquanto alegações de que não houve nenhum planejamento de 'transferência' e premeditação ou uma sistemática política de limpeza étnica em 1948 não pode ser sustentada por evidência de arquivo, a conclusão de Shlaim e Morris desvia a responsabilidade pela catástrofe palestina da liderança sionista. Enquanto eu reconheço a grande contribuição que Morris fez para o nosso entendimento a respeito dos eventos de 1948, ao negar qualquer responsabilidade pela limpeza étnica da Palestina, a sua narrativa continua fortemente presa às suas raízes sionistas, apoiando o contexto dos discursos israelenses hegemônicos e das políticas israelenses de negação. (Marsalha, 2003, p. 62).

O historiador israelense Shlomo Sand em *A Invenção do Povo Judeu* (2009) traz um outro tipo de revisionismo histórico, ao focar-se na gênese da mitologia nacionalista-sionista, isto é, da existência de um povo judeu e do exílio forçado sob os Império Romano há dois mil anos ao mostrar que a diáspora judaica é consequência, não da expulsão dos hebreus da Palestina e de Jerusalém pelos romanos, mas do proselitismo através do sul da Europa e do norte da África. Ele mostra que o povo judeu nunca existiu como nação-racial com etnicidade comum ou origem, mas sim como uma mistura extremamente diversificada de comunidades

de fé e grupos que em vários estágios da história converteram-se ao judaísmo. Segundo Sand, é mais provável que os palestinos se originem nos antigos hebreus e israelitas do que os judeus sionistas oriundos do leste europeu. Ao mostrar que não existe ligação entre os judeus de hoje em dia com os judeu de antigamente, Sand desmitifica a continuidade histórica que remete estes judeus à Palestina histórica.

A trilha contra-hegemônica fornecida por estes novos historiadores israelense é o caminho que pretendo seguir nessa dissertação para discutir as ações do Estado de Israel nos TPO entre 1967 e 2013. As divergências entre os autores demonstram as distintas interpretações que o mesmo evento pode ter perante diferentes pontos de vista. Desta forma, pretendo trazer a judaização como um espectro de entendimento da ocupação israelense dos territórios palestinos alternativo aos paradigmas da segurança e do conflito. Para tanto, serão utilizados autores que já tomaram essa trilha na interpretação dos fatos referentes à ocupação israelense dos territórios palestinos, como os professores israelenses Neve Gordon e Eyal Weizman.

3 A GÊNESE DA JUDAIZAÇÃO DA PALESTINA

Ainda estava um breu quando chegamos ao checkpoint 300, o ponto de passagem de Bethlehem, na Palestina, para o outro lado do Muro que separa a Cisjordânia de Israel. Uma madrugada fria de janeiro de 2013. Grafites e pichações nas intimidadores paredes cinzas remetem às décadas de resistência palestina. Barracas servindo café e chá fumegantes a preços módicos enfileiram-se pela calçada da rua sem saída: é o comércio da ocupação. Peço um café para aplacar o inverno palestino. O gosto do cardamomo reconforta. A escuridão é aliviada por alguns escassos holofotes. Quem me serve é Ameen Jebreen, um palestino de 33 anos, casado, pai de dois filhos, um menino e uma menina. Os traços do rosto castigado pelas desventuras da vida lhe conferem uma idade maior do que a da identidade. Ao descobrir o propósito da minha viagem à Palestina, Ameen emenda: “Preciso te contar o que aconteceu comigo”. Anoto o seu telefone e combinamos de nos encontrar no dia seguinte.

No checkpoint 300, trabalhadores palestinos chegam aos montes vindos dos mais diversos cantos da face sul dos territórios ocupados: Al Walaja, Beit Sahour, Hebron, etc. Alguns chegam a cumprir viagens de mais de uma hora em estradas vacilantes recheadas de obstáculos do exército israelense. A pressa é comum a todos, embora sejam apenas quatro horas da madrugada. Os palestinos precisam passar pelo posto no horário determinado pela permissão de trabalho concedida pelas autoridades israelenses. Na entrada do checkpoint, uma gaiola de ferro e arame farpado em forma de corredor acompanha o limite do Muro até uma primeira catraca. Intermitentemente, a fila anda. O frio é congelante. O jovem soldado israelense encarregado de checar as identidades dos transeuntes ignora os que furam a fila através de buracos nas grades. O celular lhe parece mais interessante. Duas senhoras ativistas do Conselho Mundial de Igrejas contam quantas pessoas passam por ali naquela manhã.

Após essa primeira etapa, um pique rápido por um pátio aberto de chão cimentado sob a vigília de uma torre de controle. O vidro fumê torna impossível saber se realmente há alguém nos vigiando. Em todo caso, é prudente não fazer nada que seja considerado um desvio de conduta, como ficar conversando no pátio. Câmeras estão espalhadas por todos os lados. Rampas levam para um enorme galpão. O local lembra um terminal de aeroporto. Duas filas se formam para o detector de metais. Sob a luz branca, alguns homens se ajoelham em direção à Meca. A primeira oração do dia é feita ali mesmo no chão frio do checkpoint. É preciso colocar a mochila, o cinto, o celular e o isqueiro sobre a esteira rolante do aparelho de raio-x e atravessar pelo detector de metais. A última parte do processo é a mais rápida.

Diversos soldados israelenses instalados em cabines brancas com grossos vidros à prova de balas checam as identidades. No cubículo ao lado, um soldado cochila. Na frente, dois leitores digitais: um para a carteira de identificação e outro para o indicador. Um computador faz a leitura para o militar. Alguns têm a sua entrada negada: ainda não está na hora de passar pelo checkpoint segundo a permissão. É preciso esperar alguns minutos, senão horas, para ir trabalhar. Passaporte? OK. Digital? Não precisa.

Ao cabo, cartazes alegres saúdam a entrada dos visitantes-trabalhadores à Israel. Modo raro este o israelense de dar boas-vindas. Na saída, sob as primeiras luzes do alvorecer, centenas de muçulmanos rezam para Alah na rampa de acesso à rua. Conforme saem do checkpoint, os trabalhadores largam seus pertences e se juntam aos outros na prece. Depois que estes acabam, uma nova centena reinicia a oração. O rito se repete até o sol preencher o dia. Ônibus, vãs e taxis aguardam os palestinos que vão para todos os lados de Israel, de Jerusalém a Tel Aviv, de Haifa a Ber'Sheva, enquanto, como coreografia, os homens se agacham sob os cânticos em árabe.

Apesar de termos acabado de passar pelos trâmites burocráticos impostos pela força ocupante daqueles territórios para controlar o movimento da população ocupada, ali, do outro lado do Muro e do checkpoint, ainda não estamos em Israel. Estamos em Beit Jala, município palestino. O Muro fora erguido no lado oriental da Linha Verde, traçada no armistício da guerra de 1948-49, que determina o limite do Estado por vir da Palestina. Ao atentar à paisagem, é possível ver do outro do vale o assentamento judeu de Har Gilo se estender pelo cume da montanha no limite da Grande Jerusalém, território ocupado oficialmente anexado por Israel. Essa área entre o Muro e a Linha Verde é o que chamam de "seam zone", algo como "zonas de emenda" ou "zona de costura", onde vivem aproximadamente 50 mil palestinos sob o constante assédio das forças israelenses — muitos acabam indo morar do outro lado Muro para ter uma vida mais tranquila ou por falta de opção, em um movimento que as organização de direitos humanos chamam de "transferência silenciosa" ou "remoção forçada indireta", uma violação da lei humanitária internacional (HALPER, 2008).

Naquela mesma semana me encontrei com Ameen, o vendedor de café do checkpoint de Bethlehem. Em 1999, quando tinha apenas 19 anos, Ameen acordou com tratores de companhias privadas contratadas pela Administração Civil[6] derrubando as centenárias

[6] Órgão do Ministério da Defesa israelense responsável por administrar os territórios ocupados.

oliveiras do quintal da casa onde vivia com os seus pais e irmãos em Teqoa, um vilarejo palestino localizado ao sul de Bethlehem. Nenhuma notificação havia sido entregue previamente aos pais de Ameen. Uma parte do terreno privado da família havia sido expropriada por razões de segurança para a construção de uma cerca para o assentamento judeu de Tekoa, que estava sendo erguido nas imediações. Inconformado, Ameen não teve dúvida: começou a atirar pedras no tratores e nos soldados israelenses. O jovem foi preso sem acusação formal — a chamada prisão administrativa — e ficou detido em uma sala escura por dois meses, onde foi interrogada diariamente, passou por tortura psicológica e emagreceu trinta quilos antes de ser transferido para uma penitenciaria. Ficou encarcerado mais um ano ao lado de centenas de palestinos detidos em situações semelhantes. A família de Ameen tentou recorrer da desapropriação e da prisão do filho junto às instâncias oficiais, sem sucesso.

Hoje, Ameen vive com sua mulher e filhos em uma casa que construiu no terreno de sua mãe. É possível ver, do outro lado da cerca de segurança, as casas brancas de telhado vermelho onde vivem os colonos judeus do assentamento de Tekoa. Ele relata que com frequência os colonos perturbam a sua vida e de seus vizinhos, envenenam a água e atiram no rebanho de ovelhas. Os soldados israelenses realizam incursões noturnas pelas ruas dos vilarejo para aterrorizar os moradores. Desde que deixou a prisão, Ameen está na "black list" israelense, o que significa que não tem permissão para trabalhar em Israel por "motivos de segurança" e encontra impedimentos para viajar até mesmo dentro da Cisjordânia. A cada checkpoint que atravessa, Ameen é longamente interrogado pelos soldados israelenses. Sem formação profissional ou universitária, o palestino não consegue encontrar um emprego formal que sustente a sua família no reduzido mercado de trabalho da Cisjordânia em constante crise econômica. Ironicamente, a saída encontrada foi a informalidade da venda de café para aqueles que tem o privilégio da permissão de trabalho em Israel, onde os salários são sensivelmente mais altos. Ameen completa a renda familiar em bicos como guia turístico e tradutor, um dos únicos mercados que prospera na terra onde nasceu menino Jesus.

Descubro, com o tempo, que a história de Ameen não é excepcional, mas muito recorrente: é possível encontrar histórias como esta, até mesmo piores, em qualquer esquina dos Territórios Palestinos Ocupados. Os elementos que as caracterizam são os mesmos: desapropriação, colonização, resistência, violência, prisão administrativa, tortura, submissão, restrição à liberdade de movimento, etc. Ameen é um homem comum. Não está e nunca

esteve ligado a nenhuma organização política, tampouco se envolveu em ações de resistência armada ou de atos de terrorismo, mas é tratado como se fosse um terrorista porque jogou pedras em tratores que invadiram abruptamente a sua casa quando jovem. Ele, assim como toda a população ocupada palestina, é vítima de um regime que não tem interesse pela sua vida, apenas pelo controle do seu ir e vir em um território extremamente fragmentado — como pode-se observar na hercúlea tarefa que é ir trabalhar para um palestino da Cisjordânia.

A história de Ameen serve aqui de parábola para iniciar a discussão à respeito de como ocorre e qual o impacto do projeto que aqui pretendemos investigar. Neste capítulo, apresentarei algumas bases teóricas e históricas que nos permitirão discutir mais extensamente o projeto de judaização dos TPO. Iniciarei pelas definições dos conceitos de espaço e colonização que pretendo empregar nesta dissertação; e farei uma perspectiva histórica do processo que culminou na guerra de 1967 e na ocupação de Cisjordânia e da Faixa de Gaza, partindo das bases materiais e ideológicas do movimento sionista na Palestina, passando pela criação de Israel e chegando nas políticas direcionada aos cidadãos palestinos do estado judeu entre 1948 e 1966.

3.1 Tomando controle sobre o espaço

O espaço tem sido um ponto central desde o surgimento do sionismo. É por isso que mapas e tabelas das terras da região são sempre utilizados para descrever a questão Israel-Palestina. Do mapa da partilha proposta pela Organização das Nações Unidas em 1947, passando pelo da criação do Estado de Israel de 1948, até os sofisticados mapas apresentando a profundidade do controle israelense sobre o TPO, é possível ver o espaço palestino encolhendo enquanto o espaço israelense continua a crescer. Hoje, os TPO correspondem a apenas 22% da Palestina do Mandato Britânico (HANDEL, 2009, p. 180). Uma grande parte dela está tomada por assentamentos, rodovias, zonas militares, e reservas naturais, que representam materialmente a força ocupante nos territórios ocupados. Da terra da Cisjordânia, 41,9% está sob o controle direto dos assentamentos judeus; a Área C representa uma parcela adicional de 18,1% de toda a terra dos TPO onde ainda se mantém o completo controle civil e militar israelense (HANDEL, 2009, p. 180).

O geógrafo israelense Ariel Handel (2009, p. 180) chama atenção para duas incorretas interpretações recorrentes numa primeira análise destes mapas que mostram concretamente a expansão israelense ao custo dos palestinos. A primeira: a suposição de que ambos os lados

— palestinos e israelenses — dividem o mesmo espaço. Na realidade, a existência de um sofisticado sistema de separação étnico-racial torna essa premissa bastante problemática, conforme será discutido mais a frente. A segunda: a suposição de que a questão Israel-Palestina é um jogo de soma zero na qual todo pedaço de terra tomado de um lado é adicionado a balança do outro. Essa suposição, que possibilita retratar áreas no mapa como "israelenses" e "palestinas" e marcar fronteiras claras distinguindo umas das outras causa confusão ao criar uma falsa assimetria entre os dois lados: o valor e o significado para um palestino de uma área definida como palestina não é o mesmo que para um israelense de uma área definida como israelense. Essa interpretação incorre do fato de que mapas apresentam o valor absoluto do espaço ao invés do seu valor de uso.

O valor absoluto pode ser medido como unidades de distância uniformes, enquanto o valor de uso refere-se às reais possibilidades de usar um dado espaço (HANDEL, 2009, p. 180). Uma única estrutura de um assentamento judeu, por exemplo, invade todo o espaço ao redor: o seu impacto é sentido sobre toda área graças ao sistema de segurança associado a sua estrutura, espalhando insegurança sobre as áreas vizinhas palestinas, além das rodovias exclusivas para judeus, que aprofundam a fragmentação territorial palestina. Os assentamentos e os diversos aparatos burocráticos de controle invadem caoticamente todo o espaço palestino, onde todos os habitantes e todo movimento é monitorado. Com efeito, a mera presença de um assentamento é suficiente para garantir o controle sobre o espaço. Como observa Handel (2009, p. 181), a questão Israel-Palestina não é uma disputa sobre unidades de terra, mas sobre a possibilidade de uso do espaço.

A presente investigação tem entre seus objetivos compreender como o uso do espaço se transformou durante a ocupação israelense dos territórios palestinos; e também como e porque os israelenses tomaram o controle sobre o espaço palestino. A expressão "tomar o controle sobre o espaço" é aqui empregada a partir de um conceito muito mais amplo do que a mera apropriação das propriedade físicas. Como base teórica, será utilizada a definição de espaço proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (2002). Para ele, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002, p. 22), isto é, a associação da configuração territorial — os objetos materiais naturais e artificiais que compõe a paisagem — e as relações sociais (SANTOS, 2002, p. 62). A configuração territorial não é o espaço, já que a sua realidade vem exclusivamente da sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. Santos distingue ainda espaço

e paisagem. Este é aquilo que se vê através dos olhos, um sistema material relativamente imutável. Já o espaço é um sistema de valores, sempre transitório e provisório, que se transforma permanentemente por aqueles que o animam (SANTOS, 2002, p. 104). O significado real de um espaço depende do seu significado social, isto é, de como as pessoas lhe atribuem valor ao utilizá-lo.

Os objetos são os elementos naturais e artificiais que compõe a materialidade do espaço, tudo aquilo que os seres humanos utilizam para viver, como estradas, plantações, casas, fábricas, etc. A configuração territorial é cada vez mais resultado de uma produção histórica que tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2002, p. 62). Já ação se entende aqui como um comportamento orientado, que se dá em situações, que é normativamente regulado e envolve um esforço ou uma motivação. Um ato não é um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado "no sentido de atingir fins ou objetivos" (E. ROGERS, 1962, p. 301). Segundo escreve A. Moses (1974, p. 264 apud SANTOS, 2002, p. 78), a ação é um deslocamento visível de ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação no meio. Um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere. A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais. A noção de ação liga-se diretamente à ideia de práxis no sentido de atos regularizados, rotineiros que participam da produção de um ordem (SANTOS, 2002, p. 79).

A transformação de um espaço se dá a partir da interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, que constituem uma nova situação espacial: de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realizam sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p. 63). O geógrafo brasileiro argumenta que a transformação de uma "velha" situação espacial em uma "nova" acontece através da relação dialética entre sociedade e espaço, pois ao agir sobre o espaço, a sociedade também se altera e vise-versa. A sociedade que em todo momento está agindo sobre ela própria acaba por transformar o espaço (SANTOS, 2002, p. 110). Uma transformação espacial envolve, portanto, uma mudança na configuração territorial, isto é, dos objetos, das casas, das placas, das rodovias, e também das pessoas que vivem nesses espaços, que o alteram através de um sistema de ações ordenado de forma processual. Logo, para compreendermos a transformação espacial promovida pela judaização nos TPO, também

devemos examinar as transformações ocorridas no interior das sociedades israelenses e palestinas ao longo dos anos, e não apenas a configuração territorial resultante dessa transformação e analisar o que mudou e o que continua igual.

Handel (2009, p. 194-5) aponta que a possessão do espaço e o direito de formular as regras para o seu uso da às autoridades israelenses o poder de determinar os valores do uso espacial. Um poder governante eficiente pode superar uma inferioridade numérica e territorial, como acontece nos TPO. Lá, o espaço tem sido organizado e as regras fixadas de uma forma que possibilita Israel a dominar efetivamente um território no qual parece ser inferior. Os assentamentos representam menos de 2% a área construída e os colonos menos de 10% da população, mas mesmo assim Israel governa com intensidade e penetração todo o território. Os pontos de assentamentos e as faixas de estradas fragmentaram o espaço palestino em enclaves de tal forma que possibilitam que um jipe israelense feche o acesso a toda uma célula palestina formada por milhares de pessoas, cidades e vilarejos. O arquiteto israelense Eyal Weizman (2007, p. 6-9) chama atenção para a "elasticidade da geografia dos TPO", cujas fronteiras estão em constante mutação por sinônimos de fronteira transportáveis e removíveis como "barreiras", "bloqueios", "fechamentos", "cercas", "muros de segurança", "checkpoints", "zonas de segurança especiais", "áreas militares fechadas", "zonas de tiro", que diminuem e expandem o território ao seu bel-prazer. Este errático e imprevisível processo de transformação espacial é normalmente ofuscado pela sua complexidade, temporariedade, excepcionalidade, assim como pela fragrante violência nos TPO.

Como será visto abaixo, os sionistas, e mais tarde as autoridades israelenses, sempre buscaram, por meio do projeto de judaização, a transformação do espaço, e não apenas da paisagem, como define Halper e outros autores (2008). Sempre esteve presente a completa substituição de uma conjunção geográfica e demográfica "antiga" por uma "nova" para assegurar a apropriação do controle sobre o espaço, assim como também esteve em disputa o valor do uso destes espaços colonizados e indígenas. Desta forma, o processo colonial marcado pela judaização do espaço envolve a constante destruição e reconstrução dos objetos que compõe a configuração espacial pelos atores sociais.

3.2 Definindo colonização

O projeto de judaização dos Territórios Palestinos Ocupados insere-se no contexto da colonização do espaço palestino pelos sionistas desde o fim do séxulo XIX. A colonização

etnocêntrica hebraico-sionista é uma importante partícula constitutiva do projeto judaizante. Mas, por quê a atuação israelense nos territórios palestinos pode ser classificada de colonização? Quais são as característica de um processo colonial? Qual a relação entre as atividades exercidas por israelenses com a dos conquistadores portugueses do século XV? Qual é a origem do processo colonizador israelense?

O dicionário Michaelis[7] define "colonização" como

> (colonizar+ção) 1. Ato ou efeito de colonizar. 2. Ato de estabelecer colônias. 3. Estado de colonizado. 4. Dispersão e desenvolvimento de uma espécie ou outro grupo natural em uma área nova.

Já "colonizar", o dicionário define como

> (colono+izar) 1. Estabelecer colônia em. 2. Habitar como colono. 3. Promover a colonização de. 4. Migrar para um território e nele se estabelecer, especialmente como seus primeiros ou principais habitantes

Em suma, o dicionário Michaelis define "colonização" como uma série de atos, caracterizado pela presença de um novo elemento sobre um novo território que a princípio lhe é estranho, que não lhe pertence. Não são apenas os humanos que colonizam, mas também outras espécies, como as abelhas, por exemplo. No caso da espécie humana, a colonização acontece quando indivíduos — independente da motivação ideológica, econômica ou moral que os guiem — migram, se dispersam, se estabelecem e se desenvolvem em um novo território, tornando-se os seus principais habitantes. Durante o processo de colonização, aparatos físicos — colônias — são estabelecidas por estes indivíduos — os colonos.

O crítico literário e historiador brasileiro Alfredo Bosi, em seu livro *Dialética da Colonização* (1992), faz uma pesquisa etimológica do termo colonização, que, assim como as palavras cultura e culto, deriva do verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*.

> *Colo* significou, na língua de Roma, 'eu ocupo a terra' e, por extensão, 'eu trabalho, eu cultivo o campo'. Um herdeiro antigo de *colo* é *incola*, o habitante; outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia. [...] A ação expressa neste *colo*, no chamado sistema verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. E o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. *Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar. *Colonus* é o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono; o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra. Está em Plauto e Catão, como *colônia* [...]; o habitante de colônia, em grego m. *ãpoikos*, que vem estabelecer-se em lugar dos *incolae'*. Não por acaso, sempre que se quer classificar

[7] MICHAELIS. Disponível em: <michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 10 de março de 2014

> os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atem ao simples povoamento, e o que conduz à exploração do solo. *Colo* está em ambos: eu moro; eu cultivo. Na expressão verbal do ato de colonizar opera ainda o código dos velhos romanos. E, a rigor, o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizar? Em princípio, o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. O *incola* que emigra torna-se *colonus*. Como se fossem verdades universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização. (BOSI, 1992, p. 11-12).

Interessante notar aqui que, como assinala Bosi, a ação expressa no ato de colonizar denota sempre algo incompleto e transitivo, temporário, que como veremos abaixo, é de fato uma das características fundamentais do processo colonizador israelense de tal forma que é instrumentalizado para a sua perpetuação: o projeto está sempre incompleto, em transição. Não há um fim no processo de colonização judaica dos territórios palestinos. Neste trecho, Bosi ainda traz características essenciais do processo colonial moderno, como o povoamento e a exploração do solo, a reprodução dos meios de vida e das relações de poder econômicas e políticas pelo colonizador sobre o território colonizado. O cultivo da terra colonizado é uma das principais características da presença israelense nos TPO. Mais a frente, a dominação dos povos indígenas surge no texto de Bosi como uma característica inerente à colonização.

> [O] novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um *plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura. À colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares. O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em cuidar, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyendá negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que são substituídas por *descubrimiento* e *pobladores*, isto é, colonos. (BOSI, 1992, p. 12).

Como veremos abaixo, o tom épico e aventureiro do processo colonial esteve presente desde o início da colonização da Palestina pelos primeiros sionistas no final do século XIX. Este tom também se viu no início do processo de colonização dos TPO, principalmente no estabelecimento dos assentamentos do Vale do Jordão. A instrumentalização do léxico oficial pelos colonizadores, ilustrado por Bosi no caso espanhol, que proibiu o uso oficial das palavras "conquista" e "conquistadores" por "descobrimento" e "povoadores", também encontra um paralelo no processo colonial israelense dos territórios palestinos. Oficialmente, os assentamentos são chamados de "comunidades" e os seus habitantes são simplesmente "cidadãos", não "colonos". Como será visto abaixo, essa diferenciação também foi um

recurso utilizado pelas autoridades israelenses para se desgrudar publicamente e discusivamente do projeto colonial.

Já a dominação é um das características mais investigadas nos estudos coloniais contemporâneos, principalmente em como atuavam as práticas inclusivistas e exclusivistas, burocráticas e violentas, no discurso e na ação da potência colonizadora. Normalmente, a "raça" das populações indígenas, tida como inferior pelos colonizadores europeus, era a partícula definidora do exercício da dominação da potência colonizadora sobre os povos nativos. O antropólogo, cientista social e historiador indiano Partha Chatterjee, em seu livro *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories* (1993), ao se debruçar sobre as diferenças entre o estado-nação moderno liberal europeu e o estado colonial — principalmente os africanos e asiáticos dos séculos XIX e XX —, aponta como a principal distinção o que ele chama de "poder da diferença colonial". Este é o princípio pelo qual, através de diferentes posições ideológicas dentro do campo do discurso, os colonizados são apresentados como inferiores, como o Outro. A raça deste Outro serve de legitimação e justificação do exercício da diferença, da exclusão/inclusão através da subjugação e separação do colonizado e do colonizador. O cientista político israelense Neve Gordon (2008) observa que, no caso israelense, a administração e o controle da população ocupada palestina foi feita para facilitar a colonização dos territórios. A socióloga israelense Hilla Dayan (2009) reitera este argumento ao apontar que as potências coloniais não conquistam um povo para impor um governo dominador sobre a população indígena, mas acabam administrando-os para facilitar a extração dos recursos. No caso israelense-palestino, como veremos abaixo, a colonização ocorre e se perpetua para possibilitar a exploração israelense dos recursos locais — terra, água e mão-de-obra — sem que a população palestina fosse incorporada ao estado judeu.

As motivações que levam a um ação colonial também podem ser diversas. Segundo Bosi (1992), um empreendimento colonial não é apenas uma corrente migratória por si só, mas se dá quando as tensões sociais de uma determinada formação social resolvem-se, quando possível, em movimentos para fora dela enquanto desejo, busca e conquista de terras e povos colonizáveis. Assim teria sido com a colonização grega no Mediterrâneo entre os séculos oitavo e sexto antes de Cristo, com o objetivo de resolver o desequilíbrio demográfico interno do estado grego; e a necessidade de uma saída para o comércio, durante a ascensão da burguesia, como fator motivador do expansionismo português no século XV. Em ambos os casos, a colonização é a resolução de carências e conflitos da matriz através da migração. O

historiador ainda aponta a frequente correlação entre o processo colonizador e a esfera do culto: muitos dos movimentos colonizadores também foram movidos por ímpetos imateriais, como os conquistadores portugueses que viam na dilatação do Império um processo análogo ao de dilatação da Fé; e também os puritanos britânicos que aportavam às praias da Nova Inglaterra declarando *to perform the ways of God*. Como veremos abaixo, o movimento colonizador sionista via na migração para a Palestina — e no estabelecimento de um "lar" para os judeus na terra que Deus lhes ofereceu e da qual foram injustamente expulsos pelos romanos centenas de anos atrás — um meio de solução da "questão judaica", ou seja, dos vários problemas que os judeus da diáspora enfrentavam, como o antissemitismo, a ausência de direitos básicos e o secularismo. Contudo, estavam entre as motivações para a colonização diveessos interesses militares, políticos e econômicos.

O modo pelo qual ocorre a transformação espacial também é uma característica explorada pelos estudiosos do processo colonial. Investigando a soberania na história do imperialismo, a antropóloga estadunidense Ann Laura Stoler (2006, p. 136) aponta para três características definidoras de uma estrutura colonial que promove a transformação espacial do território colonizado: a conquista de fato do território, o assentamento — europeu, no caso —, e a confiscação legalizada da propriedade indígena. Segundo a autora, a transformação espacial pelo processo colonial e o exercício da soberania pela força colonizadora estão umbilicalmente e simbolicamente conectados. Com efeito, a apropriação da terra colonizada é o primeiro passo no processo de reconstrução apontado pelo antropólogo saudita Talal Assad (1992). Assad chama atenção para os processos de construção/destruição no processo colonial para a elaboração do "novo" (moderno) colonizado sobre o "antigo" indígena.

> Dentro do mundo moderno a partir da forma pela qual se formou, mudanças ocorreram como um efeito do poder político dominante pelo qual novas possibilidades são construídas e antigas são destruídas. As mudanças não refletem uma simples expansão do leque das escolhas individuais, mas a criação de condições no qual apenas novas (i.e. modernas) escolhas podem ser tomadas. A razão para isso é que mudanças envolvem a reforma das subjetividades e a reorganização dos espaços sociais nos quais os sujeitos agem e são agidos. O estado-imperial moderno, colonial, pós-colonial tem sido cruciais a esses processos de construção/destruição. (ASSAD, 1992, p. 337).

Desta forma, a criação de um "novo" espaço, materialmente e subjetivamente, através do duplo processo de destruição/construção exercido pelo estado colonial é essencial para se fazer valer a vida da força colonizadora sobre o território colonizado. O duplo processo de destruição/reconstrução descrito por Assad (1992) encontra um paralelo direto com o duplo processo de desarabização/judaização aqui investigado. Ambos se valem de instrumentos

institucionais para alterar o valor de uso e reorganizar os espaços sociais nos quais os sujeitos agem e são agidos na criação de uma "nova" situação/espaço colonizada e moderna. À respeito da dicotomia entre o antigo indígena e o novo colonizado, Chatterjee (1993, p. 195) observa que os regimes coloniais são uma "continuação" dos antigos regimes indígenas. Eles tem uma conexão orgânica interna com o passado e não se constituem como uma quebra radical com ele para possibilitar a dominação e o controle do indígena através da diferenciação racial. A forma de governo resultante deste entendimento de estado colonial visto na obra de Chatterjee (1993) é o que o antropólogo estadunidense David Scott (1995, p. 204) chama de "governabilidade colonial", ou seja, a estrutura de governo pelo qual a potência colonizadora domina e controla a população nativa.

Scott (1995, p. 193) buscar investigar o que chama de "racionalidades políticas coloniais", isto é, as formas pelas quais a potência colonizadora se organiza como uma atividade projetada a produzir o controle: os pontos da aplicação de poder, os seus objetivos e os meios e instrumentos utilizados para alcançá-los. A partir do entendimento de estado colonial em Chatterjee (1993), da questão do moderno apresentado por Assad (1992) e do conceito de governabilidade do estado liberal europeu no pensamento do filósofo francês Michel Foucault[8], Scott entende que a governabilidade colonial (i.e. a racionalidade política do poder colonial) se direciona na aplicação de poder para a destruição e reconstrução do espaço colonial, na extração dos recursos coloniais e na governança da conduta dos colonizados. A presente investigação do projeto colonial sionista/israelense se dará dentro deste entendimento de governabilidade colonial em Scott, buscando analisar o modo como o espaço colonial foi destruído e reconstruído, quais recursos a potência colonizadora tinha interesse em extrair e como funcionam os aparatos de controle empregados sobre a população palestina.

3.3 1881-1948: o sionismo e a criação de Israel

Neste subtítulo, irei apreciar a conjuntura histórica, as inspirações e as vertentes que forjaram a ideologia política do projeto sionista no final do século XIX e as suas transformações no início do século XX. A evolução do empreendimento colonial sionista e da desapropriação de terras na Palestina desde as primeiras migrações de utópicos sionistas

[8] Termo cunhado por Foucault dentro de seus estudos sobre poder para designar a lógica pela qual os governos tentam produzir cidadãos que sirvam aos interesses do governo através de aparatos de controles disciplinares e biopolíticos, em oposição ao regime que opera essencialmente através do poder soberano com o único propósito de controle do território. Ver mais no capítulo 5.

russos para o estreito entre o mar Mediterrâneo e o rio Jordão em 1881, até a criação do Estado de Israel em 1948. Descreverei como ocorreu a transformação espacial das terras árabe-palestinas em espaços hebraico-sionistas ao longo destas décadas e, principalmente, no período de consolidação do estado judeu até 1966; e os mecanismos de controle empregados sobre a população árabe-palestina no interior de Israel, que mais tarde viriam a ser empregados a ocupação dos TPO a partir de 1967.

3.3.1 Formação do sionismo

O historiador palestino Nur Marsalha, em seu livro *The Palestine Nakba: Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory* (2012, p. 20), identifica uma série de temas permanentes da agenda e da ideologia sionista que usarei como referência para discutir as aspirações e objetivos do movimento sionista: a "redenção" bíblica da terra e do solo da Palestina na Terra de Israel, a "conquista da terra", a colonização e a transformação demográfica e o "restabelecimento" do estado judeu na Palestina, uma busca por raízes hebraicas da terra, a historicização da Bíblia hebraica como um projeto nacional coletivo e a criação de uma nova consciência hegemônica judaica e a judaização do espaço. Com efeito, discutirei estes conceitos e temas enumerados por Marsalha com outros autores para chegar às motivações das ações sionistas nestes mais de cem anos de relação com o povo palestino.

O movimento sionista surge na Europa Oriental nas duas últimas décadas do século XIX buscando o renascimento nacional do povo judeu em seu lar ancestral após quase dois mil anos de exílio. Como uma resposta ao fracasso dos judeus serem assimilados pela sociedade ocidental e à intensificação do antissemitismo na Europa, observa o historiador israelense Shlaim em *A Muralha de Ferro* (2000, p. 41), o sionismo propunha como solução para a questão judaica a autodeterminação para os judeus em um estado próprio no qual iriam constituir uma maioria absoluta e, finalmente, seriam independentes e soberanos politicamente no marco do primordialismo das ideologias nacionalistas europeias. O pai do sionismo político foi Theodor Herlz (1860-1904), um jornalista judeu húngaro assimilado sem nenhum interesse pelo judaísmo ou pela questão judaica até se deparar com um virulento caso de antissemitismo durante uma cobertura jornalística em Paris no início da década de 1890, o caso Dreyfus.

Herlz, conta Shlaim (2000, p. 38-9), começa a se interessar pela questão judaica e conclui que o problema dos judeus não era econômico, social ou religioso, que nenhuma

assimilação ou emancipação poderia funcionar, porque os judeus eram uma nação e a única solução possível era a nacional. Esta posição foi defendida no livro *O Estado judeu*, publicado em 1896, no qual ele apresentava um detalhado projeto para um estado judeu, deixando em aberto se o seu local de estabelecimento deveria ser na Palestina ou em alguma parte remota da Argentina ou de Uganda. No livro, há a defesa clara de que a questão judaica era uma questão política com ramificações internacionais e que, portanto, precisava ser realizada na política internacional. Esta abordagem contrastava com o sionismo prático de Hovevi Zion, que em 1881 iniciara uma imigração de judeus fugidos de perseguição e dos pogroms da Rússia *czrasita* para a Palestina.

Logo no Primeiro Congresso Sionista realizado em 1987 em Basiléia, na Suíça, foi endossada a concepção política de Herzl: "O objetivo do sionismo é criar para o povo judeu um lar na Palestina garantido por uma Constituição" (SHLAIM, 2000, p. 39). Embora um "lar" não seja necessariamente um estado, todos os esforços sionistas a partir deste encontro estiveram voltados para o cumprimento deste objetivo, realizado com sucesso, com exceção da Constituição. Neste processo de criação de um estado judeu na Palestina, os líderes sionistas tiveram três grandes tarefas: a) unir os judeus da diáspora em torno do nacionalismo-sionista; b) conseguir o apoio das grandes potências imperialistas ocidentais da época, em especial a Grã-Bretanha, ao empreendimento colonial na Palestina; e c) conquistar a maior quantidade de terra com a menor quantidade de árabes-palestinos possível para redimir a bíblica Terra de Israel.

3.3.2 Construção do nacionalismo judeu

Os conceitos de nação e nacionalismo encontram diferentes interpretações na história das ideias. Benedict Anderson, em *Imagined Communities* (1983, p. 6), define a nação como uma comunidade política imaginada limitada e soberana. Ernest Geller traz em *Nations and Nationalisms* (1983) uma dupla definição:

> 1. Dois homens são de uma mesma nação apenas se eles dividem a mesma cultura, na qual cultura significa um sistema de ideias e signos e associações e meios de comportamentos e comunicação. 2. Dois homens são da mesma nação apenas se eles reconhecem, um ao outro como pertencentes da mesma nação. Em outras palavras, as nações são produtos do homem. (GELLNER, 1983, p. 7).

Ambos autores concordam, assim como o historiador britânico Eric Hobsbawm, em *Nations and nationalism since 1870: Programme, myth, reality* (1990), que nação e nacionalismo são invenções artificiais feitas pelo homem para unir pessoas com um passado

em comum em uma comunidade política limitada e soberana no qual a cultura e os mitos exercem um papel central. É a "invenção da tradição", a criação da cultura nacional e a construção de identidades nacionais de uma mistura de história folclórica e mitos históricos. Posto o desafio, como o sionismo faria para que um judeu polonês e um judeu iraquiano que não compartilham nenhum passado recente, cultura, costumes, hábitos ou linguagem, a não ser o fato de terem a mesma orientação religiosa, se reconheçam como dois membros da mesma nação?

Marsalha (2012, p. 20) observa que, à luz das ideologias nacionalistas europeias, o nacionalismo judeu procurou por "raízes históricas" e buscou reinterpretar passados distantes vistos apenas na Bíblia hebraica. Inspirado na interpretação romântica e folclórica da teoria *Völkisch* alemã, de que pessoas com descendência comum deveriam buscar a separação e formar um estado comum, o sionismo instrumentalizou a religião judaica ao trazer uma nova narrativa histórica e mitológica da Bíblia hebraica para criar um passado comum para todos os judeus do mundo — em contradição ao nacionalismo liberal dos europeus ocidentais que considerava a cidadania igual independente de religião ou etnicidade, e não a "descendência comum", como o caráter nacional do estado. Essa tradição inventada considerava os judeus como uma raça e um grupo biológico separado dos demais.

O historiador israelense Shlomo Sand, em *A Invenção do Povo Judeu* (2011, p. 135-7), identifica no livro do polonês judeu Heinrich Graetz, *Geschichte der Juden Von den ältesten Zeiten bis auf die Gegenwart* [A história dos judeus dos tempos antigos ao presente], de 1850, um caso seminal de leitura laica da Bíblia que viria a ser utilizada pelos dirigentes sionistas na Palestina como referência da historiografia nacional judaica e fio condutor entre o povo judeu moderno e os israelitas dos tempos bíblicos. Segundo Sand, Graetz criou um continuidade histórica que serviu de legitimação e justificação para todo o empreendimento colonial sionista nas terras palestinas para "redimir" a bíblica Israel. Os habitantes árabes daquelas terras foram classificados de "invasores", enquanto os judeus eram os legítimos donos por direito divino. A visão funcional do líder sionista David Ben-Gurion sobre a Bíblia hebraica é reveladora nesse sentido. Como um homem secular, ele a instrumentalizou como uma ferramenta nacionalista para atingir os objetivos sionistas: não importava se era verdadeira ou não, a narrativa bíblica funcionava como um mito mobilizador e um registro histórico do direito dos judeus em reivindicar a terra da Palestina. Em seus diários, ele mostra não se importar com a veracidade dos fatos ali relatados.

> Não é importante se a história [bíblica] é um relato verdadeiro de um evento ou não. O que é importante é se os judeus acreditam se a história do povo começa tão longe quanto o período do Primeiro Templo. (ROSE, 2004, p. 9)

3.3.2.1 Hebraico moderno e o novo homem judeu

Para o sucesso do nacionalismo sionista, outras duas criações foram fundamentais: o hebraico moderno e o novo homem judeu. Ao lado do mito da descendência comum e da busca por raízes históricas comuns, a construção etno-linguística orgânica tem um papel central na invenção dos nacionalismo europeus (ANDERSON, 1983; GELLNER, 1983; HOBSBAWN, 1990). Desde o princípio, o sionismo esteve ligado à ressurreição da língua hebraica, morta há séculos, sendo utilizada naquela época apenas em orações. O hebraico secular moderno, reinventado por Elizer Ben-Yehuda (1858-1922), um sionista de primeira hora, teve um papel fundamental no sucesso do nacionalismo sionista, ao construir um passado comum com um vernáculo comum para os linguisticamente, culturalmente e etnicamente diversificados colonos judeus oriundos de várias partes do mundo (MARSALHA, 2012, p. 22-32). Contudo, como uma língua sionista, o hebraico moderno, que se consolidou na década posterior à Primeira Guerra Mundial como um idioma oficial do Mandato britânico na Palestina, era tão distante do idioma da Bíblia Hebraica tanto quanto os *sabras* — os judeus sionistas nascidos na Palestina — eram dos antigos israelitas. Apenas parcialmente baseado no hebraico bíblico, a língua sionista foi cunhada a partir de neologismos do alemão, russo, yiddish, inglês, francês, italiano, árabe moderno e antigo aramaico. Como veremos mais a frente, o novo léxico tem função central na judaização e na desarabização da Palestina, uma vez que é utilizado na renomeação de locais árabes colonizados pelos sionistas.

O hebraico moderno teve ainda um importante papel nos esforços educacionais e políticos de criação do novo homem judeu, o mitológico *sabra*, uma antítese do judeu europeu da diáspora, que viveria em sua própria terra como um "homem livre". O novo homem judeu foi inventado como um "homem de aço", como muitos sionistas sonhavam em converter os judeus da diáspora, considerados afeminados, dóceis, submissos e flexíveis. O novo judeu era forte e destemido, lutava pela construção e defesa da sua nação contra os inimigos árabes (MARSALHA, 2012, p. 22-32). O mito do *sabra* foi a inspiração para a política da Muralha de Ferro, que orientou as ações ofensivas do movimento sionista contra os árabes durante todo o século XX (SHLAIM, 2000). Ele ainda se faz presente hoje na figura do soldado israelense e do "imbatível" exército israelense, que nunca perdeu uma guerra.

É importante notar que essa elaboração teórica do nacionalismo judeu-sionista foi feita a partir de um consenso ideológico das várias vertentes sionistas. Baseado na leitura de *Zionism and the Arabs, 1882-1948: A Study of Ideology* (1987), de Yosef Gorny, o historiador estadunidense Norman G. Finkelstein, em *Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina* (1995, p. 59-76), mostra como as três principais tendências da virada do século XIX para o XX — o sionismo político, o sionismo trabalhista e o sionismo cultural — chegaram a um consenso através do comprometimento com a exigência de uma maioria judaica na Palestina, mas não exatamente pelas mesmas razões. O sionismo político baseava-se nos nacionalistas românticos alemães para propor que a nação judaica resolvesse a questão judaica se (re)estabelecendo num Estado que a ela "pertencesse". Para o sionismo trabalhista, de inspiração socialista, a questão judaica não era apenas a ausência de um estado, mas a estrutura de classe da nação judaica, que se havia tornado desequilibrada e deformada ao longo da diáspora, exigindo um estado judeu socialista como a única verdadeira solução para o problema judaico.

Já os sionistas culturais não queriam resolver o "problema dos judeus", mas o "problema do judaísmo" no mundo moderno. A sobrevivência do judaísmo e do povo judeu era menos ameaçada pelo antissemitismo do que por uma civilização cada vez mais secularizada que os transformava em um anacronismo. O sionismo cultural encarava a maioria judaica como condição *sine qua non* para o livre renascimento espiritual da nação judaica e a Palestina acabaria servindo como ponto de referência espiritual para os judeus de todo o mundo, assim como Meca é para os muçulmanos. O consenso foi determinante para abalizar o objetivo central do sionismo para resolver a questão judaica como não menos que um estado com uma esmagadora maioria judaica em toda a Palestina histórica.

3.3.3 O sionismo e os palestinos

Caminhando de mãos dadas com a invenção do nacionalismo sionista estava a frequente negação e subjugação dos indígenas palestinos pelos líderes sionistas, que também tem como origem o contexto eurocêntrico e imperialista no qual nasceu o movimento sionista. Ponto seminal da relação entre sionistas e os povos árabes no Oriente Médio, a falta da consciência do "problema árabe" que os sionistas teriam de enfrentar para criar um estado judeu na Palestina varia de acordo com autores. Shlaim (2000, p. 40), por exemplo, contemporiza a negação dos árabe-palestinos pelos primeiros sionistas, colocando uma "tendência sionista de interpretar os fatos de acordo com os desejos e não com a realidade". O

cientista político palestino Edward Said (1980) vê essa questão como central para interpretar as políticas do movimento sionista em toda a sua trajetória, antes e depois da criação do Estado de Israel:

> [N]a maior parte de sua história, a Palestina e seu povo foram submetidos a negações muito rigorosas. Para mitigar a presença de um grande número de nativos numa terra cobiçada, os sionistas se convenceram de que eles não existiam e, em seguida, admitiram que existiam apenas de maneira rarefeita. Primeiro negação, depois obstrução, diminuição, silenciamento, confinamento. Trata-se de uma política altamente complexa, porque inclui não só a política dos sionistas em relação ao povo árabe, como também a política de Israel em relação às colônias árabes e a natureza das forças de ocupação israelenses na Cisjordânia e em Gaza após 1967. (SAID, 1980, p. 22).

Autor de *Orientalismo* (1978), livro fundamental para os estudos pós-colonialistas, Said, em *A Questão Palestina* (1980), faz uma análise da compreensão dos sionistas da existência dos árabe-palestinos a partir da preconceituosa visão que o Ocidente, onde o sionismo moderno se originou, tem sobre o Oriente. O historiador faz uma leitura crítica dos relatos de viagem de escritores ocidentais pelo Oriente do século XVII e XIX, como Mark Twain e Alphonse de Lamartine, que em *Voyage en Orient* [Viagem ao Oriente], de 1983, relata inúmeros encontros com camponeses e moradores árabes da Terra Santa, mas sugere que aquilo não era um país, seus moradores não eram cidadãos "legítimos" e que, portanto, era um espaço maravilhoso para os europeus empreenderem um projeto imperial ou colonial. "O que Lamartine faz é anular uma realidade de fato — um grupo de residente árabes — por meio de um desejo futuro — que a terra seja desocupada para ser desenvolvida por um poder mais merecedor" (SAID, 1980, p. 11). Este tipo de pensamento é idêntico ao que transmitia o famoso *slogan* sionista criado por Israel Zangwill para a Palestina, que se transformou em um dos mais poderosos mitos do nacionalismo sionista: uma terra sem povo para um povo sem terra. A interpretação que Said faz do relato de Lamartine é bastante semelhante a que Shlaim (2000) faz da visão de Herlz sobre os indígenas palestinos:

> O próprio Herlz era um exemplo da tendência sionista de interpretar os fatos de acordo com os desejos e não com a realidade. Com certeza ele tinha consciência de que a Palestina já estava povoada por um número substancial de árabes, embora não estivesse particularmente bem-informado a respeito das condições sociais e econômicas do país. Ele via os nativos como primitivos e atrasados e sua atitude em relação a eles era bastante condescendente. [...] Achava que os judeus, como portadores de todos os benefícios da civilização ocidental, deveriam ser bem recebidos pelos habitantes do Oriente retrógado. (SHLAIM, 2000, p. 40).

A Palestina transformou-se um país predominantemente árabe no fim do século VII, conta Said (1980, p. 10-14). Em 1516, tornou-se uma província do Império Otomano, mas isso não a tornou menos árabe ou islâmica. Os nativos palestinos todos falavam árabe, eram

muçulmanos sunitas em sua maioria e conviviam com uma minoria formada por cristão, drusos e muçulmanos xiitas. Segundo fontes israelenses, não havia mais do que 24 mil judeus na Palestina em 1822, menos de 10% da população local, majoritariamente árabe. Cerca de 65% dos árabe-palestinos constituíam um povo agrícola, que vivia em torno de quinhentas aldeias e cultivava grãos, frutas e vegetais. O resto da população era urbana e vivia em cidades como Nablus, Jerusalém, Nazaré, Jafa, Jericó, Ramallah, Hebron e Haifa, onde também se concentravam a maioria dos primeiros imigrantes sionistas

> A vida social, econômica e cultural da Palestina moderna organizava-se em torno das mesmas questões a respeito da independência e do anticolonialismo predominantes na região, exceto que, no caso dos palestinos, o legado otomano, o colonialismo sionista e a autoridade britânica (após a Primeira Guerra Mundial) tiveram de ser combatidos mais ou menos ao mesmo tempo. (SAID, 1980, p. 14).

Fato é que existia ali uma população nativa árabe e muçulmana considerável com um vínculo secular com aquela terra. Nada de terra sem povo. Desde a conscientização deste "problema árabe" entre os dirigentes sionistas, a principal solução considerada foi a transferência compulsória ou voluntárias dos palestinos para outros países árabes. Este tipo de pensamento culminou, como veremos, no deslocamento de milhares de árabe-palestinos em 1948 para a "reconstrução" da Palestina com a constituição de uma maioria demográfica judaica no país (SAID, 1980, p. 17). Já em 1885, Herlz escrevera em seu diário que de alguma forma os palestinos nativos deveriam ser transferidos para fora de suas terras, de forma silenciosa preferencialmente:

> Teremos de estimular a população pobre a cruzar as fronteiras em busca de emprego nos países de trânsito, enquanto lhe negamos emprego em nosso próprios país. [...] O processo tanto de expropriação quanto de remoção dos pobres deve ser conduzidos com discrição e circunspecção. (HERZL, Complete Diaries, v.1, p. 88 apud SAID, 1980, p. 15)

3.3.4 A colonização sionista da Palestina

O sociólogo israelense Gershon Shafir, em seu livro *Land, Labor and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914* (1989, p. 8), observa que além de uma variedade do nacionalismo europeu oriental, isto é, um movimento étnico à procura de um estado, o sionismo também era em última instância uma expansão europeia ultramarítima, que à época estava sob a influência da colonização europeia da Ásia e da África. Embora vissem a si mesmos como "nativos retornando à terra de origem", os sionistas costumeiramente empregavam termos como "conquista" e "colonização" para o processo de "reclamação" da Terra Sagrada (HALPER, 2008, p. 104).

Em seu livro, Shafir (1989, p. 8) analisa o desenvolvimento colonial sionista e as raízes da questão israelo-palestino a partir da relação entre a terra e o trabalho. Para definir de que tipo é o colonialismo sionista, ele parte da identificação de quatro tipos de colonização moderna presentes nos estudos coloniais: a ocupação colonial, o modelo misto espanhol, o modelo de plantação português e o assentamento puro inglês. A ocupação colonial — o típico estado colonial —, define Shafir (1989, p. 8), buscava o controle militar e administrativo do território, a exploração dos recursos naturais e preferiam intensificar a ordem econômica existente a buscar o controle direto da terra e do trabalhadores locais. No modelo de plantação português, havia pouco envolvimento dos colonos, que acabavam, por causa de limitações geográficas e da difícil relação com os indígenas, por adquirir o terreno diretamente e colocar trabalhadores escravos estrangeiros para trabalhar a terra ao invés de explorar a mão de obra local.

Os modelos espanhol e britânico apresentavam um envolvimento maior dos colonos com a terra e um substancial assentamento europeu. O modelo britânico de assentamento puro tinham uma economia baseada no trabalho do branco, que junto da remoção forçada ou da destruição da população nativa permitiu aos colonos recuperarem um senso de homogeneidade cultural e étnica identificada com o conceito europeu de nacionalidade. O formato misto espanhol extraia coercitivamente o trabalho da população nativa, embora a distância entre os dois grupos tenha sido amortecida pela miscigenação. A partir da forma como ocorreu a colonização britânica da Rodésia e a francesa na Argélia, Shafir (1989, p. 9) elaborou uma quinta tipologia para descrever a colonização sionista da Palestina. O formato híbrido chamado de "assentamento de plantação étnico" baseia-se no controle europeu da terra, mas que emprega trabalhadores locais ao invés importá-los. Contudo, ao contrário da miscigenação ocorrida nas colônias espanholas, este possui uma identidade nacional europeia oposta à mistura étnica tal qual ocorreu com os sionistas judeus europeus na Palestina otomana.

Em *Israel: A Colonial-Settler State?* (1973), o historiador judeu francês Maxine Rondinson realizou um trabalho pioneiro ao demonstrar as características coloniais do movimento sionista. Ele baseia a sua crítica ao sionismo em duas abordagens principais: a tentativa de impor ao mundo judeu uma ideologia nacionalista extraterritorial e a judaização da Palestina ao custo da expulsão e da dominação dos palestinos. Rodinson mostra como as atitudes do movimento sionista em relação aos indígenas palestinos eram tipicamente

colonialistas e racistas contra povos supostamente "inferiores" e "incivilizados", um processo muito semelhante ao observado nas empresas coloniais e imperialistas europeias na África e Ásia durante o século XIX.

> A criação do Estado de Israel em solo palestino é a culminação de um processo que se encaixa perfeitamente em um grande movimento de expansão nos séculos dezenove e vinte cujos objetivos eram assentar novos habitantes entre outros povos ou dominá-los economicamente e politicamente (RODINSON, 1973, p. 91).

Desta forma, no final do século XX os sionistas iniciaram a colonização etnocêntrica da Palestina sob o Império Otomano com o objetivo de estabelecer um estado homogeneamente judeu entre o mar Mediterrâneo e o rio Jordão, guiados pelo paradigma do "máximo de terras e o mínimo de árabes". Já no início do processo colonial, organizações que tiveram um papel fundamental na aquisição de terras e na imigração judaica para a Palestina, como o Jewish National Fund (JNF), a World Zionist Organization (WZO) e a Jewish Colonisation Association (JCA) já haviam sido criadas. Desde o início do processo colonial, a principal política sionista é a desapropriação dos palestinos de suas terras e a "transferência" da população árabe-palestina — a expropriação de terras palestinas pelos israelenses chegou hoje à 93% de toda a Palestina histórica (HALPER, 2008, p. 99). Assim coloca o historiador israelense Benny Morris sobre a ideia de "transferência" no pensamento sionista.

> É tão antiga quanto o sionismo moderno e tem acompanhado a sua evolução e práxis durante o século passado. Sua orientação seguia um lógica de ferro: não poderia haver um estado judeu viável em toda ou em parte da Palestina se não houvesse um deslocamento em massa dos habitantes árabes (MORRIS, 2004, apud HALPER, 2008, p. 100).

Em *An Israeli in Palestine* (2008), Jeff Halper observa que as desapropriações assumiram muitas formas ao longo dos anos, todas violentas, mas sempre contando com duas faces: a desarabização e a judaização. As desapropriações começaram em 1881, com as primeiras imigrações de sionistas para a Palestina, mas ganharam corpo apenas em 1904 a partir do estabelecimento do escritório palestino da WZO, quando começa a compra sistemática de terras, principalmente de proprietários árabes ausentes, muitos residindo em Beirute. A aquisição dos territórios envolvia a remoção forçada dos campesinos palestinos residentes, uma vez que, pela lei otomana, estes moradores não eram obrigados a deixarem as terras. O primeiro importante caso de desapropriação violenta acontece durante a Primeira Guerra Mundial, quando o grupo paramilitar sionista *Ha-Shomer* ("a guarda") expulsou palestinos que cultivavam as suas terras por gerações em nome da "autenticidade" dos judeus perante aquele território como "nativos do Ocidente" (KHALIDI, 1997, p. 105-111). A

desapropriação seguiu em passos lentos nos primeiros anos da colonização sionista pela dificuldade de adquirir de terras e pela opressão dos otomanos a qualquer manifestação de nacionalismo sob seus domínios, com os judeus chegando a apenas 10% da população ao final da Primeira Guerra Mundial, sendo a grande maioria de pastores e ultra-ortodoxos antissionistas residentes da Palestina há séculos (HALPER, 2008, p. 106).

3.3.4.1 Apoio britânico

Concomitantemente ao início da colonização, esteve no centro da agenda sionista conseguir o apoio da principal potência imperialista da época, a Grã-Bretanha, ao seu empreendimento. Esta estratégia se mostrou decisiva para o sucesso da empreitada sionista, uma vez que, durante os primeiros anos de colonização da Palestina, o Império Otomano não facilitou em nada a vida dos imigrantes judeus europeus. A situação mudou completamente com a ocupação da Palestina pelos britânicos após a vitória na Primeira Guerra Mundial em 1918. Já em 2 novembro de 1917, na carta enviada pelo secretário do exterior britânico Arthur James Balfour à Federação Sionista, via o barão Walter Rothschild, os sionistas haviam conseguido o comprometimento do governo inglês com o estabelecimento do "lar nacional judeu" na Palestina, a chamada Declaração Balfour. Durante os trinta anos seguintes, a potência colonial permitiu que o movimento sionista estabelecesse milhares de judeus europeus em centenas de assentamentos na Palestina, incluindo diversas cidades, e fincasse as fundações políticas, econômicas, industriais, militares e culturais do Estado de Israel (MARSALHA, 2012, p. 32-4).

O apoio dos europeus aos sionistas ocorreu, em parte, porque viam os judeus sionistas como transmissores da missão civilizadora europeia ao atrasado Oriente: responsáveis por espalhar a modernidade, a iluminação, a razão, as ciências modernas e as tecnologias ocidentais para um atrasado e semi-desértico Oriente (MASSAD, 2006). O conflito do sionismo com os árabes na Palestina e em toda a região era considerado uma extensão do antiquíssimo conflito entre o Ocidente e o Oriente. "Tratava-se não apenas de uma questão de colonização, mas também de civilização" (SAID, 1980, p. 33). O estado judeu seria um posto avançado da civilização europeia ocidental no coração do ultrapassado Oriente. Essa sempre foi a prerrogativa para o apoio das potências ocidentais à colonização da Palestina pelos sionistas: Herzl utilizou essa ideia, assim como o dirigente sionista que negociou o apoio britânico com Balfour e primeiro presidente de Israel, Chaim Weizmann, e todos os líderes israelenses desde então.

> Israel era um instrumento para manter o islamismo — e mais tarde a União Soviética e o comunismo — a distância. O sionismo e Israel eram associados ao liberalismo, à liberdade e à democracia, ao conhecimento e ao esclarecimento. [...] Em contrapartida, os inimigos do sionismo eram simplesmente uma versão moderna do espírito alienado do despotismo oriental, da sensualidade, da ignorância e outras formas de retrocesso. (SAID, 1980, p. 33).

Rodinson (1973) mostra que depois da aceleração do processo colonizador sob a proteção da potência colonizadora, os colonos judeus não fizeram nenhum esforço em integrar a sua luta com as dos palestinos contra os britânicos, embora se dissessem ser um movimento de libertação nacional. Pelo contrário, eles continuaram com a convicção de que a população indígena deveria ser subjugada e removida, de preferência com a ajuda dos britânicos.

3.3.4.2 A muralha de ferro

Este comportamento do movimento sionista em relação aos árabes, observado por Rodinson (1973), é também reflexo de uma importante linhagem ideológica que emergiu na década de 1920: o movimento revisionista de Ze'ev Jabotinsky, mentor intelectual do grupo paramilitar sionista Irgun, autor de diversos atentados terroristas durante o Mandato, e que mais tarde se transformaria no partido político de direita israelense Likud. Shlaim (2000, p. 48-54) descreve o revisionismo de Jabotinsky como pró-Ocidente, crente da superioridade cultural da civilização ocidental sobre o atrasado Oriente. Essa particular visão de mundo se traduziu em uma concepção geoestratégica, no qual o sionismo deveria estar permanentemente aliado ao colonialismo europeu contra todos os árabes ao leste do Mediterrâneo. A sua política sobre o território palestino foi traçada em dois artigos publicados em 1923 sob o título *A Muralha de Ferro*, em que Jabotinsky delinea a política de guerra contra os povos árabes. O raciocínio do ideólogo sionista, que inicia o artigo dizendo ter uma relação de "polida indiferença" com os árabes, parte do princípio de que um acordo entre sionistas e árabes é impossível, uma vez que, como os palestinos consideram aquele país como sua terra natal, rejeitarão qualquer mudança neste status.

> Todo povo nativo irá resistir aos colonizadores estrangeiros enquanto perceber qualquer esperança de se livrar do perigo da ocupação. É assim que os árabes irão se comportar e continuarão se comportando enquanto tiverem um vislumbre de esperança de que podem impedir que a 'Palestina' se torne a Terra de Israel. [...] Devemos ou suspender os nossos esforços de ocupação ou continuá-los sem prestar atenção à disposição de ânimo dos nativos. Assim, a ocupação pode se desenvolver sob a proteção de uma força que não dependa da população local, por trás de uma muralha de ferro que eles não terão o poder de destruir. (JABOTINSKY, 1932 apud. SHLAIM, 2000, p. 50-1).

Aqui repousa a essência da agressiva política do movimento sionista na Palestina que resultou em inúmeros desapropriações de terras, na criação de milhares de refugiados palestinos, em inúmeras guerras contra os povos árabes, em base ideológicas para a elaboração dos paradigmas da segurança e do conflito entre israelenses e palestinos e em infrutíferas negociações de paz. Para Jabotinsky, erguer uma muralha de ferro militar judaica é um meio e não tem um fim em si próprio: a muralha seria a maneira com que os sionistas conseguirão erguer o estado judeu e, no futuro, uma vez que a resistência árabe tivesse sido quebrada pela marcha progressista do sionismo, um acordo de paz seria feito com os árabes. Nessas negociações, o lado judeu deveria oferecer direitos civis e nacionais aos palestinos. Jabotinsky entendia a relação entre sionistas e palestinos como um embate entre dois nacionalismos por uma mesma terra, no qual os sionistas representavam uma causa moralmente justa e legítima de libertação nacional do povo judeu — compreensão esta compartilhada por alguns dos novos historiadores israelenses, como o próprio Shlaim. O historiador israelense recorre a uma citação do final dos anos 1980 do cientista político estadunidense Ian Lustick para demonstrar o impacto desta política de Jabotinsky sobre as ações dos sionistas e israelenses a partir de então. Sobre a muralha de ferro, Lustick diz se tratar de

> um honesto e convincente esforço de lutar contra o problema mais sério enfrentado pelo movimento sionista e como uma articulação formal daquilo que, de fato, tornou-se o fundamento dominante das políticas e atitudes sionistas e israelenses em relação aos árabes, desde a década de 1920 até o final da década de 1980. (LUSTICK, 1996 apud. SHLAIM, 2000, p. 53)

Shlaim (2000) conta que a estratégia da muralha de ferro passou a ser gradualmente apropriada pelo principal grupo político sionista, o Partido Trabalhista do patriarca David Ben-Gurion, hegemônico no período de fundação de Israel e durante os primeiros trinta anos do estado judeu. Inspirado em ideias marxistas e socialistas, os trabalhistas, no início, relutavam em admitir que a força militar era necessária para que o movimento sionista alcançasse seus objetivos, insistindo em prosseguir na estratégia da imigração e da ocupação. Contudo, em 1932, segundo o Censo britânico, os judeus ainda eram apenas 17% de toda a Palestina (SHLAIM, 2000, p. 55). A década de 1930 é marcado pelo crescimento acentuado da imigração sionista, duplicando a população judaica entre 1932 e 1939, e pela militarização do *Yushuv*. Inspirado pela política da muralha de ferro e com o auxílio dos britânicos, o pragmático Ben-Gurion transformou o *Yushuv* em uma potência militar. O motivo, segundo conta o historiador israelense Illan Pappe em *The Ethnic Cleasing of Palestine* (2006), era em primeiro lugar, proteger o crescente número de enclaves e colônias judaicas na Palestina, mas

também — e principalmente — porque os atos de agressão armada funcionavam como uma forma de dissuasão eficaz contra a possível resistência dos palestinos locais aos planos expansionistas dos judeus (PAPPE, 2006).

3.3.4.3 1948

Em 1937, após Revolta Árabe de 1936-39, foi emitido o relatório da Peel Commission britânica, que propôs pela primeira vez, como solução para o conflito entre sionistas e árabes, a partilha da Palestina. Nessa conjuntura, as noções de "transferência voluntária" e "reassentamento" ganharam força entre os dirigentes sionistas. Em junho de 1938, Ben-Gurion reportou à Agência Judaica: "Eu sou a favor da transferência compulsória. Eu não vejo nada amoral nela." (MORRIS, 1999, p. 144). A opção pela remoção forçada dos palestinos, que representavam 74% da população à época, parecia ter se tornado hegemônica entre os dirigentes sionistas, segundo Pappe (2006). O objetivo era conquistar toda a Palestina, porém, como um homem pragmático, Ben-Gurion aceitava de 80% a 90% para resolver a questão judaica. A partir de então, inicia-se o processo de planejamento da transferência dos palestinos através de um levantamento detalhado dos vilarejos palestinos que desembocaria, mais tarde, no deslocamento em massa dos palestinos em 1948.

Até 1937, o impacto das atividades de desapropriação de terras pelo movimento sionista ficara limitado pelos escassos recursos financeiros, a força da resistência palestina e as políticas restritivas britânicas. É neste momento que o JNF, por determinação dos líderes sionistas, começa a fazer um inventário dos vilarejos palestinos. Pappe (2006, p. 19-22) mostra que os *village files*, no início, consistiam em um levantamento geográfico e topográfico com mapas e fotografias de todas os vilarejos palestinos, detalhes precisos de suas localizações, suas vias de acesso, a qualidade da terra, as fontes d'água, as principais fontes de renda, sua composição sócio-política, afiliações religiosas, o nome de seus líderes, a sua relação com outros vilarejos, a idade dos homens e muitas outras informações. Uma categoria importante era o nível de "hostilidade" ao projeto sionista, decidido pela participação do vilarejo na revolta de 1936. Havia uma lista de todos envolvidos na revolta e das famílias que perderam alguém na luta contra os britânicos. Uma atenção particular foi conferida aos que supostamente mataram judeus. Ao fim do Mandato Britânico, as informações tornaram-se explicitamente orientadas militarmente: passaram a contar com o número de guardas (a maioria dos vilarejos não tinha nenhum) e a quantidade e a qualidade de armas à disposição dos vilarejos (geralmente antigas ou até não-existentes). A última atualização aconteceu em

1947, focada na criação de listas de pessoas "procuradas" em cada vila. Este levantamento permitiu aos sionistas perceberem que os palestinos não tinham uma liderança que os organizasse — todas haviam sido destituídas pelos britânicos na repressão à revolta de 1936 — e, portanto, os sionistas poderiam focar a sua luta de "libertação nacional" especificamente contra os britânicos.

Restava aos sionistas esperarem por uma oportunidade para realizar a "transferência" dos árabes para fora de Israel, como uma guerra. Esta surgiu na mudança de conjuntura política após a Segunda Guerra Mundial. O Holocausto promovido pelos nazistas aos judeus europeus, que resultou em 6 milhões de judeus mortos, trouxe a opinião pública mundial para o lado dos interesses sionistas na Palestina na sua reivindicação por um estado próprio. Assim que a guerra acabou, a liderança sionista na Palestina iniciou uma campanha para expulsar os britânicos do país com o auxílio de diversos atentados terroristas empreendidos por organizações paramilitares judaicas, como a Haganah, o Irgun e a Gang Stern, contra a presença britânica, como no que atingiu o quartel-general dos ingleses no Hotel King David, em Jerusalém. A pressão sionista fez com que os britânicos levassem, em 1947, a questão para a recém-criada Organização das Nações Unidas. Através do relatório de uma comissão especial enviada à Palestina e apesar da resistência dos países árabes, a ONU aprovou um plano de partilha do território para a criação de dois estados: um judeu e outro palestino.

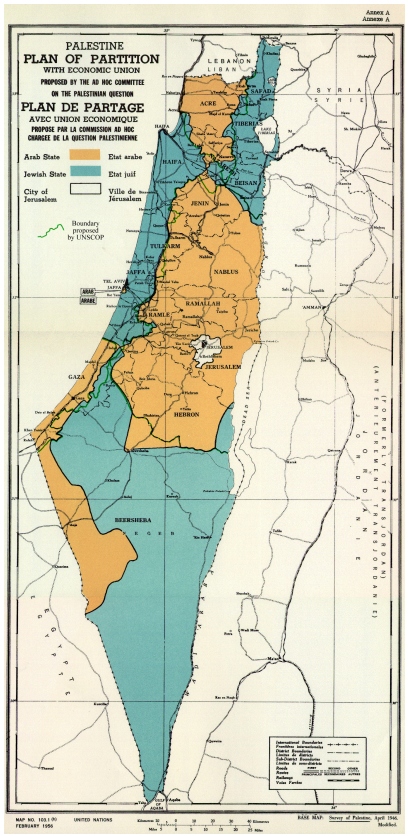
Ao fim do Mandato em 1948, a comunidade judaica possuía apenas 5,8% das terras da Palestina, representava um terço da população e receberia, segundo o plano de partilha proposto pela ONU, 56% do país, enquanto a maioria árabe ficaria com 42% — os outros 2%, Jerusalém e Belém, iriam ficar sob a tutela da comunidade internacional. Apesar de ser aquém do que gostariam que significasse o estado judeu na Palestina, os dirigentes sionistas aceitaram o plano de partilha, mas sempre mantiveram no horizonte a possibilidade de conquistar, por meio da força, todo o território. O plano da partilha deixaria 397 mil palestinos nas terras indicadas para serem Israel, significando uma parcela de 43% da população, enquanto outros 10 mil judeus viveriam na parte designada para o estado palestino. Neste contexto, os dirigentes sionistas não tiveram dúvida: conquistariam toda a área onde houvesse a presença de colônias judaicas, até as mais remotas (PAPPE, 2006; HALPER, 2008). Para cumprir este objetivo, Ben-Gurion e os dirigentes sionistas elaboraram uma série de planos para a solução da "problema árabe" baseados nos inventários sobre os vilarejos palestinas, chegando finalmente ao famigerado Plano D (*Dalet*, em hebraico) em

dezembro de 1947, que previa a sistemática expulsão dos palestinos de suas terra natal. Este trecho do plano deixa claro o modo como seria feita a "transferência" dos palestinos:

> Essas operações podem ser conduzidas da seguinte maneira: tanto destruindo vilarejos (ateando fogo, explodindo-os e posicionando minas terrestres) e especialmente aqueles centros populacionais que são difíceis de controlar permanentemente; ou pela montagem de operações de vasculha e controle de acordo com as seguintes orientações: cerco aos vilarejos, conduzindo uma busca dentro deles. Em caso de resistência, as forças armadas devem ser exterminadas e a população expulsa para fora das fronteiras do estado. (PLAN DALET, 1947 apud. HALPER, 2008, p. 97).

Em março de 1948, dois meses antes do fim do Mandato Britânico, os sionistas abertamente declararam que iriam lutar para tomar o controle da terra e expulsar a população indígena à força através da execução do Plano *Dalet* (PAPPE, 2006). Dito e feito: o plano foi colocado em prática ainda antes na saídas das tropas britânicas e mais de 418 vilarejos palestinas foram destruídas e mais de 700 mil palestinos tornaram-se refugiados sob a névoa da guerra travada entre o recém-criado Estado de Israel e a coalizão de países formada por Transjordânia, Egito, Síria, Líbano e Iraque (KHALID, 2005).

Mapa 1 – Partilha da Palestina britânica proposta pela ONU



Fonte: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <un.org>. Acesso em: 27 mar. 2014

Nem bem os rifles haviam esfriado, a disputa pela narrativa oficial à respeito dos acontecimentos de 1948 iniciara-se. Como foi visto no capítulo anterior, na narrativa sionista, os acontecimentos de 1948-49 são recheados de mitos que serviram para consolidar a fundação do Estado de Israel. O primeiro, e mais importante, conta que o êxodo palestino aconteceu por "milagre", como disse o primeiro presidente israelense Chaim Weizmann, como uma decorrência natural da guerra e por ordens das lideranças palestinas, uma vez que os países árabes desejavam ter terreno limpo para "empurrar os judeus para o mar". Em uma metáfora do mito de Davi e Golias, o exército israelense, em menor número, teria conseguido, em uma batalha limpa, empurrar as forças árabes e conquistar 78% da Palestina histórica ao final da guerra — o restante foi ocupado e anexado por Egito e Transjordânia, territórios estes que viriam a ser conhecidos como Faixa de Gaza e Cisjordânia.

Mapa 3 – Linhas do cessar-fogo de 1948-1967

Fonte: desconhecida

O desmonte destes mitos fundamentadores da narrativa oficial sionista de "independência" e "libertação" do "povo judeu" através da criação de Israel foi objeto de diversas publicações de historiadores palestinos e israelenses, em especial dos Novos Historiadores israelenses dos anos 1980, que se fundamentavam em documentos desclassificados pelas autoridades israelenses por determinação da lei. Nur Marsalha (2012), Illan Pappe (2006), Avi Shlaim (2000), Benny Morris (1988; 1999), Walid Khalidi (2005) e outros autores mostram, embora com interpretações distintas, que a história contada nas escolas israelense é distinta da que aconteceu na realidade: a "transferência" dos palestinos fora de fato planejada e iniciada em 1947 antes da guerra entre árabes e israelenses. Tudo leva crer que o êxodo de mais de 700 mil palestinos ocorreu em decorrência de vários fatores: através da expulsão forçada direta e indireta pelas forças militares e paramilitares sionistas-israelenses e em decorrência do medo da guerra de 1948-49 e da falta de organização das lideranças árabe-palestinas. Nenhum "milagre" acontecera.

3.4 Israel: etnocracia e judaização

A partir de 1948, Israel iniciou um projeto de judaização no interior do seu território através do estabelecimento de "fatos concretos" judeus que aprofundassem o controle sobre a terra conquistada e garantissem a soberania da força governante recém-empossada. Os israelenses buscavam esconder os eventos de 1948 — fisicamente, documentalmente e oralmente —, assim como os vestígios da existência da população árabe-palestina que ali vivia e substituí-la por uma realidade hebraica-sionista, biblicamente sancionada. A etnocracia judaica, com o objetivo de manter longe a ameaça demográfica árabe-palestina que pudesse afetar o balanço etno-demográfico interno, estabeleceu um regime de expropriação de terras palestinas e controle militar sobre os palestinos remanescentes e iniciou a construção de assentamentos judeus em regiões densamente povoadas por palestinos, como a Galileia e o deserto do Negev.

3.4.1 Etnocracia e hegemonia

O urbanista e cientista político israelense Oren Yiftachel (1998) argumenta convincentemente que o regime fundado em 1948 em Israel não era uma democracia, mas uma etnocracia. Etnocracia é um regime que não é autoritário nem democrático, que mantém um governo relativamente aberto, mas é controlado politicamente por um grupo étnico em detrimento dos outros existentes na sociedade multiétnica. A etnocracia tende a se

desenvolver principalmente quando o controle sobre o território é contestado e quando um grupo dominante é poderoso suficiente para determinar a natureza do estado. Yiftachel (1998, p. 2) afirma que a etnocracia israelense foi conformada em decorrência da fusão de três processos: a formação de uma sociedade colonial, o poder mobilizador do etno-nacionalismo judeu-sionista e a "lógica étnica" do capital. Sociedades coloniais formadas por um processo de "assentamento de plantação étnico", conforme descrito por Shafir (1989), tendem a ter a um grupo privilegiado na estratificação social da sociedade, normalmente formado pelos primeiros imigrantes, como os protestantes na América do Norte e na Austrália. Quando da institucionalização do movimento colonizador em um estado, o grupo dominante burocratiza a sua visão de mundo e a sua dominação e cria um sistema que segrega as outras etno-classes. Dada essas forças legitimadoras poderosas, projetos etnocráticos normalmente gozam de um status hegemônico que se origina no grupo privilegiado e é sucessivamente difundido entre a população.

O filósofo italiano Antonio Gramsci, ao discutir, no terceiro volume dos *Cadernos do Cárcere* (1975), as relações de forças políticas entre as classes sociais, coloca que o momento de institucionalização de um movimento ideológico na superestrutura estatal é crucial para a criação da hegemonia de um grupo dominante sobre uma sociedade.

> Essa é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que ideologias geradas anteriormente se transformam em "partido", entram em confrontações e lutam até que uma delas, ou pelo uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 1975, v. 3, p. 41).

Gramsci observa que no espaço institucional de um estado reside a capacidade da classe dominante de não ser só dominante, mas de se tornar classe dirigente. E através dos aparatos institucionais do estado, a classe dominante transmite a sua ideologia para o resto da sociedade. O momento hegemônico é marcado pela aceitação de um conjunto de princípios e práticas que carregam os conceitos de realidade, costumes, normas e gostos do grupo dominante. Essa transmissão ideológica não ocorre pela força, mas por consentimento.

> O estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal. [...] O grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como

> uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses do grupo subordinado, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 1975, v. 3, p. 41).

Com a criação de Israel em 1948, os líderes sionistas do *Yushuv* — judeus europeus *ashkenazes,* principalmente os da vertente trabalhista — institucionalizaram a sua ideologia nos aparatos burocráticos do estado e, desta forma, criaram uma hegemonia do sionismo de origem europeia, que segrega e domina outras etno-classes, como os judeus árabes (os *mizrahim*) e os indígenas palestinos. Com efeito, os palestinos-israelense se tornaram cidadãos de segunda classe, que não possuiam os mesmos direitos que os cidadãos judeus, como será visto abaixo[9]. O historiador israelense Zeev Sternehll, em *The Founding Myths of Israel* (1998, p. 331), observa que sem nenhuma alternativa ideológica além do nacionalismo baseado nos "direitos históricos a toda terra de Israel" e calcado em uma obsessão na colonização da terra e na separação étnica e demográfica, os sionistas trabalhistas dirigentes do recém-fundado estado de Israel não tinham outro rumo se não continuar, após 1948, as políticas e estratégias racistas e místicas perante o solo que levaram a fundação do estado judeu — e que mais tarde se repetiriam nos territórios ocupados em 1967.

Desta forma, a conduta racista, etnocêntrica, exclusivista, colonizadora e expansionista do movimento sionista pré-estatal foi institucionalizado e se tornou ideologicamente hegemônica entre a sociedade israelense. Como coloca Yiftachel (1998, p. 7), o maior obstáculo para a democracia israelense não é necessariamente o seu caráter judeu, pois, por exemplo, a Finlândia se declara "luterana" e a Grã-Bretanha, "anglicana": o principal problema repousa sobre o espelhado processo de judaização e desarabização facilitado e legitimado pela declaração de Israel como "judeu" e pelas estruturas legais e políticas etnocráticas resultantes desta declaração.

3.4.2 Judaização de Israel: nacionalização do espaço

Em 1948, entre 75% e 80% dos palestinos que viviam nos territórios onde havia se estabelecido o Estado de Israel encontravam-se como refugiados nos países árabes vizinhos. O grande desafio israelense era, então, observa Halper (2008, p. 97-125), mantê-los nesta mesma situação: fora de Israel. Se os refugiados fossem autorizados a retornar — ou, mais

[9] Para uma discussão mais abrangente sobre o status dos palestinos em Israel, ver: WHITE, Ben. *Palestinians in Israel: Segregation, Discrimination and Democracy. London: Pluto Press,* 2011; e PAPPE, Ilan. *Forgotten Palestinians: a history of the Palestinians in Israel*. New Haven: Yale University Press, 2011

precisamente, se a comunidade internacional obrigasse Israel aceitar o seu retorno — o "milagre" do êxodo "espontâneo" palestino seria desfeito e o problema demográfico retornaria. O direito de retorno do refugiado, no entanto, é um direito inalienável segundo a lei internacional. Como Israel, um estado criado graças ao apoio da comunidade internacional, por uma decisão de uma instituição internacional reconhecida pelas principais potências mundiais da época e que havia acordado com Estados Unidos e Grã-Bretanha no início de 1948 respeitar a lei internacional, poderia se recusar a aceitar a resolução da Assembleia Geral da ONU que clamava pelo respeito ao desejo dos refugiados palestinos retornarem às suas casas?

A estratégia israelense, que seria depois aplicada durante a ocupação dos territórios palestinos, foi criar "fatos concretos" que efetivamente vedassem o retorno dos refugiados, enquanto os vilarejos palestinos eram reinventados como locais puramente judeus. Já em junho de 1948, o diretor do departamento de assentamento do JNF, Joseph Weitz, havia decidido o destino dos vilarejos uma vez que elas estivessem sido destruídos: um assentamento judeu ou uma floresta seriam erguidos em seu lugar. "Nós havíamos começado a operação de limpeza, removendo os escombros e preparando os vilarejos para o cultivo. Alguns deles virariam parques" (WEITZ, My Diary, vol. 3, p. 294, 30 May 1948 apud. PAPPE, 2006, p. 221). De um modo geral, a propriedade palestina da terra ou a sua mera presença territorial era percebida como uma ameaça à soberania israelense e ao "caráter judaico" do estado. O espaço precisava ser "nacionalizado". O objetivo era garantir o controle sobre o território soberano, judaizando-o e reduzindo a presença árabe nestas áreas.

Desta forma, o regime israelense se voltou para o controle do balanço demográfico nacional com o objetivo de garantir uma massiva maioria judaica através do incentivo da imigração e do assentamento judaica e da emigração árabe por meio da desapropriação e do deslocamento forçado ou voluntário. Naquele mesmo mês, vários atores israelenses, como o exército, o JNF e os judeus dos *kibbutzim* (assentamentos agrícolas coletivos) e dos *moshavim* (assentamentos agrícolas cooperativos) começaram a ocupar as terras, vilarejos, casas e bairros abandonados pelos palestinos (MORRIS, 1999, p. 256-7). O processo foi meteórico. Se ao final de 1947, haviam 279 assentamentos judeus na Palestina Mandatória, em agosto de 1949 este número aumentara em 50%, com a maioria estabelecida em propriedade privada palestina expropriada legalmente pelo estado (WHITE, 2011, p. 23).

O confisco de terras palestinas ocorreu de forma igualmente acelerada. Em 1948, os palestinos eram donos de aproximadamente 2 mil milhas quadradas de terra, o equivalente a 25% de todo Israel, enquanto o JNF detinha apenas 390 milhas quadradas de terra. Em 1962, 92,6% do território israelense pertencia ao estado ou às "instituições nacionais judaicas", como o JNF, a WZO e a JA (HALPER, 2008). Este subterfúgio de subcontratar autoridade estatal sobre a terra à "instituições nacionais" não-estatais permitiu Israel a formalmente manter a promessa de assegurar direitos políticos e sociais a "todos os seus habitantes" enquanto institucionalizava a discriminação extraoficialmente — essas organizações eram proibidas de negociar terra com não-judeus. Neste contexto, a violência foi instrumental para o exercício dos desejos da maioria em detrimento dos direitos da minoria, aplicada principalmente por meio do estabelecimento de um regime militar para os palestinos remanescentes em Israel entre 1948 e 1966 (veja abaixo). Os aparatos burocráticos provocaram a prisão, a morte e a demolição de casas de muitos palestinos durante o período de consolidação do estado judeu.

3.4.2.1 Sistema legal de desapropriação

Nos seus primeiros anos de existência, Israel elaborou um sofisticado regime de terras segregacionista para o confisco das propriedades palestinas. Um sistema jurídico kafkiano pelo qual os terrenos palestinos poderiam ser legalmente expropriados foi colocado em prática, garantindo que os refugiados não tivessem nenhum lugar para o qual pudessem retornar. Como argumenta o jornalista britânico Ben White, em seu livro *Palestinians in Israel: Segregation, Discrimination and Democracy* (2011, p. 23), a aprovação da Lei de Propriedade Ausente em 1950 foi fundacional para o desenvolvimento de um regime de terras exclusivista: o começo de um complexo mecanismo burocrático de expropriação para garantir a permanente alienação da terras palestina abandona em favor do estado judeu.

A lei declarou toda propriedade pertencente aos refugiados palestinos como "terra estatal" e as colocou nas mãos de um Guardião de Propriedade Ausente. Em 1950, os assentamentos cooperativos judeus dominavam 45% das terras palestinas abandonadas e confiscadas e 95% dos novos assentamentos judeus estabelecidos entre 1948-53 foram sobre propriedades declaradas ausentes. Em 1954, mais de um terço da população judaica de Israel vivia em propriedade ausente palestina (WHITE, 2011, p. 23). Várias outras leis foram utilizadas pelas autoridades israelenses para confiscar terra dos palestinos que não haviam fugido. Um exemplo é a Requisição de Terra de Emergência de 1949, que deu o poder ao

governo de confiscar terras em caso de "emergência", largamente utilizada para o assentamento de novos imigrantes judeus. Outros mecanismos de confisco faziam parte do regime militar o qual os palestinos estavam submetidos, que permitia a expropriação de terras palestinas "não-cultivadas" ou localizadas em "área fechada".

3.4.2.2 Judaização da Galileia e do Negev

O projeto de judaização de Israel em seus primeiros anos foi envolto pelo *slogan* de "secar os pântano e fazer o deserto florescer". Além da construção de assentamentos — 370 novos assentamentos foram erguidos entre 1948 e 1953 (HALPER, 2006, p. 120) —, o JNF construiu parques inteiros sobre as ruínas dos vilarejos palestinos, um processo que ficou conhecido como "green-washing", algo como uma "lavagem verde". Essas florestas foram erguidas basicamente com coníferas e pinheiros em detrimento da flora indígena palestina, em parte como uma tentativa de fazer o país se parecer mais europeu — e, portanto, mais judeu, conforme a visão hegemônica sionista. Desta forma, o JNF "ecologizou" os crimes de 1948 para Israel poder contar uma narrativa e apagar a outra (PAPPE, 2006, p. 225-34).

O foco das autoridades israelenses estava nas regiões densamente povoadas por palestinos, como a Galileia e o Negev. Em 1957, Weitz, o chefe do JNF, disse abertamente que o objetivo do trabalho da instituição era "estabelecer a posse do estado de sua própria terra" e "a judaização da Galileia" (WHITE, 2011, p. 25). O objetivo do "Projeto para a Judaização da Galileia" era claramente erodir a predominância árabe na região e quebrar a coerência de suas comunidades. O assentamento de Alto de Nazaré, por exemplo, é constituído de várias comunidades judaicas espalhadas e erguidas sobre terrenos expropriados por "interesse público". O assentamento de Alto de Nazaré, estabelecido em 1950, vigia do alto de uma montanha a cidade de Nazaré, predominantemente palestina. Em 1953, conta White (2011, p. 57), um oficial do governo reconheceu que "fazer de Nazaré uma cidade parcialmente judaica" seria um "ato de colonização com dificuldades". Cartas oficiais e os jornais da época chamavam abertamente o processo empreendido pelo estado na Galileia de "judaização".

No raciocínio das autoridades israelenses na época, não havia porque esconder o objetivo das políticas públicas de assentamento judeu em uma região densamente povoada por palestinos. A ligação entre demografia, racismo e as políticas de judaização viriam a ficar evidentes apenas após vazar um relatório de Israel Koening, o oficial do Ministério de Interior

israelense responsável pelo estabelecimento dos assentamentos judeus. No chamado Relatório Koening, o agente do estado sugere que o governo israelense "expandisse e aprofundasse o assentamento judeu em áreas onde a continuidade da população árabe é proeminente" e que limitasse a expansão dos assentamentos árabes. Ele defendia a "maioria judaica" como um "objetivo legítimo" (WHITE, 2011, p. 55). Sempre houve no discurso israelense uma conexão direta entre "demografia" e as políticas voltadas para a judaização da Galileia. Após a divulgação do Relatório Koening, o slogan oficial de "judaizar a Galileia" tornou-se uma retórica inconveniente, fazendo o governo trabalhista de Itzhak Rabin — que fora citado no relatório como favorável ao projeto de judaização — mudar a denominação oficial de suas políticas na região norte de Israel para "popular a Galileia" e "desenvolver a Galileia". Uma retórica semelhante é atualmente utilizada na judaização da Cisjordânia. Ainda hoje, o projeto estatal de judaização da Galileia é motivo de contestação entre os palestinos que vivem na região.

No deserto do Negev, que consistia quase 60% do território israelense demarcado nas fronteiras de 1949, o alvo eram os beduínos. Eles, que consistiam 25% da população no período do Mandato Britânico (entre 65 mil e 90 mil beduínos em cerca de 95 tribos), haviam restado apenas 11 mil após os acontecimento de 1948 (WHITE, 2011, p. 28). O professor Oren Yiftachel (2006) estima que os beduínos do Negev perderam mais de 95% da sua propriedade através do emprego de várias leis e processos burocráticos por Israel. Desde 1948, dezenas de assentamentos judeus foram estabelecidos em propriedades beduínas, principalmente pelas mãos do JNF. "O governo quer desarabizar a terra", afirmou Yiftachel (2007) em um artigo jornalístico. Mais uma vez, Weitz deixa claro o planejamento do estado judeu.

> O estado hebraico terá que embarcar em uma vasta estratégia de assentamento em seus primeiros anos, [...] uma grande parte no Negev. [...] No Negev, será possível implementar imediatamente as nossas leis de desenvolvimento, com as quais nós expropriaremos a terra de acordo com um plano bem-desenhado. (WHITE, 2011, p. 28).

Pappe (2006) utiliza o conceito de "memoricídio" para descrever a sistemática tentativa acadêmica, política e militar pós-1948 de Israel desarabizar os territórios palestinos: os nomes no mapa e a paisagem de vilarejos, cidades, bairros, montanhas, desertos, locais religiosos e ecológicos, cemitérios, campos de oliveiras e laranjas, etc. foram vertidos do árabe-palestino para o hebraico-sionista. O processo de reconstrução/judaização fez com que a história de um povo fosse apagada com o objetivo de se escrever uma nova — e moderna —

sobre as suas ruínas. A desapropriação foi acompanhada pela renomeação de locais que haviam sido apreendidos, destruídos e agora recriados.

3.4.3 Regime militar: controle e segregação dos palestinos em Israel

Os 160 mil palestinos que não fugiram em 1948 e ficaram no território no qual se constituiu Israel, receberam a cidadania israelense tal qual os judeus israelenses, mas na prática se tornaram cidadãos de segunda classe que não tinham os mesmos direitos que seus "compatriotas" judeus (PAPPE, 2011, p. 35). Essa diferenciação foi institucionalizada por leis discriminatórias que influenciam até hoje a vida dos palestinos em Israel e nos TPO. Um exemplo é a Lei do Retorno, que possibilita que qualquer judeu do mundo se torne cidadão israelense, mas ao mesmo tempo, o estado veda o Direito de Retorno dos refugiados palestinos. Estes palestinos-israelenses ficaram submetidos a um regime militar entre 1948 e 1966 que os diferenciava dos demais cidadãos judeus do estado sob a justificativa da "segurança". O regime foi baseado nas Regulações de Emergência no Mandato Britânico e serviu para burocraticamente subjugar a minoria palestina sob a maioria judaica e moldar o comportamento da população árabe através de variados e sofisticados aparatos de controle enquanto colonizava o território.

> O regime [militar] foi feito para manter a segregação social de árabes e judeus, para extrair recursos importantes da população árabe, e regular e direcionar o comportamento da minoria árabe para servir aos interesses da maioria judaica (LUSTICK, 1980, p. 64 apud WHITE, 2011, p. 72).

O regime militar previa a utilização da lei marcial para julgar os cidadãos palestinos, restrições ao desenvolvimento e movimento dos palestinos e os já mencionados mecanismos legais e burocráticos de confisco de terras. A desarabização da terra de Israel estava entre os efeitos percebidos do emprego destas sistemáticas políticas por meio da desapropriação e o deslocamento dos palestinos de suas terras. Um dos mais restritivos aspectos do regime militar — que ecoa ainda hoje na Cisjordânia ocupada — foi o sistema de permissão de viagem. O controle sobre a liberdade de movimento dos palestinos incluía a obrigação de sempre carregar meios de identificação e permissões de viagem; ônibus frequentemente eram parados para checar as permissões dos seus passageiros árabes. Os crime cometidos pelos palestinos eram julgados em tribunais militares, diferente dos judeus, que eram submetidos à legislação civil. Apenas em 1951, 2 mil cidadãos palestinos foram julgados em cortes militares por transitarem em áreas fechadas sem permissão (WHITE, 2011, p. 74). Os ativistas palestinos também eram perseguidos e exilados, assim como era proibida a formação

de grupos políticos palestinos. As oportunidades de trabalho para os palestinos também eram limitadas.

3.4.4 Paradigmas da segurança e do conflito

A justificativa de ações e empreendimentos que buscavam a judaização e a desarabização do espaço a partir de motivos de segurança, como na ocasião da implementação do regime militar sobre os cidadãos palestinos de Israel entre 1948 e 1966, se tornou uma prática comum das autoridades israelenses. O discurso de segurança servia e serve até hoje como uma forma de camuflar as reais intenções por trás de tais decisões. Como no caso do regime militar supracitado, a segurança foi apenas um subterfúgio encontrado por Israel para justificar e legitimar para a sociedade israelense o emprego de um regime discriminatório e racista que buscava subjugar, controlar, desapropriar e deslocar a minoria palestina no recém-criado estado judeu e, desta forma, facilitar a judaização do espaço nacional. Todos os governos israelenses, independente de partido político, contribuíram para este enquadramento da relação com os árabes e palestinos baseado somente nos direitos dos judeus e na segurança. Este paradigma da segurança parte do discurso — já mitológico — de que a nação judaica busca apenas a paz com seus pares árabes, mas estes odeiam os judeus, querem "empurrá-los ao mar". Desta forma, todas as ações empreendidas contra palestinos e outros árabes são apenas reações de legítima defesa.

Em meio aos inúmeros conflitos bélicos com os vizinhos árabes, este paradigma se tornou hegemônico entre os israelenses judeus. A sua origem está na política da muralha de ferro do revisionismo sionista descrita acima e que ganhou espaço na correlação de forças que forjaram a ideologia da elite sionista que dirige o país. Um Israel forte militarmente, acreditava o formulador Ze'ev Jabotinsky, colocaria os árabes em seu devido lugar. Como veremos no próximo capítulo, o paradigma da segurança foi estendido mais tarde para a ocupação dos territórios palestinos nas justifica de vários empreendimentos judaizantes, como o projeto dos assentamentos e o Muro na Cisjordânia, assim como na retirada da Faixa de Gaza e na cantonização dos palestinos. Israel, dessa forma, acabou carregando para si o fardo da "ameaça da segurança" eternamente, no qual todo palestino é um inimigo e um terrorista potencial. Essa condição acabou por trancar a sociedade israelense em uma situação de conflito e medo do Outro palestino, da qual se tem a percepção de que não há uma saída a não ser intensificar os instrumentos de segurança que tragam uma paz negativa para os israelenses.

Como coloca Halper (2008), o argumento da segurança não fornece uma explicação satisfatória para a manutenção da ocupação e das ações israelenses nos territórios palestinos a partir de 1967. Se isso fosse verdade, terminar a ocupação acabaria com todos os problemas de "segurança" da sociedade israelense. Algo mais está acontecendo.

> Embora seja evocada pelo establishment político e militar como um argumento para uma população insegura, alguns elementos importantes da ocupação na verdade não parecem ter nada a ver com segurança. Israel não estabeleceu aproximadamente 250 assentamentos por causa da segurança [...] O fechamento econômico repentinamente imposto sobre os palestinos no começo do "processo de paz" de Oslo, a severa restrição do seu movimento dentro da Cisjordânia, a demolição de 18,000 casas, a destruição de um milhão de oliveiras e outras árvores, a devastação da agricultura, indústria e infraestrutura palestinas, a rota maluca da Barreira de Separação irrompendo para dentro das áreas palestinas — nenhuma dessas medidas poderia ser explicada pela segurança. Não, algo mais estava acontecendo. (HALPER, 2008, p. 98-9)

4 JUDAIZAÇÃO: COLONIZAÇÃO JUDAICA DE ISRAEL EM CISJORDÂNIA, FAIXA DE GAZA E JERUSALÉM ORIENTAL ENTRE 1967 E 2013

O presente capítulo pretende analisar como ocorreu o processo de judaização dentro do projeto eststal israelense de judaização dos Territórios Palestinos Ocupados entre 1967 e 2013. Embora as causas da Guerra de Junho de 1967 (também conhecida como Guerra dos Seis Dias) ainda são objeto de muito debate[10], as consequências da guerra, entretanto, são indiscutíveis: a longa ocupação de Cisjordânia e Faixa de Gaza, acompanhada do desejo israelense de controlar todas as terras restantes da Palestina histórica. Ao longo dos anos, foram estabelecidos diversos tipos de presença judaica nos TPO — assentamentos, estradas exclusivas, unidades militares — que tinham o objetivo de criar "fatos concretos" no espaço que impossibilitassem o desmantelamento da ocupação e o fim da utopia de reconstrução de toda a bíblica Terra de Israel. Ao mesmo tempo, estes "fatos concreto", principalmente os assentamentos — o assunto central deste capítulo — significaram um maior controle israelense sobre o território e a população ocupada, provocando a judaização do espaço anteriormente palestino. A etapa anterior deste processo, o de desarabização —desapropriação e deslocamento da população indígena palestina — será mais extensamente apreciada no próximo capítulo.

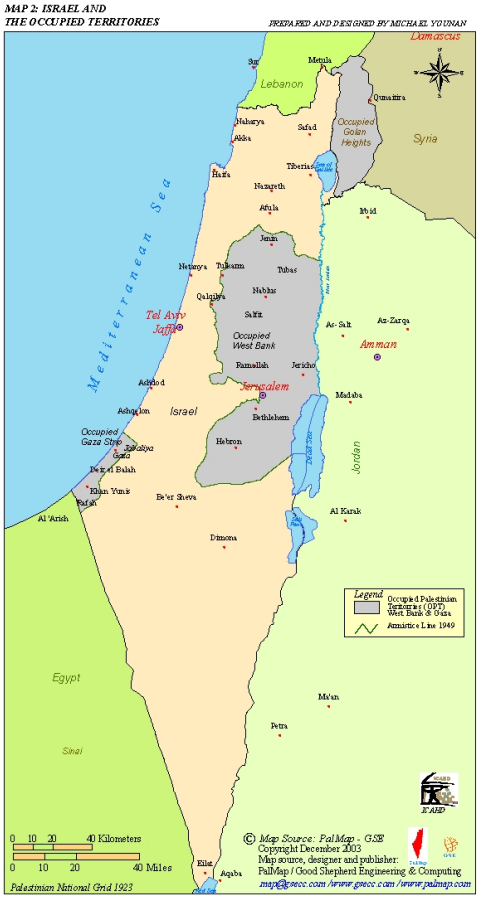
Este capítulo tratará ainda de algumas desmitificações da história da colonização dos TPO. Como, por exemplo, o de que o projeto dos assentamentos é uma empresa do Likud, o principal partido de direita israelense. O que a história factual nos revela é um empreendimento que envolveu todos os setores da sociedade israelense, esquerda e direita, civis e militares, religiosos e seculares. Aqui também será investigada a influência e o impacto dos assentamentos no fracasso das negociações bilaterais de paz entre israelenses e palestinos durantes as décadas de 1990 e 2000. Até em qual medida pode-se creditar aos colonos e suas casas localizadas em território ocupado a manutenção do status quo em Israel-Palestina? Quem são esses colonos? O que os motiva? Quem os financia? Até que ponto as

[10] Algumas fontes, corroborada por documentos confidenciais da década de 1960 recentemente abertos pela lei de acesso à informação israelense ainda sob a análise de historiadores, contradizem a narrativa oficial à respeito da guerra, alegam que anos antes da guerra de junho de 1967, preparativos foram feitos para a ocupação de Cisjordânia e Faixa de Gaza. Veja, por exemplo, Morris, B. *Righteous Victms: A History of the Zionist-Arab Conflict*. New York: Vintage Books, 1999, p. 336. Muitos líderes israelenses são frequentemente citados dizendo se sentirem arrependidos de não terem capturado toda a "Terra de Israel" em 1948 e que não perderiam a oportunidade de "completarem o trabalho" caso uma nova oportunidade se apresentasse novamente; veja, por exemplo, Yigal Allon (Morris, B. *Righteous Victms: A History of the Zionist-Arab Conflict*. New York: Vintage Books, 1999, p. 314).

autoridades israelense estão envolvidas? Qual o interesse israelense em erguer um Muro na Cisjordânia? Segurança ou os assentamentos?

Como uma tática utilizada para esconder estas verdades fundamentais, Israel faz um esforço para esconder informações relativas aos assentamentos: dados oficiais à respeito das ações e da situações dos TPO não são publicadas pela Administração Civil desde a erupção da Primeira Intifada em 1987. Esta pesquisa utilizará, portanto, essencialmente dados obtidos por organizações não-governamentais de direitos humanos israelenses e palestinas, como o Peace Now, o B'tselem e a Arij. Antes de avançar nessa história, trarei o pano de fundo legal utilizado por Israel para possibilitar uma fachada legal e legítima para o emprego do projeto de judaização, considerado ilegal pela lei internacional e ilegítimo pela comunidade internacional.

Mapa 3 – Territórios palestinos ocupados por Israel em 1967



Fonte: ICAHD

4.1 Pano de fundo legal: a ocupação israelense e a lei internacional

Os territórios conquistados por Israel na guerra de 1967 receberam destinos distintos de acordo com os interesses israelenses em cada um deles. Enquanto as Colinas de Golã, conquistadas da Síria, e a parte oriental de Jerusalém, da Jordânia, foram prontamente anexadas; a Faixa de Gaza, conquistada do Egito, e o restante da Cisjordânia, também da Jordânia, receberam um status provisório, uma vez que Israel não desejava incorporar os habitantes destas áreas ao seu coeficiente demográfico nacional, desbalanceado a suprema maioria judaica de Israel e assim manter vivo o sonho de constituição do estado judeu em toda a bíblica *Eretz Israel*. A bibliografia narra que o governo do trabalhista Levi Eshkol se mostrou indeciso quanto ao que fazer com os territórios palestinos, entretanto, ao mesmo tempo, mostrou uma forte inclinação em aprofundar o domínio israelense ao adotar em Cisjordânia e Faixa de Gaza um sistema de controle utilizado durante o regime militar empregado em Israel sobre os seus cidadãos palestinos entre 1948 e 1966, conforme fora descrito no capítulo anterior. Também não demorou muito para Israel começar a estabelecer "fatos concretos" permanentes que garantissem a perpetuação da sua presença naquela região. As autoridades encontraram, contudo, um problema que não haviam se deparado dentro de Israel.

A lei humanitária internacional aplicada aos estados signatários (entre eles, Israel) em tempos de guerra e ocupação, na figura da Quarta Convenção de Genebra de 1949 e das Regulações de Hague de 1907, proíbe a aquisição de território pela força (assim como a alienação de soberania pela força). A única forma aceitável de resolver a situação de um território ocupado é através da negociação. Para não prejudicar essas negociações, a força ocupante está proibida de tomar qualquer medida que torne a ocupação permanente. Ela também não pode transferir população civil para a área ocupada ou construir assentamentos ou qualquer outra infraestrutura permanente, exceto quando tem um propósito militar urgente e legítimo. A força ocupante tampouco pode deportar ou ferir a população ocupada, assim como está proibida de explorar os recursos de um território ocupado (como, por exemplo, utilizar a sua água). Não pode impor as suas leis ou regulações ou anexar unilateralmente o território. Em suma, a uma força ocupante não é permitido alterar o status quo exceto na estrita esfera da defesa militar, e apenas até o término das negociações (HALPER, 2006, p. 145; LEIN, 2002, p. 37-41). O projeto de judaização conduzido por Israel viola cada uma das determinações enumeradas acima.

Como forma de desviar, Israel adotou uma interpretação bem particular da ocupação na Cisjordânia e na Faixa de Gaza que não entrasse em total desacordo com a lei internacional e a Quarta Convenção de Genebra, e, assim, conciliar os seus objetivos geográficos de expansão territorial sem que a sua imagem de a "única democracia liberal do Oriente Médio" fosse manchada. O então advogado-geral militar, Meir Shamgar, antigo membro da milícia sionista pré-estatal Irgun e futuro presidente da Suprema Corte, formulou, em conjunto com outros oficiais, uma política que rejeitava a aplicalidade da Quarta Convenção de Genebra de 1949 aos TPO. De acordo com Shamgar, a lei humanitária não se aplica a Faixa de Gaza e Cisjordânia porque as duas regiões haviam sido tomadas por Egito e Jordânia na guerra de 1948 e nunca teriam feito parte de um estado soberano, tampouco as suas anexações teriam recebido reconhecimento internacional[11] (GORDON, 2008, p. 26-29; WEIZMAN, 2002, p. 37-41). Consequentemente, Cisjordânia e Faixa de Gaza deveriam ser considerados territórios "disputados" ao invés de áreas ocupadas. Essa interpretação, defendida por Israel até hoje, foi amplamente rejeitada pela comunidade internacional ao longo das últimas décadas.

De acordo com o especialista israelense em direitos humanos Eyal Benvenisti (2004), essa interpretação não tem nenhuma base ou legitimidade na lei internacional. Um dos princípios mais antigos da lei internacional, observa Benvenisti (2004, p. 3), estipula que a soberania repousa sobre o povo e não com uma realeza, governo ou regime em particular. Uma das mais recentes afirmações deste princípio, aponta o autor, é a resolução 1483 de Conselho de Segurança da ONU relativa à "mudança de regime" no Iraque, que assegura que uma vez que a soberania é inerente ao povo, o colapso do regime não extingue a soberania. A resolução 1483 concede o mandato aos habitantes do Iraque ocupado a

> determinarem livremente o seu próprio futuro político e controlem os seus próprios recursos naturais [...] para formar um governo representativo baseado no vigor da lei que conceda direitos iguais e justiça a todos os cidadão iraquianos independente de etnia, religião e gênero (RESOLUÇÃO 1483, Conselho de Segurança da ONU, 22 de Maio de 2003).

Benvenisti (2003, p. 110) ainda lembra que a Quarta Convenção de Genebra para os direitos e bem-estar dos indivíduos sob ocupação vale por si só independente de interpretações conflitantes relativas à soberania. Essa posição foi corroborada expressamente pela opinião do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), que determinou que o Muro (como o TIJ o chamou) erguido por Israel na Cisjordânia — cujo traçado, observa o parecer final do

[11] Apenas Inglaterra e Paquistão chegaram a reconhecer a anexação da Cisjordânia pela Jordânia. O Egito manteve a Faixa de Gaza apenas sob um status administrativo.

tribunal, claramente busca anexar *de facto* as áreas tomadas pelos assentamento judeus erguidos em território ocupado — é ilegal por violar a Quarta Convenção de Genebra, assim como o princípio de proporcionalidade. Tão desproporcional é o impacto negativo do Muro na vida dos palestinos que se sobrepõe sobre as questões políticas e de segurança de Israel. A corte internacional também apontou a ilegalidade da anexação de Jerusalém Oriental a Israel e da continuada construção de assentamentos nos territórios ocupados. Israel escapa de sanções internacionais às suas manobras ilegais unicamente por causa do apoio e da defesa estadunidense. Entre 1967 e 2008, os Estados Unidos vetaram 84 resoluções da ONU condenando as políticas israelenses ou ações nos territórios ocupados (HALPER, 2008, p. 148).

Como vários analistas já apontaram, a situação nos territórios ocupados é de "anexação não-declarada". Como bem observa Lisa Hajjar (2005, p. 56), a idiossincrática interpretação de Israel da lei humanitária internacional possibilitou a separação jurídica da terra dos seus habitantes, abrindo caminho para a criação de um sistema legal que serviu de justificação e legitimação jurídica para as sistemáticas políticas israelenses de confisco de terras privadas palestinas e para a construção ilegal de assentamentos judeus nos territórios ocupados. Israel tem extensamente absorvido terras enquanto simultaneamente tenta reduzir ou se livrar da sua população árabe-palestina, como será visto no próximo capítulo. Esses processos resultam na anexação *de facto* de parte dos territórios palestinos e na transferência forçada da população palestina. A separação da população palestina da sua terra é um princípio básico do projeto de judaização.

4.1.1 Sistema legal

A partir da aceitação parcial pelo governo Eshkol da Convenção de Hague de 1907, que estipulava que a força ocupante reconhecesse as leis em vigor antes da ocupação[12], o comando militar israelense dos TPO declarou válidas as leis anteriores à ocupação uma vez que não contradissessem qualquer legislação emitida pelo regime militar. Por conseguinte, foi criado um complexo sistema legal composto por leis do Império Otomano, do Mandato Britânico (particularmente as regulações de emergência de 1945), da Jordânia e do Egito

[12] A Convenção de Hague também determina que a força ocupante irá apenas ser uma administradora e beneficiária da terra e de outras propriedade temporária nos territórios ocupados, e não permite criar "fatos concretos" permanentes que irão continuar na área depois da ocupação.

(dependendo da região), e por ordens militares israelenses[13], que proveram um respaldo legal, legitimador e moral para as ações ilegais de Israel nos TPO, além da perpetuação da própria ocupação.

Ao longo dos anos, os comandos militares expediram mais de 2.500 ordens que lidam com todos os aspectos da vida nos territórios palestinos: de questões militares, judiciais e fiscais a assuntos administrativos, incluindo educação, saúde, bem-estar dos palestinos e até mesmo o status dos assentamentos judeus[14]. Esse complexo sistema legal foi moldado detalhadamente para servir aos interesses israelenses: ele não apenas possibilitava Israel a emitir qualquer lei que desejasse, mas também mudar ou cancelar leis egípcias e jordanianas que vigoravam antes da ocupação. Como aponta Gordon (2008, p. 27-28), Israel fazia apenas uma adoção parcial das cláusulas pertinentes da lei internacional que correspondessem às suas necessidades e objetivos políticos[15]. É importante notar que esse sistema legal nunca foi aplicado aos colonos judeus que se mudaram para Cisjordânia e Faixa de Gaza. Os colonos, assim como qualquer cidadão israelense que viaje aos territórios, estão sujeitos às leis civis israelenses, as quais foram concedidas um status extraterritorial. Assim, Israel conseguiu criar uma situação na qual dois grupos étnicos que dividem o mesmo espaço estão sujeitos a sistemas legais radicalmente opostos[16].

Com o passar dos anos, o sistema legal que servia de base para quase todos os aparatos e práticas de controle da vida palestina — como detenções administrativas, demolições de casas e confisco de terras — produziu um discurso legal e uma série de normas de comportamento, os quais os habitantes palestinos foram simultaneamente encorajados a emular. O *ethos* deste sistema legal criou o seu próprio sistema de controle: a arbitrariedade e a imprevisibilidade dos mandos e desmandos do comando militar dos TPO, que revoga hoje ordens emitidas ontem, em conjunto com uma falta de transparência de seus procedimentos e favorecido por brechas jurídicas entre os diferentes sistemas legais, gerou uma situação de incerteza endêmica entre a população ocupada (GORDON, 2008, p. 28-29). Os juristas

[13] As ordens militares israelenses são decretos emitidos pelo comando militar dos TPO que imediatamente se tornam lei para todos os palestinos vivendo na região.

[14] Para um compêndio das ordens militares israelenses nos TPO, ver DAJANI. Souad. *Ruling Palestine: A History of the Legally Sanctioned Jewish-Israeli Seizure of Land and Housing in Palestine*. Geneva; Bethelem: COHRE; BADIL, 2005, p. 107-116

[15] Israel, por exemplo, não foi quem legalizou as demolições de casas palestinas: as demolições se tornaram legais pelas regulações de emergência do Mandato Britânico, e, de acordo com a Convenção de Hague, era a obrigação de Israel adotar as leis existentes na região antes dela ser ocupada.

[16] Essa situação de dualismo legal, que também se aplica aos judeus habitantes dos assentamentos, mesmo que não tenham cidadania israelense, possibilitou Israel a anexar de facto as regiões judaizadas pelos assentamentos nos TPO.

israelenses Ben-Naftali, Gross e Michaeli (2009, p. 31) ressaltam que essa indeterminação é a principal característica do regime de ocupação, que funciona para legitimar o que seria claramente ilegal de outra forma: o ofuscamento das fronteiras entre a ocupação e a não-ocupação, entre a anexação e a não-anexação, entre o temporário e o indefinido e, de fato, entre a lei e a exceção.

4.1.2 O temporário e a segurança

A temporariedade, uma característica intrínseca de um regime de ocupação, é também instrumentalizada por Israel para bolar políticas e colocar ações em práticas de forma que não seria possível de outra forma sem abertamente entrar em conflito com a lei internacional. O argumento da segurança, observam Ben-Naftali, Gross e Michaeli (2009, p. 59-60), utilizado para justificar o estabelecimento de assentamentos e a cadeia de eventos gerada pelo seu estabelecimento, é insustentável legalmente e pelas evidências. A credibilidade do rótulo de "temporário" que Israel coloca nessas medidas alegadamente de "segurança" é seriamente questionável levando em conta o seu histórico. Como será mais extensamente apreciado no próximo capítulo, o argumento de "necessidade militar temporária" foi largamente utilizado décadas atrás para confiscar terras privadas palestinas que nunca mais foram devolvidas. É bastante instrutiva, neste contexto, a resposta do advogado de estado israelense à Suprema Corte de Justiça do país na ocasião de uma apelação contra a construção do Muro.

> O estado não é impedido de tomar terra através de ordens de confisco temporárias mesmo para o propósito de erguer estruturas que não são necessariamente de natureza temporária. Como forma de ilustração: em Judeia e Samaria [i.e. Cisjordânia], ordens de confisco temporárias tem sido utilizadas para erguer estruturas permanentes de vários tipos, como estradas e comunidades israelenses (BEN-NAFTALI; GROSS; MICHAELI, 2009, p. 61)

Esse jogo de linguagem entre as ações "temporárias" ("confisco") e os seus efeitos "permanentes" ("estruturas") funciona para legitimar as ações israelenses internamente, para a sociedade israelense, e externamente, para a comunidade internacional, no sentido de evitar uma maior pressão contra as suas políticas de construção da *Eretz Israel* sem prejudicar a sua maioria judaica. Em suma, as mesmas ações que indicam que a ocupação não pode mais ser considerada temporária também revelam a violação de substanciais constrangimentos impostos pela lei internacional de ocupação na discrição administrativa da força ocupante. Além da anexação *de facto* de largas porções do território ocupado, estas ações resultam no deslocamento forçado da população ocupada e implicam em graves violações às normas humanitárias e dos direitos humanos. Por conseguinte, fica impossibilitada a

autodeterminação do povo palestino e a criação de um estado palestino contínuo, viável e soberano.

4.2 Políticas de colonização

A política israelense de colonização dos TPO sofreu diversas mudanças ao longo dos anos, refletindo as visões divergentes dos tomadores de decisão, o peso relativo de vários grupos de interesse — principalmente os lobbies militarista e messiânico — e as mudanças na arena internacional. Enquanto essas abordagens divergentes se manifestaram em mudanças na alocação de recursos e nas regiões nas quais se decidia estabelecer assentamentos, todos os governos israelenses desde 1967 contribuíram para o fortalecimento, desenvolvimento e expansão da indústria de assentamentos. Fundamentando ideologicamente toda essa empreitada colonial nos territórios palestinos, sempre estiveram os imperativos sionistas fundadores da etnocracia israelense, delineados no capítulo anterior desta dissertação. Ao se debruçar historicamente sobre as políticas coloniais israelenses, percebe-se em comum a necessidade de adquirir terras e recursos nos TPO e criar "fatos concretos", favorecendo Israel em caso de um acordo de paz. Neste capítulo, será feita uma perspectiva histórica da ocupação dos TPO pelo espectro do desenvolvimento das políticas de colonização promovidas por instituições governamentais e não-governamentais israelenses.

Os processos de aquisição de terras e colonização nos TPO se espelham nas estratégias adotadas mais cedo na Palestina Mandatória e em Israel. Assim como anteriormente na Galileia e no Negev, a atividade colonizadora na Cisjordânia — em uma menor extensão na Faixa de Gaza — focou na consolidação do controle judeu sobre o território. Foram elaborados uma série de planos para a expansão regional dos assentamentos dispersos em blocos além da Linha Verde (a linha de armistício de 1949 demarcando as fronteiras internacionais reconhecidas entre Israel e a Cisjordânia e a Faixa de Gaza) interligados por uma rede viária exclusiva para colonos, cidadãos israelenses e judeus. O projeto de judaização veio a provocar amplas mudanças espaciais nos TPO, que se tornou um território extremamente fragmentado, multifacetado, caótico e segregado. Este capítulo tentará dar conta deste processo histórico que resulta hoje nessa sofisticada configuração espacial dos territórios palestinos.

4.2.1 Primeiro passo: a anexação de Jerusalém Oriental

Nem bem a guerra de 1967 havia terminado, o projeto de judaização da Palestina ocupada pelas forças militares israelenses já havia se iniciado. O primeiríssimo ato da ocupação foi a demolição de dezenas de casas palestinas com o claro propósito de judaização. Em 11 de junho de 1967, tendo nenhuma autoridade judicial sobre a parte oriental ocupada de Jerusalém mas com a cooperação do exército, o prefeito de Jerusalém Ocidental ordenou a destruição do chamado Quarteirão Africano (Mughrabi Quarter) da Cidade Antiga, habitado exclusivamente por árabe-palestinos e localizado aos pés do Muro das Lamentações (GORENBERG, 2007, p. 42-43). O exército proveu as escavadoras, embora a operação não estivesse relacionada a segurança israelense ou ao embate de forças hostis. No meio da noite, relata o jornalista e historiador israelense Gershom Gorenberg (2008) em sua investigação sobre primeiros dez anos da política de assentamento judeu nos territórios palestinos, o Coronel Yaakov Salman ordenou que 135 famílias do bairro deixassem as suas camas e evacuassem suas casas em poucos minutos. Quando se recusavam, Salman mandava as escavadoras iniciarem a demolição de todo jeito. A primeira casa atingida pelo buldôzer militar colapsou sobre os seus moradores, matando uma senhora idosa, Hajji Rasmia Tabaki, provavelmente a primeira vítima da judaização. No lugar das casas foi aberta uma esplanada para que os judeus pudessem acessar livremente as ruínas remanescentes do Segundo Templo de Salomão.

Após a completa destruição do Quarteirão Africano, os militares expulsaram três mil refugiados palestinos da guerra de 1948 que moravam no Quarteirão Judeu, que era adjacente ao Africano, com o franco objetivo de novamente judaizar o agora ampliado espaço. Dois meses após o final da guerra, em 31 de agosto, toda a Cidade Antiga foi declarada um local de antiguidade e nenhuma construção era permitida sem uma autorização arqueológica concedida pelo estado (WEIZMAN, 2007, p. 38). A arqueologia proveu não apenas um bom pretexto para um "retorno" israelense para as terras palestinas, mas também, como reivindica o escritor palestino Nadia Abu El-Haj, a "pegada" de autenticidade histórica que poderia ser desenvolvida em novas construções judaicas onde são hoje locais palestinos — processo este que ocorre de forma sistemática no bairro de Silwan, nas escavações na Cidade de David, não por acaso, nas proximidades da Cidade Antiga de Jerusalém.

Em 27 de junho 1967, vinte e sete dias após o exército israelense completar a ocupação da parte oriental de Jerusalém, o governo Eshkol anexou quase 70 quilômetros

quadrados de terra e incorporou aproximadamente 69 mil palestinos dentro das recém expandidas fronteiras da municipalidade de Jerusalém[17] (WEIZMAN, 2007, p. 25). As novas delimitações tentavam incluir áreas vazias para a expansão da cidade e excluir, o máximo possível, áreas densamente povoadas por palestinos. As novas fronteiras buscavam "unir" dentro de uma mesma área metropolitana a cidade ocidental israelense, a Cidade Antiga, o resto da cidade antigamente administrada pela Jordânia, 28 vilarejos palestinos, os seus campos e pedaços de deserto e transformá-los em uma única "sagrada", "eterna" e "indivisível" capital do estado judeu. Em poucas semanas, foi colocado em prática um intenso plano de assentamentos com o objetivo de garantir o controle israelense sobre as áreas recentemente anexadas, uma vez que ainda existia a possibilidade de que o restante da Cisjordânia retornasse para a Jordânia em um acordo de paz — aqui já vemos a estratégia israelense de estabelecimento de "fatos concretos" para garantir o controle sobre espaços conquistados que deseja manter caso um acordo venha a trocar terras por paz[18].

4.2.2 Governos trabalhistas: o início da colonização judaica dos TPO

O governo de unidade nacional liderado pelo trabalhista Levi Eshkol foi estabelecido pouco antes do início da guerra de 1967. Nos primeiros meses após a guerra, historiadores que se debruçaram sobre esse período como Shlaim (2004), Goremberg (2008), Lein (2002) e Gordon (2008) narram que o governo mostrava uma indecisão sobre o que fazer com parte dos territórios ocupados: não havia uma clara política a respeito do assentamento israelense em Cisjordânia e Faixa de Gaza. A inclinação inicial da maioria dos membros do governo era manter o controle sobre os territórios palestinos conquistados na guerra como uma forma de barganha para futuras negociações. Logo, rejeitavam os planos para estabelecer assentamentos civis nestas áreas. Contudo, essa inclinação logo caiu por terra graças à pressão de principalmente, dois grupos de interesses: os messiânicos, que reivindicavam a integração dos territórios remanescentes da bíblica Terra de Israel ao estado judeu; e o militaristas, que

[17] Aos palestinos habitantes da área anexada foi dada a opção de se tornarem cidadãos israelenses, mas para tanto eles precisavam abdicar da cidadania jordaniana. Apenas uma pequena parte aceitou. De qualquer forma, todos os habitantes se tornaram residentes permanentes de Jerusalém com poder de voto nas eleições municipais. Contudo, a ausência de cidadania os deixou vulneráveis a vários mecanismos burocráticos que buscavam transferi-los, diretamente ou indiretamente, para fora da cidade e assim diminuir a população árabe-palestina do município.

[18] A expansão dos assentamentos e dos limites da municipalidade de Jerusalém chegou hoje a um ponto que praticamente corta a Cisjordânia ao meio, quase que impossibilitando o trânsito do palestinos entre o norte e o sul do território. Há uma grande discussão em Israel e nos TPO à respeito de uma área chamada de E1, por onde passa a única de estrada palestina que liga Ramallah a Belém, o norte ao sul. Caso Israel venha concretizar os seus planos de construir unidades militares e assentamentos civis nesta área, a liberdade de ir e vir dos palestinos dentro do território será ainda mais dificultada, senão totalmente inviabilizada.

consideravam a Cisjordânia um importante corredor de defesa no *front* oriental israelense. Como resultado, o governo decidiu definir as novas fronteiras do estado com base em considerações de segurança e religiosas.

As autoridades israelenses sempre consideraram que a fronteira do estado, como Golda Meir uma vez disse, é onde judeus vivem e não onde uma linha é traçada no mapa (ARONSON, 1987, p. 14). Assim, não demorou muito para que se iniciasse o processo judaização da Palestina ocupada: três meses depois do início da ocupação, em setembro de 1967, Kfar Ezyon se tornou o primeiro assentamento a se estabelecer nos TPO, ao sul de Jerusalém. Ele foi estabelecido por causa da pressão de um grupo de colonos, dos quais alguns eram parentes dos residentes originais da comunidade de Kfar Ezyon, que foi abandonada e destruída durante a guerra de 1948. Em pouco tempo, algumas unidades militares alojando civis foram erguidas, largas faixas de terra foram confiscadas nas quais novas comunidades, cidades, estradas e redes de eletricidade foram construídas enquanto mais e mais judeus se transferiam de Israel para os TPO.

4.2.2.1 O Plano Allon

Poucas semanas após o início da ocupação, Yigal Allon, ministro da Agricultura e diretor do comitê governamental de assentamento, apresentou uma proposta de assentamento civil em áreas específicas da Cisjordânia no que ficou conhecido como o Plano Allon, cujo objetivo era estabelecer uma linha de defesa ao longo da margem externa dos território[19]. O Plano Allon tinha uma compreensão de todo os territórios conquistados na guerra e defendia o redesenho dos limites do estado ao longo da principal fronteira topográfica da região, o Grande Vale Rift, uma profunda fenda tectônica que formava a margem oriental dos territórios ocupados por Israel. Allon propôs anexar uma faixa ao longo da fenda, que se estendia da Colinas do Golã ao norte, atravessava o Vale do Jordão ao leste e ia até a parte mais ao sul da Península do Sinai, na cidade egípcia de Sharm el-Sheikh. Essa faixa geraria, de acordo com Allon, "a máxima segurança e o máximo território para Israel com um número mínimo de árabes" (WEIZMAN, 2007, p. 58). O arquiteto israelense Eyal Weizman (2007) observa que essa faixa era esparsamente povoada pois, durante a guerra, buscando garantir a segurança de suas novas fronteiras, o exército israelense evacuou e destruiu quase todos os

[19] Simultaneamente, o chefe de estafe Chaim Bar Lev apresentou uma proposta de defesa no Canal de Suez que era produto da mesma doutrina territorial, conhecida como Linha Bar Lev. Ver WEIZMAN, Eyal. *Hollow Land. Israel's Architecture of Occupation*. Verso: Londres e Nova York, 2007, p. 57-85

vilarejos palestinos do Vale do Jordão — com exceção da cidade de Jericó —, todas as cidades e vilarejos sírios das Colinas de Golã e todos os cidadãos egípcios — com exceção dos beduínos — do Sinai.

Na Cisjordânia, além de uma faixa de uma faixa de vinte quilômetros de largura do Vale do Jordão com um corredor de passagem ligando à Jerusalém, o plano previa a anexação do assentamento de Kfar Ezyon, de Jerusalém Oriental, da maior parte do deserto da Judeia e de uma faixa de territórios ao sul das montanhas de Hebron[20]. Dentro destas áreas, que representavam quase metade da Cisjordânia (LEIN, 2002, p. 12), o plano advogava pelo estabelecimento de uma cadeia de assentamentos garantindo a "presença judaica" e constituindo um passo preliminar levando à anexação formal. Embora nunca tenha sido oficialmente endossado pelo governo, o Plano Allon foi gradualmente colocado em prática durantes a primeira década de ocupação israelense sob diferentes administrações trabalhista[21]. À medida que colocavam em funcionamento diversos instrumentos legais e burocráticos para a desapropriação dos palestinos de suas terras, as autoridades israelenses iniciaram a instalação de bases militares na Cisjordânia e na Faixa de Gaza para o controle da população e dos territórios ocupados.

Algumas destas bases eram usadas exclusivamente para treinamento e outras eram campos NAHAL, como previa o Plano Allon. NAHAL é uma sigla em hebraico para Noar Halutzi Lohem (Juventude Pioneira Lutadora) e se refere às brigadas militares que combinam serviço militar e civil, mistura pretendida por Allon e por autoridades israelenses, como o ministro da Defesa, Moshe Dayan, e a primeira-ministra a partir de 1969, Golda Meir. Anos antes da ocupação, a NAHAL introduziu uma prática pela qual erguia postos militares avançados nas fronteiras israelenses e gradualmente convertiam esses postos em comunidade civis agrícolas. Como relatam os historiadores israelenses Idith Zertal e Akiva Eldar em sua pesquisa sobre a história dos assentamentos judeus nos territórios palestinos, *Lord of the Lands* (2007, p. 374-82), a maioria dos campos NAHAL erguidos nos territórios ocupados se converteram mais tarde em assentamentos civis.

[20] As duas partes restantes do território, de acordo com o plano, se tornariam áreas palestinas auto-administradas confederadas com o Reino da Jordânia.
[21] Entre 1967 e 1977, quinze assentamentos foram erguidos ao longo do rio Jordão, vinte nas Colinas de Golã e cinco no deserto do Sinai. Ver WEIZMAN, Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation. London: Verso, 2007, p. 278.

Em 1968, três postos militares deste tipo já haviam se estabelecido no Vale do Jordão — Argaman, Kalya e Mehola — que se tornaram comunidades agrícolas civis. É importante notar que a maioria dos soldados membros da brigada NAHAL são provenientes de *kibutzim* e *moshavim* (fazendas comunais) e eram afiliados a movimentos juvenis de esquerda. Foram exatamente estes jovens seculares, imbuídos de um espírito pioneiro dos primeiros sionistas, a maioria alinhada ao partido Trabalhista ou até mesmo à esquerda dos trabalhistas, e não judeus de direitas que acreditavam em uma ideologia messiânica, que estabelecerem a maioria dos assentamentos neste primeiro período. Os assentamentos no Vale do Jordão, no extremo leste da Cisjordânia, serviam para fortalecer a fronteira ao longo do rio Jordão, mas o seu estabelecimento foi percebido como uma regeneração do sionismo trabalhista e uma revitalização do seu espírito pioneiro agrícola. A agricultura nesta paisagem árida, sustentada pela grande extração de água do aquífero da montanha, era visto, de acordo com o famoso slogan sionista, como uma tentativa de "fazer florescer o deserto"[22]. Os governos trabalhistas, simultaneamente, autorizaram judeus religiosos a estabelecerem alguns assentamentos, como foi no caso de Kfar Etzion, e na ocupação de um prédio do Park Hotel de Hebron pelo movimento de colonos Gush Emunim, em uma tentativa de estabelecer um assentamento no meio de uma cidade palestina.

4.2.2.2 O Plano Dayan

O ministro da Defesa dos dez primeiros anos de ocupação, Moshe Dayan, principal opositor político de Allon, apresentou informalmente em 1968 um plano diametricamente oposto ao do rival, no qual a principal estratégia era assentar judeus na faixa de montanha da Cisjordânia. Para este fim, Dayan propôs a construção de cinco grandes bases militares na parte central da região montanhosa da Cisjordânia que seriam cercadas pelo que ele chamou de "punhos de assentamentos judeus" que "desmembrariam a continuidade territorial [palestina]" (WEIZMAN, 2007, p. 93-94). Diferente dos assentamentos de Allon, não seriam comunidades agrícolas, mas industriais que explorariam a barata mão de obra local. Dayan reuniu as suas ideias em um documento publicado em julho de 1973 no qual propunha dez pontos para a construção de assentamentos nos TPO (DAJANI, 2005, p. 73-74). Central neste relatório era a recomendação de que a compra de terras por judeus fosse incentivada e que

[22] A enorme utilização de água pelos assentamentos judeus afetou os vilarejos palestinos na região da montanha do vale. O consumo de água de 6.200 colonos no Vale do Jordão era equivalente a 75 por cento do consumo de água doméstico e urbano de toda a população palestina da Cisjordânia. Ver B'TSELEM. *Not Even a Drop, The Water Crisis in Palestinian Villages Without a Water Network*. Jerusalem: B'Tselem, 2001.

assentamentos fossem expandidos em áreas específicas — incluindo Jerusalém Oriental, o sul da Faixa de Gaza e o norte da Cisjordânia. A publicação deste documento corrobora a hipótese de que durante a primeira década de ocupação, o governo israelense não se orientava apenas pelo extraoficial Plano Allon: a atividade colonizadora na prática nos TPO já tinha ultrapassado as orientações originais do deputado (ARONSON, 1987, p. 71).

Ao todo, 27 assentamentos foram fundados na primeira década de ocupação na Cisjordânia, excluindo Jerusalém Oriental (GORDON, 2008, p. 125). Em uma tentativa frustrada de sensibilizar o eleitorado pró-assentamento, cerca de quinze estavam a caminho quando o partido Trabalhista perdeu as eleições de maio de 1977 para o Likud. Nessa época, 4.500 colonos viviam na Cisjordânia (outros 50 mil moravam em Jerusalém Oriental), a maioria no Vale do Jordão conforme as diretrizes do Plano Allon, mas também em vários assentamentos do Gush Emunim na região das montanhas (GORDON, 2008, p. 125). Esses números, como aponta Gordon (2008, p. 125), desmentem três mitos. O primeiro: de que os governos de direita do Likud começaram a política de assentamento para impedir a possibilidade de retirada dos TPO. Na verdade, um quarto dos assentamentos que existem atualmente foram estabelecidos durante a primeira década de ocupação; se contar aqueles planejados, quase um terço dos atuais assentamentos foram feito por iniciativa dos trabalhistas antes de perder a eleição de 1977. O segundo: a maioria das narrativas tendem a apresentar a política de assentamento como uma empresa extragovernamental levada a cabo por movimentos de colonos em oposição direta à política governamental. Na realidade, os vários governos israelenses estabeleceram a vasta maioria dos assentamentos e mesmo aqueles erguidos contra a vontade do governo por grupos de judeus religiosos receberem permissão e apoio financeiro do governo. O terceiro: apenas pouco mais da metade dos assentamentos construídos pelos governos trabalhistas se localizavam no Vale do Jordão; o governo também ergueu dois assentamentos em Gaza, dois na Samaria, um logo ao oeste de Jerusalém e seis ao sul das cidades de Gush Etzion e Hebron. Não parece que um governo pretendendo deixar os territórios que capturou investiria tantos recursos para construir tantos assentamentos e transferir tantos civis para lá. Shlomo Gazit, o primeiro coordenador do governo para atividades nos territórios ocupados, corrobora essa hipótese:

> Desde o primeiro dia de domínio israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, era claro que os assentamentos israelenses nos territórios em geral, e especialmente nas áreas densamente povoadas, tinham implicações políticas de longo alcance. Esses assentamentos eram projetados para estabelecer uma nova realidade que influenciaria a futura solução política. [...] Era claro que a construção de assentamentos israelenses civis era uma declaração política comparável à decisão do

> Knesset em junho de 1967 de anexar Jerusalém Oriental: os assentamentos eram construídos em locais dos quais Israel não tinham nenhuma intenção de se retirar. (GAZIT, 2003, p. 241).

Embora tenha sido apresentado por políticos e militares como meios de satisfazer necessidades de segurança durantes a primeira década após a guerra, os assentamentos na verdade serviram como elementos *de facto* no processo de confisco e pode ser percebido como uma continuação direta da estratégia "muro e torre" de antes da criação do estado. Em contrate com a estratégia original sionista, em que os colonos judeus conduziram operações clandestinas em oposição às políticas das autoridades britânicas, os primeiros assentamentos nos TPO receberam autorização do governos e dos oficiais militares, mesmo que uma política à respeito dessas autorizações não existisse.

4.2.3 A influência do Gush Emunim e dos colonos nacional-religiosos

Em 6 de outubro de 1973, no feriado judeu de Yom Kippur, um ataque surpresa sírio-egípcio quebrou as linhas de defesa israelenses na Península do Sinai — a Linha Bar Lev — e nas Colinas de Golã. Apesar dos israelenses terem conseguido expulsar o exército sírio e contido o avanço das tropas egípcias no deserto do Sinai a uma distância segura de Israel, os acontecimentos de 1973 configuraram-se na mais amarga derrota militar na história do exército israelense, provocando uma percepção na sociedade israelense de que a "Fortaleza Israel" não era invencível. Apesar de ter se recuperado do ataque e vencido militarmente o conflito — com a participação decisiva do chefe do Comando do Sul do exército, Ariel Sharon, que então desenvolveu a sua estratégia em forma de matriz que seria a inspiração mais tarde para o seu plano de colonização e controle dos TPO, como será visto mais a frente —, pode-se dizer que Israel perdeu a guerra. Como argumenta o general alemão e teórico da guerra Carl Von Clausewitz (1832), a guerra é a extensão da política por outros meios: após o cessar-fogo, claramente os israelenses saíram derrotados politicamente, enquanto até hoje no Egito comemora-se o sucesso da campanha vitoriosa de 6 de outubro de 1973.

Weizman (2007, p. 71-79) observa que o trauma do rompimento da linha de defesa, ocorrido no dia do perdão judeu, iniciou uma mudança na consciência nacional que ajudou a liberar os sentimentos religiosos e messiânicos que em quatro anos tirariam os trabalhistas do poder e aumentariam o poder de barganha do presidente egípcio Anwar Sadat nas negociações de paz com os israelenses, selada em Camp David em 1979. A guerra deslocou as estruturas coesas que pareciam sustentar a sociedade israelense até então e colocou em

movimento um processo de levante político e social que acabou com a unidade e a hegemonia do estado. No período pós-1973, ocorreram processos de fragmentação social, política, econômica e geográfica em Israel e nos TPO. A hegemonia política do movimento Trabalhista começou a ceder poder a uma variedade de pequenas organizações não-governamentais, extraparlamentares e grupos de pressão que passaram a abranger uma paisagem política maior, mais complexa e multipolar. A centralidade do estado na vida política israelense passou a ser contestada tanto a direita quanto a esquerda.

No outono de 1973-74, protestos em todo o país, liderados por veteranos da Guerra do Yom Kippur e inspirados no movimento estadunidense contrário à Guerra do Vietnã, derrubaram o governo de Golda Meir e Moshe Dayan, substituído então pelos também trabalhistas Yitzhak Rabin, no cargo de primeiro-ministro, e Shimon Peres, no posto de ministro da Defesa. Os protestos foram a primeira expressão pública de dissidência em Israel em relação às questões de segurança. Em meio à crise econômica internacional do petróleo e à proliferação de atores não-estatais ao redor do mundo como movimentos revolucionários e guerrilheiros, grupos religiosos e organizações humanitárias, em Israel aconteceu a consolidação de uma organização de um novo tipo de sionismo nacional-religioso, que unia ideologias díspares e contraditórias já existentes dentro do movimento sionista, como pioneirismo, militarismo, religiosidade, nacionalismo e o messianismo.

O coração do religioso, messiânico e de direita Gush Emunim (Bloco dos Fieis, em hebraico), fundado para promover os assentamentos judeus nos TPO, era formado por soldados e oficiais que haviam servido juntos na guerra de 1973, além de colonos religiosos de assentamentos já existentes, membros de vários grupos nacional-religiosos e do Partido Nacional-Religioso Israelense. Para estes ativistas, a guerra de 1973 era parte de um processo messiânico iniciado com as conquistas de 1967 e um teste para a nação israelense. Eles viam todo conflito como uma guerra por Jerusalém, e portanto uma guerra contra Deus, um ponto aparentemente enfatizado pela escolha do momento do ataque dos exércitos árabes em Yom Kippur. A vitória israelense sobre os árabes seria uma vitória de Deus, da luz sobre as trevas. O principal objetivo do Gush Emunim era redimir a bíblica *Eretz Israel*, construindo assentamentos judeus em importantes locais bíblicos da Cisjordânia. Foram estes colonos, chamados de "ideológicos", que conseguiram melhor explorar a fraqueza e o caos organizacional dos governos israelenses traumatizados pela guerra após 1973, e assim erguer para si um pequeno império colonial nos territórios ocupados.

4.2.3.1 Modus operandi: assentando nos topos dos morros

A principal tática do Gush Emunim em seu início era pressionar os governos trabalhistas a construírem o maior número de assentamentos nos TPO (LEIN, 2002, p. 13). A organização buscava dispersar os seus assentamentos em uma região mais ampla possível: "Nosso controle sobre uma região é em função não apenas do tamanho da população residente ali, mas também o tamanho da área no qual essa população exerce a sua impressão e influência" (GUSH EMUNIM, 1980 apud LEIN, 2002, p. 13). Uma vez que o Vale do Jordão, Gush Etzyon e as montanhas ao sul de Hebron faziam parte dos planos de assentamento do governo, o Gush Emunim priorizava a região montanhosa da Cisjordânia — a área contendo a maioria da população palestina. O principal método adotado pelo movimento era assentar em um local determinado sem a permissão do governo — e algumas vezes em oposição à sua política — em um esforço para forçá-lo a mais tarde reconhecer o assentamento como um fato consumado. A estratégia era construir o maior número de assentamentos em áreas que o governo poderia evacuar sob a pressão internacional, os "fatos concretos", forçando-o a manter o controle o máximo de território ocupado em 1967 quanto possível.

Pouco antes da guerra de 1973, por exemplo, um grupo de ativistas nacional-religiosos se reuniu com a primeira-ministra Golda Meir para pedir permissão e assistência do governo no estabelecimento de um pequeno assentamento na região montanhosa ao noroeste da cidade de Nablus, próximo ao vilarejo palestino de Sebastia. O local estava muito fora das fronteiras do Plano Allon e contradizia o princípio de assentar apenas em regiões esparsamente povoadas por palestinos, pois os trabalhistas tinham o interesse de anexar as regiões onde construíam assentamentos judeus e incorporar o menor número de árabes possível ao estado de Israel no processo. A recusa de Meir, relata Weizman (2007), levou a oito tentativas consecutivas nos três anos seguintes de assentar na localidade sem a permissão do governo. As tentativas ocorriam por meio de expedições de caravanas formadas por colonos-por-vir e logisticamente apoiadas pelo Partido Nacional-Religioso Israelense.

Em certas ocasiões, eles eram acompanhados por professores universitários, escritores e membros do Knesset. As caravanas enfrentavam manifestações da esquerda sionista e normalmente eram desmanteladas pelos militares. Até que no inverno de 1976, durante o feriado de Hanukkah, após mais uma tentativa malfadada, colonos e governo chegaram a um acordo no hall central da estação ferroviária abandonada de Sebastia. O então ministro da

Defesa israelense, Shimon Peres, permitiu aos colonos permanecerem na base militar de Qadum, ao sul de Nablus. Durante os dois anos seguintes, o enclave dos colonos cresceu mais do que toda a base e foi oficialmente transformado no assentamento civil de Qedumin (NEWMAN, 1982, p. 40-43).

A causa do sucesso do Gush Emunim, observa Weizman (2007, p. 90), foi a instrumentalização de uma lógica caótica e oportunista. Diferente da lógica de planejamento racional dos governos, que buscam mobilizar recursos e organizar a paisagem de uma forma que expresse uma visão política estratégica, a lógica operacional deste movimento colonial busca identificar os buracos e fissuras dentro da organização do poder executivo e explora conflitos entre membros do governo, oportunidades políticas e alianças de ocasião. Em alguns casos, por exemplo, o Gush Emunim recebeu a permissão das autoridades para estabelecer um assentamento sob falsas pretensões. Certa vez, membros do movimento receberam permissão para estabelecer um "campo de trabalho" próximo ao vilarejo de Ein Yabrud. O "campo" mais tarde se tornou o assentamento de Ofra. Em outro caso, o assentamento de Shilo foi erguido sob pretexto de uma escavação arqueológica (LEIN, 2002, p. 13).

Embora o governo apresentasse os colonos religiosos como opositores, em praticamente todos os casos, segundo Gordon (2008, p. 123), os dois campos terminaram cooperando, com o governo provendo assistência aos colonos. O problema dessa narrativa, que descreve o movimento de colonos estabelecendo assentamentos contra todas as probabilidades, é que se o governo realmente quisesse poderia ter impedido os colonos de chegarem à Sebastia ou de estabelecerem Kfar Etzion sem gastar muita energia nem crédito político. Zartal e Eldar (2007) mostram que os líderes trabalhistas Shimon Peres, Yitzhak Rabin, Yigal Allon e Moshe Dayan eram a favor da política de assentamentos. A noção de que os governos trabalhistas e os colonos pertenciam a campos ideológicos opostos é verdadeira apenas para aqueles interessados em diferenças táticas.

4.2.4 – Políticas do Likud

Adicionado ao caos organizacional dos primeiros dez anos da política de assentamento trabalhista, esteve a mudança de poder de 1977 que também resultou em grandes mudanças na burocracia estatal. Os experientes funcionários do partido Trabalhista, acostumados a conduzirem os assuntos estatais por quase trinta anos, foram substituídos por novos funcionários políticos inexperientes, aumentado o caos institucional (WEIZMAN, 2007, p.

95). A partir da emergência do Likud ao poder, a geografia dos assentamentos nos TPO se tornou o resultado territorial da pressão exercida pelo Gush Emunim e por outras organizações de colonos, da suspensão do controle governamental sobre o estabelecimento de "fatos concretos" ilegais e irregulares, da aleatória improvisação de Ariel Sharon, das "soluções de emergências" dos militares para os obstáculos legais e burocráticos, e o conflito entre diferentes agências e ideologias sionistas. Esse processo incoerente e conflituoso e o envolvimento de agências ativistas independentes parece ter aumentado a eficiência e foi, paradoxalmente, uma das razões para o sucesso da política de assentamento.

4.2.4.1 O Plano Drobless e a participação da WZO e do JNF

O clima político febril pós-guerra trouxe o partido de direita Likud, sob a liderança de Menachen Begin, pela primeira vez ao poder em 1977 a partir de uma plataforma eleitoral que combinava uma política externa de direita e uma política econômica liberal. Em 1978, Matitiyahu Drobless, o diretor do departamento de assentamento da *World Zionist Organization* (WZO), publicou um detalhado plano para o assentamento de comunidades judaicas nos TPO, atualizado várias vezes nos anos seguintes, no que ficou conhecido como o Plano Drobless. O plano ilustra o envolvimento próximo e contínuo da WZO nos assuntos israelenses, mesmo após o estabelecimento do estado judeu. Em sua capacidade de representar os judeus ao redor do mundo, a WZO também se tornou bastante envolvida na tomada de decisão sobre a aquisição de terras e nas atividades coloniais nos TPO. A *Jewish Agency* (JA), como o principal órgão colonizador da WZO, participou ativamente das decisões sobre os assentamentos nos TPO por meio Comitê Ministerial para Assentamento — chefiado por Ariel Sharon —, que contava com representantes da WZO, da JA, do Ministério da Agricultura e da Habitação israelenses. De acordo com este documento orientador das políticas colonizadoras do governo e da WZO a partir de então:

> A presença civil de comunidade judaicas é vital para a segurança do estado. [...] Não deve haver a menor dúvida à respeito da nossa intenção de manter o controle da Judeia e Samaria para sempre. [...] O melhor e mais efetivo jeito de remover qualquer resquício de dúvida sobre a nossa intenção em manter o controle sobre a Judeia e Samaria para sempre é tocar uma ação rápida de assentamento nestas áreas (DROBLESS, 1980, p. 3 apud LEIN, 2002, p. 14).

O plano ainda tinha como objetivo "minimizar a ameaça do estabelecimento de outro estado árabe na região" (DROBLESS, 1980, p. 3 apud LEIN, 2002, p. 14). Lein (2002, p. 14) observa que o Plano Drobless estava completamente alinhado com os planos do Gush Emunim, provendo a fundação para uma cooperação entre as duas organizações. Essa

cooperação levou ao estabelecimento de dezenas de “assentamentos comunitários”, a maioria situada na região montanhosa da Cisjordânia próxima aos centros populacionais palestinos. Uma mudança na política colonizadora para uma orientação abertamente anexionista a partir da influência destes órgãos messiânicos sobre o governo Begin pode ser percebida na decisão do primeiro-ministro em abolir os termos “ocupação”, “territórios ocupados” e “Cisjordânia” no léxico oficial do estado e substituí-los por Judeia e Samaria, os nomes bíblicos da região. A WZO investiu bilhões de dólares nos assentamentos construídos em acordo com este plano: de 5 bilhões de dólares investidos para este fim em 1974, o financiamento da WZO pulou para quase 30 bilhões de dólares em 1979 e para mais de 41 bilhões de dólares em 1981. A maior parte destes investimentos foi para assentamentos nas áreas identificadas como prioridades no Plano Drobless: 73% dos fundos em 1978 e 69% em 1981 foram investidos na construção de assentamentos nas regiões montanhosas da Cisjordânia (DAJANI, 2005, p. 76).

4.2.4.2 O Plano Sharon: assentando as montanhas

O homem indicado para colocar em prática a ostensiva política de assentamento da administração do Likud foi Ariel Sharon, então sensação da efervescente política israelense e nomeado ministro da Agricultura e chefe do Comitê Ministerial para Assentamento. Sharon havia ficado famoso em Israel durante a Guerra do Yom Kippur de 1973, quando, após desdenhar da fileira estática de bunkers fortificados construídos ao longo do Canal de Suez, chamada de Linha Bar-Lev, ser demitido pelo chefe de estafe do exército, Chaim Bar-Lev, do comando da Divisão do Sul do exército — responsável por guardar a fronteira com o Egito na Península do Sinai. Ao ser chamado de volta às pressas após os egípcios terem facilmente rompido as fortificações, Sharon colocou em prática, com surpreendente efetividade, a sua estratégia alternativa: uma matriz dinâmica composta por uma série de pontos fortes, espalhados sobre uma série de topos de morros importantes taticamente, vigiando o Canal de Suez de uma distância de aproximadamente uma dúzia de quilômetros.

Entre esses pontos, descreve Weizman (2007, p. 64-68), Sharon propôs colocar patrulhas móveis imprevisíveis. O raciocínio de Sharon era que esse arranjo negaria ao exército egípcio um alvo óbvio, uma composição fixa contra qual eles poderiam planejar um ataque, como fora feito com a Linha Bar Lev. Ao invés de segurar uma linha estática, o exército manteria pontos estratégicos que lhe permitiria avançar ou recuar sem deixar de lado toda a sua formação ofensiva ou defensiva, sem ter que partir pro tudo ou nada. Desta forma, os israelenses, liderados por Sharon, empurraram os egípcios de volta para o lado ocidental do

Canal de Suez e derrotaram militarmente os seus adversários. A foto de Sharon liderando os soldados israelenses com a cabeça dramaticamente enfaixada por uma atadura na guerra contra os egípcios o tornou famoso, principalmente entre os jovens manifestantes dos protestos do pós-guerra que o viam como um rebelde que desafiou com sucesso as diretrizes do então hegemônico governo trabalhista, catapultando a sua carreira política.

Em 1977, como ministro do governo do Likud, Sharon se voltou contra a segunda das linhas de defesa elaboradas pelos trabalhistas: os assentamentos civis-militatzares estabelecidos pelo Plano Allon. Buscando implementar a lições aprendidas na campanha do Sinai em 1973, Sharon afirmou em suas memórias que

> uma linha fina de assentamentos ao longo [da fronteira com a] Jordânia [i. e. o Plano Allon] não proveria defesa viável a não ser que o terreno elevado atrás dele também fosse fortificado [...] a questão estratégica vital eram como prover profundidade para a planície costeira [...] a resposta era construir uma [rede] de assentamentos urbanos, industriais nas cordilheiras vigiando a planície [costeira]. (SHARON, 2001, p. 358).

Quarenta dias após assumir o ministério, Sharon apresentou a sua primeira proposta em uma série de planos para a criação de assentamentos judeus na Cisjordânia, elaborado em conjunto com o arquiteto Avraham Wachman. O plano projetou uma rede de mais de cem pontos a serem habitado por assentamentos suburbanos, urbanos e industriais nas cordilheiras através da Cisjordânia (WEIZMAN, 2007, p. 80-81). De acordo com o plano, os assentamentos se organizariam em blocos sustentáveis, nos quais um número de assentamentos rurais e suburbanos menores receberiam serviços de outros urbanos e industriais maiores. Cada bloco de assentamento seria conectado com autoestradas para outras conurbações do tipo e para os principais centros metropolitanos de Israel.

Sharon via a formação de habitações judaicas contínuas como uma forma de anexação de áreas vitais para a segurança de Israel. Essas áreas ele marcou no mapa anexado ao seu plano na forma da letra H. O "Plano-H" continha duas linhas paralelas norte-sul de faixas de terras: uma ao longo da Linha Verde, dominando a Cisjordânia ao oeste, e outra ao longo do Vale do Jordão, aceitando a presença do Plano Allon para conter o território ao leste. Esta fileira ocidental buscava assentar as verdes e férteis encostas das montanhas da Judeia e Samaria com a sua topografia moderada, solo agriculturável, com água em abundância e uma posição privilegiada de vigilância da planície costeira densamente povoada por judeus. Essas duas faixas separavam os centros populacionais palestinos localizados nas montanhas centrais da Cisjordânia. Entre essas faixas norte-sul, Sharon marcou algumas artérias de tráfego leste-

oeste — a principal conectando até Jerusalém, compondo o H no mapa. O resto, aproximadamente 40% da Cisjordânia, ficaria separado em enclaves ao redor das cidades palestinas em algum tipo de auto-gestão autônoma palestina[23].

Taticamente, o Plano Sharon localizava pequenos assentamentos em cumes estratégicos, permitindo-os que funcionassem como pontos de observação: mantendo a conexão visual entre eles, vigiando os arredores, as artérias viárias e as cidades e os palestinos e na autoproteção. Sharon alegava que "não havia nenhum local [assentamento] construído sem uma razão" (WEIZMAN, 2007, p. 81). A lógica da visibilidade — em ver e ser visto — ditou o modo de planejamento. A dominação visual era importante não apenar para exercer a dominação, mas também para demonstrar a presença da força ocupante. A sensação de estar sempre sendo vigiado tinha a intenção de fazer o colonizado internalizar os fatos da sua dominação (SEGAL; WEIZMAN, 2003; WEIZMAN, 2004). Os assentamentos, dependendo das suas próprias armas, munições e contingente militares, formariam uma rede de "fortificações civis" integradas ao sistema de defesa do exército, servindo de imperativos estratégicos ao vigiar as principais vias da sua região (SEGAL; WEIZMAN, 2003; WEIZMAN, 2004).

Halper (2006, p. 152-154) chama as séries de entrelaçamentos de assentamentos, rodovias, barreiras e bases militares de "matriz de controle", cuja estratégia, elaborada por Sharon, era similar ao conceito do jogo asiático "Go". Diferente do xadrez, no qual dois oponentes tentam "derrotar" um ao outro eliminando as suas peças, o objetivo do "Go" não é na verdade derrotar, mas imobilizar o seu oponente ao tomar controle de pontos chave no tabuleiro, uma matriz. Essa estratégia foi utilizada no Vietnam, onde pequenas forças de Viet Congs foram capazes de virtualmente paralisar meio milhão de soldados estadunidense possuindo um poder de fogo muito superior. A matriz de controle israelense faz o mesmo com os palestinos. Weizman (2007, p. 81) ressalta que os nós da matriz de controle da Cisjordânia funcionam como válvulas que abrem e fecham regulando o movimento, substituindo a necessidade da presença física israelense dentro das cidades palestinas — o que permitiu que, mais tarde, Israel se retirasse de áreas densamente povoadas por palestinos durante o processo de Oslo e mesmo assim mantivesse o controle sobre o território palestino remotamente.

[23] Esse tipo de administração independente mas não soberana das áreas densamente povoadas palestinas presentes neste plano de Sharon serviu de inspiração mais tarde para a reorganização espacial promovida pelos acordos de Oslo para a criação da Autoridade Palestina.

O Plano Sharon nunca foi oficialmente adotado pelo primeiro governo Begin, mas o poder executivo autorizou alguns assentamentos e outros mais foram construídos sem a permissão oficial através da iniciativa privada de Sharon, que desejava estabelecer todo o esqueleto do seu plano para a geografia da ocupação. O poder do Ministério da Agricultura de Sharon sobre o estabelecimento de assentamentos resultava do seu controle sobre a Administração de Terras de Israel, que era responsável pelo gerenciamento das "terras estatais" e pelo financiamento das atividades da divisão de assentamento da WZO (LEIN, 2002, p. 14). Entre o final dos anos 1970 e o começo dos anos 1980, o governo incentivou um frenesi da construção de assentamentos e rodovias, formando uma teia de instalações que se expandiram rapidamente através da Cisjordânia. Em 1987, Israel já havia estabelecido 110 assentamentos na Cisjordânia e mais 15 em Gaza, consistindo 85% de todos os assentamentos que existiam até 2005, antes da retirada de Gaza. Aproximadamente 60 mil colonos viviam nos TPO (GORDON, 2008, p. 131). A estimativa de dinheiro gasta foi de mais de 8 bilhões de dólares (AL HAQ, 1990, p. 114).

Os governos do Likud tiveram sucesso em construir um sistema de controle por meio dos assentamentos quase invisível, escondendo as suas ações sob uma fachada do discurso da segurança. A política de assentamento foi apresentado à uma população israelense traumatizada pela guerra de 1973 como um sistema de defesa projetado a ajudar a proteger o estado de uma invasão. A arquitetura e o planejamento foram utilizados como uma continuação da guerra por outros meios. A construção de assentamentos e estradas na Cisjordânia era explicada pelas autoridades, e em especial por Sharon, a partir de termos militares, que foram civilizados e se tornaram cotidianos em Israel. A pequena casa de telhado vermelho tradicional dos assentamentos substituiu o tanque como a unidade básica de batalha; casas, assim como divisões armadas, eram dispostas em formação em um palco de operações para ocupar morros, circundar o inimigo ou cortar as suas linhas de comunicação. Este foi um conflito urbano em que a urbanidade proveu não apenas o teatro de operações como as armas e munições (WEIZMAN, 2007, p. 84). Nesse contexto, uma das causas do sucesso da política de assentamento foi a sua "suburbanização".

4.2.4.3 Colonização suburbana

Em seu esforço em transformar a política de assentamento de um empreendimento improvisado em um elaborado projeto estatal, Israel iniciou um programa de "suburbanização" dos assentamentos nos TPO, isto é, os assentamentos localizados próximos

à fronteira da Cisjordânia com Israel, principalmente ao redor de Jerusalém, passaram a ter um aspecto arquitetônico e uma função semelhante aos dos subúrbios estaduinidenses, transformando-se em cidades-dormitório para o público israelense comum, não-ideológico, que desejava ter uma melhor qualidade de vida com fácil acesso aos grandes centros urbanos da planície costeira (ARONSON, 1987, p. 72-74; WEIZMAN, 2007, p. 111-137). Para atrair um público diferente dos assentamentos do Gush Emunim, da WZO e dos agrícolas do Vale do Jordão, Israel proveu vários incentivos, inclusive financeiros, para os judeus interessados em se mudarem para o subúrbio localizado em território ocupado. Essa estratégia foi a grande responsável pelo sucesso e pela aceitação da política de assentamento nos TPO entre a sociedade israelense, que, hoje, não os vê como "assentamentos", nome pejorativo utilizado para denominar apenas os assentamentos habitados por colonos ideológicos nacionalistas. Estes assentamentos suburbanos são chamados de "comunidades".

Em 1978, as autoridades israelenses decidiram estabelecer o primeiro assentamento deste tipo nas encostas altas do deserto da Judeia, alguns quilômetros ao leste de Jerusalém, em um local onde um provisório "campo de trabalho" de vinte e três famílias havia se estabelecido três anos antes por ativistas do Gush Emunim sem autorização formal do governo, mas com o apoio do então ministro da Defesa, Shimon Peres (WEIZMAN, 2007, p. 111). De acordo com o arquiteto responsável pelo projeto, Tomas Leitersdorf, que tinha no currículo a participação em projetos de subúrbio em Orlando na Flórida e na elaboração de bases militares estadunidenses ao redor do mundo, o novo modelo de assentamentos era nada menos do que "revolucionário, comparado ao que vinha acontecendo anteriormente [na Cisjordânia]" (WEIZMAN, 2007, p. 112). De fato, a cidade-assentamento de Ma'ale Adumin foi projetada e construída em tempo recorde para ter 2.600 casas em sua primeira fase numa época em que os outros assentamentos na Cisjordânia se consistiam de mais ou menos uma dúzia de casas móveis espalhadas por um topo de morro, geralmente antes da infraestrutura ser fornecida. Ma'ale Adumin foi projetada a partir do conceito moderno de subúrbio, que combinava a cidade com o campo em uma estrutura higiênica e saudável, em um esquema que Leitersdorf chamou de "Cidade Jardim", com um conceito de planejamento do assentamento que refletisse a estrutura morfológica da montanha (WEIZMAN, 2007, p. 112-116).

Diferente dos colonos nacional-religiosos do Gush Emunim, que habitavam os cumes das cordilheiras da Cisjordânia, a maioria dos colonos que se mudaram para os assentamentos

suburbanos localizados próximos de Jerusalém foram atraídos pela promessa de alta qualidade de vida a um preço acessível subsidiado pelo governo israelense. A população destes assentamentos se consistia de israelenses seculares de classe média, mas também incluía dois outros grupos: novos imigrantes das antigas repúblicas soviéticas e comunidades ultra-ortodoxas antissionistas. Estes últimos, famílias grandes como recursos econômicos limitados, se concentravam em assentamentos altamente povoados feitos sob medida como Modi'in, Beitar Ilit e Kivat.

No início de 1983, a WZO e o ministério da Agricultura publicaram em conjunto o *Masterplan for Settlements in the West Bank trought the Year 2010*, também conhecido como o *Hundred Thousand Plan*, em referência ao seu principal objetivo de trazer um total de 100 mil judeus para viverem na Cisjordânia até 1986. De acordo com o plano, vinte e três comunidades rurais e comunais seriam construídas, assim como vinte assentamentos militares NAHAL, exclusivamente para judeus. Outras 300-450 quilômetros de rodovias seriam construídos. Enquanto a ênfase original do plano convocava para o assentamento dos topos montanhas centrais da Cisjordânia e dos seus declives ocidentais, o estabelecimento de um governo de unidade nacional em 1984 significou que uma parte considerável dos recursos fosse na verdade direcionada para promover assentamentos no Vale do Jordão, constituindo um acordo entre os apoiadores da abordagem Dobress-Sharon e os exponentes do Plano Allon (BENVENISTI, 1987, p. 152 apud LEIN, 2002, p. 15). O *Hundred Thousand Plan* foi o primeiro admitir incentivos financeiros aos novos colonos:

> O processo de assentamento como um todo inclui motivações 'naturais' para o assentamento orientado por demandas econômicas, assim como motivações 'artificiais' para o assentamento baseado em comprometimento ideológicos. (LEIN, 2002, p. 15).

Segundo o plano, a quantidade de subsídio governamental deveria se inversamente proporcional ao nível de demanda econômica. Essas diretrizes proveram a base para os incentivos que vieram a ser oferecidos para a migração da classe média israelense para os assentamentos suburbanos (veja abaixo). Durante este plano, o governo alcançou o objetivo em termos do número de novos assentamentos, mas falhou em atingir a previsão populacional: em 1986, apenas 51 mil colonos moravam na Cisjordânia (LEIN, 2002, p. 15).

Fizeram parte ainda dessa nova fase os "assentamentos comunais". Desde que os métodos de confisco de terras restringiram a construção de assentamentos a terras não-

cultivadas anexadas pelo Estado de Israel[24] e como os colonos — tanto os ideológicos como os seculares — não tinham nenhuma experiência em agricultura ou qualquer desejo de começar a se envolver com isso, um novo tipo de assentamento foi concebido. No começo dos anos 1980, os "assentamentos comunais" foram desenvolvidos pela divisão de assentamento da WZO com a *Amanah*, o braço de assentamento do Gush Emunim, para a judaização de áreas montanhosas sob o controle israelense, tanto dentro de Israel, na Galileia, e nas áreas ocupadas da Cisjordânia. Eles eram compostos principalmente por profissionais de classe média nacional-religiosos (WEIZMAN, 2007, p. 125-126).

4.2.4.4 Sistema viário

Uma vez que os habitantes dos assentamentos suburbanos e comunais precisavam procurar trabalho fora deles, dependiam de um sistema viário que os conectasse aos centros urbanos de Tel Aviv e Jerusalém. Se entre 1960 e 1970, Israel justificou a política de assentamento argumentando que servia às necessidades militares do país, nos anos 1980 e 1990 justificou a construção de estradas argumentando que garantia a segurança de civis que viviam nos assentamentos. De acordo com o *Settlement Master Plan for 1983-1986* (1983) — escrito por Drobless e nunca oficialmente adotado pelo governo —, se assumiu que a construção de rodovias motivariam os cidadãos israelenses a se mudarem para os TPO e aceleraria o desenvolvimento da política de assentamento.

Gordon (2008, p. 133) observa que estas novas estradas não eram parte de uma tentativa de melhorar a infraestrutura palestina: elas foram construídas para servir e perpetuar os assentamentos criando uma rede viária que conectava os TPO a Israel. Desta forma, os colonos podiam transitar livremente pelos territórios ocupados sem cruzar com um palestino. Um relatório do Ministério da Defesa corrobora estes objetivos ao notar que o sistema viário em construção alcançaria quatro necessidade fundamentais: permitir aos israelenses viajarem dentro dos TPO sem passar pelos centros populacionais palestinos; permitir israelenses a cruzarem a Linha Verde pela rota mais curta; manter "um tecido social interno" dentro dos blocos de assentamentos judeus; e garantir que o tráfego palestino não passasse pelos assentamentos (STATE COMPTROLLER, 1998, p. 1032-33 apud LEIN, 2002, p. 50). Para

[24] Em 1979, após o caso Elon Moreh, que definiu que o acesso à terra para a construção de assentamentos por "razões de segurança" não poderia mais ser permitido, o governo encontrou um novo método de ganhar acesso à terra palestina imune à novas petições na Suprema Corte de Justiça. Por meio de um detalhado mapeamento e pela instrumentalização da lei agrária sobre terra do Império Otomano, Israel confiscou milhares de quilômetros de terra, que foram transformadas em "terras estatais", utilizadas para a construção de assentamentos, estradas e outras práticas de judaização. (WEIZMAN, 2007, p. 116)

atingir estes objetivos, Israel construiu uma vasta rede de estradas, se estendendo por centenas de quilômetros e cruzando tanto a Faixa de Gaza como a Cisjordânia.

4.2.5 *Ethos* anti-planejamento

Levando em conta a dissonância entre o discurso da paz e a gigantesca indústria de assentamentos, cujo objetivo final tem sido bloquear a possibilidade de criação de um estado palestino nos territórios ocupados por Israel em 1967, não é uma surpresa que as políticas israelenses para os TPO permaneceram vagas por muitos anos. Nenhum governo israelense adotou formalmente os vários planos para anexar Cisjordânia e Gaza ou partes destas regiões, incluindo o Plano Allon e outros que serão aqui apreciados: o Plano Dayan, o Plano Sharon-Wachman e o Plano Drobless (GORDON, 2008, p. 117; WEIZMAN, 2007, p. 80-82). O planejamento se tornou uma obsessão israelense e uma forma de disputa de poder político, uma vez que cada plano buscava minar politicamente os anteriores. Nenhum dos planos proveram a base para uma política de assentamento coerente, embora certos elementos de cada um dos planos fosse seguido na construção dos assentamentos. Como aponta Weizman (2007, p. 93), se forjou deliberadamente nos primeiros anos da política de assentamento um *ethos* anti-planejamento.

Instrumentalmente, observa Gordon (2008, p. 117), a ambiguidade foi vantajosa porque uma parte substancial da sociedade israelense e da comunidade internacional considerava a política de assentamento indesejável, não menos porque transgredia a lei internacional e obstruía a possibilidade de alcançar uma solução pacífica para a região. A declaração de que Israel tinha a intenção de anexar as duas regiões ou apenas a publicação de plano mostrando como intencionava assentar milhares de judeus sem dúvida teria disparado uma condenação da comunidade internacional assim como uma maciça resistência palestina, minando os esforços de normalização durante os primeiros anos da ocupação[25]. Um plano oficial público também acabaria com a temporariedade da ocupação e desmascararia as aspirações territoriais israelenses como sendo permanentes. Um plano aprovado tornaria mais

[25] Embora Israel tenha adotado um sistema de controle sobre a população ocupada semelhante ao utilizado no período entre 1948 e 1966 para administrar os cidadãos palestinos de Israel, no modelo colocado em prática nos TPO, por causa da configuração social da sociedade palestina no final dos anos 1960, a intenção israelense era, de acordo com relatórios militares publicados após a Guerra dos Seis Dias, implementar "uma política de normalização" através do encorajamento da auto-gestão, que permitiria a população das áreas ocupadas a seguirem com a sua vida e atividades assim como estavam acostumada antes de 5 de junho de 1967. Ou, como colocado pelo então ministro da Defesa israelense, Moshe Dayan, o objetivo era tornar a "ocupação invisível" (GORDON, 2008, p. 49). Essa infraestrutura de controle buscava controlar a população palestina para que Israel pudesse colonizar, isto é, explorar a mão-de-obra, a água e a terras palestinas, mais facilmente.

fácil resistir à política de assentamento, porque o processo arbitrário pelo qual os assentamentos são estabelecidos — a saber, a construção de um assentamento aqui e ali ocorre de acordo com a circunstância política e a oportunidade —, assim como a falta de informação sobre a construção de um assentamento, criaram uma dificuldade estrutural que serviu para atrapalhar a formação de uma oposição forte. É muito mais fácil resistir a um plano oficial. Logo, foi politicamente benéfico colocar a ocupação como temporária e o estabelecimento dos assentamentos como arbitrário.

Gordon (2008, p. 118), todavia, ressalta que havia algo de autêntico nessa incerteza. A natureza indecisa do governo Eshkol posterior à guerra de 1967, a paralisia que se instalou no governo Meir após o fracasso na Guerra do Yom Kippur em 1973, as lutas de poder entre Itzhak Rabin e o seu ministro da Defesa Shimon Peres entre 1974 e 1977, e as contradições entre o desejo de colonizar e o processo de paz com o Egito durante o primeiro governo de Menachem Begin entre 1977 e 1980, significaram que na maioria das vezes, o poder executivo nestes anos não se mobilizou completamente num esforço colonizador, mas se escondeu atrás dos perpetradores de "fatos concretos". A indecisão destes governos era muitas vezes estrutural: eles preferiam deixar os eventos tomarem o seu curso a dividirem a opinião pública com uma clara política de assentamento.

Embora a ideologia de uma Grande Israel e a noção da Cisjordânia como um corredor de segurança já estavam presentes na sociedade israelense antes da guerra, levou um tempo até que essas ideologia se tornassem dominantes dentro de instituições políticas formais — pelo menos até o segundo governo do Likud em 1981. As práticas concretas empreendidas no cotidiano da ocupação — ou seja, os mecanismos burocráticos e legais, o confisco de terras palestinas, a construção de bases militares, os assentamentos, as estradas e a transferência de milhares de cidadãos judeus para os TPO — foram todas cruciais para a consolidação e normalização dessas ideias. Essas práticas, cujo primeiro objetivo era, inicialmente, confiscar terras e depois controlar a população ocupada, na verdade ajudaram a moldar as decisões políticas israelenses. O que pode ter sido incerto e contestado imediatamente após a ocupação, se tornou senso comum em anos posteriores precisamente por causa do efeito de vários mecanismos de desapropriação que foram colocados em prática logo após a captura dos destes territórios.

4.2.6 A Intifada e o governo Shamir

Os assentamentos e as estradas não serviam apenas como aparatos físicos que operavam de acordo com mecanismo legal-burocráticos para assegurar o confisco de terras palestinas, a anexação *de facto* dos TPO e a sua judaização, mas também funcionavam como parte do aparato utilizado para controlar a população ocupada através de restrições ao movimento e desenvolvimento, da vigilância e do policiamento étnico. Ironicamente, as contínuas políticas de colonização, que tiveram um papel fundamental no controle da população ocupada, como também no bloqueio à possibilidade de criação de um estado palestinos nos TPO, desfizeram os esforços israelenses de normalizar a ocupação, fomentando um sentimento nacionalista entre os palestinos ocupados e criando um terreno fértil para a mobilização dos habitantes contra a administração israelense. O projeto de judaização já havia consolidado e perpetuado, ao final dos anos 1980, duas grandes distinções: uma entre palestinos e judeus e outra entre os palestinos e a sua terra. A distinção étnica fortaleceu o sentimento separatista de "nós" (judeus-israelenses) contra "eles" (árabe-palestinos) que ajudou a criar as bases ideológicas para a Primeira Intifada palestina (1987-1993). A segunda distinção destruiu a infraestrutura de existência dos palestinos, impossibilitando que a população ocupada conseguisse ter um território para viver, levando à erupção da revolta popular em 1987 (GORDON, 2008, p. 145-146).

A Intifada, árabe para "revolta das pedras", começou em dezembro de 1987 após um incidente localizado no campo de refugiado de Jabalya, na Faixa de Gaza, em que um tanque de transporte israelense matou quatro trabalhadores palestinos, se transformar em uma revolta localizada e depois em um levante popular nacional na Faixa Gaza e na Cisjordânia com muitas mortes e pedras arremessadas contra os soldados e tanques palestinos. O regime militar de ocupação israelense e o projeto de judaização nos TPO, por afetar indiscriminadamente todos os palestinos independente de classe social, orientação política, etnia, religião e região, conseguiu unir a multifacetada sociedade palestina pela primeira vez na história sob uma bandeira única: o fim da ocupação e a independência da Palestina (GORDON, 2008, p. 150-154). O historiador estadunidense Rashid Khalid (1990) observa que as diversas organizações populares de base e o movimento de libertação nacional palestino dentro dos TPO alcançaram maturidade política e densidade organizacional em 1987 graças aos mais de vinte anos de experiência e atividades da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) fora deles. A OLP conduziu organizacionalmente o movimento

nacional palestino durante a intifada, elevando a uma situação de destaque o seu líder, Yasser Arafat, após a derrota uma militar e política durante a Guerra do Líbano em 1982. A resistência palestina, que desde 1982 vinha entrando em conflito com as forças ocupantes dentro dos territórios, mas de forma intermitente e local, se tornou contínua e se espalhou geograficamente por todos os TPO.

Embora tenha demorado para responder, Israel reagiu com violência: o ministro da Defesa do governo de unidade nacional sob a liderança do Likud formado em 1988, Yitzhak Rabin, deu porretes especiais aos seus soldados e permissão que usassem livremente para reprimir as manifestações. As surras não foram a única forma de Israel lidar com a revolta. Ao final da Intifada, em 1992, 1.042 palestinos haviam sido mortos, a maioria pelas forças de segurança israelenses, mas também por colonos judeus e outros cidadãos israelenses. No mesmo período, 118 israelenses foram mortos por palestinos (KADMAN, 1998, p. 3-6). Antes da Intifada acabar, mas quando as maiores manifestações já estavam contidas, Israel estabeleceu um novo sistema de controle dos palestinos que restringiu enormemente a liberdade de movimento da população ocupada. No início dos anos 1990, Israel implementou um sistema de permissão através da criação de checkpoints (postos de controle) na fronteira e no interior dos TPO, e de identidades que foram distribuídas dependendo do grau de periculosidade dos indivíduos. Todos os palestinos eram vistos como potenciais terroristas.

Enquanto isso, a atividade de assentamento continuou a todo vapor nos governos de Yitzhak Shamir, do Likud, no poder entre 1986 e 1992. A ênfase da administração foi na expansão dos assentamentos já existentes: a população dos assentamentos aumentou em 60% entre 1988 e 1992, enquanto apenas dez novos assentamentos foram estabelecidos, um número pequeno em relação aos governos anteriores. A construção em grande escala levou ao confronto com o governo dos EUA, que decidiu congelar as garantias que havia prometido prover a Israel como parte da ajuda dos EUA no processo de absorção da onda de imigrantes da União Soviética (ARONSON, 1996, pp. 48-49).

A luta palestina por autodeterminação levou a uma mudança na conjuntura política da questão Israel-Palestina no começo dos anos 1990. A Intifada conseguiu desmascarar e politizar a ocupação localmente e internacionalmente. O uso de medidas punitivas que tinham um impacto muito grande no controle da população palestina para facilitar o processo de judaização antes do levante — como deportações, tortura, demolições de casas e toques de recolher — mostraram-se ineficazes e a normalização da ocupação foi enterrada. O

movimento nacional palestino se mostrava mais forte a cada dia e Israel percebeu que teria que perpetuar o uso de milhares de soldados apenas para manter o controle sobre a terra. O projeto de judaização estava ameaçado. Tudo isso enfatizou a necessidade de mudanças estratégicas para a manutenção da colonização dos TPO. É neste momento que entra o processo de paz de Oslo. Mas a essa altura, observam Zertal e Eldar (2007), os colonos já eram os "senhores das terras": influenciavam as decisões tomadas na Administração Civil dos TPO, no gabinete do primeiro-ministro e nos corredores do Knesset. Um processo de paz com os palestinos que envolvesse a retirada completa dos "senhorios" dos territórios ocupados estava fadado ao fracasso antes mesmo de começar.

4.2.7 Processo de Oslo: expansão continuada

Em julho de 1992, o estabelecimento de um novo governo liderado pelo trabalhista Yitzhak Rabin pareceu oferecer a possibilidade de uma mudança real no projeto de judaização e na política de assentamento de Israel. Rabin disputou a eleição com uma promessa de "mudança nas prioridades nacionais", incluindo uma redução substancial na alocação de recursos para os assentamentos (LEIN, 2002, p. 15). Após dois anos de negociações preliminares, a assinatura da Declaração de Princípios (conhecida como Oslo I) entre Israel e a OLP — reconhecida pela primeira vez como representante legítima do povo palestino — em setembro de 1993, também indicou a intenção do governo de mudar a sua política, embora a Declaração não explicitamente proíba o estabelecimento de novos assentamentos[26]. Foi apenas nos acordos de Oslo II, que foi assinado dois anos depois, que ambas partes especificaram: "Nenhum lado deve iniciar ou tomar qualquer passo que altera o status da Cisjordânia e da Faixa de Gaza pendente o desfecho das negociações de status permanente" (Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip, 1995 (Oslo 2), Chapter 5, Article XXXI (7)). Similar, o artigo XXXI (8), afirma: "As duas partes veem a Cisjordânia e a Faixa de Gaza como uma única unidade territorial, da qual a integridade e o status será preservado durante o período interino".

O então consultor legal do Ministério de Relações Exteriores israelense, Joel Singer (1995), alega que estes artigos foram inseridos para salvaguardar contra duas eventualidades: primeiro, prevenir Israel de anexar unilateralmente os TPO durante as negociações; segundo,

[26] Durante as negociações com os palestinos, Israel rejeitou duas reivindicações fundamentais: o direito de autodeterminação, aceitando a garantir uma espécie de autonomia, e não completa soberania, ao futuro estado palestino; e o direito de retorno dos refugiados palestinos de 1948.

prevenir que a Autoridade Palestina — criada nos acordo de Oslo I como administradora de parte dos territórios — declarasse unilateralmente soberania dos territórios durante o mesmo período. Estes artigos, aparentemente, nunca tiveram a intenção de restringir a construção dos assentamentos. Os negociadores palestinos pediram que os israelenses congelassem a expansão dos assentamentos ao menos como um gesto simbólico para mostrar a disposição em alcançar um acordo justo. Dentro de um período curto de tempo, entretanto, ficou claro que a mudança na política era insignificante e que o novo governo pretendia continuar o desenvolvimento dos assentamentos. O governo israelense fizera uma promessa aos Estados Unidos de que não estabeleceria novos assentamentos e que interromperia a expansão dos assentamentos existentes, com exceção da construção para acompanhar o "crescimento natural" da população local. Esse comprometimento também foi incluído nos princípios básicos do governo, com duas outras exceções significativas remanescentes da abordagem encarnada no Plano Allon: "Nenhum assentamento será estabelecido e nenhum assentamento existente será expandido, com a exceção daqueles situados na área da Grande Jerusalém e no Vale do Jordão" (ARONSON, 1996, pp. 50-51).

As exceções nos princípios do governo efetivamente, como de costume, se tornaram o seu principal instrumento para continuar a construção de assentamentos e o crescimento da população judaica nos TPO. Por exemplo: a "área da Grande Jerusalém" não incluía apenas as áreas anexadas em 1967 e contidas nas expandidas fronteiras municipais da cidade, mas também áreas consideráveis além do seu limite que quase cortavam a Cisjordânia pela metade. O termo "crescimento natural" nunca foi precisamente definido e a sua natureza imprecisa permitiram que Israel continuasse a expansão dos assentamentos enquanto evitava o confronto direto com a administração do presidente estadunidense Bill Clinton. Todos os governos desde a assinatura da Declaração de Princípios em 1993 interpretaram essa frase não apenas como a taxa de natalidade da população existente, mas também o crescimento da população pela migração. Ao mesmo tempo, os próprios governos incentivaram enormemente a migração de israelenses para os assentamentos oferecendo generosos benefícios financeiros e outros incentivos.

Vários novos assentamentos foram erguidos na "era Oslo" para acomodar tal "crescimento natural": apenas na administração de Rabin (1992-95), 9.850 novas unidades habitacionais foram construídas nos TPO — não apenas nas áreas prioritárias do governo trabalhista. Muitos destes novos assentamentos foram estabelecidos sob o pretexto de "novos

bairros" dos assentamentos já existentes para acomodar o "crescimento natural". Para este fim, estes novos assentamentos foram incluídos na área de jurisdição do assentamento adjacente, mesmo nos casos de nenhuma continuidade territorial entre os dois assentamentos. Exceção a essa abordagem foi o reconhecimento dos novos assentamentos de Modi'in Illit (Qiryat Sefer) e Morah, em 1996 e 1998, respectivamente (LEIN, 2002, p. 16). Simultaneamente, Israel expandiu a rede rodoviária para conectar os novos colonos a Israel e aos outros assentamentos. Aproximadamente 400 quilômetros de estradas foram pavimentadas durante Oslo (GORDON, 2008, p. 193).

4.2.7.1 Outposts: criando fatos concretos

Outro método utilizado para expandir os assentamentos durante os anos de Oslo foi a apropriação de um novo local, onde não estava prevista a construção de nenhum assentamento, por um pequeno grupo de colonos onde estabeleciam algumas caravanas, formando um "outpost" (posto avançado). Alguns se estabeleceram até mesmo em propriedade privada palestina. Este método foi descrito publicamente como uma iniciativa dos colonos, sem a aprovação pública do governo israelense e inclusive indo contra o seu desejo de paz e a sua agenda de retirada dos TPO. Diferente do que acontecia com os palestinos, as autoridades não expulsavam ou demoliam as casas construídas por colonos sem permissão. Nada muito diferente do que faziam os colonos do Gush Emunim nas décadas de 1970 e 1980. Alguns outpost, inclusive, chegaram a receber uma aprovação retroativa mais tarde, desmitificando o mito de que durante Oslo o governo israelense apenas fortificou os assentamentos antigos e não construiu nenhum novo. Do final de 1992 até 2001, estima-se que entre 72 e 102 novos outposts se estabeleceram na Cisjordânia (SASON, 2005). Apenas alguns pequenos foram desmantelados. De acordo com a ONG Peace Now, em junho de 2009, aproximadamente cem outposts existiam na Cisjordânia, com uma população de mais de 4 mil colonos (PEACE NOW, 2009).

Os outposts são a materialização concreta da essência arbitrária e supostamente temporária do regime israelense nos TPO, onde a colonização ocorre de acordo com iniciativas locais baseadas na circunstância e na oportunidade. Enquanto as tendas e as casas pré-fabricadas, aponta Weizman (2007, p. 83-84), obedecem a necessidade de urgência, mobilidade e flexibilidade, uma vez que podem ser rapidamente erguidas às escuras pela noite, as mesmas características também criam a impressão de que os outposts são provisórios e aleatórios. Na verdade, os outposts "temporários", que hoje estão dispersados por toda a

Cisjordânia, devem ser entendidos como uma modificação de uma estratégia anterior. O relatório escrito por Talya Sasson especialmente para o governo israelense em 2005, mostra que os "outposts ilegais" foram estabelecidos com o apoio de várias agências governamentais, incluindo diversos ministérios e a Administração Civil. O relatório revela apenas um novo método de continuação da judaização e o estabelecimento de "fatos concretos" nos territórios palestinos que minassem qualquer possiblidade de sucesso do processo de paz.

É bastante irônico e revelador que por mais que os colonos judeus tenham rejeitado abertamente o processo de paz, os anos de Oslo foram de longe os melhores para a indústria de assentamentos. A análise fria dos números desafia a descrição dominante deste período. Se a base para as negociações bilaterais entre Israel e os palestinos era de fato uma retirada da soberania israelense e a criação de um estado palestino — ou, como colocado na época, a troca de terra por paz —, seria esperado que Israel parasse de assentar mais judeus e de construir mais assentamentos nos TPO. No entanto, durante os sete anos de Oslo, a população judaica na Cisjordânia cresceu em 80.700 (um crescimento de 91%), chegando a um total de 195 mil nos TPO (excluindo Jerusalém Oriental) (GORDON, 2008, p. 193) — enquanto o número de unidades habitacionais nos assentamentos da Cisjordânia cresceu em 54% (DAJANI, 2005, p. 140). Já em Jerusalém, o número de colonos cresceu de 146.800 para 173.000 (DAJANI, 2005, p. 140). Uma vez que Oslo era uma processo baseado em fases, culminando, supostamente, em uma retirada completa de Israel dos territórios ocupados, a fortificação continuada do projeto de judaização é ilógico. Se o processo de Oslo não foi concebido como uma retirada do poder soberano israelense, mas como uma reorganização deste poder, como analisa Gordon (2008, p. 169-196), a expansão dos assentamentos faz todo o sentido.

4.2.7.2 A terceirização da ocupação e o fracasso de Oslo

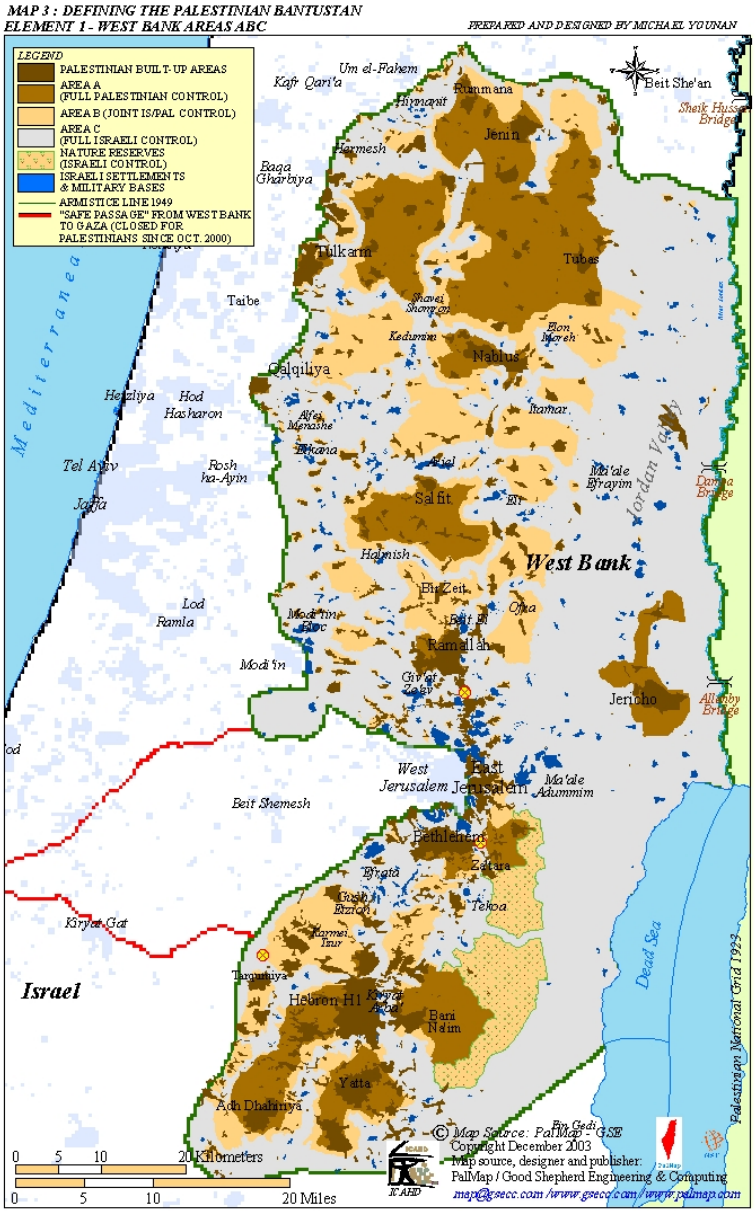
Gordon (2008) faz uma interpretação da mudança nas relações de poder ocorridas durante o processo de Oslo que nos permite compreender como Israel continuou a sua política de colonização dos TPO apenas com algumas mudanças estratégicas, conforme pontuado acima, sem tocar no vespeiro dos "senhorios" dos territórios ocupados, sem entrar em conflito com os Estados Unidos e sem desrespeitar os acordos firmados com os palestinos. Essa mudança nas relações de poder, como veremos abaixo, aliadas ao aumento dos ataques terroristas palestinos em solo israelense e ao dramático declínio econômico dos TPO ao final

da década de 1990, resultaram no fracasso de Oslo, em um nova intifada e em alterações relevantes na orientação da política de colonização e na estrutura da ocupação.

Gordon (2008, p. 169-172) chama de "ideia engenhosa" o meio pelo qual Israel conseguiu ao mesmo tempo acalmar os desejos de autodeterminação da população palestina com os nervos à flor da pele em meio às manifestações da Intifada, os nervos da temerosa sociedade israelense com as ondas de violência provenientes dos territórios ocupados e a pressão da comunidade internacional para o respeitos das leis internacionais humanitárias e dos direitos humanos. Através da criação da Autoridade Palestina (AP), selada no famoso aperto de mão nos gramados da Casa Branca entre o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin e o líder da OLP Yasser Arafat, os israelenses conseguiram terceirizar a responsabilidade sobre a população ocupada a um subcontratante. Em troca de prover a Israel uma série de serviços, a AP recebeu de Israel um tipo de autonomia administrativa. Os israelenses, entretanto, continuaram a controlar a maioria do território ocupado.

Empregar o termo "terceirização" para descrever o processo de Oslo é útil, alega Gordon (2008, p. 169), pois facilita a conceptualização do novo modo que Israel desejava controlar os habitantes palestinos enquanto mantinha a política de colonização. Teoricamente, a terceirização deve ser considerada uma técnica empregada pela força soberana para esconder os seus mecanismos. Esse movimento não é motivado pela decisão de Israel de se retirar, mas, pelo contrário, pelo seu resoluto esforço em permanecer no controle enquanto continua a judaização dos TPO. A terceirização de responsabilidades nos campos políticos e econômicos significaram a reorganização de poder ao invés de sua retirada e deve ser entendida como uma continuação da ocupação por outros meios. Como Edward Said (2001), Noam Chomsky (1999) e outros comentadores já apontaram, Oslo não foi um instrumento de descolonização, mas um novo paradigma que mudou os meios de controle de Israel para perpetuar a ocupação. Através da terceirização, da reorganização do poder e do espaço propiciados em Oslo, Israel conseguiu normalizar novamente a ocupação ao fim da primeira metade da década de 1990.

Mapa 4 – Divisão da Cisjordânia em áreas A, B e C e os assentamentos judeus



Fonte: ICAHD

A AP estabelecida sob a liderança de Yasser Arafat ficou responsável por administrar a vida dos palestinos em algumas áreas determinadas por um divisão espacial dos TPO acordada em Oslo — leia-se serviços básicos como educação e saúde e a manutenção da lei e da ordem. Como uma primeira etapa do processo de "retirada" de Israel dos TPO, os acordos

de Oslo reestruturaram o espaço palestino. A Cisjordânia foi dividida em áreas A, B e C, Hebron em H_1 e H_2 e a Faixa de Gaza em Amarelo e Branco. As novas divisões determinaram a distribuição de poder ao criarem fronteiras internas, gerando uma série de novos "dentro" e "fora" no interior dos TPO, cada um com suas leis e regulações específicas, sofisticando a matriz de controle da Cisjordânia.

Enquanto em todas as áreas a AP assumiu toda a responsabilidade sobre as instituições civis (essencialmente educação e saúde), na Área A, que em 1995 significava 3% de toda a terra da Cisjordânia e 26% da sua população, à AP foi dada toda a responsabilidade para a manutenção da lei e da ordem; na Área B, que significava 24% do território e 70% da população, à AP foi dada a responsabilidade pela ordem pública, mas Israel manteve a responsabilidade sobre a segurança; na Área C, que significava 73% do território e 4% da população, Israel reteve toda a responsabilidade pela segurança e ordem pública assim como os assuntos civis relativos ao território — planejamento e zoneamento, arqueologia, etc (GORDON, 2008, p. 117).

Desta forma, em 1995, a AP era responsável por administrar a vida de todos os palestinos, mas tinha controle total sobre apenas 3% das terras da Cisjordânia, isto é, as cidades de Jenin, Nablus, Tulkarem, Qalqilya, Ramallah, Belém e Jericó. Em 2000, após uma série de acordos, a distribuição relativa mudou, assim a Área A passou a 17,2% do território, a Área B 23,8% e a Área C 59%. Mesmo assim, a Área A foi dividida em 11 enclaves separadas e a Área B em mais de 120 agrupamentos, enquanto a Área C manteve continuidade territorial (GORDON, 2008, p. 118). As áreas que os palestinos tem todo o controle são como arquipélagos, enquanto as áreas controladas por Israel são corredores estratégicos que interrompem a continuidade territorial da Cisjordânia. Vários mecanismos legais e burocráticos que operavam através de uma série de permissões e decretos respaldados por checkpoints, patrulhas e ameaças de violência foram empregados para controlar e restringir o movimento dos palestinos dentro dos TPO, enquanto os colonos continuaram a circular livremente.

Deste modo, de 1994 em diante, a AP aliviou Israel do aspecto mais difícil da ocupação, enquanto Israel, em troca, manteve a maior parte do território e toda a água sob o seu controle e expandiu a colonização. A organização específica do espaço e a transferência da autoridade sobre as instituições civis para a AP reflete o início de uma transformação na política de colonização, calcada no princípio da separação entre israelenses e palestinos, que

restringe o projeto de judaização aos espaços já colonizados por Israel e transforma a desarabização de um sistema baseado na administração da vida da população ocupada para um sistema que não mais se interessa nas vidas dos residentes palestinos. Após a morte do premiê israelense Rabin por um judeu nacionalista-religioso em 1995 e o retorno do Likud ao poder em 1996, com a eleição de Benjamin Netanyahu na disputa com Shimon Peres[27], o processo de Oslo foi definitivamente sepultado no final da década de 1990. Ao invés de encaminhar a retirada das colônias e viabilizar o estado palestino, Oslo apenas aprofundou a dominação israelense sobre os TPO através do desenvolvimento da judaização de Cisjordânia e Faixa de Gaza. Como em um *deja vu*, o resultado dessa movimentação viria a ser a eclosão de um novo levante popular palestino, desta vez muito mais violento.

4.2.8 Princípio da separação

Ao cabo do processo de Oslo e o pulo para as negociações de "status final" em Camp David, verifica-se uma alteração no princípio ordenador da ocupação e na orientação das políticas de colonização dos TPO: o projeto de judaização passa a ser ordenado a partir da clara separação entre israelenses e palestinos. O completo abandono de Israel da vida dos palestinos, simbolizado na vertiginosa escalada da violência em meio à explosão da Segunda Intifada, demonstra que a força ocupante abandou a sua estratégia de controlar a população ocupada para facilitar o processo de colonização dos territórios ocupados (GORDON, 2008). Certos de que o "conflito" com os palestino é insolúvel, os israelenses cada vez mais criaram instrumentos físicos, discursivos e legal-burocráticos que os separassem dos palestinos — sempre dentro do paradigma da segurança —, culminando na construção do Muro na Cisjordânia em 2002 e na separação da Faixa de Gaza em 2005.

No capítulo anterior, foi visto que a governabilidade colonial se direciona na aplicação de poder para a destruição e reconstrução do espaço colonial, na extração dos recursos coloniais e na governança da conduta colonial (SCOTT, 1995). A colonização sionista da Palestina teve um formato híbrido que Shafir (1989, p. 9) chamou de "assentamento de plantação étnico". Baseado no controle europeu da terra, mas que emprega trabalhadores locais ao invés importá-los, e possuidor de uma identidade nacional europeia oposta à mistura

[27] Netanyahu foi eleito com um imenso apoio dos colonos, que colocaram a sua gigantesca e sofisticada infraestrutura organizacional a disposição do Likud. Os votos dos colonos mostraram-se decisivos, uma vez que Netanyahu venceu Peres por pouco mais de 30 mil votos, enquanto a população dos colonos nos TPO em 1996 era de 141 mil. A eleição de 1996 ainda registrou um grande avanço dos partidos ultraconservadores, religiosos e nacionalistas sobre os tradicionais Likud e Trabalhista. Veja mais em Zertal e Eldar (2009, p. 157-8).

étnica. O controle da população ocupada serve para aos israelenses como forma de facilitar a exploração dos recursos locais — terra, água e mão de obra. A emergência do princípio da separação não significa um fim do princípio colonizador que havia guiado a judaização até então, mas uma mudança na estrutura do regime ocupante que passa, principalmente, pela sua desumanização, isto é, a insistência na exploração de recursos não-humanos — água e terra. Ambos princípios conviviam desde o início da ocupação, mas neste momento há uma inversão, invertendo a ênfase, da colonização para a separação. A indiferença com a vida da população colonizada característica do princípio separatista ajuda a entender, por exemplo, o recente crescimento da violência letal nos TPO (GORDON, 2009, p. 242).

O geógrafo britânico Derek Gregory (2004, p. 50) traz uma contribuição interessante para compreendermos essa sobreposição entre os princípios colonizador e separatista ao descrever duas performances semelhantes que ocorrem nos regimes coloniais contemporâneos de Iraque, Afeganistão e Palestina. A primeira, aponta, é a performance pela qual o espaço rompido é simulado como um estado coerente para que a soberania de fato seja conjurada ao ponto que forme categorias de ação política significativas. OS TPO após Oslo sob a AP, assim como acontece no Afeganistão e no Iraque, são descritos como estados soberanos, embora nenhuma dessa entidades seja de fato um estado real, contado com o domínio ostensivo das forças ocupantes. A segunda é uma performance de território pela qual redes fluídas tais qual a Al-Qaeda e o Hamas são fixadas em um espaço restrito que pode ser legitimamente bombardeado e ocupado — como acontecera na "reocupação" israelense durante a Segunda Intifada. A atribuição artificial de um espaço fixo e bem-delineado justifica os ataques e a presença militar neste espaço.

Podemos afirmar que o projeto de judaização é, em sua essência, colonizador e separatista: coloniza espaços exclusivamente para um grupo de interesse, os judeus israelenses, separando-os dos demais na região. Os princípios colonizador e separatista coexistem desde o início da ocupação e não existe apenas um evento histórico que signifique a transição de um para o outro. A partir da análise do processo colonizador israelense, percebe-se a predominância do princípio colonizador durante as três primeiras décadas de ocupação dos TPO; em meio a emergência e ao fracasso do processo de paz entre israelenses e palestinos passou a vigorar o princípio separatista, que persiste ainda hoje. A grande maioria dos planos diretores dos assentamentos nos TPO desde 1967, desenhados por pessoas de dentro ou de fora do governo, também eram planos de partilha: os planejadores colocavam

assentamentos em áreas que desejavam que o governo anexasse. A lógica da partição dos TPO sempre balançou entre a presença seletiva e a ausência, expressando duas contraditórias estratégias israelenses: a territorial/geográfica — tentando anexar o máximo de terra vazia possível — e a demográfica — tentando excluir as áreas densamente povoadas por palestinos. Ao colocar um limite geográfico a judaização, Israel resolve um dos dois elementos básicos do processo de judaização desde o seu início: aliar os seus interesses geográficos e demográficos, isto é, conquistar a maior quantidade de terras possíveis com um número máximo de judeus e mínimo de árabes-palestinos. Nessa nova conjuntura, as políticas de colonização dos TPO orientam-se quase que exclusivamente pelo fortalecimento do elemento demográfico, levando ao máximo adensamento populacional dos blocos de assentamentos já existentes em toda a Cisjordânia.

4.2.8.1 A 'proposta generosa' de Barak e os blocos de assentamento

Após o fracasso do governo do Likud liderado por Benjamin Netanyahu entre 1996 e 1999 em saciar o apetite dos colonos por cada vez mais terras, os trabalhistas voltaram ao poder com Ehud Barak em 1999, cuja plataforma eleitoral fora a retomada das negociações de paz com os palestinos a qualquer custo sob um slogan claramente separatista: "nós aqui, eles lá". Apesar de eleito com uma ampla rejeição dos colonos — um percentual de apenas 18% de votos nos assentamentos (ZERTAL, ELDAR, 2009, p. 172) —, Barak registrou a maior taxa de crescimento anual de todo o processo de paz em seu segundo ano de mandato: 4.800 novas unidades foram erguidas em 2000 (LEIN, 2002, p. 17). Simultaneamente, o trabalhista tentou pular as fases de retiradas nas negociações de paz com os palestinos direto para o status final do acordo durante as conversas de Camp David, mediadas novamente pelo estadunidense Bill Clinton e com Arafat do outro lado da mesa. O líder palestino se encontrava fragilizado pela perda de legitimidade da AP perante a população palestina após o fracasso de Oslo e inundado numa crise econômica provocada pelo estrangulamento financeiro de Israel aos TPO. Barak tentou barganhar com Arafat na questão dos assentamentos: ao invés de tentar defender todos os assentamentos judeus espalhados pelos TPO, o primeiro-ministro definiu sete "blocos" de assentamentos que Israel manteria o controle em qualquer acordo com os palestinos. Os assentamentos restantes seriam desmantelados no processo de retirada de Israel dos territórios ao fim da ocupação. Os sete blocos de assentamentos são (HALPER, 2008, p. 165-167):

1) Vale do Jordão: visto desde 1967 como uma "fronteira de segurança" oriental de Israel, nega aos palestinos uma fronteira soberana com a Jordânia. A sua água também é considera uma questão de "segurança". Lá vivem aproximadamente 7.500 colonos e 50 mil palestinos.

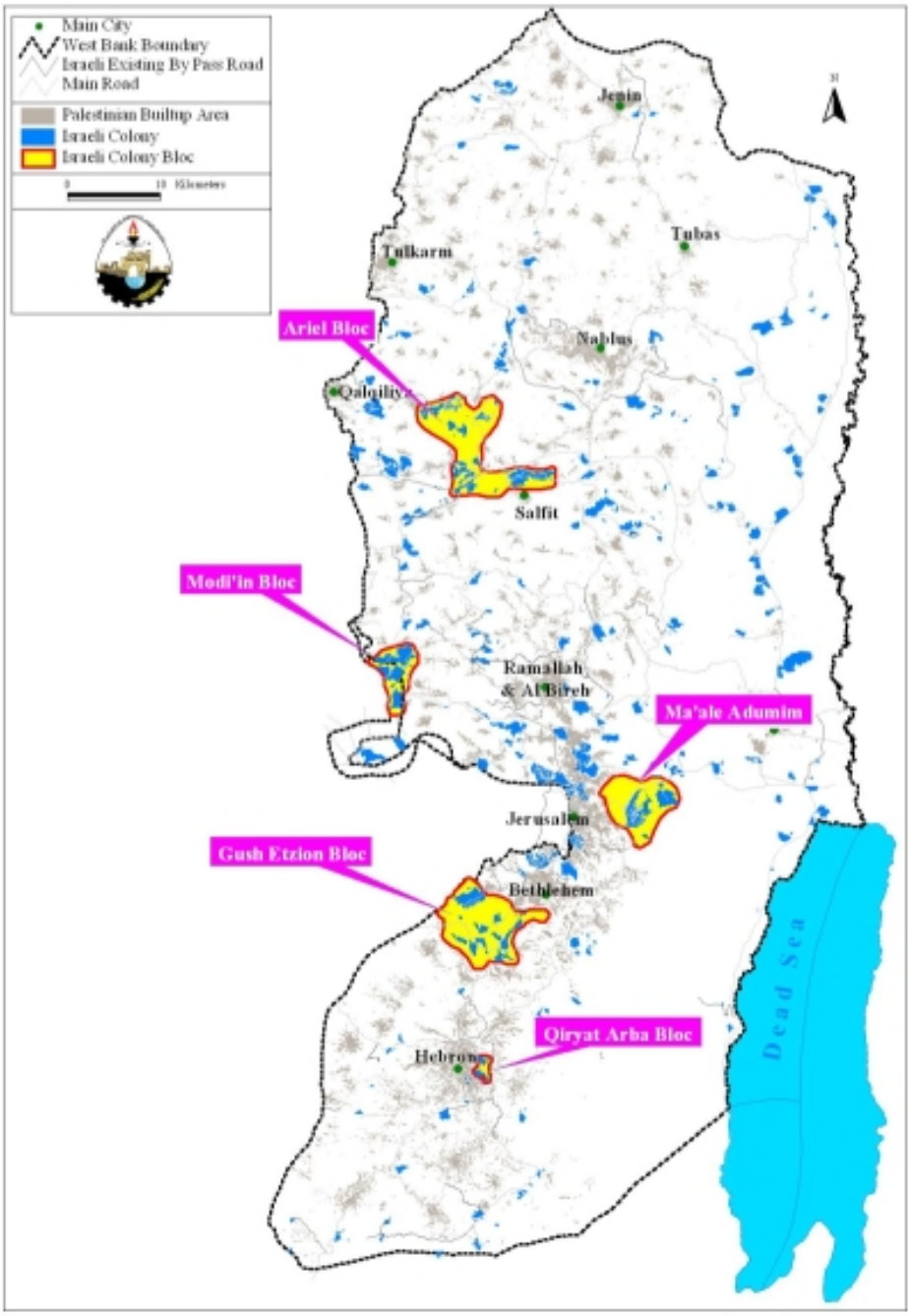
2) "Samaria Ocidental" ao redor da cidade de Ariel: controla uma área estratégica que virtualmente divide a Cisjordânia, seriamente comprometendo a sua continuidade territorial. Além de controlar o fluxo de pessoas e bens entre as cidade palestinas de Qalqilya, Nablus e Ramallah, este bloco também isola as cidade de Qalqilya e Tulkaram e restringe o seu desenvolvimento urbano. O bloco de Ariel repousa sobre o maior aquífero da Cisjordânia.

3) Modi'in: conecta o bloco da "Samaria Ocidental" a Jerusalém e inclui algumas das terras palestinas mais férteis. Modi'in é um dos maiores assentamentos da Cisjordânia, com mais de 30 mil colonos; quando completo, todo o bloco planeja abrigar mais de meio milhão de habitantes.

4) Givat Ze'ev; 5) Ma'aleh Adumim; 6) Gush Etzion, Efrat-Beitar, Ilit: abrangem a "Grande Jerusalém". Com mais de 250 quilômetros quadrados, contém mais de 80 mil colonos que, quando anexados à cidade de Jerusalém com seus mais de 250 mil colonos, dominariam toda a área central da Cisjordânia e destruíram a continuidade territorial necessária para um estado palestino viável. Estes blocos separam os 220 mil palestinos que vivem em guetos de Jerusalém Oriental, entre os assentamentos judeus da cidade, do resto da sociedade palestina da Cisjordânia. Esses blocos impedem a demanda palestina de ter Jerusalém como capital do estado palestino.

7) Hebron: é uma extensão desde o sul da Cisjordânia até os assentamentos judeus dentro e ao redor de Hebron. Os colonos extremamente violentos e fanáticos que vivem em Hebron (400 colonos em uma cidade de 120 mil palestinos controlam 20% do município incluindo a histórica Cidade Antiga e a Mesquita de Abrão), em conjunto do grande e sempre expnasivo assentamento de Kiryat Arba, localizado nas montanhas ao sul de Hebron, criaram uma situação violenta e insustentável com a população local palestina que em muito lembra a Faixa de Gaza antes da retirada em 2005.

Mapa 5 – Blocos de assentamentos



Fonte: Arij

Em resumo, a "proposta generosa" de Barak em Camp David previa o estabelecimento imediato de um estado palestino abrangendo a Faixa de Gaza, 92% da Cisjordânia e algumas partes de Jerusalém Oriental nas proximidades de Ramallah. Em troca, Israel anexaria os blocos de assentamentos judeus correspondentes aos 8% de territórios da Cisjordânia restantes. Israel ainda reivindicou várias medidas de segurança, como a presença israelense nos pontos de fronteira. Ademais, Israel não aceitaria o direito de retorno dos refugiados

palestinos em territórios israelense. Embora a proposta de Barak tenha sido sem precedentes, ela negligenciava vários elementos essenciais para qualquer acordo justo, incluindo a continuidade do estado palestino na Cisjordânia, completa soberania das partes árabes de Jerusalém Oriental, e uma resolução consensual no direito de retorno dos refugiados palestinos. Arafat rejeitou a oferta, e — de acordo com a narrativa de Israel e da administração Clinton — teria enviado o seu povo à guerra contra Israel com o objetivo de finalmente destruir o estado judeu, uma vez que apenas dois meses após o fracasso de Camp David teve início a Segunda Intifada, em setembro de 2000. A famosa declaração de Barak após a recusa de Arafat de que Israel "não tinha nenhum parceiro para a paz" corroborou essa narrativa que ignora os efeitos do continuado projeto de judaização e da eternização da ocupação, incluindo a crise econômica nos TPO, o estabelecimento de cada vez mais assentamentos judeus, as severas restrições ao movimento e as humilhações diárias aos palestinos.

4.2.8.2 - Segunda Intifada e os governos Sharon e Olmert

Em uma tentativa de afirmar a soberania israelense sobre o Monte do Templo de Jerusalém, Ariel Sharon caminhou pelo complexo da Mesquita de Al-Aqsa no dia 28 de setembro de 2000, escoltado por homens armados. Logo após a visita provocativa do então líder do Likud, manifestantes palestinos jogaram pedras na polícia israelense, que respondeu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. Dos confrontos, 25 policiais e três palestinos saíram feridos. No dia seguinte, manifestantes invadiram o Monte do Templo após as rezas muçulmanas de sexta-feira; rapidamente os protestos se espalharam por toda Cisjordânia e Faixa de Gaza. Em dois dias, 15 palestinos já haviam sido mortos. A visita de Sharon ao complexo de Al-Aqsa serviu de gatilho para a explosão da Segunda Intifada, muito mais sangrenta que a primeira. Seis anos depois, 3.808 palestinos e 1.010 israelenses haviam sido mortos, entre muitas crianças. A segunda revolta popular acabou por ser bastante diferente da primeira: além de muito mais violenta, envolveu menor participação popular.

Na visão do público judeu-israelense e do governo Ariel Sharon — eleito em março de 2001 com uma campanha que prometia trazer paz e segurança para os israelenses independente das vontades e ações dos palestinos —, á que uma solução política com os palestinos não era mais possível, que ao menos houvesse paz e tranquilidade, mesmo que essa fosse conquistada pelo emprego abusivo da força militar. A ideia dos israelenses era intensificar o nível de violência para conquistar uma decisiva vitória militar que destruísse de

uma vez por todas a resistência palestina e trouxesse paz, tranquilidade e "segurança" para os cidadãos israelenses já cansados do "insolúvel conflito" com os "terroristas palestinos" que desejam "empurrar os judeus para o mar".

4.2.8.3 Road Map e a proximidade da administração George W. Bush

Sharon teve a sorte de chegar ao poder em Israel no mesmo período que seu amigo George W. Bush esteve à frente do governo estadunidense. A amizade entre Sharon e Bush permitiu que Israel reprimisse violentamente o levante palestino sem grandes represálias da comunidade internacional e que assumisse publicamente compromissos formais de paz e o congelamento da expansão dos assentamentos com os palestinos sem cumprir uma única linha dos tratados assinados. Outro fator importante foi o 11 de setembro de 2001. "Arafat é o nosso Bin Laden", disse Sharon ao então secretário de Estado estadunidense, Colin Powel, imediatamente após o ataque (HALPER, 2008, p. 188). Sharon tentou, com um certo sucesso, colocar em um mesmo saco Arafat, Hamas[28], Hezbollah[29], Bin Laden, Taleban, Saddam Hussein, etc.

Em meio à violência da Segunda Intifada, o "Quarteto" — grupo criado em 2002 por EUA, ONU, União Europeia e Rússia para mediar o processo de paz entre israelenses e palestinos — forçou Sharon a aceitar, em 25 de março de 2003, um novo plano para o estabelecimento da solução de dois estados, o Road Map. O plano propunha um processo gradual que aconteceria ao longo de vários anos, monitorado e apoiado pelo Quarteto, que agraciava questões como fronteiras, Jerusalém, refugiados, Líbano e Síria, além de trazer algumas conquistas simbólicas dos palestinos[30]. O Road Map foi o primeiro documento oficial a chamar o regime israelense nos territórios palestinos de "ocupação" e a ressaltar a necessidade do estabelecimento de um estado palestino "viável", independente e democrático. E também pela primeira vez incluía um comprometimento israelense para congelar toda a

[28] É uma organização política palestina fundada em 1987 para servir de resistência à ocupação israelense dos TPO em meio à Primeira Intifada. Braço palestino da rede internacional Irmandade Muçulmana, o Hamas conta com um braço armado, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam. Considerada uma organização terrorista por Israel, EUA e outros aliados internacionais, desde junho de 2007 governa a Faixa de Gaza após romper com o Fatah em uma série de embates violentos em 2006. Ver *HROUB, Khaled. Hamas: Um Guia para Iniciantes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009*

[29] Partido político com um braço paramilitar fundado em 1982 por refugiados palestinos membros da OLP com a assistência do Irã para resistir à invasão israelense durante a Guerra do Líbano. É considerada uma organização terrorista por EUA, Israel e aliados. Ver *Norton, Augustus Richard. Hezbollah: A Short History. Princeton: Princeton University Press, 2009*

[30] O Texto do Road Map está disponível em http://www.knesset.gov.il/process/docs/roadmap_eng.htm. Acessado em 21 de janeiro de 2014.

atividade de assentamento, incluindo a relativa ao crescimento natural dos colonos. Israel ainda se comprometeu a desmantelar todos os outposts construídos após março de 2001. O governo israelense anexou 14 observações à aprovação do plano, nenhuma rejeitando a obrigação de congelar a construção de assentamentos (HAREUVENI, 2010, p. 15-16). Sharon e seu sucessor, Ehud Olmert[31], que assumiu o posto de primeiro-ministro após Sharon sofrer um derrame e ficar em coma, diversas vezes reiteraram o comprometimento com o Road Map, inclusive na conferência de Annapolis realizada em novembro de 2007 entre Israel, AP, o Quarteto e representantes da Liga Árabe.

Sharon ainda chegou a outros compromissos extraoficiais com o governo Bush: nenhum assentamento novo seria construído; a construção não seria permitida fora das "linhas de construção existentes" nos assentamentos; nenhuma terra seria alocada ou expropriada para a construção de assentamento; e não seriam concedidos incentivos econômicos ao colonos. Como Sharon reiterou na Conferência de Herzliya em 18 de dezembro de 2003:

> Israel irá cumprir todas as suas obrigações em relação à construção nos assentamentos. Não haverá nenhuma construção além da linha de construção existente, nenhuma expropriação de terra para a construção, nenhum incentivo econômico especial e nenhuma construção de novos assentamento. (HAREUVENI, 2010, p. 15).

Esses entendimentos não foram formalmente publicados ou aprovados publicamente pela administração Bush. De acordo com uma carta do presidente Bush ao primeiro-ministro Sharon, os entendimentos foram baseado na crença do governo estadunidense de que, uma vez que a retirada de Israel para a Linha Verde seria "irreal" à luz do grande número de colonos na Cisjordânia, deveria ser permitido discutir a contenção dos "centros populacionais israelenses" dentro do paradigma de um acordo de paz "realista"[32]. Israel, como de praxe, encontrou subterfúgios para não cumprir os entendimentos. Os israelenses, por exemplo, evitaram uma clara definição das "linhas de construção existentes" nos assentamentos apesar da pressão dos estadunidenses. Israel ainda fez uma interpretação, não reconhecida pelos EUA, de uma permissão concedida para continuar a construção exclusivamente em Ariel, Ma'ale Adumin e Gush Etzion, que fazem partes dos blocos de assentamentos que ficariam sob o controle israelense. Israel também não forneceu aos EUA uma lista de outposts ou um

[31] Em 2005, Sharon abandonou o Likud ao lado de Olmert para fundar o partido centrista Kadima, que também trouxe antigos integrantes do partido Trabalhista, como Shimon Peres e Tzipi Livni.
[32] Carta de 14 de abril de 2004 do presidente Bush para o primeiro-ministro Sharon, como aparece no website do Knesset. Disponível em http://www.knesset.gov.il/process/docs/DisengageSharon_letters_eng.htm. Acessado em 21 de janeiro de 2014.

plano para a sua evacuação, apesar do seu comprometimento para tanto. Dan Kurtzner, antigo embaixador estadunidense em Israel, escreveu em um dos seus vários artigos críticos às políticas de colonização israelenses nos TPO, que, desde 1967, "os assentamentos comprometem a possibilidade de alcançar paz e assim a atividade de assentamento deve parar"[33].

Apesar dos comprometimentos, Israel continuou a construir nos assentamentos existentes, a planejar e estabelecer novos, a expropriar terras para os assentamentos e a conceder incentivos aos cidadãos israelenses para se mudarem para os assentamentos. Do início da administração Sharon, em 2001, ao final da administração Olmert, em 2009, a população de colonos nos TPO (excluindo Jerusalém Oriental) cresceu pouco mais de 50%, pulando de 200.297 em 2001 para 301.200 em 2009 (HAREUVENI, 2010, p. 10). Em 2008, o crescimento anual da população colonial foi três vezes maior que a população dentro de Israel — 5% contra 1,8%, respectivamente. Nos assentamentos ultra-ortodoxos de Betar Ilit e Modi'in Illit, o crescimento foi ainda maior (HAREUVENI, 2010, p. 17). Além de expandir os assentamentos existentes, Israel continuou a construir novos. Ao final de 2003, por exemplo, a infraestrutura e a terra foram preparadas para a construção de bairros residenciais em E-1, uma área localizada ao norte de Ma'ale Adumin e por onde passa a última via de acesso que liga o norte ao sul da Cisjordânia, mas as obras foram embargas na justiça. Em 2007, o ministro da Defesa, Ehud Barak, aprovou a transformação do programa preparatório religioso pré-militar *Maskiyot* em um novo assentamento.

4.2.8.4 O Muro

O princípio da separação reinante na ocupação israelense dos territórios palestinos desde meados dos anos 1990 encontrou finalmente o seu correspondente material na construção do Muro[34] na Cisjordânia: uma barreira erguida para separar os assentamentos judeus e as cidades israelenses das cidades e vilarejos palestinos. O Muro nem sempre é uma laje de concreto armado de oito metros de altura como sugerem suas imagens mais famosas,

[33] KURTZER, Daniel. The Settlements Facts. The Washington Post, 14 Jun. 2009. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/06/12/AR2009061203498.html>. Acesso em: 30 de março de 2014. KURTZER, Daniel. Behind The Settlements. The American Interest Online, Mar.-Abr. 2010. Disponível em: <http://www.the-american-interest.com/article.cfm?piece=781>. Acesso em: 21 de janeiro de 2014.

[34] Oficialmente, o nome concedido por Israel para a estrutura é Barreira de Segurança. Contudo, a construção ganhou muitos "apelidos", como "Barreira de Separação", "Barreira do Apartheid" ou simplesmente "Muro", como denominou o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) em seu julgamento sobre a ilegalidade e ilegitimidade de seu estabelecimento. Para o bem da simplificação, neste texto, tal edificação será denominada Muro.

mas também é alternadamente ou simultaneamente formado por cercas eletrônicas, arames farpados, radares, câmeras, trincheiras, torres de observação e rodovias de patrulha, podendo chegar a cem metros de largura e a 1,5 metro de profundidade em fundações de concreto (para evitar que escavem por debaixo da terra). O investimento de mais de 3,5 bilhões de dólares até o momento também serviu para resgatar a indústria da construção civil, em crise em meio a Segunda Intifada (OCHA). Soldados do exército israelense, policias de fronteira e seguranças particulares fazem a sua vigilância 24 horas por dia, sete dias por semana.

Embora a barreira tenha sido apresentada como um aparato de segurança temporário almejando parar os camicases palestinos, o governo israelense construiu partes do Muro profundamente dentro da Cisjordânia, contornando o maior número de assentamentos judeus possível. O confuso traçado do Muro sugere uma pretensão de facilitar a futura anexação à Israel dos assentamentos e outros espaços judaizados, funcionando de arma política para confiscar terras e assim contrair ainda mais o espaço palestino. O assentamento de Ariel, por exemplo, penetra 22 quilômetros Cisjordânia adentro, cortando 42% da largura da região. A seção de Ma'ale Adumin se estende 14 quilômetros ao leste através do trecho mais estreito da Cisjordânia, cortando as principais artérias viárias entre as partes norte e sul da Cisjordânia, fatiando a região em duas.

Em vários casos, a barreira é utilizada para confiscar as terras de vilarejos palestinos próximos com a finalidade de expandir assentamentos judeus ao redor. As terras do vilarejo de Bilein, por exemplo, estão sendo utilizadas para construir complexos de apartamentos para o assentamento judeu de Modiein Eilit[35] (OCHA). Israel ainda construiu dezesseis enclaves internos onde vilarejos e cidades palestinos estão totalmente ou parcialmente rodeados pelo Muro (GORDON, 2008, p. 213). A força ocupante destruiu e confiscou milhares de hectares de campos de oliveiras — principal fonte de renda de uma significativa camada da sociedade palestina —, separou fazendeiros palestinos de suas terras, pacientes dos hospitais e crianças de suas escolas. Ao invés de separar israelenses de palestinos, em várias áreas a barreira, na verdade, separou palestinos de palestinos, tornando claro que o argumento da segurança é, mais uma vez, insuficiente para justificar mais uma medida desproporcional, ilegal e ilegítima de judaização e desarabização.

[35] Para mais informações sobre a história do vilarejo de Bilein com o Muro, assista ao filme "Cinco Câmeras Quebradas", de Emad Burnat e Guy Davidi.

Hoje, estima-se que graças aos enclaves e às penetrações do Muro na Cisjordânia, a rota planejada — aproximadamente 712 quilômetros de comprimento (OCHA, 2013) — seja mais do que o dobro da extensão da Linha Verde. Anunciado em abril de 2002 e colocado sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, o Muro teve a sua construção iniciada em junho do mesmo ano sem uma rota definida, permitindo que diferentes grupos de interesse interferissem e influenciassem na rota. Embora a essência e a presença do Muro seja a materialização da ideologia estatal e das suas concepções de segurança nacional, argumenta Weizman (2007, p. 162), a rota não deve ser entendida como um produto direto de planejamento governamental de cima para baixo. As constantes flutuações na rota do Muro registram uma multiplicidade de conflitos técnicos, legais e políticos sobre questões de território, demografia, água e arqueologia. Elas refletem o efeito de uma multiplicidade de organizações e agentes, como os comitês populares de fazendeiros palestinos, ativistas ambientais, organizações religiosas judaicas, grupos de direitos humanos, paramilitares armados, partidos políticos e cortes internacionais e nacionais.

Quando a construção estiver completa, cerca de 9,5% do território da Cisjordânia estará localizado entre o Muro e a Linha Verde, a chamada *seam zone* (zona de costura, de emenda), onde a dominação israelense e a exclusão palestina chegam ao seu máximo. Os palestinos estão terminantemente proibidos de ficarem nessa área, à exceção de cerca de 11 mil que residem em 32 comunidades da região (OCHA, 2013), que possuem permissões especiais e ainda assim enfrentam inúmeras restrições — como barreiras, portões e checkpoints — para entrar e sair de casa. Esse número era de aproximadamente 60 mil palestinos quando do início da construção do Muro (WEIZMAN, 2007, p. 178), mas foi caindo ao passo que muitos se mudaram "voluntariamente" para o "lado palestino" da barreira em busca de uma vida com menos assédios do exército israelense, em um processo de "transferência silenciosa" ou "remoção forçada indireta", considerado um crime aos direitos humanos pela lei internacional. Outros 250 mil palestinos vivem em vilarejos ou cidades completamente cercados pelo Muro, como Tulkarem e Qalqilya, com um ou dois portões de entrada. Dessa forma, o Muro conseguiu piorar ainda mais a situação econômica dos TPO, em eterna crise, rebaixando a um nível que beira a pobreza extrema. Em sua tentativa de separar israelenses e palestinos e criar um espaço homogêneo judeu, a barreira molda o comportamento da população ocupada que vive em sua vizinhança.

Os colonos, embora inicialmente tenham rejeitado a ideia do Muro, entendendo que colocaria um limite em suas ambições territoriais e concederia partes substanciais da Cisjordânia aos palestinos, mudaram de opinião a partir do momento que aprenderam a manipular a sua rota de acordo com os seus interesses, mostram Zertal e Eldar (2007). Eles conseguiram radicalizar o projeto, tornando-o mais invasivo, encapsulando mais assentamentos e mesmo áreas pretendidas para a potencial expansão dos assentamentos já existentes. Ao final, ficarão do "lado israelense" da barreira 71 assentamentos judeus da Cisjordânia, oito zonas industriais, doze bairros judeus de Jerusalém Oriental e 18 outposts. De acordo com o *Israel Central Bureau of Statistics*, aproximadamente 450 mil colonos vivem nestes assentamentos, consistindo 85% de toda a população de colonos (OCHA, 2013). Um relatório publicado pelas organizações de direitos humanos B'Tselem e Bimkom em 2005 mostra que, ao menos em doze casos, a principal consideração na determinação da rota do Muro foi para acomodar futuras expansões dos assentamentos. Em quatro casos, a Suprema Corte de Justiça israelense reviu a rota do Muro que havia sido previamente alterada claramente para abarcar a futura expansão dos assentamentos de Zufin, Alfei Menashe, Sal'it and Modi'in Illit (LEIN, 2005). O Muro também se tornaria uma ferramenta do incompleto plano de separação elaborado por Ariel Sharon.

4.2.8.5 Plano de separação: ameaça demográfica

Por anos, a ameaça demográfica representada pela população palestina à maioria judaica em Israel foi deixada de lado pelas autoridades através da negação da cidadania israelense aos palestinos ocupados e os sujeitando a um domínio militar, como será visto no próximo capítulo. Israel criou um regime colonial nos TPO para sustentar a maioria judaica dentro das suas fronteiras, instalando um duplo sistema legal dentro de um mesmo território: um para judeus e outro para palestinos. Cientes dessa questão demográfica, Israel iniciou uma espécie de "corrida demográfica", tentando de várias formas aumentar a população judaica dos assentamentos dos territórios ocupados. Além dos tradicionais incentivos financeiros para a migração de cidadãos israelenses judeus de classe média para os assentamentos, uma nova tática adotada no início processo de paz revelou-se a maior responsável pela triplicação da população judaica nos assentamentos da Cisjordânia: desde 1991, a migração de cidadãos israelenses judeus ultra-ortodoxos (*haredi*) para os assentamento tem sido ostensivamente incentiva.

Os *haredim* são hoje quase um terço da população dos assentamentos da Cisjordânia (cerca de 100 mil em um pouco mais de 300 mil colonos) por dois motivos centrais. Primeiro, o baixo status socioeconômico desta comunidade, a mais pobre de Israel[36], facilita a transferência dos judeus ultra-ortodoxos para a Cisjordânia. E segundo, a alta taxa de natalidade desta comunidade acabou por impactar decisivamente o crescimento populacional dos assentamentos nos TPO, um efeito que os governos devem estar bem cientes (GORDON; COHEN, 2012, p. 12). Apesar da diminuição da migração voluntária de judeus de classe média para os assentamentos em meio à explosão de violência da Segunda Intifada, o crescimento natural[37] dos colonos foi exponencial graças à alta taxa de natalidade das famílias ultra-ortodoxas — em 1991, nove mil judeus imigraram para a Cisjordânia e 2.600 lá nasceram, em 2011, a relação inverteu, 3.600 judeus imigraram para a Cisjordânia, enquanto 10.800 nasceram em seus assentamentos (GORDON; COHEN, 2012, p. 13). Em 1991, menos de cinco mil judeus ultra-ortodoxos viviam em três assentamentos dos TPO (excluindo Jerusalém Oriental), em 2012, eles correspondiam a 30% da população, e em 2020, se contar exclusivamente as taxas de natalidade, eles compreenderão 40% dos colonos (GORDON; COHEN, 2012, p. 14).

Em 2013, dos 3.2 milhões de habitantes da Cisjordânia, um em cada seis era um colono israelense. A intervenção demográfica israelense criou a condição de um único estado judeu-palestino, argumentam Ophir e Azoulay (2013). Antevendo essa situação, em 2003, o então primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, criou um plano de separação que buscava mitigar uma contradição inerente à monumental política de assentamento, cujo objetivo tem sido colonizar os territórios palestinos sem incorporar os habitantes ocupados a *demos* israelense. Ironicamente, conforme a política de assentamento aumentou o controle sobre os TPO, a ideia de Israel como um estado judeu, onde os judeus constituem uma maioria esmagadora, se tornou cada vez mais ameaçada: apesar da "corrida demográfica", o fato de que a maioria das pessoas que vivem entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo não são judeus ressaltou a dificuldade de se alcançar a utopia da grande Israel e manter o caráter judaico do estado. As contradições que emergiam do regime israelense deixaram claro aos tomadores de decisão israelenses, mesmo aqueles da extrema-direita, que a incongruência entre as ambições geográficas e demográficas resultaram em um dilema político no qual Israel teria que escolher

[36] A taxa de pobreza entre os ultra-ortodoxos é de 60%, muito maior que a média nacional, 20%, e maior ainda que a dos palestinos cidadãos de Israel, 50%. Ver GORDON, Neve; COHEN, Yinon. *Western Interests, Israeli Unilateralism, and the Two-State Solution*. Journal of Palestine Studies, Berkeley: University of California Press em representação do Institute for Palestine Studies, Vol. 41, No. 3 (Spring 2012). p. 6-18.

[37] A subtração da taxa de natalidade com a de mortalidade.

entre uma das duas opções: manter o regime colonial ou, inversamente, desistir da ideia de um estado judeu (GORDON, 2008, p. 215-217).

Com os seguidos fracassos das negociações bilaterais e a recrudescimento da violência na segunda Intifada, o plano de separação dos palestinos elaborado em 2003 por Sharon partia do raciocínio entre os tomadores de decisão e a sociedade israelenses de que não havia mais solução política existente para o impasse com os palestinos: uma separação unilateral seria implementada às custas do confinamento dos palestinos em bantustões desconexos, muito provavelmente com a anexação dos espaços judaizados e separados — a futura incorporação à Israel destes territórios judeus estava mais do que implícita na carta enviada por Sharon para Bush em abril de 2004[38]. Visto como uma terceira via para tentar resolver a contradição entre as aspirações geográficas e demográficas israelenses, redesenhando as fronteiras de Israel de uma forma que mantivesse a sua condição judaica homogênea, o plano extraoficial de separação de Sharon chegou a ser colocado em prática através da retirada israelense da Faixa de Gaza e o desmantelamento de quatro assentamentos ao norte da Cisjordânia em 2005 (HAREUVENI, 2010, p. 9).

Contudo, como acontecera anteriormente com Rabin em 1995, Sharon não conseguiu completar o plano[39] e os seus sucessores não tiveram força ou vontade política para concluí-lo. A situação final vislumbrada no plano de separação, contudo, não diverge muito da situação atual dos TPO, mantida por meio do emprego de diversos mecanismos legais e burocráticos de separação e segregação. Tomando a situação de isolamento completo da Faixa de Gaza como exemplo, fica claro que o que aconteceria na Cisjordânia seria similar. A matriz formada pelo Muro, as estradas exclusivas para os colonos, os assentamentos e outposts e as unidades militares israelenses, dividem a Cisjordânia em praticamente sete grandes bantustões, ao redor das principais cidades palestinas: o norte de Ariel — ao redor da cidade de Jenin —, o sul de Ariel — ao redor de Nablus —, Jericó, Qalqilya, Ramallah, Bethlehem, e Hebron. Como explicado pelo próprio Sharon em uma entrevista, estes enclaves seriam ligados exclusivamente por uma combinação de viadutos e túneis específicos para os palestinos, que separariam os sistemas viários israelenses e palestinos (WEIZMAN, 2007, p. 179). Os israelenses poderiam transitar livremente sem sequer ver um palestino e vise-versa.

[38] SHARON, Ariel. Carta enviada ao presidente estadunidense George W. Bush em abril de 2004 em que o israelense descreve o seu plano de separação da Faixa de Gaza. Disponível em: http://www.knesset.gov.il/process/docs/DisengageSharon_eng.htm. Acessado em: 25 de janeiro de 2014.
[39] Sharon deixou o cargo de primeiro-ministro em abril de 2006 após um acidente vascular no cérebro o deixar incapacitado. Ele viria a morrer em decorrência dessa doência em janeiro de 2014.

Sendo que Israel manteria o controle vertical dos territórios palestinos, controlando as fronteiras, o espaço aéreo, as ondas eletromagnéticas e a água dos aquíferos subterrâneos, observa Weizman (2007, p.182), emerge um novo jeito de pensar o espaço. Depois de fragmentar a superfície da Cisjordânia com muros e outras barreiras, os planejadores israelenses agora tentariam tecer tudo junto como duas geografia nacionais separadas, porém sobrepostas sobre a mesma área em três dimensões, sem ter que cruzar uma com a outra.

A partir dessa orientação separatista, Oren Yiftachel (2006, p. 9) argumenta que Israel entrou em uma nova fase na qual está restringindo os seus impulsos expansionistas. As autoridades estão consolidando as conquistas territoriais pela intensificação da judaização de áreas com uma substancial presença judaica. Mais da metade do crescimento da população colonial judaica de 1993 a 2013 (114 mil colonos) concentra-se em apenas três assentamentos: Modi'in Ilit (55 mil colonos a mais), Beitar Ilit (38.500) e Ma'ale Adumin (20 mil). Enquanto isso, Israel se livra da responsabilidade pelas áreas densamente povoadas por palestinos e dos assentamentos judeus isolados. Apesar do importante precedente da evacuação dos assentamentos da Faixa de Gaza, a geografia política que emerge na Cisjordânia continua a ser caracterizada pela violenta dominação judaica, severa separação e desigualdade étnica.

4.2.8.6 Governo Netanyahu: discurso de paz e ação colonial

Em 2009, Benjamin Netanyahu, do Likud, retornou ao cargo de primeiro-ministro. O seu primeiro mandato — Bibi foi reeleito em 2013 em uma coalizão formada por partidos de ultradireita — foi o primeiro desde o início do processo de paz em 1991, com a Conferência de Madrid, a não negociar diretamente um acordo com a sua contraparte palestina. Embora sempre tenha reafirmado o seu desejo pela "solução de dois estados", Netanyahu ignorou os palestinos durante os seus quatro primeiros anos no cargo, promovendo uma larga expansão na política de assentamentos. No início de seu governo, entretanto, parecia que finalmente a colonização da Palestina havia cessado. Bibi declarou em junho de 2009 que "nós [israelenses] não temos nenhuma intenção de construir novos assentamentos ou expropriar mais terras para os assentamentos existentes". Ele ainda declarou que "Jerusalém deve permanecer a capital unida de Israel"[40]. Seis meses depois, por pressão da administração do

[40] NETANYAHU, B. Trechos de discurso proferido no Begin-Sadat Center na Bar-Ilan University em 14 Jun. 2009. Disponível em:

presidente estadunidense Barack Obama, o governo israelense decidiu congelar temporariamente toda construção pública e privada nos assentamentos por dez meses, excetos os edifícios para os quais as permissões já haviam sido emitidas e cujas fundações já haviam sido colocadas (HAREUVENI, 2010, p. 17). Uma reportagem do jornal israelense *Haaretz* mostrou que a decisão não se aplicava a anexada Jerusalém Oriental, a 2.500 apartamentos em construção e a outros 455 que já estavam sendo anunciados no mercado antes da decisão de 25 de novembro[41]. Ou seja, na prática, a atividade colonial nunca parou.

Ao final do suposto congelamento, em outubro de 2010, Netanyahu promoveu um *boom* na indústria dos assentamentos, emitindo um número recorde de permissões para construir nas colônias judaicas da Cisjordânia. Segundo relatório da ONG israelense Peace Now (2013), 6.867 novas unidades de assentamentos foram construídas, sendo cerca de 40% em assentamentos localizados além do Muro. O Ministério de Defesa aprovou planos para outras 6.767 casas nas colônias, um crescimento de 300%. As novas unidades habitacionais não apenas aumentarão a área de antigos assentamentos como também formarão novas colônias na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental — Bibi ainda anunciou ainda retomar a construção em E-1, podendo acabar de vez com o que resta de ligação viária palestina entre o norte e o sul da Cisjordânia. Outros dez outposts foram legalizados. Netanyahu manteve o ritmo no novo governo formado em janeiro de 2013 com o partido de ultradireita Yisrael Beitenu.

Segundo outro relatório do Peace Now (2013), a construção de novos assentamentos israelenses nos TPO aumentou 70% nos primeiros oito meses do mandato, só que com uma diferença: pressionado pelo secretário de Estado estadunidense, John Kerry, as negociações de paz com a AP de Mahmoud Abbas foram retomadas, a passos lentos, diga-se. Durante esse tempo, Netanyahu conseguiu convencer a todos com o sua narrativa a favor da paz e do estabelecimento do estado palestino, enquanto suas ações demonstravam exatamente o contrário, com a indústria dos assentamentos à todo vapor. Como o próprio gosta lembrar a respeito de seus adversários, particularmente os iranianos e os palestinos, líderes políticos devem ser julgados pelas suas ações, não por suas palavras.

---

http://www.mfa.gov.il/MFA/Government/Speeches+by+Israeli+leaders/2009/Address_PM_Netanyahu_Bar-Ilan_University_14-Jun-2009.htm. Acesso em 23 de janeiro de 2014

[41] HAARETZ. *The Settlement Freeze/Pleasing Nobody*. 8 Set. 2009. Disponível em http://www.haaretz.com/print-edition/news/the-settlement-freeze-pleasing-nobody-1.8307. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

4.3 Sobre colonos e assentamentos

4.3.1 Dados

Entre 1967 e 2013, 125 assentamentos israelense foram oficialmente erguidos na Cisjordânia; 21 na Faixa de Gaza até 2005 — e aproximadamente oito mil colonos, segundo o Peace Now —, que foram unilateralmente desmantelados no plano de separação; e outros doze bairros coloniais foram construídos em Jerusalém Oriental neste período. Outros cem outposts foram estabelecidos na Cisjordânia. O número total de colonos varia de acordo com a fonte. Segundo o B'Tselem, são cerca de 520 mil israelenses vivendo nos TPO (incluindo Jerusalém Oriental)[42]. A ONG palestina Arij estima mais de 600 mil já[43]. A organização de colonos Yesha Council, por exemplo, afirma que 360 mil colonos vivem em 150 comunidades judaicas apenas na Cisjordânia[44]. A tabela 1 abaixo mostrará a evolução do número de assentamento e colonos apenas na Cisjordânia; a tabela 2 em Jerusalém Oriental; e a tabela 3 os assentamentos existentes na Faixa de Gaza até a evacuação em 2005.

Tabela 1: Assentamentos e colonos na Cisjordânia (não incluindo Jerusalém Oriental)

Ano	Número de assentamentos	População	Crescimento populacional anual (por porcentagem)
1967	1	-	-
1968	3	-	-
1969	8	-	-
1970	10	-	-
1971	12	-	-
1972	14	-	-
1973	14	-	-
1974	14	-	-
1975	19	-	-

[42] BTSELEM. Disponível em: <btlesem.org>. Acesso em: 30 de março de 2014.
[43] ARIJ. Disponível em: <arij.org>. Acesso em: 30 de março de 2014.
[44] YESHA COUNCIL. Judea and Samaria: Its Jewish, It's Vital, It's Realistic. Disponível em: <myyesha.org.il>. Acesso em: 30 de março de 2014.

1976	20	3,200	-
1977	31	4,400	37.5
1978	39	7,400	68.1
1979	43	10,000	35.1
1980	53	12,500	25.0
1981	68	16,200	29.6
1982	73	21.000	8.6
1983	76	22,800	8.6
1984	102	35,300	25.2
1985	105	44,200	15.6
1986	110	55,100	13.3
1987	110	57,900	13.3
1988	110	63,600	9.8
1989	115	69,800	9.7
1990	118	78,600	12.6
1991	119	90,300	14.9
1992	120	100,500	11.3
1993	120	110,900	10.3
1994	120	122,700	10.6
1995	120	127,900	9.4
1996	121	139,974	8.8
1997	122	152,277	8.2
1998	123	164,800	7.6
1999	123	177,372	7.3
2000	123	190,206	7.2
2001	123	211,416	5.3
2002	123	211,416	5.5
2003	123	223,954	5.9
2004	123	235,263	5.0
2005	121	247,514	5.2
2006	121	261,879	5.8
2007	121	276,462	5.5

2008	121	290,400	5.0
2009	121	301,200	3.7
2011	-	325,456	6.0
2012	125	-	-

Fontes: HAREUVENI, Eyal. By Hook and by Crook: Israeli Settlement Policy in the West Bank. Jerusalem: B'Tselem, 2010, p. 9-10; btselem.com; Central Bureau of Statistics, Israel Statistical Yearbook (vários anos).

Tabela 2: Colonos em Jerusalém Oriental

Ano	Numero de residentes	Crescimento anual
1989	118,100	-
1990	127,500	7.9
1991	132,200	3.6
1992	141,000	6.6
1993	146,800	4.1
1994	152,700	4.0
1995	157,300	3.0
1996	160,400	1.9
1997	156,412	-2,5
1998	160,862	2.8
1999	165,076	2.6
2000	167,230	1.3
2001	-	-
2002	171,859	-
2003	173,034	-
2004	176,566	2.0
2005	178,973	1.4
2006	181,823	1.6
2007	184,707	1.6

Fontes: HAREUVENI, Eyal. By Hook and by Crook: Israeli Settlement Policy in the West Bank. Jerusalem: B'Tselem, 2010, p. 9-10; btselem.com; Central Bureau of Statistics, Israel Statistical Yearbook (vários anos).

Tabela 3 – Assentamentos na Faixa de Gaza até 2005

Assentamento	Ano de fundação	31/12/01	31/12/03	31/12/04
Ele Sinay	1982	344	347	389
Bedolah	1986	180	189	191
Bene Azmon	1979	547	566	646
Gadid	1982	272	298	324
Gan Or	1983	269	274	300
Ganne Tal	1979	279	273	300
Dugit	1990	66	65	68
Kefar Darom	1970	276	324	475
Morag	1972	151	170	221
Newe Deqalim	1980	2370	2470	2636
Nisanit	1982	932	1000	1120
Nezer Hazzani	1973	314	316	369
Nezarim	1972	386	409	521
Pe'at Sade	1993	110	110	119
Qatif	1978	329	338	394
Rafiah Yam	1984	134	128	122
total		6959	7277	8195

Fonte: Peace Now. Disponível em: <peacenow.org.> Acesso em: 13 de março de 2014.

4.3.2 Como estabelecer um assentamento

O estabelecimento de um novo assentamento envolve vários estágios e implica uma variedade de organizações e órgãos. O primeiro passo formal é conseguir uma autorização do Comitê Ministerial de Assentamento do governo israelense, criado em 1970 para decidir o

estabelecimento de novos assentamentos. O comitê é formado por ministérios governamentais e representantes da WZO. Ele tem a responsabilidade de decidir a localização e a forma do assentamento, assim como o seu tamanho em termos geográficos e populacionais, em Israel e em todos os territórios ocupados em 1967. Em vários casos, o comitê aprovou a aprovação retroativa de assentamentos estabelecidos de forma ilegal pelo Gush Emunim e outras organizações de colonos.

O papel da WZO como parte do mecanismo governamental é revelador pois é uma organização não-governamental representante não dos cidadão de Israel, mas dos judeus do mundo. Uma dos métodos tradicionais de direcionar recursos naturais exclusivamente para a população judaica do estado, sem isso ser automaticamente definido como discriminatório, é delegando responsabilidades para a Jewish Agency — o braço para assentamento da WZO. O financiamento da Divisão de Assentamento vem do orçamento estatal israelense, através do Ministério da Agricultura (LEIN, 2002, p. 21). Os dois principais órgãos envolvidos na construção da infraestrutura física e financeira dos assentamentos são o Ministério da Construção e Habitação e a Divisão de Assentamento da WZO — muitas vezes pela contratação de empresas multinacionais[45]. O primeiro passo a ser tomado pelo órgão selecionado pelo Comitê Ministerial para Assentamento para implementar o assentamento é receber uma "permissão" do Guardião de Propriedade Abandonada e Governamental na Judeia e Samaria para planejar e construir no território indicado, exceto quando cidadãos israelenses adquirem um terreno no mercado imobiliário. A vasta maioria dos assentamentos é estabelecida em terrenos confiscados pelo Estado de Israel de várias formas; o Guardião é o responsável por administrar esses terrenos. Todo esse processo, desde 1996, tem que ser aprovado pelo Ministério da Defesa.

Após esse trâmite burocrático, as companhias de construção são contratadas pelo Ministério da Habitação e simultaneamente se inicia a aprovação do plano urbanístico e arquitetônico do assentamento no Comitê Supremo de Planejamento da Administração Civil, que concede as licenças de construção. A transferência dos colonos acontece por meio de associações cooperativas formadas pelos próprios colonos, que ajudam na adaptação dos novos membros, como o Gush Emuim, a União Agrícola, Betar, a União dos Moshavim de Po'alei Agudat Yisrael, a Unidão dos Moshavim de Hapo'el Hamizrachi, etc (LEIN, 2002, p. 22). Em Jerusalém Oriental, o processo é semelhante, com duas importantes diferenças: o

[45] Para a participação de companhias multinacionais na ocupação dos territórios palestinos, ver: <whoprofits.org>.

processo acontece dentro da burocracia da municipalidade de Jerusalém e tem como referências planos diretores que tem em suas orientações claras políticas segregacionistas de judaização[46].

Embora o complexo processo descrito acima seja exigido de acordo com as decisões governamentais e a legislação militar, em muitos casos as autoridades pulam alguns estágios ou age retroativamente para assegurar a assinatura dos contratos apropriados. Os outposts estabelecidos desde a década 1990 na Cisjordânia não passaram por nenhum dos estágios descritos acima e, em alguns casos, as autoridades vieram a legalizá-los como assentamentos oficiais. Os colonos são profissionais em encontrar subterfúgios para estabelecer um assentamento. Nas primeiras páginas de Hollow Land (2007, p. 1-2), Eyal Weizman narra a surreal trajetória do estabelecimento do outpost de Migron, o maior assentamento deste tipo na Cisjordânia. No final dos anos 1990, colonos da Cisjordânia vinham reclamando do péssimo sinal de celular e convenceram a Administração Civil a permitir que a operadora de celular em Israel, a Orange, instalasse uma antena em um morro onde já haviam sido frustradas algumas tentativas de estabelecimento de outposts ilegais. Colonos religiosos acreditavam que neste topo estavam soterrada a cidade bíblica de Migron.

Considerada uma questão de segurança, foi permitida a construção da antena em propriedade privada palestina e imediatamente os sistemas de água e energia elétrica israelenses foram conectados. Com a demora para começar a construção da antena, os colonos, ansiosos, ergueram em maio de 2001 uma antena falsa e receberam uma permissão militar para contratar um guarda particular 24 horas. O guarda moveu o seu trailer para o pé da falsa antena e cercou os arredores da montanha; logo depois, sua mulher e filhos se mudaram para o local e conectaram a casa a rede de água e eletricidade. Em março de 2002, outras cinco famílias se mudaram para o local e lá estava criado o outpost de Migron, que viria mais tarde se tornar um assentamento oficial. Procedimentos similares foram adotados para o surgimento de grandes assentamentos como Itamar e Har Homa.

4.3.3 Política de anexação

Como já fora mencionado acima, os assentamentos tiveram a sua legislação alterada pelas autoridades israelenses com o objetivo de permitir a anexação *de facto* a Israel: uma anexação jurídica poderia resultar em uma enorme pressão da comunidade internacional

[46] Ver MARGALIT, Meir. *Seizing Control of Space in East Jerusalem*. Jerusalem: Sifrei Aliat, 2010

(SHEHADEH, 1985; BENVENISTI, 1989; LEIN, 2002)[47]. Essa anexação criou o que Benvenisti (1989) chamou de "legalismo duplo" nos TPO, onde dois sistemas legais funcionam em um mesmo território para dois grupos étnico-nacionais distintos, segregando legalmente os colonos judeus, que respondem à lei civil israelense, dos residentes palestinos, que continuaram a viver sob o regime militar. Este recurso legal erradicou o significado da Linha Verde no cotidiano dos cidadãos judeus dos TPO, contribuindo enormemente para o sucesso da política de transferência da população de Israel para os assentamentos e ao mesmo tempo evitando que os palestinos fossem incorporados a *demos* israelense. Os colonos elegem o seu próprio conselho regional ou local, participam das eleições legislativas, pagam impostos, seguro de saúde e social, e gozam de todos os direitos sociais garantidos por Israel aos seus cidadãos.

O resultado foi a criação de dois tipos de enclaves de lei civil israelense nos TPO: pessoal e territorial. O significado dos enclaves pessoais é que qualquer cidadão israelense, e de fato qualquer judeu, nos TPO está sujeito, onde quer que ele esteja, à autoridade da lei civil israelense para todos os propósitos e não à autoridade da lei militar em vigor nestes territórios. Essa situação foi perpetuada nos acordos de Oslo de uma forma que negou à Autoridade Palestina qualquer poder sobre os israelenses nos TPO, incluindo os israelenses que entram em seu próprio território (LEIN, 2002, p. 65). A legislação militar em vigor nos TPO, que foi detalhadamente elaborada para não se referir aos colonos e aos assentamentos e para assegurar a separação entre eles e os palestinos, contribuiu para criar um cenário claro de anexação dos assentamentos.

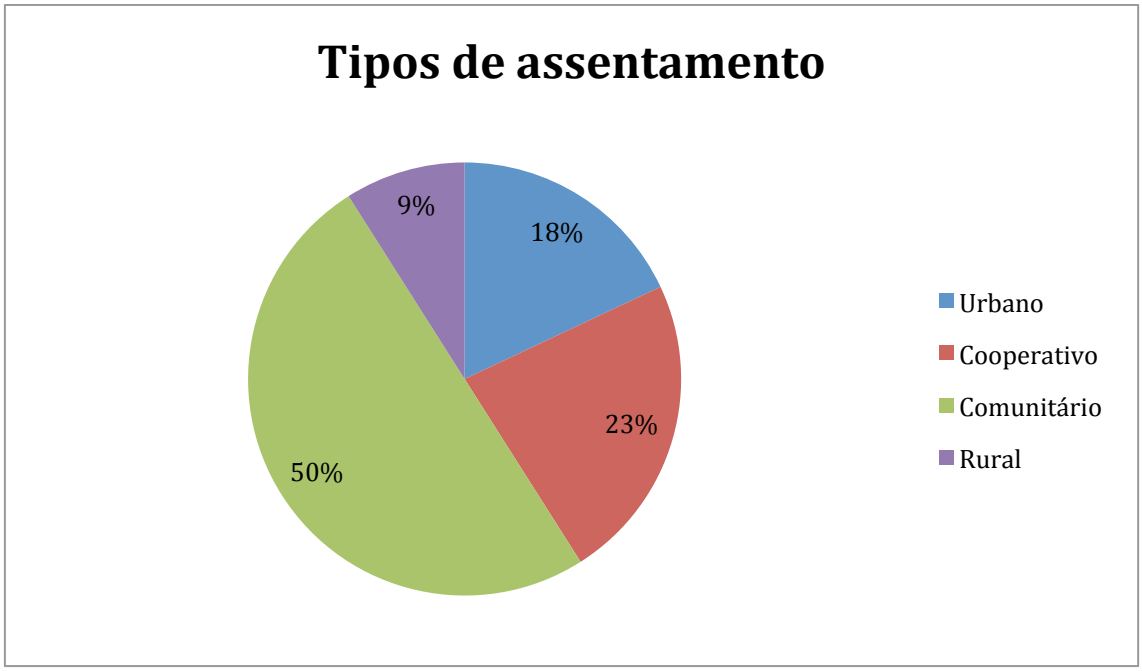
4.3.3.1 A estrutura dos governos locais nos TPO

A lei israelense reconhece três tipos de entidades municipais pela qual os governos locais nos TPO operam: municipalidades, conselhos locais e conselhos regionais. Os governos locais funcionam da mesma forma dentro de Israel e nos TPO, e têm um papel central na vida dos colonos, uma vez que são responsáveis por prover os serviços básicos do estado como saúde, educação, planejamento urbano, limpeza, etc. A legislação militar nos TPO replicou a lei israelense em questões de eleições, composição dos conselhos, orçamento, planejamento e construção, educação e tribunais de pequenas causas. Os conselhos regionais e locais e os municípios recebem os nomes dos assentamentos aos quais pertencessem. No caso

[47] As políticas aqui mencionadas não se referem à Jerusalém Oriental, uma vez que este território palestino ocupado fora formalmente anexado ao Estado de Israel em 1967.

da classificação dos maiores assentamentos como municípios (o primeiro caso foi Ma'ale Adumim), o *modus operandi* das autoridades israelenses para moldar o sistema legal dos TPO ao seu bel prazer é revelador: para escapar da lei municipal jordaniana de 1955 e assim não estender os mesmos benefícios aos municípios palestinos dos territórios ocupados, a Administração Civil simplesmente emitiu uma ordem que determinou que esses assentamentos mantivessem o status de conselhos regionais, mas simplesmente sejam chamados de "município". Desde 1996, presumivelmente como parte do processo de anexação *de facto*, as autoridades locais nos TPO estão sujeitas ao Ministério do Interior israelense e não mais sob o encargo da Administração Civil — que também é responsável autoridades locais palestinas —, adquirindo o mesmo status aos dos distritos de dentro de Israel (LEIN, 2002, p. 67).

4.3.4 Tipos de assentamentos



Fonte: LEIN, Yehezkel. Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank. Jerusalem: B'Tselem, 2002, p. 23

4.3.4.1 Cooperativos

Os assentamentos cooperativos são subdivididos em três modelos — *kibutz*, *moshav* e *moshav* cooperativo — que variam em termos de nível de igualdade, em extensão na cooperação na posse da propriedade e nos meios de produção. Essas distinções, entretanto, foram apagadas desde os anos 1990 graças à crise econômica que afetou os movimentos de *kibutz* e *moshav* e também por mudanças nos valores ideológicos da sociedade israelense.

Essas formas de assentamento são modelos clássicos apreciados pelo movimento trabalhista desde o início da migração sionista para a Palestina otomana e, desta forma, a maioria dos *kibutzim* e *moshavim* na Cisjordânia foram fundados entre 1967 e 1977 durantes os governos trabalhistas e se situam em áreas do Plano Allon. A característica em comum destes três modelos de assentamento, pelo menos durante os seus primeiros anos, é o caráter agrícola, embora desde os anos 1980 muitos tenham se expandido para a indústria e o turismo, enquanto alguns dos seus membros tenham começado a trabalhar como empregados assalariados em centros urbanos próximos. Atualmente, existem nove *kibutzim*, vinte e quatro *moshavim* e onze *moshavim* cooperativos[48]. A maioria dos assentamentos do Vale do Jordão são similares na forma aos assentamentos cooperativos dentro de Israel. Diferente dos outros tipos de assentamentos, o planejamento para as comunidades cooperativas é afetado principalmente pela sua organização social e menos pela topografia ou pelas restrições associadas à posse de propriedade (LEIN, 2002, p. 33).

4.3.4.2 Comunitários

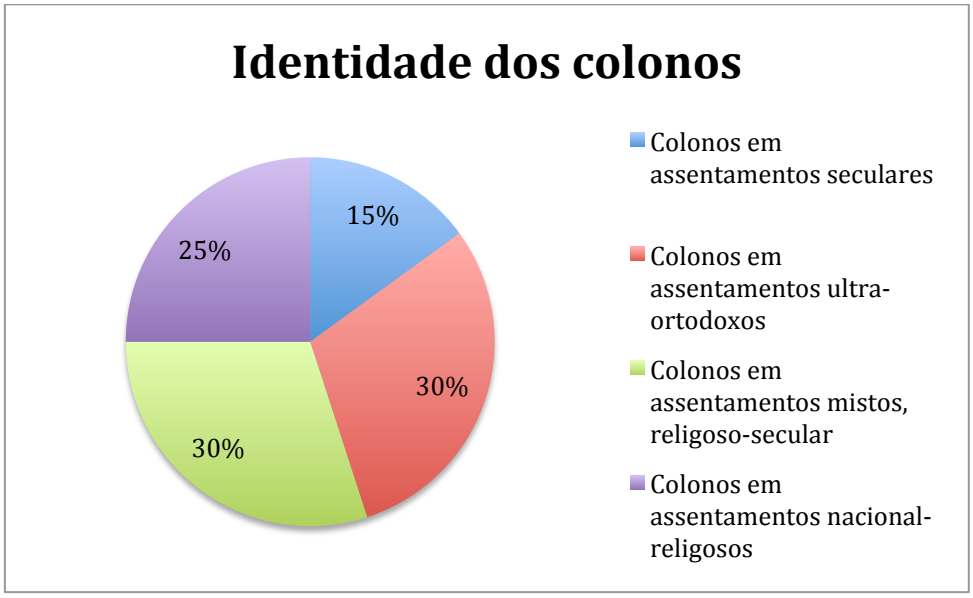
Os assentamentos comunitários começaram como uma forma única de assentamento para os TPO por iniciativa do Gush Emunim, que, mais tarde, veio a ser utilizada também na judaização da Galileia, ao norte de Israel. O paradigma legal encontrado pelas autoridades para a sua criação foi o registro de uma associação cooperativa na burocracia da Administração Civil. Como o *kibutz*, o assentamento comunitário absorve novos membros por um processo claramente definido que decide aceitar ou não o candidato — desta forma, impediu-se a entrada de não-judeus. A maioria dos membros são colonos de classe média empregados em escritórios de cidades próximas dentro de Israel. São 66 os assentamentos definidos como comunitários, sendo a maioria localizada ao redor da região metropolitana de Jerusalém e na faixa montanhosa da Cisjordânia (LEIN, 2002, p. 24). Por isso a sua forma foi determinada por constrangimentos topográficos. Uma composição típica deste tipo de assentamento é formada por círculo concêntricos ao longo do perímetro da montanha. As casas são normalmente feitas para abrigar uma família e estrategicamente localizadas no contorno da montanha com vista para a paisagem ao redor.

4.3.4.3 Urbanos

[48] O número de assentamentos em cada categoria é baseado na definição de "tipo de assentamento" adotado pelo Central Bureau os Statistics de Israel. Números disponíveis em: http://cbs.gov.il/reader/shnaton/shnatone_new.htm?CYear=2010&Vol=61&CSubject=2. Acessado em: 27 de janeiro de 2014.

São administrados por comitês ou conselhos locais eleitos pelos seus residentes. Não envolvem nenhum procedimento especial para novos colonos ou qualquer paradigma financeiro cooperativo. Contudo, quanto menor for o assentamento, maior será a homogeneidade dos seus membros (em termos de identidade religiosa/secular, status econômico, origem, etc). As exceções são os assentamentos ultra-ortodoxos de Beitar Ilit (40 mil residentes) e Modi'in Ilit (52 mil residentes), que embora estejam entre os maiores assentamentos, são completamente homogêneos em termos demográficos. Conta-se 27 assentamentos urbanos na Cisjordânia — a maioria na região metropolitana de Jerusalém —, além dos 12 assentamentos urbanos localizados em Jerusalém Oriental. Estes assentamentos foram planejados para criar uma rápida mudança demográfica em áreas pretendidas para a anexação por Israel ou como um enclave regional que oferecesse serviços para assentamentos menores, por isso suas casas foram feitas de uma forma que abrigasse mais de um comércio e uma família, muitas vezes.

4.3.5 - Identidade dos colonos



A imagem estereotipada de um colono judeu que mora nos TPO é de um religioso nacionalista com uma vasta barba e uma kipá sobre cabeça, capaz de atitudes violentas para expulsar todos os palestinos do estreito entre o Mediterrâneo e o Jordão em nome de Deus e Israel. Contudo, como esta dissertação buscou mostrar, estes colonos são uma minoria dentro do projeto estatal israelense de judaização da Palestina, cujo sucesso repousa exatamente em atrair, das mais variadas formas e principalmente através de incentivos financeiros, judeus seculares de classe média e ultra-ortodoxos. Embora estejam em menor número (estima-se

que 130 mil residam nos TPO puramente por questões ideológicas), estes colonos fazem muito mais barulho que os outros milhares de colonos que apenas desejam viver tranquilamente em seus assentamentos suburbanos. Com egeito, os colonos dividem-se em dois grupos identitários: nacional-religiosos (ou ideológicos) e econômicos.

4.3.5.1 Nacional-religiosos (ideológicos)

Embora sejam pouco mais de cem mil em uma sociedade de uma sociedade formada por mais de sete milhões de pessoas, os colonos nacional-religiosos, ou chamados apenas de "ideológicos", exercem uma forte pressão sobre a política interna e externa do governo de Israel, principalmente em relação às ações nos TPO a partir de 1974, com a criação do Gush Emunim, o maior movimento de colonos do país. O seu posicionamento político deriva de uma ideologia política que combina devoção política com ativismo, religiosidade e nacionalismo. Da perspectiva deles, atividades como assentar é uma forma de ativismo religioso, uma vez que eles veem o retorno dos judeus à *Eretz Israel* como um cumprimento da vontade de Deus. A colona Moya Shapira, moradora e filha do fundador doa assentamento de Shiloh — erguido ao redor de uma escavação arqueológica na região de Nablus —, ao comentar a morte de uma vizinha sua por milicianos palestinos, revela o raciocínio destes colonos, que se utilizam da construção de assentamentos, na qual casas, cimento e brita são as suas armas, na sua "guerra santa" contra os palestinos por aquelas terras[49].

> Nós decidimos a não atacar os terroristas de volta ou fazer algo violento, mas fundar um novo assentamento. Se eles estão dizendo "saiam daqui", a ideia é dizer "nós ainda estamos aqui, essa é a terra dos nossos pais, nós estamos construindo um novo assentamento e essa área ainda crescerá".

Os colonos ideológicos se concentram ao redor dos grandes centros populacionais palestinos, como Ramallah, Nablus e Hebron. Nesta última, uma das maiores cidades palestinas com mais de 170 mil habitantes, residem cerca de 450 colonos fanáticos até mesmo para os padrões israelenses. Em 1997, a cidade foi dividida em duas áreas — H1 para os palestinos e H2 para os colonos judeus — após o colono Baruch Goldstein, do movimento colonial de extrema-direita Kach, abrir fogo contra palestinos muçulmanos desarmados que estavam rezando dentro da Mesquita Ibrahim no Túmulo dos Patriarcas, matando 29 pessoas e ferindo outras 125 em fevereiro de 1994. Hebron é um exemplo de dominação israelense

[49] SHAPIRA. Moya. *Meet the settlers*. The Telegraph. Disponível em: http://www.telegraph.co.uk/meetthesettlers/chapter3.html. Acesso em: 18 mar. 2014

sobre os palestinos: por todo o lado se vê checkpoints, barreiras de concretos, ruas segregadas, bases militares e soldados armados no topos dos edifícios vigiando o entorno.

A visão de mundo destes colonos pode ser traduzida nas palavras Daniel Luria (informação informal)[50], porta voz do Ateret Cohanim, uma colônia em forma de *yeshiva* (escola de estudos da Torá e outros livros sagrados do judaísmo) sionista localizada no quarteirão muçulmano da Cidade Antiga de Jerusalém.

> Não há nada de errado em criar 'fatos concretos' judaicos. Sionismo é todo feito de "'atos concretos'. Sionismo é criar 'fatos concretos' em sua terra natal. Essa terra não pertence a árabes ou palestinos. Nós não temos que pedir desculpas por um judeu se mudar de volta para Jerusalém. Somente sob soberania judaica que há liberdade de religião em Jerusalém. [...] Não há consenso em Israel sobre se Jerusalém deve ser dividida. O fato de os palestinos quererem Jerusalém é um problema deles. O que os palestinos fizeram em Jerusalém entre 1948 e 1967? Se havia uma grande e antiga nação palestina ocupando esta terra, então o que eles fizeram entre 1948 e 1967? Nós estamos aqui para ficar. Se os árabes querem viver ao nosso lado pacificamente, mudanças precisam acontecer. Não existe a possibilidade de divisão. Você não divide sua esposa. Você não divide suas crianças com seu vizinho. Algumas coisas não se dividem. Você não divide sua terra. Isso não pertence ao mundo árabe. A terra de Israel pertence aos judeus, somente a eles. Eles [os palestinos] podem ir para Jordânia. Eles podem expressar sua nacionalidade em outros 23 países. [...] Os árabes são excepcionalmente violentos. Não existem dois estados possíveis nesta pequena terra. Oslo está morto e enterrado. E foi uma tragédia. O processo não foi de paz. É preciso haver um novo pensamento. Se nós quisermos que judeus e árabes vivam em paz, as pessoas precisam entender que não tem nada a ver com terra ou concessões. Nós temos que demonstrar uma convicção forte.

4.3.5.2 Econômicos

São aqueles que se mudaram para os TPO basicamente por razões econômicas, buscando uma melhor qualidade de vida, ao invés de razões políticas e/ou religiosas e nacionalistas. Este não é um termo técnico — certamente alguns dos colonos econômicos também são religiosos ou se tornaram, com o tempo, ideologicamente comprometidos com o projeto de judaização, uma vez que pouco mais da metade dos colonos se considera religiosa[51]. Da mesma forma, nem todos os colonos seculares se mudaram para assentamentos por razões econômicas — muitos dos assentamentos do Vale do Jordão foram fundados por israelenses seculares imbuídos de um comprometimento ideológico para garantir que Israel mantivesse o controle sobre essa parte do território ocupado. De toda a forma, a maioria dos colonos econômicos são aqueles que moram em assentamentos próximo à Linha Verde que

[50] PEROSA, Teresa. Entrevista de Daniel Luria. [Setembro de 2013]. Entrevistadora: Tereza Peroza, Jerusalem Ocidental: Arquivo pessoal, 2013.
[51] PEACE NOW. *Quality of life settler*. Disponível em: <http://peacenow.org.il/eng/content/quality-life-settlers>. Acesso em: 27 de janeiro de 2014.

funcionam como subúrbios dormitórios para os israelenses que trabalham nos grandes centros populacionais dentro de Israel. Entre os colonos econômicos também estão os ultra-ortodoxos, que vivem em assentamentos exclusivamente construídos para eles, conforme descrito acima. Muitos incentivos financeiros, como casas à preços menores, isenção fiscal, subsídio do transporte e da educação, foram oferecidos para a migração desses colonos, vistos como um ativo estratégico pelas autoridades israelenses no controle e na vigilância dos territórios ocupados.

4.3.6 Incentivos financeiros e financiadores

Uma das alegações feitas por Israel para justificar os assentamentos, embora eles sejam proibidos pela lei internacional, é de que o estado não transfere cidadãos para o território ocupado: cada cidadão, argumentam as autoridades, decidem particularmente e voluntariamente a se mudarem para os assentamentos. Contudo, na realidade, todos os governos israelenses desde a década de 1980, pelo menos, tem implementado uma vigorosa e sistemática política para encorajar cidadãos israelenses a se mudarem de Israel para os TPO. Um dos principais instrumentos desta política é a provisão de significativos incentivos e benefícios financeiros — diretamente para os colonos e também através das autoridades locais judaicas — com o propósito de aumentar a qualidade de vida dos colonos. A importância dos assentamentos para o interesse nacional israelense também fica evidente quando analisados o dinheiro investido. Estima-se que entre 1967 e 2010, Israel tenha gasto na construção nos 12 milhões de metros quadrados de rodovias, casas e fábricas da política de assentamento mais de 17 bilhões de dólares, de acordo com estudo do *Macro Center for Political Economic*s[52].

A maioria dos assentamentos nos TPO são definidos juridicamente como áreas de prioridade nacional. Desta forma, os colonos e os outros cidadãos israelenses que trabalham ou investem nos assentamentos tem direitos a significativos benefícios financeiros. Esses benefícios são fornecidos por oito ministérios governamentais através da redução do preço de terrenos e generosos empréstimos para a compra de apartamentos; maiores salários para os professores dos assentamentos e extensão do ano escolar; isenção fiscal para indústrias e indivíduos, entre outros. O Ministério do Interior concede subsídios maiores para as autoridades locais nos territórios ocupados do que para as comunidades dentro de Israel. Entre

[52] HAARETZ. Settlements have cost Israel 17 billion, study finds. Disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/news/settlements-have-cost-israel-17-billion-study-finds-1.265190>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

os anos 2000 e 2006, os subsídios per capita para os assentamentos nos TPO foram 57% maiores do que a média dos concedidos para as autoridades dentro de Israel. Outro mecanismo utilizado para favorecer os colonos é através da Divisão de Assentamento da *World Zionist Organization*[53]. Alguns investidores judeus particulares, principalmente na região de Jerusalém Oriental, ficaram famosos pelas suas generosas doações às diversas formas de judaização dos TPO. O bilionário estadunidense Irwin Moscovitch, por exemplo, financia a compra sistemática de terrenos, construção de assentamentos, escavações arqueológicas, entre outras atividades.

[53] Ver btselem.org/settlements/migration. Acessado em: 21 de março de 2014

5 DESARABIZAÇÃO: INSTRUMENTOS LEGAIS E BUROCRÁTICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, DESLOCAMENTO E CONTROLE DE ISRAEL SOBRE A POPULAÇÃO PALESTINA EM CISJORDÂNIA, FAIXA DE GAZA E JERUSALÉM ORIENTAL ENTRE 1967 E 2013

5.1 Aparatos de controle

Entende-se aqui por aparato de controle a definição do filósofo francês Louis Althusser (1971): práticas ideologizadas que moldam os indivíduos como sujeitos do poder e reproduzem as suas relações de poder. Os aparatos de controle são a presença concreta pela qual o poder governante administra a vida dos governados. Diferente do que sugere o termo, não entende-se aqui por aparatos de controle apenas os instrumentos coercitivos utilizados para proibir, excluir e reprimir pessoas, mas todo um conjunto de instituições, dispositivos legais, instrumentos burocráticos, práticas sociais e edifícios físicos que operam sobre o individuo e toda a população para produzir novas formas de comportamento, hábitos, interesses e aspirações (FOUCAULT, 1975). Ao colocar várias instituições ao seu serviço e orquestrar as suas ações, os aparatos de controle asseguram o oferecimento de vários serviços públicos, exercem e regulam a violência, protegem alguns dos governados enquanto atacam ou abandonam outros, monitoram a distribuição de recursos e outorgam títulos e autoridade.

Os aparatos de controle e dominação — práticas onipresentes nos regimes coloniais — são a face concreta do exercício do poder, que se revelam principalmente quando contestados pelos governados em revoltas populares e necessitam recuperar a sua soberania. O funcionamento destes mecanismos concretos de poder na mediação entre governo e governados nos permitirá identificar e compreender a forma pela qual ocorre o processo que desejamos aqui analisar: o de desarabização do espaço, isto é, a forma pela qual a população árabe-palestina fora desapropriada e deslocada de sua terra. Analisados e descritos no contexto europeu liberal do século XX, o também filósofo francês Michel Foucault (1975, 2007) identifica três tipos de aparato de controle que operam sobre a uma população: disciplinar, bio-político e judicial-soberano. Os instrumentos de desarabização aqui estudados incluem-se nestes três conceitos de poder.

O *poder disciplinar* tenta normalizar as relações de poder através da fragmentação da vida cotidiana, normalmente tentando maximizar a produtividade econômica dos colonizados enquanto reduz as suas habilidades políticas. Opera nos detalhes das interações cotidianas

para criar e disseminar todo um espectro de normas e práticas sociais. Produz modos de pensar e padrões de comportamento na população como um todo, mas também serve para diferenciar os indivíduos entre si ao determinar, por exemplo, linhas de transgressão e identidades distintas. No caso aqui estudado, o sistema de permissão é um bom exemplo de aparato disciplinar, com seus checkpoints, identidades, etc.

O *bio-poder* transforma elementos naturais da vida da população em instrumentos de poder políticos. O bio-poder é engajado em uma série de processos ligados à taxa de morte, expectativa de vida, fertilidade da população, taxas de nascimento, higiene, doenças, taxas de desemprego, etc. A manipulação da dependência da mão de obra palestina em trabalho em Israel é uma forma de bio-poder.

O mais tradicional, o *poder soberano* é medido através da habilidade do governo de ditar um certo sistema legal e utilizar forças coercitivas, tais quais o exército e a polícia, para reforçá-lo ou suspendê-lo. Este tipo de poder é operado pelos braços judiciais e administrativos. Tende a aparecer quando o indivíduo viola a lei ou quando o soberano a suspende. Em nosso caso, pode ser percebido na ativação do sistema legal para reprimir violentamente a resistência palestina e na sua transformação como meios de expropriação pelos quais Israel tem desapropriado os palestinos das suas terras e propriedades.

5.1.1 Controlando a população ocupada

O governo israelense comanda dois aparatos de controle simultaneamente: um nos TPO e outro dentro de Israel. Como Azoulay e Ophir (2013) observam, as distinções e sobreposições entre estes dois subsistemas governamentais são difíceis de distinguir. Como já apontado nesta dissertação, o sistema imposto aos territórios palestinos foi formado a partir do que fora elaborado para controlar a população palestina no interior de Israel até 1966. Hoje, muitas ligações operam entre os dois sistemas apesar das sofisticações pelas quais passaram nesses quase cinquenta anos de ocupação. Contudo, para fim de análise, aqui serão apreciadas apenas os instrumentos de controle e dominação existentes nos TPO.

Os instrumentos burocráticos tomaram diversas formas ao longo da judaização dos territórios palestinos. Contudo, sempre tiveram como princípio lidar com o dilema das aspirações geográficas e demográficas sionistas-israelenses discutidas nos capítulos anteriores. A importância deste dilema para os tomadores de decisão israelenses é

simbolicamente ilustrada em uma conversa entre o primeiro-ministro israelense Levi Eshkol e a secretária-geral do partido Trabalhista Golda Meir ao cabo da guerra de 1967. Quando Meir questiona Eshkol: "O que nós vamos fazer com um milhão de árabes?", o primeiro-ministro responde: "Eu entendi. Você quer o dote, mas não gosta da noiva!"[54]. O "dote" aqui é uma referência aos territórios palestinos de Cisjordânia e Faixa de Gaza recém-conquistados na guerra, logrando um sonho antigo dos sionistas de apropriar-se toda a bíblica Terra de Israel.

A "noiva" são os cerca de um milhão de palestinos que viviam nestes territórios à época, uma ameaça demográfica ao caráter judaico de Israel entre o mar e o rio. A incorporação destes palestinos a Israel fora logo descartada, assim como uma "transferência" semelhante à ocorrida em 1948, apesar do Vale do Jordão — à exceção da cidade de Jericó — ter passado por uma "limpeza" durante o conflito armado. O ambiente político internacional não permitia mais uma ação deste tipo. Apesar de indeciso, Eshkol tratou de colocar em prática ainda em 1967 um regime que conciliava a colonização judaica de áreas estrategicamente interessantes e economicamente interessantes e a dominação militar da população árabe-palestina. De forma embrionária e a até improvisada, os processos de judaização e desarabização tiveram início nas semanas seguintes à ocupação.

Em poucas semanas, mostra Gordon (2008, p. 23-47), toda a infraestrutura de controle já estava funcionando. O raciocínio básico do sistema legal já estava estabelecido, as burocracias civis administrativas operavam, os militares e o serviço secreto policiavam e controlavam a população ocupada. O regime de permissão já havia sido criado e muitos aparatos de vigilância instalados. A princípio, Israel utilizava uma política que o major general aposentado do exército israelense Shlomo Gazit (1995) chama de "cenoura e bastão". Gazit foi o homem indicado pelo então ministro da Defesa israelense, Moshe Dayan, para chefiar um comitê responsável por lidar com os assuntos econômicos, políticos e de segurança nos territórios recém-capturados. Eles desejavam implementar o que Dayan chamava de "política de normalização", onde os palestinos viveriam as suas vidas regularmente como se os israelenses não os dominassem, tornando a "ocupação invisível". Gazit entendia que o modo de governança a ser emulado nos TPO não deveria ser o modo de burocracia colonial dos britânicos na Índia (1858-1947) ou dos franceses na Argélia (1830-1962), mas o da ocupação nazista na Noruega (1940-45). A burocracia nazista de ocupação ditava todo o

[54] GORDON, Neve. *Israel's Occupation*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2008, p. 1

aspecto da vida norueguesa, dos hospitais, prefeituras e escolas até a eletricidade, esgoto e água. Como parte desta política, Israel viria a cria a Administração Civil em 1980 para lidar com os assuntos cotidianos da vida dos palestinos, como uma forma de distinguir a governança dos TPO e o comando militar na região, fomentando duas esferas burocráticas de controle (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 337).

Desta forma, parte da burocracia administrativa jordaniana fora preservada com o objetivo de evitar o contato direto entre os indivíduos palestinos e os militares israelenses, concedendo uma certa autonomia aos ocupados a partir de um envolvimento mínimo e a manutenção de uma administração eficiente, justa e liberal. Os palestinos tinham uma liberdade quase total de ir e vir em toda a faixa de terra entre Mediterrâneo e o Jordão. As autoridades israelenses deixaram, a partir de um raciocínio econômico liberal, a maioria da mão de obra palestina trabalhar em Israel, criando uma grande dependência econômica na possibilidade dos palestinos entrarem em Israel. Se em 1970, 5% da força de trabalho palestina trabalhava em ou para Israel, em 1987, até a explosão da Intifada, mais de 45% dos palestinos trabalhavam em ou para Israel, representando 85% do PIB dos TPO (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 338). A força ocupante acreditava que a infraestrutura de controle disciplinar mencionada, aliada a uma controlada prosperidade econômica (a "cenoura") e regulada por medidas coercitivas e punitivas pontuais, como demolições de casas e prisões administrativas (o "bastão"), controlariam os palestinos para sempre. Os excessos e contradições do projeto de judaização, entretanto, minaram qualquer esforço de normalização que escondesse as práticas discriminatórias, repressoras e exploradoras de Israel nos TPO.

Os aparatos de controle alcançaram um grau totalizante de forma que atuam independente de classe social, religião, idade, latitude e longitude. Israel restringe o movimento e o desenvolvimento da população palestina de forma individual e coletiva, preventiva e punitiva, focada e espalhada, discriminada e indiscriminada. Tratores, checkpoints, barreiras, obstáculos, postos militares, unidades de fronteira, portões agrícolas, cercas, soldados, colonos, assentamentos, estradas, pontes, viadutos, placas, moeda e câmeras são a face visível e perceptível destes aparatos que buscam vigiar e controlar a toda população ocupada. Assim como também são as casas demolidas, as oliveiras desenraizadas, o constrangimento ao assédio diário ao ir e vir, o medo endêmico, as marcas de tiro, a sede, a fome e ausência de liberdade.

Desde o início da ocupação, a violência foi utilizada como um dos principais aparatos de controle. Nos primeiros anos de ocupação, as formas de controle bio-política e disciplinar foram enfatizadas enquanto a soberana fora contida, constituindo uma forma de regime que Foucault chamou de "governabilidade", comum aos contextos coloniais. Com o passar dos anos, essa proporção foi se invertendo, principalmente quando a infraestrutura de controle era escancarada pelas revoltas populares. A escalada do poder soberano para conter os levantes e assegurar o exercício da lei foram seguidos pela sofisticação dos instrumentos disciplinares. Até que na década de 1990, uma mudança na estrutura da burocracia colonial israelense nos TPO altera a relação entre governante e governados. Como apontado no capítulo anterior, o princípio colonizador até então hegemônico perde espaço para o princípio separatista. Com efeito, acontece a perda de interesse de Israel sobre a vida dos não-cidadãos palestinos — exceto aqueles que vivem nas zonas entre a Linha Verde e o Muro e que passam pelos checkpoints —, enquanto insiste em explorar os recursos não-humanos (terra e água). Desta forma, o poder soberano foi enfatizado enquanto os bio-político e disciplinar deslocados. O abandono da população ocupada pelas autoridades israelenses ajuda a explicar a escalada da violência nos TPO em meio à explosão da segunda Intifada. Os territórios ocupados ficaram à beira de uma catástrofe humanitária, informada pela violação de diversos direitos humanos.

5.2 Instrumentos legais e burocráticos de confisco de terras palestinas

Desde 1967, Israel tem extensamente absorvido terrenos palestinos enquanto simultaneamente tenta reduzir ou se livrar da sua população. Esse processo resulta na transferência forçada da população palestina e na anexação *de facto* de parte dos territórios palestinos. O paradigma legal de expropriação de terras foi elaborado a partir de uma adoção parcial da Convenção de Hague de 1907, que estipula que a força ocupante deve reconhecer as leis em vigor anteriores à ocupação de um determinado território. A partir dos seus interesses e objetivos políticos, foi criado um complexo sistema legal composto por leis do Império Otomano, do Mandato Britânico, da Jordânia e do Egito (dependendo da região) e por ordens militares israelenses, que possibilitou a utilização de diversos instrumentos legais e burocráticos de desapropriação dos palestinos de seu território, desarabizando-o. De um modo geral, a Suprema Corte israelense cooperou com este sistema de expropriação de terras e teve um papel importante na criação de uma ilusão de legalidade. A desapropriação também foi facilitada pela confusão no registro de terras dos palestinos, uma vez que na época do Império Otomano, os títulos de terras eram feitos de forma coletiva e, posteriormente, nos governos

britânico e jordaniano/egípcio, os registros nunca foram completados formalmente. Estima-se que, em 1967, apenas um terço das propriedades dos palestinos estava regularizada (DAJANI, 2005, p. 71).

Os mecanismos de desapropriação se modificaram ao longo dos anos, mas sempre se caracterizaram por um movimento duplo: o emprego de complexos instrumentos legal-burocráticos para confiscar legalmente terras ao convertê-las em propriedade estatal seguido do estabelecimento de assentamentos, estradas, unidades militares, checkpoints e barreiras para completar o duplo e espelhado processo de desarabização e judaização. Os principais métodos utilizados por Israel no procedimento de desapropriação dos palestinos são a requisição de terras por "necessidades militares", declarando ou registrando propriedades como "terra estatal" ou "propriedade abandonada" e expropriando terrenos por "necessidades públicas". As autoridades ainda ajudam cidadãos judeus a adquirirem terrenos no mercado imobiliário para o propósito de estabelecer novos assentamentos. Utilizando estes métodos, Israel obteve o controle de quase metade da Cisjordânia (LEIN, 2002, p. 47).

5.2.1 Propriedade ausente

De acordo com a ordem militar sobre Propriedade Abandonada, emitida pouco após o início da ocupação em 23 de julho de 1967, qualquer propriedade cujo dono deixou a Cisjordânia antes, durante ou após a guerra de 1967, é definida como propriedade abandonada e atribuída ao Guardião de Propriedades Abandonadas em nome do comando militar da região. O Guardião tem o direito de tomar posse da propriedade e administrá-la como for apropriado. Mais tarde, uma nova ordem militar expandiu a definição de "propriedade abandonada" para as propriedades pertencentes a um indivíduo, organização, corporação ou estado considerado hostil ou inimigo de Israel. Esta prática, também adotada nas "propriedades abandonadas" dentro de Israel após 1948, faz parte uma política maior de Israel de prevenir o retorno dos refugiados que deixaram as suas casas por causa da guerra[55]. Um relatório do controle estatal israelense mostra que durante os primeiros anos de ocupação,

[55] Entre 250 mil e 300 mil palestinos fugiram de Cisjordânia e Faixa de Gaza durante ou logo após a guerra de 1967. Ver *DAJANI. Souad. Ruling Palestine: A History of the Legally Sanctioned Jewish-Israeli Seizure of Land and Housing in Palestine. Geneva; Bethelem: COHRE; BADIL, 2005*.

Israel expropriou cerca de 430 mil dunams de terras[56], ou 7,5% da Cisjordânia, e cerca de 11 mil edifícios declarando-os propriedades ausentes (LEIN, 2002, p. 58-9). Em 1979, 687 mil dunams, constituindo cerca de 13% da Cisjordânia, foram confiscados por terem sido declarados de propriedade de corpos hostis. Os governos trabalhistas utilizaram estas terras para estabelecer os primeiros quinze assentamentos no Vale do Jordão (GORDON, 2008, p. 121).

5.2.2 Necessidade pública

Weizman (2008, p. 47) observa que o uso do termo "público" revela mais do que qualquer outra coisa a inclinação política do governo israelense: o público sobre o qual as expropriações eram impostas sempre se consistiam de palestinos, enquanto o público que gozava dos frutos das expropriação sempre foi exclusivamente composto por judeus. Este método foi aplicado apenas na Cisjordânia e utilizou cláusulas de leis jordanianas. Utilizando este instrumento, a Administração Civil simplesmente declarava as terras que desejava tornar "pública" e quem fosse contra poderia recorrer aos comitês militares de apelação. A posse e o controle das terras expropriadas também eram transferidas ao guardião (LEIN, 2002, p. 61).

Contudo, Israel não utiliza mais este método para a construção de assentamentos pois se tornou cada vez mais difícil escapar dos recursos legais para provar que o "público" não é palestino — uma exceção foi Ma'ale Adumin, estabelecido sobre 35 mil dunams de terras expropriadas de palestinos, o equivalente a 74% da sua área municipal. Israel utilizou esta medida extensivamente para a construção da malha viária na Cisjordânia com o amplo apoio da Suprema Corte, que aceitou o argumento do governo que as rodovias também serviam as necessidades de transporte da população palestina. Outras infraestruturas, como a rede elétrica e de tratamento de água, também foram construídas às custas de propriedades privadas palestinas transformadas em "públicas" através deste mecanismo legal. Os doze assentamentos de Jerusalém Oriental foram construídos em terras privadas palestinas confiscadas por "necessidades públicas" (B'TSELEM, 2010, p. 30).

[56] Dunam é uma unidade de área utilizada na região desde o Império Otomano, que corresponde a uma quantidade de terra que o homem consegue arar em um único dia. Em Israel e Palestina, 1 dunam equivale a 1.000 m^2.

5.2.3 Reserva Natural

Em dezembro de 1969, uma ordem militar impôs severas restrições ao uso da terra para agricultura em áreas definidas como reservas naturais. Embora a declaração da terra como reserva natural tenha sido feita para proteger o meio ambiente, foi utilizada pelas autoridades como um método de confisco de terra. Em 1985, 250 mil dunams, o equivalente a 5% da Cisjordânia, havia sido declarado parte de reservas naturais (GORDON, 2008, p. 122). Segundo dados da Administração Civil, atualmente existem 86 reservas naturais na Cisjordânia, cuja área total soma 890 mil dunams, além de 14 parques nacionais em outros 14 mil dunams. Embora seja proibida pelas leis e ordens militares locais a construção de qualquer tipo de edificação nas áreas de reserva natural, muitas acabaram dentro dos limites regionais e municipais dos assentamentos e durante os anos 1990 e 2000, alguns assentamentos se estabeleceram em reservas naturais e, mais tarde, receberam a aprovação do governo israelense[57].

5.2.4 Necessidades militares

A requisição de terra por necessidades militares "essenciais e urgentes" foi um dos métodos mais utilizados na primeira década de atividade colonial nos TPO. As autoridades israelenses argumentavam que os assentamentos eram aparatos civis que realizavam funções de segurança e militares. As Regulações de Hague permitiam que a força ocupante tomasse posse temporária de terrenos e edifícios particulares pertences a residentes da área ocupada para sediar as suas forças militares e unidades administrativas. Apropriação deste tipo não concede direito de propriedade e a força ocupante não tem o direito de vender os ativos que apropriou. O B'Tselem aponta que com base nessa exceção, quase 47 mil dunams de terra foram confiscados na Cisjordânia entre 1968 e 1979. Muitos assentamentos, inclusive alguns que começaram como bases militares NAHAL e mais tarde se transforam em comunidades civis, foram construídos nestas terras. Quando as expropriações eram apeladas, o estado argumentava que os assentamentos eram construídos por razões militares e, portanto, a requisição era legal (B'TSELEM, 2010, p. 22). A Suprema Corte israelense aceitou este argumento até o fatídico caso Elon Moreh.

[57] PEACE NOW. *Construction of settlements and outposts on nature reserver in the West Bank*. Disponível em: <http://peacenow.org.il/eng/content/construction-settlements-and-outposts-nature-reserves-west-bank>. Acesso em: 13 de março de 2014

Em junho de 1979, residentes palestinos do vilarejo de Rujeib, ao sul de Nablus, recorreram à Suprema Corte contra uma ordem militar que estava para confiscar 5 mil dunams da sua terra para o estabelecimento do assentamento de Elon Moreh. A resposta do estado, como era de costume até este caso, era de que o assentamento era planejado por razões militares. Em contraste a casos prévios, colonos que pretendiam morar em Elon Moreh se juntaram aos militares como respondentes da petição, refletindo o crescente envolvimento do lobby dos colonos no governo do Likud empossado em 1977. Na resposta apresentada ao tribunal, o líder do Gush Emunim, Menachem Felix, afirmou que o argumento de "necessidade militar" para o estabelecimento de assentamentos judeus civis temporários e substituíveis era limitado e que os colonos desejavam que Elon Moreh fosse uma comunidade judaica permanente na Cisjordânia como havia prometido o próprio primeiro-ministro Menachem Begin. O então chefe do exército, Chaim Bar Lev, também depôs contra a reivindicação de "necessidade militar" e a favor dos residentes palestinos ao argumentar que o assentamento de Elon Moreh não contribuía de nenhuma forma para a segurança de Israel (LEIN, 2002, p 49-50).

Os representantes dos dois grupos mais interessados no assentamento civil dos TPO, os colonos e militares, argumentaram contra as "necessidades militares" em suas declarações. Os generais afirmaram que o assentamento não servia à segurança de Israel, enquanto os colonos reforçaram o "direito" dos judeus de assentar naquelas terras, independente da chamada necessidade militar. Uma vez que as declarações de ambos os lados minaram o argumento de necessidade militar, que havia sido utilizado até então como a justificação legal para a expropriação de terras privadas, a Suprema Corte ordenou que o assentamento de Elon Moreh fosse desmantelado e a terra confiscada retornasse aos seus proprietários. A decisão judicial foi um divisor de águas em termos de instrumentos burocrático-legais que seriam utilizados por Israel para o estabelecimento e expansão dos assentamentos. Desde então, o argumento de "necessidades militares" tem sido utilizado exclusivamente para o estabelecimento de estradas e unidades militares.

5.2.5 Declaração de terra estatal

Após o caso de Elon Moreh e graças à pressão dos colonos e de partidos de direita, as autoridades foram forçadas a achar outro método de confisco de terras. A solução foi encontrada através da manipulação da lei de terras otomana de 1858. Por meio deste método, aproximadamente 40% da área da Cisjordânia foi declarada terra estatal (LEIN, 2002, p. 51).

Segundo o B'Tselem (2010, p. 24), as "terras estatais" representam 75% das áreas municipais dos assentamentos e 66% da sua área construída, abrangendo 111 assentamentos e mais de 50 outposts. Invocando dois artigos das Regulações de Hague — um que requer que a força ocupante respeite as leis existentes antes da ocupação e outro que permite que a força ocupante administre as propriedades no território ocupado —, Israel passou a utilizar a lei otomana para converter propriedade privada palestina em terra estatal, sem nenhuma interferência da Suprema Corte.

De acordo com a lei otomana, se um proprietário de terra não cultiva a sua terra por três anos consecutivos por razões outras que as reconhecidas pela lei (como em caso de convocatória militar), a terra é então declarada como *makhlul*, terra sobre a qual o soberano pode tomar posse ou transferir para outra pessoa. A lei otomana ainda estipula que a terra que for mais de meia hora distante a pé do assentamento da pessoa ou que esteja localizada a uma distância suficiente para que não se consiga escutar o grito de uma pessoa do assentamento mais próximo, deva se manter vazia e não ser utilizada por qualquer pessoa. Dessa forma, o soberano fica responsável pelo controle desta terra vazia (GORDON, 2008, p. 127-8; LEIN, 2002, p. 51-2). As acrobacias empreendidas por Israel para confiscar "legalmente" as propriedades palestinas após o caso Elon Moreh mostra a importância para o governo israelense em manter a aparência de legalidade de suas ações de desrabização naquela época.

Utilizando a vigilância aérea e imagens de satélite, as autoridades israelenses mapearam todos os pedaços de terra que correspondiam aos requisitos e, desta forma, em poucos anos identificaram 2.15 milhões dunams de terras (ou 39%) da Cisjordânia que poderiam potencialmente ser confiscados. Este número inclui terrenos que já haviam sido confiscados através de outros instrumentos legal-burocráticos, logo este novo método abriu a oportunidade de expropriação de 1.5 milhão dunams de "novas terras". Essa continuada política de desapropriação abalou drasticamente a economia palestina, aumentando, durante os anos 1980, a dependência financeira dos palestinos da oferta de trabalho em Israel e dessa forma facilitando ainda mais a expropriação de novos terrenos. Em 1984, 800 mil dunams já haviam sido declarados como "terras estatais" (LEIN, 2002, p. 54). Em 1992, este número havia crescido para 913 mil dunams, aproximadamente 16% da Cisjordânia. Em adição a outros 600 mil dunams que já haviam sido classificados como "terras estatais" durante o Mandato Britânico e o governo jordaniano, principalmente no Vale do Jordão e no Deserto da Judeia, as "terras estatais" somavam, em 2010, 1.5 milhão dunams, cerca de 27% da

Cisjordânia (B'TSELEM, 2010, p. 24). Os palestinos podem recorrer às decisões nos comitês militares de apelação, onde em raríssimas casos obtiveram um parece favorável (B'TSELEM, 2010, p. 27-8)

5.2.6 Anexação de propriedade privada palestina

Nos acordo de Oslo II, as áreas municipais dos assentamentos foram definidas e expandidas por "razões políticas" e "sem qualquer conexão com as necessidades urbanas das comunidades existentes", afirma o Sasson Report, (2005, p. 84, 121-2), elaborado a pedido do governo israelense para investigar a dimensão da política de assentamento. De acordo com dados da Administração Civil obtidos pelo Peace Now, as áreas municipais de 92 assentamentos foram definidas e expandidas entre 1994 e 2002, embora os Acordos de Oslo definissem que nenhum lado devesse iniciar ou tomar qualquer passo que mude o status da Cisjordânia e da Faixa de Gaza pendente o resultado as negociações de status permanente. A expansão incluiu vastas áreas que Israel reconhecia como terra privada palestina. Essas terras não foram expropriadas ou declaradas "terras estatais": foram definidas como "áreas militares fechadas" que podem ser acessadas apenas com uma permissão especial, sistematicamente negadas aos proprietários palestinos (B'TSELEM, 2010, p. 30).

Um cálculo do B'Tselem (2010, p. 30) revela que das propriedades privadas palestinas na Área C — sob o total controle israelense —, mais de 53 mil dunams estão dentro das fronteiras dos assentamentos, representando 10% da área dos governos locais. Destes, mais de 11 mil dunams estão em áreas construídas dos assentamentos, constituindo 21% de sua área total. Ainda segundo o Peace Now (2010, p. 30), de todas as entidades civis judaicas na Cisjordânia — assentamentos, outposts e zonas industriais —, a propriedade privada palestina constitui 32,4% da terra controlada por essas instituições[58]. De acordo com o relatório Spiegel (HAREUVENI, 2010, p. 15), em ao menos 51 assentamentos, cujas áreas municipais também inclui outposts próximos, ocorreram construções em terras privadas palestinas fora das áreas jurisdicionais dos assentamentos.

[58] ETKES, Dror; OFRAN, Habit. Construction of Settlements on Private Land – Report based on Official Data Peace Now. Mar. 2007. Disponível em: http://www.peacenow.org.il/site/en/peace.asp?pi=61&fld=495&docid=2258. Acesso em: 4 de fevereiro de 2014

5.2.7 Aquisição no mercado imobiliário

Até o final dos anos 1970, por uma determinação dos governos trabalhistas, o único órgão que podia adquirir terrenos nos TPO era a divisão de assentamento da Jewish Agency. Em 1980, após o caso Elon Moreh, essa política foi revertida e a aquisição privada de terras palestinas passou a ser encorajada. Judeus agora podiam comprar terras e assentar em toda a Cisjordânia, inclusive em áreas que não poderiam ser declaradas estatais. Várias ordens militares foram emitidas para atualizar leis jordanianas e facilitar o processo de aquisição. Porque muitos palestinos consideravam vender terra para judeus israelenses era um ato de traição, explica Lein (2002, p. 21-22), uma ordem foi emitida para possibilitar transações de terra enquanto o registro era adiado por muitos anos para contornar os perigos potenciais criados pela exposição da identidade do vendedor palestino. Embora não seja claro quanto de terra foi adquirido por empreendedores israelenses, os terrenos foram adquiridos exclusivamente para projetos imobiliários (i.e., assentamentos) e a maioria encontra-se próxima da Linha Verde.

5.2.8 Jerusalém Oriental

O instrumento legal utilizado por Israel para tomar controle sobre a terra em Jerusalém Oriental para o propósito de estabelecer novos assentamentos foi uma ordem do Mandato Britânico de 1943 absorvida pela legislação israelense. Esta ordem é similar à lei jordaniana de aquisição de terras por necessidades públicas como implementado na Cisjordânia. A ordem mandatória empodera o Ministério das Finanças a emitir ordens de expropriação de terras particulares quando a necessidade pública é justificada. Diferente da lei jordaniana, essa ordem concede ao Ministério das Finanças discrição completa em determinar o que se constitui um propósito público. E como na lei jordaniana, o proprietário tem direito a uma compensação no valor de mercado.

Desde 1968, Israel expropriou quase 25 mil dunams de terras — mais de um terço de Jerusalém Oriental. Embora não haja dados precisos, segundo Lein (2002, p. 62), a maioria das terras pertenciam a palestinos e apenas uma pequena porção pertencia a judeus ou já estava declarada como “terra estatal”. A grande maioria dessas terras foi utilizada para a construção dos doze assentamentos judeus localizado em território anexado — ou “bairros”, como utilizado no léxico israelense. Embora declare que as terras expropriadas são implementadas para o benefícios de todos os residentes do municípios, “árabes e judeus”, o

governo israelense tem aplicado uma política contínua, em muitos casos oficial, de judaização de Jerusalém Oriental.

5.2.9 Muro

Para requisitar terras para a construção do Muro, o governo argumentou que a barreira era uma "medida de segurança temporária" — um argumento similar ao utilizado para a construção dos assentamentos até o final dos anos 1970. As autoridades tentaram, de diversas maneiras, retratar o Muro como um instrumento de contingência contra potenciais terroristas em um estado de emergência temporário (WEIZMAN, 2007, p. 172). Barreiras, de fato, são diferentes de fronteiras, não diferem entre um "dentro" soberano e um "fora" estrangeiro politicamente e legalmente, mas são estruturas feitas para conter o movimento. São legalmente aceitas justamente porque são temporárias. Contudo, a própria lógica do governo militar israelense nos TPO sempre se perpetuou através de "novos fatos temporários". A Suprema Corte Israelense aceitou o argumento do governo, promovendo algumas correções na rota do Muro para torná-lo "tolerável" para a população palestina (WEIZMAN, 2007, p. 173). Para construir os mais de 700 quilômetros de Muro, sendo que 85% ficam dentro da Cisjordânia, a Administração Civil emitiu ordens militares para a expropriação de mais de 30 mil dunams de terra. Desta área, 88% são propriedades privadas palestinas e 0,6% são propriedades privadas israelenses. Os 11,4% restantes são terrenos declarados como "estatais" por Israel ou registrados como tal durante o Mandato Britânico. Milhares de palestinos foram despejados de suas casas para a construção da barreira (B'TSELEM, 2012, p. 14).

5.3 Políticas de verticalidade: apropriando-se da água e do ar palestinos

Israel também se ocupou de apropriar-se da água e do ar dos TPO, práticas do que Eyal Weizman (2002) chama de políticas de verticalidade: as tentativas simultâneas de Israel de controlar três níveis espaciais — o solo, o ar e o subterrâneo — para dominar a população palestina. O Muro, por exemplo, também estende-se pelo subsolo para impedir escavações subterrâneas que atravessem. As latitudes tornaram-se estratégicas, com os cumes das montanhas conquistados pelos assentamentos. A tridimensional infraestrutura viária corta montanhas com túneis e pontes e viadutos ligam assentamentos sobre centros populacionais palestinos. Os próprios palestinos exploram essa noção vertical ao cavar milhares de túneis entre a Faixa de Gaza e a cidade de Rafah, no Egito, por onde passam toda a sorte de coisas e pessoas. As escavações arqueológicas onipresentes nos territórios ocupados invadem

propriedades privadas palestinas em busca de vestígios dos antepassados hebraicos para corroborar a narrativa sionista do retorno do povo judeu à Terra Prometida. No ar, Israel controla as ondas eletromagnéticas de comunicação palestina e também o espaço aéreo militarizado, impedindo o transporte de aeronaves e helicópteros palestinos. Mas, principalmente, durante os quase cinquentas anos de ocupação, Israel tratou de se apropriar dos recursos aquíferos dos TPO.

Ao contrário do que se imagina, a água não é um recurso escasso na região, que conta com três importantes fontes naturais: o rio Jordão e os aquíferos da Montanha e da Costa. Aproximadamente 80% dos aquífero da Montanha, o maior reservatório de água da região, está localizado sob a Cisjordânia, com os 20% restantes sob Israel — alguns dos principais assentamentos judeus nos TPO, como Ariel, foram estrategicamente estabelecidos sobre este aquífero como uma forma de se apropriar dele em caso de um acordo final de paz com os palestinos, e também para facilitar a drenagem de água do subsolo (AL-HAQ, 2013, p. 15). Ainda no início da ocupação, percebendo o significado deste recurso vital, que atualmente fornece 40% da água utilizada na agricultura israelense e quase 50% da água consumida no cotidiano dos cidadãos israelenses, Israel começou a modificar o status legal e institucional dos direitos aquíferos nas regiões ocupadas após a guerra (WEIZMAN, 2002). As mudanças foram feitas em dois estágios: em agosto de 1967, Israel transferiu todos poderes de decisão à respeito da água na Cisjordânia para as autoridades militares e fez um movimento similar na Faixa de Gaza em dezembro de 1974. Com o tempo, o fornecimento de água das grandes cidades palestinas também passou para as autoridades israelenses. Os recursos de Cisjordânia e Faixa de Gaza foram integrados ao de Israel em um único sistema do *Mekrot*, a companhia nacional de águas israelense.

Um dos maiores efeitos dessa transferência de poder foi uma severa restrição à perfuração de novos poços pelos palestinos. A água é um dos maiores problemas da população ocupada. Na Cisjordânia, o exército fecha diariamente poços perfurados para o consumo de água próprio ou para a agricultura, que rareia pela falta de recursos. O custo de um caminhão-pipa é exorbitante, muito acima da renda de um agricultor palestino médio. Em algumas cidades, a água está disponível duas vezes por semana, dia de encher baldes e tanques. A água do rio Jordão foi toda drenada na nascente, principalmente para a agricultura dos assentamentos. Diversos casos de colonos desviando o suprimento de água para os vilarejos e cidades palestinos são notificados frequentemente. O consumo de água doméstico

per capita em Israel é cinco vezes mais do que a dos palestinos que vivem nos TPO. Na Cisjordânia, a população colonial, pouco mais de 300 mil pessoas, consomem aproximadamente seis vezes mais que a população palestina de 2.6 milhões (AL-HAQ, 2013, p. 16).

5.4 Restrições ao movimento e desenvolvimento palestinos

As restrições ao movimento e desenvolvimento impostas aos palestinos buscam restringi-los aos espaços já existentes com o objetivo de facilitar a judaização dos espaços restantes e a exploração do recursos locais (terra, água e mão de obra). Israel transformou diversos instrumentos burocráticos e administrativos, como o planejamento, por exemplo, para controlar a vida destes não-cidadãos indesejados. Os instrumentos aqui analisados, formas de poder disciplinar, foram se sofisticando conforme a resistência palestina aumentava, principalmente durante e depois das revoltas populares — até que os israelenses, a partir da emergência do princípio de separação no marco da segunda Intifada, perde o interesse sobre a vida da população ocupada, provocando a escalado da violência (veja abaixo). Hoje, a totalização do controle da vida dos palestinos inviabiliza o cotidiano daqueles que habitam zonas totalmente controladas por Israel (Área C da Cisjordânia), forçando o deslocamento de várias pessoas para as áreas sob a Autoridade Palestina, abrindo espaço para a expansão da judaização.

5.4.1 Sistema de Planejamento

Com um impacto decisivo sobre o espaço palestino, o sistema de planejamento opera como todos os mecanismos burocráticos estabelecidos nos TPO: duas linhas separadas, uma para os judeus e outra para os palestinos. Lein (2002, p. 85) observa que enquanto o sistema vigorosamente funcionava para estabelecer e expandir os assentamentos, também agia de forma diligente para prevenir a expansão das cidades e vilarejos palestinos. Como qualquer sistema de planejamento, o estabelecido nos TPO determina a forma de utilização das terras de acordo com as necessidades e interesses da população; assim como o tamanho, a localização e o zoneamento das unidades de terra. Na prática, funciona como uma ferramenta administrativa dos interesses políticos do governo israelense para beneficiar certos grupos localmente. Em termos legais, o sistema operava com base na legislação jordaniana para a Cisjordânia e a egípcia para a Faixa de Gaza. Em Jerusalém Oriental, a base eram os planos diretores municipais. Todos os planejamentos passavam pelo crivo do Supremo Conselho de

Planejamento. Na Cisjordânia, a partir dos Acordos de Oslo de 1995, o poder de planejamento das Áreas A e B foi transferido pala a Autoridade Palestina, enquanto os restantes 60% de Área C mantiveram-se sem mudanças administrativas, afetando a vida dos poucos milhares de palestinos que ainda vivem nessa região.

5.4.1.1 Restrição da construção nas comunidades palestinas

O Supremo Conselho de Planejamento é um órgão da Administração Civil dos TPO formado por oficiais militares e representantes dos colonos. Ao longos dos anos, o principal instrumento israelense para restringir a construção pelos palestinos fora das fronteiras dos municípios era simplesmente abdicar do planejamento. Assim como seus antecessores jordanianos, o regime militar israelense abdicou de preparar um plano diretor regional atualizado para a Cisjordânia. Como resultado, até a transferência deste poder para a AP (e até hoje na Área C), dois planos regionais preparados nos anos 1940 pelo Mandato Britânico continuam validos — um para o norte e outro para o sul. O plano mandatário já apresentava em sua época discrepâncias com a realidade concreta palestina por se basear em dados populacionais desatualizados; hoje essa incongruência com uma população muito maior é gritante. As áreas nas quais a construção fora permitida, localizadas principalmente ao redor dos locais já construídos, foram prontamente explorados, enquanto a maior parte da Cisjordânia manteve-se zoneada como "áreas agriculturáveis" e "reservas naturais", onde construir é proibido. Os pedidos de autorizações para a construção em propriedades privadas fora da área planejada são quase sempre rejeitados. Por exemplo, entre 1996 e 1999, a Administração Civil emitiu apenas 79 permissões de construção (LEIN, 2002, p. 87). Os edifícios, anexos e até mesmos os andares construídos sem permissão recebem ordens de demolição.

Em Jerusalém Oriental, essa situação é praticamente idêntica, apesar das diferenças entre os instrumentos legais e institucionais. Imediatamente após a anexação de 1967, todos os planejamentos jordanianos foram anulados e não foram substituídos por nenhum novo, criando um vácuo. Durante a primeira década posterior à anexação, permissões de construção eram emitidas em áreas restritas da cidade (MARGALIT, 2010). No começo dos anos 1980, a prefeitura de Jerusalém decidiu preparar um plano diretor para os bairros palestinos de Jerusalém Oriental, porém nunca terminou este trabalho, com algumas áreas pendentes sem plano diretor. O resultado dos planejamento aprovados é uma restrição a 40% da área, onde

nenhum tipo de construção é permitido. Obras são permitidas praticamente apenas dentro das áreas já construídas.

5.4.1.2 Sistema de planejamento para os assentamentos

O mesmo sistema legal e institucional responsável pelo planejamento nas áreas palestinas também é responsável pelo planejamento dos assentamentos. No entanto, o critério aplicado é diametricamente oposto. Segundo Lein (2002, p. 88), através de um recurso proveniente da lei jordaniana, as autoridades locais judaicas foram consideradas comitês de planejamento especiais, que possuem a capacidade de delinear os seus próprios planos e emitir permissões de construção para os seus residentes. Nenhum vilarejo palestino recebeu essa definição na história. As autoridades judaicas locais preparam os seus planos em cooperação com o corpo responsável por estabelecer o assentamento — o Ministério da Habitação e Construção ou a *World Zionist Organization*. O Supremo Conselho de Planejamento recorrentemente aprova todos os pedidos emitidos pelas autoridades judaicas locais.

5.4.2 Demolições de casas

A demolição de casas pelos mais variados motivos é um dos principais instrumentos de desarabização. A organização de direitos humanos israelense ICAHD (Israeli Committee Against House Demolitions), que investiga as demolições de casas palestinas por Israel desde 1997, sustenta que as sistemáticas demolições de residências palestinas é politicamente motivada e estrategicamente informada pelo projeto de judaização (ICAHD, 2012). O objetivo, segundo a organização, é manter os palestinos em pequenos enclaves desconexos, garantir o controle israelense sobre o território, permitir a expropriação de terras, o deslocamento étnico dos palestinos e a judaização dos TPO (ICAHD, 2012). Segundo as contas do ICAHD (2012), 25.880 edifícios palestinos foram demolidos pelas forças israelenses desde 1967, sendo a vasta maioria residências. A organização divide as demolições em três tipos: punitivas, administrativas e militares. As demais demolições, que somam 24% do total, não tiveram um motivo definido.

1) Punitivas: Residência demolidas como punição pelas ações de pessoas associadas a elas — desde participar de organizações políticas até se envolver em ataques contra Israel. Esta política foi suspensa pelo exército israelense em fevereiro de 2005 após se chegar a

conclusão de que ao invés de deter ataques, demolições punitivas apenas inflamavam a população e levavam a mais ataques. A prática foi encerrada apenas em janeiro de 2009. Os britânicos demoliam as casas de judeus sionistas envolvidos em ataques terroristas contra o governo mandatário. Consiste em apenas 6% das demolições (ICAHD, 2012).

2) Administrativas: Casas demolidas por falta de permissão de construção. Hoje, acontece exclusivamente na Área C da Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, onde Israel ainda mantém o controle sobre o sistema de planejamento. Antes, esta prática ocorria em todos os TPO. Como as permissões são quase impossíveis de se obter (Israel negou 94% dos pedidos), os palestinos constroem suas casas ilegalmente sabendo dos riscos que correm de tê-las demolidas. As autoridades israelenses justificam essas demolições com base nas violações às leis de zoneamento e planejamento e que as demolições são a mera aplicação da lei. Este tipo de demolição representa 23% de todas as demolições (ICAHD, 2012).

3) Militares: Demolições de casas pelo exército israelense no curso de operações com propósito liberar um pedaço de terra (por qualquer motivo), atingir um objetivo militar ou assassinar supostos suspeitos como parte da política israelense de assassinatos extrajudiciais. Durante a segunda Intifada, as demolições foram feitas de forma massiva e ostensiva pelos militares com o objetivo de destruir a infraestrutura nos TPO, principalmente a da Autoridade Palestina. Entre 2000 e 2012, das 12.191 demolições, 7.803 aconteceram por motivos militares. As demolições militares significam 47% do total de casas demolidas (ICAHD, 2012).

5.4.3 Assentamentos e estradas

Os assentamentos tem uma função complementar além de abrigar colonos judeus: eles servem de aparatos de controle que inibem o movimentos e o desenvolvimento palestinos através da vigilância e da personificação concreta da dominação israelense sobre o território. Embora a área construída dos assentamentos ocupe apenas 3% da Cisjordânia, os seus edifícios físicos não são as única áreas em que os palestinos não são permitidos a entrar. As fronteiras municipais e regionais somam 42% da Cisjordânia das quais os palestinos estão privados. O assentamento de Ariel, por exemplo, corresponde a apenas 0,25% da Cisjordânia, mas a sua formação urbana longilínea somada ao seu sistema viário associado — a Trans-Samaria, que liga o assentamento diretamente à cidade costeira de Tel Aviv —, forma um corredor que praticamente corta a Cisjordânia ao norte. Como aponta o B'Tselem (2002), o

mesmo acontece com Ma'Ale Adumin, que impede a continuidade espacial da região central da Cisjordânia.

Outros assentamentos, como Beitar Ilit (mapa abaixo), observa Gordon (2008, p. 135), possuem uma área municipal muito maior que a construída, revelando como as fronteiras e o planejamento são utilizados para ganhar o controle máximo da maior quantidade de terras possíveis. Beitar Ilit ainda vigia os vilarejos de Wadi Fuchin ao norte, Husan ao leste, e Nahalin ao sul, demonstrando como Israel estabelece assentamentos muito próximos de vilarejos palestinos para restringir o desenvolvimento palestino e quebrar as suas comunidades em grupos. A imagem de Beitar Ilit ainda mostra como terras privadas palestinas que não foram confiscadas se tornaram inacessíveis pelo conjunto de barreiras burocráticas e físicas impostas pelos assentamentos.

Figura 1: Limite municipal do assentamento de Beitar Ilit e a sua área contruída.

Fonte: GORDON, Neve. Israel's Occupation. Berkeley: University of California Press, 2008, p. 136

As estradas que ligam os assentamentos entre si servem como um outro tipo de barreira física ao movimento dos palestinos. Elas limitam o desenvolvimento de vilarejos,

comércios, residências e campos agrícolas. Para restringir o movimento, foram criadas as "estradas proibidas". O B'Tselem (2002) classifica essas estradas em três tipos de restrições:

1) proibição completa: 120 quilômetros de estradas são exclusivas para os colonos juddeus.

2) proibição parcial: 245 quilômetros de estradas nas quais os palestinos podem viajar se possuem permissões especiais emitidas pela Administração Civil ou se moram em um vilarejo que são obrigados a utilizar a via.

3) uso restrito: 365 quilômetros nas quais os veículos palestinos são permitidos a viajar com uma licença especial, mas o acesso a essas estradas é frequentemente bloqueado por checkpoints e barreiras físicas.

5.4.3.1 Vigilância

Weizman (2005) aponta que a localização dos assentamentos nos topos dos morros da Cisjordânia proveu aos israelenses importantes ativos estratégicos: maior força tática, proteção e visão mais ampla. A distribuição, o layout e o design arquitetônico dos assentamentos foram determinados por princípios militares para que um simples conjunto de casas com telhados vermelhos exercesse um controle social e territorial sobre o espaço ao redor. A distribuição e a localização topográfica dos assentamentos criaram uma "rede de observação" que vigiam as principais vias na Cisjordânia (SEGAL; WEIZMAN, 2003, p. 85-86). Os arquitetos israelenses Eyal Weizman e Rafi Segal (2002, p. 86) argumentam que os assentamentos se tornaram "dispositivos ópticos, desenhados para exercer o controle através da supervisão e da vigilância". A paisagem também se tornou um instrumento de controle e dominação. Com efeito, os assentamentos se constituem em instrumentos disciplinares que buscam tornar os habitantes palestinos visíveis e dóceis (GORDON, 2008, p. 138).

Os assentamentos corroboram a ideia de Michel Foucault (1975) de um edifício físico que tem a capacidade de controlar pessoas através principalmente da observação. Os assentamentos são, em muitas formas, um modelo exato da noção de vigilância que a torre panóptica apresentada por Foucault; mas diferente da exposição do arquétipo de Jeremy Bentham pelo filósofo francês, os assentamentos encontram o seu maior êxito pelo espalhamento por todo o território e não pela sua centralização em um único local facilmente identificado. Desta forma, os próprios colonos, todos civis, servem de aparato de controle

sobre a população palestina. Embora a grande maioria esteja apenas a procura de um lugar tranquilo e com maior qualidade de vida para viver, muitos colonos estão ali por motivos ideológicos, engajados em uma "guerra santa" pela Terra de Israel contra os palestinos, chegando a oprimí-los e reprimí-los de várias formas.

5.4.4 Sistema de permissão

O regime permissão foi criado por inúmeras ordens militares e inclui licenças e permissões que transformaram direitos básicos — desde bem-estar, abrigo e saúde até liberdade de movimento e associação — em privilégios que podem ser retirados a qualquer momento sem a revogação ser considerada uma violação do regime de ocupação. Enquanto tem funcionado através de restrições, proibições e exclusões, também busca moldar o comportamento dos palestinos através da disseminação de uma série de normas de comportamento que podem conceder ou retirar "direitos" a qualquer momento. Por exemplo, se um palestino nunca participar de protestos ou de qualquer outra atividade política, tem maiores chances de receber uma permissão de entrada em Israel e desta forma pode conseguir um trabalho melhor para sustentar a sua família. Os palestinos não tem direito também a realizar uma transação de título de terra, instalar uma rede elétrica ou uma tubulação sanitária e de abastecimento de água, começar uma obra, transportar animais, plantas e outros bens, rebocar um caminhão pipa ou operar um trator. Todos esses procedimentos necessitam uma permissão especial e a sua violação envolve altas multas.

As restrições relativas ao espaço são as mais violentas. Para monitorar o movimento da população ocupada, em 1968 Israel passou a emitir cartões de identidade para todos os homens com dezesseis anos (GORDON, 2008, p. 35). Embora a restrição ao movimento nos primeiros anos não fosse tão dura quanto é atualmente, o movimento para entrar e sair dos TPO sempre foi limitado. As proibições ao movimento aumentaram durante a primeira Intifada, no final da década de 1980. Se antes da revolta o empregado palestino que ia trabalhar em Israel era o foco das forças de segurança israelense para um comportamento correto, de 1988 em diante todos os palestinos passaram a ser monitorados diariamente. Mais de 1.600 toques de recolher foram impostos durante o primeiro ano de manifestações. Entre 1988 e 1994, um toque de recolher noturno permanente foi imposto na Faixa de Gaza. Além dos toques-recolher, Israel introduziu duas novas formas de controle durante a Intifada: o regime de permissão de entrada e os fechamentos.

Em 1988, Israel criou a identidade verde (as normais eram laranja ou vermelha) para aqueles palestinos que não possuíam condição de segurança — que haviam sido presos no passado, por serem conhecidos por participarem de grupos políticos ou tivessem um registro no serviço secreto por algum motivo (GORDON, 2008, p. 160). Qualquer um que tivesse a identidade verde não poderia deixar os TPO sob nenhuma condição. Os palestinos com permissão de trabalhos passaram a receber identidades especiais onde o status de segurança era renovado anualmente e também continha informações se a pessoa estava em dia com os impostos e suas contas de energia e água. Caso tivesse uma irregularidade, sua entrada era negada. Este regime de entrada foi extensivamente utilizado por Israel para recrutar colaboradores palestinos que trocavam informações privilegiadas por liberdade de movimento.

Durante a Guerra do Golfo (1990-91), Israel introduziu uma forma de controle que atingia a população como um todo ao invés do foco individual das identidades: o *fechamento hermético*, só que apenas parcial. A imposição de um fechamento envolve o trancamento de todas as fronteiras entre os TPO e Israel por períodos extensos e não permite que nenhum palestino cruze a Linha Verde. Em 1993, no início das negociações bilaterais, Israel promoveu o primeiro fechamento hermético completo dos TPO, que tomou a forma de um estado de exceção sem declarar uma data final para o fechamento. Essas políticas provocaram um duro golpe na economia palestina, aumentando radicalmente a taxa de desemprego entre a população.

A partir de 1991, com uma ênfase especial desde o início do processo de Oslo, Israel começou a construir os checkpoints — postos de controle de fluxo dos palestinos que entram e saem dos TPO. Entre 1994 e 1999, Israel instalou 230 checkpoints, além de impor 499 dias de fechamentos (WEIZMAN, 2008, p. 143). A soberania israelense foi exercida pela sua habilidade de bloquear, filtrar e regular o movimento em todo os TPO. Previstos no Acordo de Oslo, os checkpoints, a princípio, foram concebidos como instalações físicas que funcionariam como pontos de passagem compostos pelas burocracias israelenses e da então recém-criada Autoridade Palestina para fiscalizar e garantir a circulação dos palestinos com segurança entre as áreas previstas para a AP e as que se mantiveram sob o domínio de Israel. Desta forma, a Administração Civil foi reduzida de um foco na vida civil dos palestinos para a exclusiva segurança dos israelenses e o monitoramento do movimento dos palestinos dentro dos TPO e entre os territórios e Israel. Os palestinos passaram a ser unicamente avaliados sob

o ponto de vista da segurança. Os checkpoints faziam parte do processo da reorganização de poder conduzida por Israel nos anos 1990, quando "administração" substituiu "ocupação" no léxico das relações Israel-Palestina e os aparatos de segurança ganharam um papel central e um poder administrativo direto.

A partir da erupção da segunda Intifada e com a construção do Muro, a matriz de controle do regime de ocupação ficou completa. Com o pretexto de evitar camicases palestinos de entrarem em Israel, os israelense conseguiram se separar dos palestinos de fato. Com um complexo sistema onipresente formado por uma rede de barreiras viárias, portões de metal, trincheiras, checkpoints móveis e fixos, e o Muro, Israel conseguiu controlar completamente o movimento dos palestinos. Mais do que um mero sistema de fortificação, as barreiras físicas ao redor dos enclaves palestinos se tornaram aparatos burocráticos e logísticos para a criação e manutenção da separação demográfica (WEIZMAN, 2007, p. 178).

Existem ao todo sete tipo portões operacionais: agrícola, checkpoint, militar, viário, escolar, temporário e dos assentamentos. No auge da segunda Intifada, 528 obstáculos físicos estavam colocados em setembro de 2006. Em uma semana de dezembro de 2006, 160 checkpoints móveis foram registrados (OCHA). Todas essas barreiras e obstáculos criaram uma nova realidade geográfica, social e econômica, fragmentando a Cisjordânia em aproximadamente 200 enclaves ao redor de centros populacionais palestinos, com o tráfico entre essas células controlado pelos militares (WEIZMAN, 2007, p. 146). O processo de aplicação para uma licença que permita passar pelo checkpoint desde então tornou-se proibitivamente complexo e arbitrário pela burocracia israelense. Não há um critério claro para o exame de uma permissão. Ao menos 200 mil palestinos estão taxados na burocracia israelense como "negada a entrada por razões de segurança" e outros 64 mil por "razões policiais" (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 340).

O regime de circulação penetra e viola todos os aspectos da vida dos palestinos, atrasando, humilhando e exaurindo a população. Existem 26 checkpoints ao longo do Muro. As imensas filas de palestinos que vão trabalhar em Israel durante todas as madrugadas já se tornaram cenas comuns na Cisjordânia, enquanto os colonos viajam sem restrições através de portões separados e por corredores protegidos que lavam às rodovias exclusivas para judeus. A longa espera para passar pelos checkpoints criou uma economia alternativa, um mercado improvisado de comidas e bens para os passageiros palestinos que fazem viagens de horas para entrar em Israel no horário determinado pela permissão de trabalho. Segundo o

B'Tselem, em setembro de 2013 haviam 99 checkpoints fixos na Cisjordânia, sendo 59 localizados dentro do território[59] — segundo o exército israelense, no entanto, apenas 12 checkpoints estão operativos no interior dos TPO[60]. Em setembro de 2013, a OCHA contou 174 checkpoints móveis em comparação a 288 em agosto de 2013, 340 em março de 2012 e 495 em setembro de 2011[61]. No final de 2012, as Nações Unidas somavam 532 obstáculos terrestres na Cisjordânia.

5.5 Violência

Tabela 4: Número de palestinos mortos nos TPO

Ano	Palestinos mortos	Média anual
Jun 67 – Dez 87	650	32
Dez 97 – Set 2000	1,491	106
Set 2000 – Dez 2012	6,792	566
total	8,933	-

Fontes: GORDON, Neve. Israel's Occupation. Berkeley: University of California Press, 2008, p. VXII; B'TSELEm. Disponível em: <http://www.btselem.org/statistics>. Acesso em: 13 de março de 2014

A violência nas relações entre israelenses e palestinos, principalmente os ataques suicidas de homens-bomba palestinos, os sangrentos confrontos entre guerrilheiros palestinos e o exército israelense e os bombardeios à Faixa de Gaza, são os casos que mais chamam a atenção do mundo para a questão Israel-Palestina. As revoltas populares palestinas de 1983-92 e de 2000-06, que em certos momentos utilizaram métodos violentos, assim como pacíficos, para protestar contra a ocupação israelense, tiveram papel fundamental para desmascarar internacionalmente as sofisticadas práticas de colonização e dominação da ocupação sionista. Neste contexto, normalmente é evocada a figura do conflito para descrever a situação. Um "conflito insolúvel", alguns comentadores afirmam. Ironicamente, a proporção espetacular que as situações conflituosas alcançaram acabaram por ofuscar as motivações que levaram ao próprio conflito. No final, o que se vê é a despolitização da questão Israel-

[59] B'TSELEM. Checkpoints, Physical Obstructions, and Forbidden Roads. Disponível em: <http://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014

[60] ISRAELI DEFENSE FORCES. What's the Truth Behind Checkpoints and Crossings in Judea and Samaria? Disponível em: <http://www.idfblog.com/2013/05/06/reality-check-the-truth-behind-crossings-in-judea-and-samaria/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014

[61] OCHA. Disponível em: <ocha.org>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

Palestina, que parece ter sido resumida, no senso comum, a uma questão de segurança, conforme fora discutido anteriormente.

O discurso da segurança de Israel se tornou a narrativa hegemônica à respeito da questão, alcançando maior dimensão que assuntos mais importantes como os colonos ou os refugiados, por exemplo. É com essa carta que Israel vem jogando desde o início da ocupação, seja para justificar o projeto dos assentamentos ou a construção do Muro, que por si só são práticas de extrema violência simbólica contra a população palestina. Aqui, será mostrado como a violência é um dos principais aparatos de controle utilizados por Israel para controlar e dominar a população palestina desde o início da ocupação. E como este instrumento teve o seu uso modificado ao longo do processo de desarabização dos territórios palestinos.

Michel Foucault (2000) define violência como um modo de "agir sobre a ação de outros". Violência é um tipo de poder. O filósofo observa que tal ação não necessariamente significa o uso de força física, mas obviamente a força física é também uma forma de agir sobre a ação dos outros. Azoulay e Ophir (2009, p. 101) apontam a existência de três tipos principais de violência: a insinuada, a contida e a em erupção, que acontece quando a força coercitiva está manifesta. Atos de violência, observam os autores israelenses, como a invasão, o espancamento e a demolição têm um aspecto visual por excelência, porque são sempre atos visíveis, pelo menos aos olhos da vítima. Mas um ato também é violento quando a força é contida. A violência contida é a presença de uma força violenta cuja deflagração é eminente, mas não manifesta. A diferença entre a violência contida e a insinuada é uma questão de grau e continuidade.

A violência nos TPO, argumentam Azoulay e Ophir (2009, p. 103), é uma forma de regular e administrar a vida, a atividade, o movimento e as relações da população ocupada e deve ser vista como um aparato de controle com um *ethos* próprio. A principal diferença entre a violência e outras formas de poder na sociedade moderna é a relação entre a sua força potencial e o seu estado manifesto. Essa diferença é expressa em dois aspectos da transição do seu potencial para a sua manifestação: a regulação desta transição e a sua frequência. A natureza da transição da violência insinuada, para a violência contida e finalmente para a erupção da violência é o coração da um regime estatal e a base da ordem social, cuja natureza varia de regime para regime. A efetividade da violência em um sistema político está na diferença entre a violência praticada e a violência potencial. Um governo "adequado"

funciona principalmente por meio da violência insinuada para controlar a população e não através da aplicação de força física. O significado essencial de uma ameaça insinuada é que ela pode acontecer a qualquer momento.

Contudo, no regime israelense nos TPO, a evolução de violência insinuada, para contida e finalmente resultando na sua erupção não convém, observam Azoulay e Ophir (2013). A presença da violência contida não é uma fase necessária no caminho para a erupção de fato, como se tivesse um objetivo que eventualmente seria atingido, mas é a presença da violência em potencial que pode explodir ou não, que pode ser ou não ser uma erupção de violência. A violência contida e a violência soberana ocorrem simultaneamente como aparatos de controle complementares. A violência contida atua no controle diário da população. Já a explosiva aparece para reafirmar as práticas contidas. Este primeiro tipo de violência é visto na presença ostensiva dos cassetetes, rifles e veículos armados dos militares, mas também na voz que anuncia o toque de recolher, no computador que emite os cartões magnéticos que servem de permissão de passagem, no braço de metal dos bloqueios viários, na estrutura de concreto que serve de cabine para a inspeção de identidades nos checkpoints, nas placas de trânsito em hebraico, no telhado vermelho dos assentamentos e no vidro blindado das torres de controle ao longo do Muro. A violência contida está em todas as formas de restrição ao movimento e desenvolvimento mencionadas neste capítulo. Estes pontos de encontro no espaço entre a infraestrutura de controle e os controlados são onde a violência contida encontra o seu potencial, quando uma violação de conduta leva à erupção da violência.

Um dos principais efeitos da violência contida nos TPO, observam Azoulay e Ophir (2013, p. 136), é a suspensão. Ela atrasa ou previne o movimento, cria filas de espera, adia atividades diárias, alarga o tempo de espera, ou seja, modifica o tempo, não apenas o espaço. Desta maneira, a violência contida enlouquece, angustia, complica, desfaz planos, fere e mata. Raciona a água, a comida e a energia. Faz a pessoa estar no lugar errado na hora errada. Deter uma mulher em trabalho de parto ou pacientes gravemente doentes à beira da morte em um checkpoint por "motivos de segurança" são casos exemplares. Segundo o Ministério da Saúde da Autoridade Palestina, 67 mãe palestinas foram forçadas a dar à luz em checkpoints militares entre 2000 e 2005. 36 bebês morreram[62]. A violência contida afeta todos os aspectos da vida dos palestinos, da educação a saúde, da segurança ao movimento, deteriorando a qualidade de vida nos territórios ocupados. Hoje, esse tipo de violência atua de forma

[62] VISUALIZING PALESTINE. Checkpoints births. Disponível em: <http://visualizingpalestine.org/infographic/checkpoint-births>. Acessado em: 13 de março de 2014

ostensiva no deslocamento de palestinos que vivem em Jerusalém Oriental e na Área C da Cisjordânia para centros populacionais palestinos nas áreas A e B, forçando a desarabização do espaço colonizado.

5.5.1 Erupção orquestrada da violência: suspensão da lei como norma

Até o estouro da primeira Intifada, Israel governou os TPO com uma aparência de ordem. A presença da violência contida normalmente era suficiente para destruir o espaço político, embora a violência explodisse de tempos em tempos em resposta às tentativas de resistência. Até a segunda Intifada, a violência manifesta era exercida em alguns incidentes distintos: confrontos com guerrilheiros armados, dispersão de manifestações, tortura, demolições, e na prisão de suspeitos, muitas destas administrativas. Com o início da segunda Intifada e a entrada de massivas forças militares na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, o aparato de controle deixou de funcionar como uma administração da vida dos civis palestinos que mantém uma aparência de distinção entre os dois tipos de violência, em que se exibe a violência potencial ou exerce a violência em erupção de acordo com códigos autorizados, conhecidos e fixos (AZOULAY; OPHIR, 2009, p. 107). O mapa da violência nos TPO ficou caracterizado por um amplo e contínuo emprego de forças através da intensificação da violência contida e da incerteza à respeito do seu emprego e de quando a violência pudesse entrar em erupção. As ordens para abrir fogo mudavam a todo instante. A incerteza se tornou endêmica entre os palestinos, que passaram a viver com um medo constante. Os TPO se tornaram uma zona de indistinção entre os dois tipo de violência. As forças militares israelenses se instalaram por todo o território realizando ostensivas operações, incursões por bairros residenciais, prisões violentas, assassinatos de alvos humanos e a destruição disseminada da infraestrutura e de moradias (AZOULAY; OPHIR, 2009, p. 108).

Se até o início da segunda Intifada, Israel se preocupava em manter as suas ações de acordo com o sistema legal, por mais moldados aos seus interesses que ele fosse, a partir da segunda Intifada, a suspensão da lei deixou de ser a exceção e se tornou a regra. Um exemplo são as regulações para abrir fogo. O código penal israelense determina que forças militares e policiais podem abrir fogo apenas em situações de perigo real e eminente ou durante a apreensão de um suspeito. Segundo o B'Tselem (2002), o comando militar teria autorizado os seus soldados a abrirem fogo com balas de verdade mesmo em situações em que a ameaça não fosse eminente, com a vida das forças militares ou de civis não necessariamente em risco. Essas regulações, mostra a ONG israelense, eram alteradas cotidianamente em meio aos

eventos que o exército denominou de "conflito armado próximo de guerra". O exército ainda concedeu imunidade a quase todos os soldados que abriam fogo, independente da circunstância. Durante os anos da segunda Intifada, mais de 4 mil palestinos foram mortos (GORDON, 2008, p. XVIII). O relatório do B'Tselem (2002) chegou a conclusão de que a nova política de abrir-fogo "inevitavelmente resultou em uma situação em que atirar em palestinos inocentes praticamente se tornou uma rotina".

Outra mudança de método ocorrida durante a segunda Intifada foi o uso de execuções extrajudiciais. Segundo Gordon (2008, p. 202), Israel criou um banco de dados formado por palestinos que considerava terroristas ou líderes políticos de certas organizações. Toda vez que tivesse a oportunidade de matar alguém na lista — considerando a escolha do momento como politicamente vantajosa — os militares o executavam[63]. Os palestinos assassinados eram mortos sem julgamento ou sem um processo legal justo. Ao invés disso, eles eram condenados à morte, sem a chance de apelar contra a sentença. A procuradoria militar abriu apenas 104 investigações sobre disparos ilegais durante este período: apenas 28 foram processados e 18 considerados culpados (GORDON, 2008, p. 205-6)[64].

5.5.2 À beira da catástrofe

Muitos ataques aéreos a alvos pré-selecionados resultavam em "danos colaterais" como a morte de outros civis e a destruição de casas e quarteirões inteiros. Estes assassinatos representaram outra grande mudança na abordagem israelense, que Weizman, (2007, p. 239) chama de "ocupação imposta aereamente". Enquanto Israel utilizava aviões e drones para missões de reconhecimento durante muitos anos da ocupação, o ar se tornou uma importante arena pela qual a população palestina era controlada e assassinada. Balões, zepelins, aviões, e satélites militares eram utilizados para monitorar a população e juntar informações, enquanto helicópteros e jatos eram convertidos em armas da ocupação. Com as políticas de separação que surgiram desde a década de 1990, o ar se tornou uma esfera importante de dominação e resistência. O caso mais exemplar é a Faixa de Gaza, de onde frequentemente saem mísseis em direção ao sul de Israel. Em resposta, as forças militares israelenses tem empreendido ataques devastadores que geram milhares de mortes indiscriminadas e a completa destruição

[63] O então presidente da AP, Yasser Arafat, era o número um da lista. Conforme relatos de militares israelenses, embora o tivesse na mira de um soldado durante o cerco à sede da AP em Ramallah em 2002, não foi concedida a ordem para atirar porque o comando não considerou politicamente vantajoso assassinar Arafat naquele momento. O líder palestino viria a morrer de forma obscura dois anos mais tarde na França.

[64] Na primeira Intifada, quando um número muito menor de palestinos foram mortos, foram abertas 1.256 investigações contra soldados suspeitos de violarem as regulações (GORDON, 2008).

da infraestrutura local. Na Operação Chumbo Grosso de 2008-09, morreram 1.378 palestinos, mais da metade civis, segundo o B'Tselem[65]. 733 deles não participaram de combates, incluindo 320 jovens ou crianças e 111 mulheres. Do lado de Israel, houve 13 mortos, sendo três deles por "fogo amigo".

Ações militares vultuosas que provocam muitas mortes e muita destruição se tornaram comum no repertório de violência israelense. O raciocínio deste tipo de operação é o de acabar de vez com todo o tipo de resistência à ocupação. E também desapropriar e deslocar os palestinos que ali vivem. A operação militar Escudo Defensivo, empreendida em março de 2002 em resposta ao ataque de um homem-bomba palestino que matara 28 israelenses durante um jantar de Pessach, fora a mais destruidora ação militar israelense contra palestinos até então. O ataque do camicase palestino em um dos dias mais sagrados para os judeus fez parte do mês mais sangrento da história de Israel, quando 82 israelenses foram mortos em ataques diários. A resposta israelense foi dura: tanques passaram por cima de cidades e vilarejos por toda a Cisjordânia, enquanto toques de recolher foram impostos em todo os TPO. Apenas em março e abril de 2002, cerca de 500 palestinos foram mortos (GORDON, 2008, p. 203). O raio mais letal foi no campo de refugiados de Jenin, onde em duas semanas consecutivas de ataques, Israel fez o uso de bombardeio aéreo, tanques, escavadoras armadas e infantaria pesada para desfazer a resistência palestina. Segundo a Human Rights Watch (2002, p. 4), um total de 140 edifícios foram completamente destruídos no campo e outros 200 ficaram à beira do colapso. A organização estima que cerca de 4 mil residentes, um quarto da população do campo, ficaram desabrigadas.

Essa operação marcou uma virada mais letal e remota das operação militares contra os palestinos, quando ataques aéreos se tornaram frequentes, assim como o direcionamento contra os meios materiais utilizados para administrar a vida dos palestinos e as suas residências virou padrão. Azoulay e Ophir (2009, p. 117) observam que a maioria dos casos de destruição nos TPO — a demolição de edifícios, a escavação de trincheiras, a colocação de obstáculos, o fechamento de poços, que totalmente mudaram o espaço palestino — não são resultado de uma erupção descontrolada de violência, mas o resultado de um uso calculado deste aparato de controle e opressão com o objetivo de danificar edifícios, objetos e o espaço sem afetar diretamente os humanos. O mal aos humanos é indireto neste caso. O raciocínio

[65] Ver btselem.com/statistics. Acesso em: 13 de março de 2014

por detrás deste mal é demográfico: separar, amontoar e comprimir os palestinos, o que em alguns casos inclui a "transferência silenciosa" de indivíduos ou pequenos grupos.

Neste contexto, os palestinos foram quase que completamente abandonados, reduzidos ao que o filósofo italiano Giorgio Agamben (1998, p. 81-86) chamou de *homo sacer,* pessoas cujas vidas podem ser levadas com impunidade; indivíduos que podem ser mortos sem que isso seja considerado um crime. Um resultado simbólico desta política são os vários casos de insegurança alimentar relatados por várias organizações internacionais[66]. O negócio de reciclagem dos escombros decorrentes dos ataques israelenses se tornou a segunda maior atividade econômica na Faixa de Gaza, atrás apenas do tráfico de bens e pessoas pelos túneis com o Egito. Desta forma, Israel tornou a questão palestina de uma situação política para uma humanitária. Os palestinos, observam Azoulay e Ophir (2009, p. 136), principalmente aqueles que vivem na Faixa de Gaza sob os devastadores ataques aéreos de Israel, vivem à beira da catástrofe humanitária. Segundo os autores israelenses, a razão pela qual os palestinos são mantidos à beira da catástrofe não é a mesma que os mantém como não-cidadãos, uma vez que a negação da cidadania não necessariamente os deixa em uma situação catastrófica. Abandonar os palestinos em situações desastrosas é uma consequência da decisão de não se engajar em uma guerra total contra eles, o que traria uma repercussão muito negativa entre a comunidade internacional e provavelmente faria Israel perder alguns privilégios. Desde o início da segunda Intifada, criar condições desastrosas se tornou uma forma de luta e de controle da população palestina, pois a inviabilização da vida leva à inviabilização da resistência, facilitando o controle.

5.5.3 Policiamento étnico

Em adição à vigilância não-interativa disciplinar dos assentamentos, os colonos tem sido utilizados pelo regime israelense como formas coercitivas de controle que usam a violência para policiar a população palestina. Enquanto o sociólogo alemão Max Weber argumenta que uma característica central do estado moderno é a expropriação bem-sucedida dos meios de violência dos indivíduos para que os estados tenham o monopólio legítimo do uso da violência, Gordon (2008, p. 140) observa que frequentemente os estados permitem que outros atores realizem a violência em seu lugar. Ao invés de incentivadores das políticas desarabizantes e judaizantes de Israel nos TPO, os colonos são produtos materiais e

[66] Ver WFP, UNRWA, FAO. Socio-Economic & Food Security Survey 2012: West Bank and Gaza Strip, Palestine.

ideológicos destas políticas, gestados a partir das forças políticas do movimento sionista pré-estatal e que tem sido utilizado como um importante instrumento de desapropriação e policiamento.

A violência dos colonos contra os palestinos resultou em casos midiáticos como o massacre de 1994 na Mesquita dos Patriarcas em Hebron, quando 29 palestinos muçulmanos foram mortos durantes as rezas de sexta-feira. Mas este caso é uma exceção a norma de violência cotidiana e continuada dos colonos contra os palestinos, principalmente contra aqueles que moram em pequenos vilarejos. Já foram reportados casos de envenenamento de campos de oliveiras, ovelhas e outros animais, destruição de caixas e canos d'água, espancamentos, assédios a ônibus escolares, ataques a carros e outros veículos, emboscadas, casos pontuais de assassinatos, etc. Qualquer atividade e movimento suspeito de palestinos também é delatado pelos colonos. Apenas em 2001, no início da segunda Intifada, 772 casos de violência de colonos foram relatados na Cisjordânia, uma média de dois casos por dia (OCHA). Tais ataques acontecem na maioria das vezes com armas disponibilizadas pelo exército israelense. Cada assentamento possui um depósito de armas e munições e segurança privada paga pelo estado para organizar a sua defesa.

A conduta do exército israelense nos TPO e dos policiais de fronteira também é normalmente orientada pelos colonos. Em alguns casos, observa Gordon (2008, p. 141-2), quando os colonos estão insatisfeitos com o policiamento das forças oficiais de segurança, formam milícias para controlar e atacar os palestinos — nos anos 1980, alguns destes grupos paramilitares de colonos foram incorporados ao exército como "auxiliares de defesa territorial". Os "auxiliares" ficaram famosos pela sua brutalidade no trato aos palestinos. Em vários casos, os colonos entram em áreas residenciais palestinas, atiram nas casas, danificam as propriedades, cometem atos de vandalismo, quebram janelas, etc. O objetivo destes ataques é intimidar e aterrorizar os palestinos para fazê-los desistir da resistência à desapropriação e persuadí-los a abandonarem suas casas e terras. A impunidade aos colonos, que são julgados nos tribunais civis israelenses, perpetua esse tipo de conduta. Apenas 8,5% das 938 investigações conduzidas pela política israelense em incidentes de violência de colonos entre 2005 e 2013 resultou em indiciamento. E menos de 3% dos julgados receberam uma

condenação[67]. A violência dos colonos não apenas é tolerada pelo estado, mas também é sancionada.

5.6 Deslocamento étnico: completando a desarabização

O que todos estes aparatos de controle — sejam eles violentos, burocráticos, legais, pontuais, sistemáticos, físicos ou ideológicos — acabam por fazer é desapropriar os palestinos de suas casas e terras, deslocando-os de maneira forçada para outras localidades. Estes palestinos se deslocam de forma voluntária ou involuntária para locais onde se sintam seguros, normalmente os centros populacionais sob a Autoridade Palestina na Cisjordânia (áreas A e B), uma vez que países da região, como Jordânia, Síria, Líbano e Egito, enfrentam situações política conturbadas. A ONG norueguesa Internal Displacement Monitoring Center (IDMC) estima que pelo menos 160 mil palestinos foram deslocados internamente em decorrência, direta ou indireta, das políticas israelense na região e pela violência generalizada nos TPO entre 1967 e 2011. O propósito destas ações está no contexto dos processos de judaização e desarabização: aquisição de terra, redefinição das fronteiras demográficas e alienação dos palestinos de suas propriedades.

Segundo a ONG, as principais causas são: a construção do Muro e o seu regime de permissão de entrada, incursões militares, revogação de residência, expansão dos assentamentos, a violência dos colonos, os regimes de permissão e de fechamento e os toques de recolher. Entre 60 mil e 90 mil outros palestinos correm o risco eminente de deslocamento na Faixa de Gaza e na Cisjordânia[68]. Em 2011, a ONU estimou outros 85 mil palestinos apenas em Jerusalém Oriental sob o risco de serem despejados por causa da construção ilegal de residências (OCHA). A estes deslocados internos, somam-se outros 5.7 milhões de palestinos refugiados em decorrência dos eventos de 1948, 940 mil refugiados da guerra de 1967[69] e 335 mil palestinos deslocados por políticas de judaização no interior de Israel, principalmente na região da Galileia (BADIL). Dos cerca de 10.600 milhões de palestinos vivendo nos TPO, em Israel ou na diáspora (UNRWA), aproximadamente 7.135 milhões foram deslocados de suas casas e terras desde a criação de Israel.

[67] YESH DIN. Disponível em: <http://www.yesh-din.org>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014
[68] IDMC. Disponível em:< http://www.internal-displacement.org>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.
[69] Os números de refugiados da 1948 e 1967 incluem os descendentes dos refugiados originais.

Hoje, as políticas israelenses de judaização e desarabização concentram-se na Área C da Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, onde Israel mantém o completo controle civil e militar.

5.6.1 Área C

Na Área C, que corresponde à 60% da Cisjordânia, ainda moram cerca de 180 mil palestinos (B'TSELEM, 2013). Nela, Israel severamente limita o assentamento palestino, a construção e o desenvolvimento, ignorando as necessidades dos palestinos. Desta forma, os palestino são obrigados a viver em condições de vida rudimentares. Os que constroem ilegalmente, vivem uma eterna ameaça de demolição, que pode acontecer a qualquer momento, pois, uma vez que a ordem de demolir é emitida, não há um prazo determinado para ocorrer. Cerca de 300 vilarejos e cidades palestinos são fatiados entre as áreas A, B e C, nos quais as áreas construídas se restringem às áreas A e B, deixando parte de suas propriedades desabitadas. Outros cerca de 180 vilarejos e cidades estão completamente sob a autoridade israelense.

Traçada nos Acordos de Oslo II em 1995, as fronteiras da Área C correspondem aos interesses demográficos israelenses, que buscavam incorporar os assentamentos ao mantê-los sob o controle de Israel. O B'Tselem (2013, p. 11) observa que as políticas israelenses estão ancoradas na percepção de que a Área C serve às suas próprias necessidades: desenvolvimento dos assentamentos judeus, exercícios militares, exploração econômica, etc. Para restringir o acesso dos palestinos, foi formada na Área C uma colcha de retalhos formada por terras estatais, zonas de tiro, reservas naturais e parques nacionais e os limites dos conselhos municipais e regionais dos assentamentos. Muitos destes limites se sobrepõe. As regiões mais afetadas pelas políticas israelenses são o Vale do Jordão, as montanhas ao sul de Hebron e o entorno do assentamento de Ma'Ale Adumin.

Nas montanhas ao sul de Hebron, pouco mais de mil palestinos vivem em algumas dezenas de pequenos vilarejos sem eletricidade, água ou saneamento básico. Na Zona de Tiro 918 do exército israelense, viviam 120 famílias que foram expulsas. São comuns os casos de morte por balas perdidas. O assédio de colonos do assentamentos de Ma'on, que envenenam o solo e atiram em veículos, também são frequentes. O vilarejo palestino de Susya, por exemplo, já foi demolido e reconstruído seis vezes desde 1985 após várias ordens de

demolição das casas e tendas e expulsão dos seus moradores pelos militares e colonos[70]. Os colonos judeus do assentamento de Susya abertamente declaram interesse na área do vilarejo de mesmo nome para a expansão da colônia israelense, tendo erguido alguns outposts no local (B'TSELEM, 2013, p. 26-41).

O Vale do Jordão tem áreas extensas vazias e é esparsamente povoado. Nele, está localizado o potencial de desenvolvimento econômico, urbano e agrícola da Cisjordânia. Os cerca de 10 mil palestinos que ali vivem não tem acesso aos seus abundantes recursos aquíferos e não podem construir nem cultivar a terra disponível. Em uma situação muito semelhante a dos palestinos que vivem nas montanhas ao sul de Hebron, vastas faixas de terra do vale foram denominas zonas de tiro e as forças militares e os colonos instigam as mais de vinte comunidades pastorais que ali vivem a deixarem suas casas e se mudarem para os centros populacionais próximos. Atualmente, 39 assentamentos judeus, incluindo nove outposts, estão estabelecidos na região, onde habitam aproximadamente 40 mil colonos, muitos ideológicos e violentos — o vale foi o local escolhido para a reassentamento da maioria dos 8 mil colonos judeus que viviam na Faixa de Gaza até 2005. Aproximadamente 95% do Vale do Jordão está sob a jurisdição dos conselhos municipais e regionais dos assentamentos (B'TSELEM, 2013, p 58-75). Os cerca de 100 habitantes do vilarejo de Yanoun na região de Nablus, por exemplo, foram expulsos por colonos do assentamento de Itamar em 2002 e só retornaram um ano mais tarde para suas casas sob a proteção de ativistas internacionais, que os fazem presença protetiva até hoje.

Na área ao redor do assentamento de Ma'Ale Adumim, centenas de beduínos palestinos foram expulsos pela Administração Civil nos anos 1980 e 1990 para abrir caminho para o estabelecimento e a subsequente expansão do maior assentamento judeu nos TPO. Eles foram realocados próximo ao lixão de Abu Dis, onde não conseguem continuar o seu modo de viver tradicional que necessita espaços amplos para os seus rebanhos. Cerca de três mil outros beduínos que ainda vivem próximo de Ma'Ale Adumin correm o risco de expulsão. Muitos deles vivem em uma região que, quando o Muro for construído, será um enclave que conectará Ma'Ale Adumim ao resto de Israel. Metade destes beduínos vivem na Área E1, dentro da jurisdição municipal de Ma'Ale Adumim, onde os israelenses pretendem construir

[70] HAARETZ. A tale of two West Bank building permit requests. Publicado em: 26 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.560136>. Acesso em: 13 de março de 2014.

novas unidades habitacionais que criará um bloco contínuo judeu entre Jerusalém e os assentamentos (B'TSELEM, 2013, p. 42-57).

5.6.2 Jerusalém Oriental

Em Jerusalém Oriental, as políticas da prefeitura de Jerusalém se utilizam principalmente das leis de planejamento e do plano diretor do município para deslocar os palestinos para as franjas do município ou para outras regiões da Cisjordânia. Outros instrumentos burocráticos, como a revogação de residência[71] e a desproporcional qualidade dos serviços públicos também servem de incentivo para o deslocamento, voluntário ou involuntário. Nos quarteirões muçulmano e cristão da Cidade Antiga e em bairros da região, como Sheik Jarrah e Silwan, o comportamento é mais agressivo. Por volta de mil colonos judeus hoje vivem entre 31 mil palestinos no setor muçulmano da Cidade Antiga, ocupando casas que foram habitadas por famílias muçulmanas durante décadas ou séculos e exibindo bandeiras israelenses nos muros e telhados de suas propriedades. Em Sheik Jarrah há o registro de pelo menos doze casos de expulsão forçada de famílias palestinas de suas casas através de ações movidas por colonos judeus nas justiça[72]. Em Silwan, as escavações arqueológicas da Cidade de David já expulsaram dezenas de palestinos. Em ambos os casos, as argumentações jurídicas para as desapropriações são baseadas em considerações históricas e bíblicas. Em Silwan, algumas desapropriações aconteceram por meio de aquisições do *Jewish National Fund* e também através da Lei de Propriedade Ausente.

Muitos destes palestinos que se deslocam, de forma individual ou em pequenos grupos, para os centros populacionais o fazem de maneira voluntária e silenciosa, um reflexo indireto das políticas israelenses num processo que ONGs de direitos humanos chamam de "transferência silenciosa". O resultado destas ações é que mais de 90% dos palestinos da Cisjordânia vivem separados, amontoados e apertados em vilarejos e cidades localizados nos 165 enclaves separados das áreas A e B, onde os poderes civis, incluindo planejamento e construção foram concedidos à AP (AZOULAY; OPHIR, 2009, p. 117). Como consequência, estas áreas sofrem com a falta de terras para residências, prédios públicos e infraestrutura,

[71] Mais de 7 mil palestinos tiveram o direito de residência em Jerusalém revogado entre 2006 e 2011 por não provarem ter Jerusalém como o seu "centro vital", sendo então deportados. Ver CARTACAPITAL. A Nova Jerusalém. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-nova-jerusalem-4779.html>. Acesso em: 13 de março de 2014.

[72] NEW YORKER. Facing eviction in Sheik Jarrah. Disponível em: <http://www.newyorker.com/online/blogs/newsdesk/2013/04/sheikh-jarrah-evictions-jerusalem-palestinians.html>. Publicado em: 9 de abril de 2013. Acesso em: 13 de fevereiro de 2014.

abundantes na Área C. Ou seja, as restrições aos palestinos que vivem na Área C e em Jerusalém Oriental acabam por afetar todos os palestinos da Cisjordânia. E as áreas abandonadas pelos palestinos entram imediatamente na lógica do projeto de judaização.

5.7 Burocracia colonial de ocupação dos territórios palestinos

À primeira vista, a labiríntica burocracia colonial israelense de ocupação pode parecer uma confusão disfuncional que foi se reinventando ao longo do tempo para tapar os buracos abertos por seus excessos e contradições na administração e no controle da vida dos palestinos. Como analisar e conceitualizar este labirinto de (des)ordem burocrática? Como encontrar a racionalidade por trás de tudo que foi aqui mostrado? Shenhav e Berda (2009, p. 337-374) apresentam uma interpretação do conjunto de instrumentos burocráticos utilizados no interior da ocupação distinta do modelo tradicional de burocracia exposto pela teoria política liberal do sociólogo alemão Max Weber (1946, p. 196-244). Eles observam que as recorrentes exceções, a eficiência em controlar o movimento palestino e a hierarquia racial exercida por meio de leis e regulações separadas para palestinos e judeus nos TPO apresentam uma outra possibilidade de interpretação dos mecanismos e princípios de funcionamento da burocracia colonial (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 340). A possibilidade de que a aparente colcha de retalhos de políticas arbitrárias é na verdade baseada em uma abordagem coerente e bem-articulada de implementação da burocracia colonial. Diferente dos princípios liberais e racionais do tipo ideal weberiano, os autores israelenses sugerem uma abordagem baseada em políticas de exceção e teologia política. Aqui, pretendo responder a questão posta no início desta dissertação, presente no pensamento do antropólogo estadunidense David Scott: qual é a racionalidade política do poder colonial israelense? Qual a lógica animadora do emprego dos instrumentos burocráticos perpetradores do projeto de judaização da Palestina ocupada?

5.7.1 A burocracia weberiana e os estudos críticos

Max Weber (1946) foi o primeiro oferecer uma descrição sistemática do tipo ideal de burocracia que surgia após a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo os estados-nação liberais europeus no fim do século XIX e no início do XX. O sociólogo alemão argumenta que precisão, velocidade, previsibilidade, coordenação e redução de custos aumentam a eficiência ao seu nível ótimo e que as organizações puramente burocráticas são esperadas a funcionar de acordo com considerações universais de competência para alcançar a "máxima contabilidade dos resultados" (WEBER, 1946, p. 96). Este tipo de estrutura

organizacional está presente em comunidades eclesiásticas e políticas, empresas públicas e privadas. Em sua análise, Weber contempla organizações administradas em bases racionais e impessoais. O seu tipo ideal contém seis elementos básicos:

1 – Uma divisão de trabalho baseada em especializações funcionais;

2 – Uma bem-definida hierarquia de autoridade e subordinação;

3 - Um sistema de regras cobrindo direitos e deveres de incumbências posicionais;

4 – Um sistema de procedimentos lidando com situações de trabalho;

5 – Impessoalidade nas relações interpessoais;

6 – Promoção e seleção de empregados baseada na meritocracia.

Weber acreditava que uma organização baseada em uma estrutura racional-legal seria mais eficiente e adaptável a mudanças porque a continuidade é relacionada a uma estrutura formal ao invés de uma pessoa em particular, que pode abandonar o seu posto. A velocidade de tais organizações é parte de um movimento em direção a uma forma de autoridade cada vez mais racional e legal e longe da autoridade baseada na tradição e no carisma. O modelo weberiano da natureza da burocracia reflete uma série de princípios liberais europeus: legal, ao invés de pessoal; racional, ao invés da superticioso; secular, ao invés da teológico. A moderna racionalidade burocrática foi fundamental, por exemplo, na eficiência o estado de terror nazista no assassinato de seis milhões de judeus durante as décadas de 1930 e 1940. Hannah Arendt (1963) cunhou o termo “banalidade do mal” a partir da descrição da mente mecânica e burocrática de Adolph Eichmann, um eficiente funcionário cuja função organizacional inicial eram os fluxos migratórios na Alemanha, e que acabou por organizar o fluxo de judeus para os campos de concentração. Os estudos críticos da burocracia, que se desenvolveram após as atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, apontaram os malefícios de alguns princípios do seu tipo ideal. Ao invés da velocidade e da precisão, a crítica da razão burocrática enfatiza os malefícios da maquinaria organizacional, os efeitos danosos da eficiência como uma ideologia e o malicioso uso das suas vantagens para fins particularistas e desumanos (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 341).

Shenhav e Berda (2009, p. 342) introduzem um tipo ideal de burocracia alternativo e contraditório ao modelo liberal de burocracia desenvolvido por Weber na Alemanha. O arquétipo apresentado por eles foi desenvolvido por Lorde Cromer, responsável pelo governo colonial britânico no Egito, onde a burocracia funcionava como um órgão soberano de administração dos colonizados, representando o aparato de controle estatal e o seu sistema legal. Ao invés de obedecer ao vigor da lei, a burocracia colonial criou e se inscreveu em um *nomos* político onde a lei liberal europeia estava suspensa. Este *nomos* foi elaborada a partir de um conjunto de leis europeias, leis tradicionais locais e decretos abruptamente emitidos que permitiam uma certa discrição administrativa. O jurista alemão Carl Schmitt (1922) chama esta tipo de conduta de "decisionismo". Desta forma, a burocracia colonial agia como uma fonte de soberania, como uma máquina autônoma que portava a prerrogativa de decidir com base na exceção da lei e no exercício de violência real e simbólica. Enquanto a versão liberal de burocracia torna a exceção indesejável, um sinal de mal-funcionamento, a burocracia colonial de Cromer é fundada com base na exceção. Este modelo empregou a raça como uma explícita categoria de ação e diferenciação, uma prática comuns aos diferentes governos coloniais ao longo da história.

5.7.2 Estado de exceção e teologia política

Em *Estado de Exceção* (2003), o italiano Giorgio Agamben examina como a exceção — enquanto "uma suspensão da ordem jurídica" (AGAMBEN, 2003, p. 15) — se tornou um paradigma para as democracias ocidentais. Em 2001, por exemplo, os EUA passaram o *USA Patriot Act*, que buscava criar as bases de combate ao terrorismo e pelo qual centenas de indivíduos de várias nacionalidades foram detidos administrativamente sem julgamento na Base de Guantánamo, onde passavam por torturas e interrogatórios ilegais. Estes indivíduos são os que Agamben chama de *homo sacer*, aqueles que podem ser mortos sem que isso seja considerado um crime. Nos detentos de Guantánamo, a vida nua — para utilizar o termo de Aganbem — atinge a sua máxima indeterminação.

Desta forma, o estado de exceção é um espaço no qual o vigor da lei está suspenso sob a fachada da lei. A discussão proposta por Agamben (2003) se insere, segundo o próprio, na relação entre estado de exceção e soberania estabelecida por Schmitt em seu livro *Teleologia Política* (1922). Nessa publicação, Schmitt define o soberano como "aquele que decide sobre o estado de exceção". A definição do alemão não se aplica à normalidade, mas sim a um caso extremo, uma vez que a exceção acarreta um poder ilimitado para o soberano a partir da

completa suspensão do ordenamento jurídico-legal. É uma situação essencialmente política, na qual o estado demonstra a sua superioridade e ancestralidade sobre o ordenamento jurídico. Uma distinção aqui deve ser feita entre a soberania estatal e a soberania de uma força governante no interior do estado. A primeira refere-se a um aspecto da ordem internacional das coisas na qual o estado é a mais alta forma reconhecida de governança autorizada em um determinado território. Uma força soberana dentro de um estado a qual aqui se refere assume ou reivindica a soberania do estado. Azoulay e Ophir (2013, p. 196) definem soberania como uma forma de descrever o topo da hierarquia de poder e a estrutura de autorização resultante dela. Ela pressupõe a organização hierárquica do poder governante à sua reivindicação do monopólio sobre o uso legítimo da violência em um determinado território.

Shenhav e Berda (2009, p. 346-8) observam que na história do imperialismo, os estados de exceção são onipresentes nos territórios coloniais. A governança colonial estava presa entre o desejo de exportar o vigor da lei das metrópoles para as colônias, por um lado, e a falta de desejo de anexar estes territórios ou de estabelecer soberanias completas, por outro. Os administradores coloniais não tinham nenhum manual sobre quais formas de lei eram melhores para instituir um regime colonial. Eles utilizavam as leis europeias como uma base seletiva que somadas a algumas leis indígenas, formavam os sistemas legais coloniais que melhor servissem aos seus interesses. As distinções raciais eram moldadas pelo soberano para servir aos seus propósitos de governança. O historiador britânico Timothy Mitchel observa em *Colonizing Egypt* (1991), que estes burocratas imperiais, dos quais destacava-se Lorde Cromer, criaram um novo *nomos* político baseado em um sofisticado sistema legal e arranjos ou exceções instrumentais. Este modelo é formado por jurisdições estrangeiras e extraterritoriais, lei marcial, decretos administrativos, anexação parcial, zonas de combate e estados de emergência. É a partir deste modelo de governança colonial do mundo imperial dos séculos XIX e XX que se desenvolveu a gramática que serviu de paradigma para o estado de exceção nas democracias ocidentais no século XXI analisadas por Aganbem (2003). Como enfatizam Shenhav e Berda (2009, p. 347), "a exceção não é apenas a suspensão da lei, mas também o seu uso seletivo através de uma colcha de retalhos legal e administrativa".

5.7.3 O tipo ideal de burocracia de Lorde Cromer

Os britânicos viam as colônias como estados feudais que precisavam ser salvos e protegidos como se a Coroa fosse Deus. A burocracia britânica era ancorada no código moral britânico que permitia intervenções jurídicas na forma de decretos administrativos

abruptamente emitidos ao bel-prazer dos interesses da administração colonial — o análogo do milagre divino — que eram utilizados para diferentes comunidades políticas, fomentando a distinção racial burocrática entre os "europeus" e os "nativos", ou entre os "judeus" e os "árabes" no contexto dos territórios palestinos. Quintessencial ao sistema de exceções foi o modelo de burocracia colonial do britânico Lorde Cromer no Egito do século XIX, que proveu um tipo ideal de burocracia alternativo ao de Weber que nos servirá de modelo para compreender a burocracia colonial nos TPO. O modelo burocrático de Cromer era um órgão soberano imbuído de teleologia-política e procedimentos raciais que manufaturavam decisões "milagrosas". Ao mesmo tempo, era invisível e inacessível aos colonizado (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 348).

Cromer assumiu o governo colonial do Egito em 1883 e fundou um tipo de burocracia que evitasse a completa soberania e fosse um efetivo método de controle da população colonizada que ficasse entre a administração liberal iluminista europeia e o irrestrito uso da força bruta. O seu tipo de governança burocrática acabou sendo replicado em outras colônias do Império Britânico, como na Índia. A sua visão da burocracia colonial não contava com leis previsíveis e estáveis, mas utilizava processos de tomada de decisão secretos e incluía inúmeros decretos burocráticos. O modelo adotava instrumentos burocráticos imbuídos de fortes pressupostos e procedimentos raciais como uma forma de "legitimar" a burocracia imperial britânica sobre os nativos[73]. Shenhav e Berda (2009, p. 350) destacam quatro características do tipo ideal de Cromer importantes para a análise da situação nos TPO. Esta burocracia colonial,

a) era percebida como um órgão que permitia a suspensão da lei e que produzia intervenções "milagrosas". Essas intervenções permitiam um constante estado de decisionismo;

b) aparecia como um soberano "fantasma". Por um lado, estava onipresente, mas por outro, isso era ilusório e o seu paradeiro era difícil de ser seguido;

c) utilizava distinções e procedimentos raciais para segregar os europeus dos nativos locais;

[73] Para um estudo mais profundo do governo colonial de Lorde Cromer no Egito, ver: *MITCHELL, T. Colonizing Egypt. New York: Cambridge University Press, 1991.*

d) manufaturava exceções espaciais e temporais infinitas, a maioria com respeito à liberdade de movimento.

5.7.4 A racionalidade política do regime de judaização dos TPO

As características da burocracia colonial sugerida por Cromer e implementada no Egito e na Índia estão claramente presentes os TPO, principalmente na forma como os israelenses restringem o movimento dos palestinos. Operando com a violência militar física como pano de fundo, a burocracia da ocupação israelense toma forma com base em separações étnico-raciais no sistema legal e na implementação da lei numa forma que organiza o tempo e controla e determina o espaço. A construção de rodovias separadas, a separação dos territórios — práticas formadas sob o pretexto de necessidades de segurança — foram todas baseadas nas características étnico-raciais dos habitantes.

As exceções na lei, no espaço e no tempo, observam Shenhav e Berda (2009, p. 361), proveram um universo organizacional do regime de permissão, o coração da burocracia de ocupação. O regime de permissão forma uma burocracia racial que utiliza a "ameaça de segurança" como base para intervenções "milagrosas" tomadas a todo o tempo de forma abrupta, deixando clara a capacidade de decisionismo da força ocupante. A administração do regime de permissão é caracterizada pela ineficiência, imprevisibilidade, ausência de prestação de contas, ordens conflitantes, regras não publicadas, decisões obscuras e o que parece ser um jeito caótico de lidar com questões administrativas. Contudo, mesmo assim produziu uma máquina burocrática muito eficiente em atingir os seus principais objetivos: controlar a população palestina, colocar impedimentos à liberdade de movimento, atomizar a sociedade palestina e deixar os palestinos à beira da catástrofe.

Os critérios de segurança que impedem a emissão de identidades para certos palestinos, por exemplo, são extremamente obscuros e erráticos, tendo as suas decisões envoltas em um manto "milagroso" a respeito dos seus critérios. Como qualquer palestino é considerado um terrorista em potencial, esse procedimento se torna ele próprio um aparato de controle burocrático da vida dos palestinos. O desconhecimento da identidades destes israelenses que tomam essas decisões administrativas se torna uma outra variável que molda o caráter "fantasma" da burocracia colonial. Esses processos de tomada de decisão secretos garantem aos burocratas, acreditava Cromer (SHENHAV; BERDA, 2009, p. 362), uma flexibilidade e liberdade para emitirem decretos imprevisíveis e desta forma garantir o

exercício dos interesses da força colonial, suspendendo leis existentes. A proteção dos colonos judeus que residem nos territórios ocupados justifica e legitima a elaboração do sistema legal racializado, assim como o seu emprego, que muitas vezes resulta na erupção da violência física. Sistema este que é formado por uma colcha de retalhos de leis externas e decretos militares que lidam com todos os aspectos da vida da população ocupada, tornando a burocracia colonial onipresente, mesmo para aqueles que vivem nas áreas A e B da Cisjordânia.

Desta forma, a burocracia colonial nos TPO não obedece os contornos do modelo racional de burocracia de Weber. Ao invés, ele é baseado em uma série de exceções, na supremacia étnico-racial e em pressupostos particularistas de governança. Inclui características radicalmente opostas ao modelo weberiano, como regras não publicadas, flexibilidade, discrição, segredos e leis raciais. A burocracia colonial serve de instrumento para controlar e dominar a população ocupada imersa em um suposto conflito contra a força ocupante. Na avaliação de Shenhav e Berda (2009, p. 366), procurar por elementos que representem o modelo racional weberiano na burocracia colonial de ocupação israelense, como assim o fazem alguns pesquisadores acadêmicos e burocratas israelenses, serve como um paradigma ilusório que forjam a falsa consciência para os sujeitos palestinos e os burocratas coloniais

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação se propôs a discutir o projeto de judaização da Palestina entre 1967 e 2013 com um duplo propósito: 1) servir de eixo explicativo para compreender alguns pontos centrais da relação entre israelenses e palestinos; e 2) apresentar uma narrativa contra-hegemônica à respeito da presença judaica nos TPO e da manutenção status quo que eterniza o impasse político na questão Israel-Palestina que vá além dos paradigmas dominantes da segurança e do conflito. A narrativa da judaização utiliza os paradigmas da colonização e do controle social israelense sobre os palestinos para explicar importantes eventos históricos como, por exemplo, a expansão dos assentamentos durante as negociações bilaterais entre israelenses e palestinos na década de 1990, e a eclosão da violentíssima segunda Intifada na primeira década dos anos 2000. Para tanto, buscou-se identificar as manifestações e o impacto político do projeto de judaização nas relações entre os atores governamentais e não-governamentais e na vida cotidiana das pessoas que residem nos TPO — palestinos e colonos; como e para qual fim ocorre a judaização da Palestina; quais são as características do regime informador da judaização; quais são as suas políticas, planos, modos de operação, técnicas, instrumentos, lógica e racionalidade; quais foram os seus agentes perpetradores; quais constrangimentos internos e externos enfrentou; e como os eventos históricos impactaram no seu desenvolvimento. E assim, tentar entender a sua lógica de funcionamento.

No primeiro capítulo desta dissertação, buscou-se mostrar uma possibilidade de narrativa contra-hegemônica que servisse de referência para um dos objetivos desta investigação. A partir da revisão histórica proposta pelos novos historiadores israelenses à respeito da narrativa sionista dos eventos de 1948 que levaram à criação de Israel — principalmente por Illan Pappe, Avi Shlaim e Benny Morris —, foi possível perceber como diferentes pontos de vista sobre os mesmos dados materiais pode trazer interpretações distintas. No segundo capítulo, foi visto como o espaço é um conceito analítico central para compreender a judaização da Palestina ocupada. A judaização deve ser entendida por meio do valor de uso do espaço, isto é, quanto às reais possibilidades de usar um dado espaço, e não por meio das unidades absolutas de espaço, que possibilitam marcar um determinado território no mapa como "israelense" ou "palestino". Um sofisticado sistema de separação étnico-racial e de controle social torna o valor e o significado para um palestino de uma área definida como palestina diferente que para um israelense de uma área definida como israelense. Uma única estrutura de um assentamento judeu, por exemplo, invade todo o

espaço ao redor: o seu impacto é sentido sobre toda área graças ao sistema de segurança associado a sua estrutura.

Utilizou-se nesta dissertação a definição de espaço proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Segundo o autor, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002, p. 22), isto é, a associação da configuração territorial — os objetos materiais naturais e artificiais que compõe a paisagem — e as relações sociais que o animam (SANTOS, 2002, p. 62). A transformação espacial empreendida pela judaização é necessariamente geográfica e demográfica, das pessoas e das coisas. A transformação de uma "velha" situação espacial em uma "nova", segundo Santos (2002, p. 11), acontece através da relação dialética entre sociedade e espaço, pois ao agir sobre o espaço, a sociedade também se altera e vise-versa. Logo, para compreender o processo de transformação espacial promovida pela judaização nos TPO, se examinou as transformações ocorridas no interior das sociedades israelenses e palestinas ao longo dos anos, e não apenas a configuração territorial resultante dessa transformação.

Sempre esteve presente na história do movimento colonial sionista-israelense na Palestina a completa substituição de uma conjunção geográfica e demográfica "antiga" por uma "nova" para assegurar a apropriação do controle sobre o espaço. Como um processo de marcante característica colonial, a judaização do espaço palestino envolve a constante destruição e reconstrução dos objetos que compõe a configuração territorial pelos atores sociais, a imigração de indivíduos estrangeiros para habitar e cultivar a terra colonizada, a exploração dos recursos locais e a dominação da população indígena. O movimento colonial sionista, define o historiador israelense Gershom Schaffir (1989), apresenta um formato híbrido chamado de "assentamento de plantação étnico", baseado no controle europeu da terra, na exploração de trabalhadores locais e numa identidade nacional europeia oposta à mistura étnica.

A análise da ação colonial do movimento sionista na Palestina otomana e britânica foi importante para compreender a origem de algumas técnicas e modos de operação vistos até hoje na judaização dos TPO, assim como a sua orientação ideológica. O raciocínio proveniente da construção ideológica do nacionalismo sionista consiste em afirmar que os palestinos são invasores daquelas terras pertencentes unicamente aos judeus, que serviu de justificação e legitimação para uma ação colonial com claros traços pragmáticos. Buscando a conquista da maior quantidade de terras possível, este raciocínio se faz presente na ação de

muito colonos que buscam assentar nos TPO por razões ideológicas. A tática utilizada por muitos pioneiros sionistas, de estabelecimento de estruturas móveis para a criação de "fatos concretos" que garantissem a apropriação do território, é encarnada hoje nas centenas de outposts espalhados por toda a Cisjordânia.

A separação dos imigrantes judeus dos indígenas palestinos também é um fator ordenador da judaização que está na origem do movimento sionista. O slogan sionista "o máximo de terras com o mínimo de árabes" é uma manifestação simbólica e reveladora deste raciocínio. Os sionistas nunca pretenderam dividir aquela terra com os indígenas palestinos. A chamada transferência dos árabes nativos para fora do país é incentivada pela ações sionistas desde os primórdios. As massivas desapropriações e deslocamentos de palestinos nos TPO a partir de 1967 seguiram a lógica sionista de criação de um espaço homogeneamente judeu, hebraico e sionista. A hegemonia do movimento trabalhista sionista no marco da criação de Israel, no sentido gramsciano do termo, assegurou a transferência da sua ideologia para o aparato institucional do estado.

A homogeneidade e a exclusividade judaica sobre a terra em nome da autoderminação do povo judeu se tornaram caraterísticas centrais da judaização promovida pelo estado a partir de então. O projeto de judaização nos TPO surgiu como uma fórmula de preservar os princípios geográficos e demográficos do sionismo: constituir um estado homogeneamente judeu na maior parte possível da Palestina histórica, ao mesmo tempo que evitou que os palestinos dos territórios ocupados fossem incorporados à *demos* israelense majoritariamente judaica. Este ímpeto guiou os sionistas na época da criação do Estado de Israel e continuou por orientar por muitos anos o projeto de judaização nos TPO. Desta forma, a judaização é a junção de princípios coloniais e separatista marcadamente étnico-raciais do sionismo institucionalizados nas políticas estatais da etnocracia israelense.

Seguindo a lógica de reinvindicação exclusiva sobre a terra, os palestinos que permaneceram sob a soberania judaica foram submetidos a um violento controle social que restringisse seu movimento e desenvolvimento, ao mesmo tempo que incentivava, de forma direta ou indireta, a sua emigração. Entre 1948 e 1966, enquanto as políticas institucionais de judaização de Israel estavam a todo vapor com o objetivo de nacionalizar a terra, principalmente em áreas densamente povoadas por palestinos, como a Galileia e o Negev, a população árabe esteve submetida a um rigoroso regime militar que restringia o seu acesso à terra, constrangia o seu movimento pelo território e punia rigorosamente seus desvios de

conduta. Este conjunto de instrumentos legais e burocráticos viriam a ser copiados para o regime de ocupação israelense de Cisjordânia e Faixa de Gaza a partir de 1967. A justificativa apresentada pelo governo israelense para submeter uma parte da sua população a um regime de exceção foi o da segurança. A partir de então, todas as políticas institucionais segregadoras e colonizadoras de Israel passaram a ser justificadas por este paradigma que camufla e ofusca as intenções materiais e ideológicas informadoras de suas ações.

O terceiro capítulo mostrou a evolução histórica das políticas, planos, técnicas, instrumentos, modos de operação e intenções — muitas vezes contraditórias — da colonização exclusivamente judaica dos TPO entre 1967 e 2013. Foi possível perceber como a judaização foi um projeto tocado por todos os governantes israelenses do período e não apenas os de direita, como reza o senso comum. E também que jamais os colonos agiram à revelia do estado: ou as suas ações eram permitidas como uma forma do governo se distanciar, aos olhos da opinião pública, da expansiva colonização dos TPO; ou eram apoiados financeiramente e logisticamente pelos governos, de forma direta ou terceirizada, por meio de organizações judaica internacionais, como a *World Zionist Organization* e o *Jewish National Fund*. As maiores divergências entre estado e colonos estavam nas táticas de colonização. A extra-oficialidade e o manto da temporalidade da ação colonial israelense, presente desde o início da ocupação, foram instrumentais para o sucesso da judaização da Palestina.

Como foi visto, a política de assentamentos teve início em 1967 principalmente pela pressão exercida sobre o governo trabalhista por dois grupos: os militares e os messiânicos. Um sofisticado sistema legal que instrumentalizou a lei internacional e antigas leis locais ao seu favor foi colocado em prática para dar legitimidade à colonização dos TPO. Os militares defendiam a colonização do Vale do Jordão e de outras áreas estrategicamente importantes como uma forma de Israel defender-se de invasões estrangeiras no *front* oriental; já os religiosos entendiam que o Estado de Israel deveria abranger todo o estreito entre o Mediterrâneo e o Jordão, correspondendo à bíblica *Eretz Israel*. Estes princípios ideológicos e estratégicos, aliados à pragmática visão sionista de conquistar a maior quantidade de terras com o menor número de árabes, levaram ao início do projeto de judaização nos TPO, que viria a passar por diversas transformações ao longo dos anos.

A primeira grande mudança no projeto de judaização ocorreu a partir da eleição de 1977, quando o Likud chegou ao poder e houve um acentuado crescimento dos

assentamentos, principalmente nas proximidades da Linha Verde. Estes assentamentos se tornaram subúrbios para os trabalhadores israelenses de Jerusalém e Tel Aviv. Um complexo sistema viário exclusivo foi criado para os colonos transitarem pelos territórios ocupados sem ter que cruzar com os palestinos. A partir de então, verifica-se uma despolitização da judaização: a colonização não acontecia mais apenas pelos interesses políticas dos judeus nacionalistas-religiosos e dos militares; judeus seculares de classe média e ortodoxos (alguns até antissionistas), motivados por interesses econômicos e em busca de maior qualidade de vida, se envolveram de sobremaneira na judaização, configurando uma legitimidade que a presença judaica nos TPO até então não tinha entre a sociedade israelense.

Nos anos 1970, pelas mãos do movimento de colonos nacionalistas e religiosos Gush Emunim, foi colocado em prática um modo de operação que seria mais tarde adotado pelo governo israelense: o assentamento nos topos dos morros da Cisjordânia. Estrategicamente, este tipo de assentamento garantiu uma maior capacidade de defesa das colônias judaicas ao mesmo tempo que expandiu o seu poder de vigilância e controle social civil-militar do entorno e, em pouco tempo, de todo território. Os assentamentos se tornaram verdadeiros dispositivos de dominação da população palestina, além de restringirem o desenvolvimento e o movimento dos palestinos, fragmentando o território ocupado. Os assentamentos, o sistema viário e o sistema legal dos TPO criaram uma matriz de controle que assegurou a dominação de todo o território ocupado e da população palestina tomando pequenas e estratégicas faixas de terra. Esta matriz também facilitou a exploração judaica dos recursos locais palestinos: água, terra e mão de obra.

Com a primeira Intifada e o início das negociações bilaterais entre israelenses e palestinos nos anos 1990, aconteceu uma reorganização do poder que possibilitou a manutenção da judaização da Palestina por outros meios. O estabelecimento dos outposts e a expansão dos assentamentos para acomodar o suposto crescimento natural foram mudanças estratégicas que possibilitaram os melhores anos para a indústria dos assentamentos: o número de colonos nos TPO mais que dobrou durante o processo de Oslo. É difícil afirmar se os assentamentos são o maior obstáculo para um acordo de paz e para as negociações bilaterais, mas com certeza se valeram delas para se expandirem e aprofundar o controle israelense sobre os TPO por meio do estabelecimentos de “fatos concretos” espontâneos e planejados, principalmente quando a violência de palestinos e israelenses decaia.

Este aprofundamento do poder possibilitado pela expansão dos assentamentos, a terceirização da responsabilidade sobre a vida da população ocupada para a Autoridade Palestina e a institucionalização da fragmentação territorial da Cisjordânia nos acordos de paz representaram uma mudança no projeto de judaização. O fracasso das negociações de Camp David, onde foram estabelecidos sete blocos de assentamentos dos quais Israel não abriria mão, e a eclosão da segunda Intifada em 2001, representaram uma mudança nas perspectivas geográficas da judaização. O ímpeto expansionista do sionismo foi contido em nome da manutenção da homogeneidade do estado judeu. A judaização abandonou o seu foco em se expandir pela maior quantidade de terras possíveis nos TPO e concentrou-se no adensamento dos blocos de assentamento existentes.

Essa mudança nas políticas e no modo de operação do projeto de judaização estava incluso no contexto do plano de separação proposto pelo primeiro-ministro Ariel Sharon no início da década de 2000, da qual faziam parte a construção do Muro na Cisjordânia e o isolamento israelense da Faixa de Gaza. Este plano, que pretendia trazer uma solução unilateral para o impasse político com os palestinos, foi apenas parcialmente adotado. Os assentamentos judeus foram retirados de Gaza, o Muro continua a ser construído, os palestinos estão restritos à bantustões desconexos autogestionados e parcialmente autônomos, mas a judaização da Cisjordânia ocupada se manteve. Não aconteceu uma retirada unilateral prevista dos assentamentos da Cisjordânia e a anexação jurídica dos blocos de assentamentos. O que vimos foi uma escalada da violência, sempre em nome da segurança, em resposta ao novo levante palestino contra a ocupação. O destruidor contragolpe do exército israelense deixou os palestinos à beira da catástrofe humanitária, situação na qual são mantidos como uma sofisticada forma de controle social.

No quarto capítulo, os instrumentos burocráticos e legais pela qual foi executada a desarabização da Palestina foram extensamente analisados. Cabe aqui a observação de que o duplo sistema legal estabelecido nos TPO — um para os palestinos e outro para os colonos judeu — foi detalhadamente elaborado e reelaborado ao longo dos anos para possibilitar o duplo processo de desarabização e judaização em tempos de paz. Milhares de palestinos foram desapropriados, despejados e deslocados das mais variadas formas, entre elas a destruição das suas casas, para abrir espaço para a colonização judaica. Diversos aparatos como checkpoints, identidades, obstáculos, barreiras, torres de vigilância, etc, foram impostos ao serviço da judaização. Os palestinos foram constrangidos a agirem de acordo com as

determinações disciplinares da força ocupante. Caso contrário, o poder soberano de Israel recairia sobre as suas cabeças como uma forma de moldar o comportamento da população ocupada para facilitar a colonização da terra e a exploração dos recursos locais. A violência foi utilizada como um aparato de controle social ao arrepio da lei.

Em busca da racionalidade política do regime informador do projeto de judaização, a burocracia colonial israelense nos TPO foi investigada à luz dos tipos ideais propostos por Max Weber e Lorde Cromer. Operando com a violência militar física como pano de fundo, verificou-se a existência de uma burocracia da ocupação israelense com base em separações étnico-raciais no sistema legal e na implementação da lei numa forma que organiza o tempo e controla e determina o espaço. As exceções na lei, no espaço e no tempo proveram um universo organizacional do regime de permissão, o coração da burocracia de ocupação. O regime de permissão, com efeito, formou uma burocracia racial que utiliza a ameaça de segurança como base para intervenções milagrosas tomadas a todo o tempo de forma abrupta, deixando clara a capacidade de decisionismo da força ocupante.

A análise da administração do regime de permissão, instrumental para o projeto de judaização, constatou a sua ineficiência, imprevisibilidade, ausência de prestação de contas, ordens conflitantes, regras não publicadas, decisões obscuras e o que parece ser um jeito caótico de lidar com questões administrativas. Contudo, mesmo assim verificou-se a produção de uma máquina burocrática muito eficiente em atingir os seus principais objetivos: controlar a população palestina, colocar impedimentos à liberdade de movimento, atomizar a sociedade palestina e deixar os palestinos à beira da catástrofe. A racionalidade da burocracia colonial nos TPO, desta forma, não pôde ser entendida pelo modelo liberal ocidental europeu elaborado por Max Webber. A racionalidade política do regime informador do projeto de judaização é caracterizado pela imprevisibilidade, oportunismo, suposta temporariedade, caos, complexidade, extra-oficialidade e obscurantismo para expandir os assentamentos nos TPO de forma eficiente sem chamar grande atenção da mídia, ofuscando a judaização da Palestina sob a névoa da espetacular e endêmica violência.

Esta dissertação buscou confirmar a hipótese proposta na introdução de que a judaização se trata de um projeto estatal de Israel que busca a transformação física e demográfica do espaço para corresponder com a visão ideológica sionista de uma terra fundamentalmente judaica e unida sob a soberania israelense na Palestina histórica. Podemos afirmar que a viabilização da transformação do espaço palestino conduzida pelo projeto de

judaização ocorreu por meio da despolitização promovida por todos os governos israelenses desde 1967. Neste contexto, quatro importantes mudanças estratégicas permitiram essa despolitização: a suburbanização dos assentamentos nos anos 1970, a reorganização de poder nos anos 1990, a normalização da exceção e o abandono da vida palestina, relegada a uma situação de catástrofe humanitária, no início dos anos 2000. O discurso hegemônico sionista transformou a colonização, as desapropriações, o fracasso das negociações bilaterais e a manutenção do impasse político e do status quo em questões de ordem econômica (a partir do raciocínio de que a maior parte dos colonos são apenas cidadãos israelenses que buscam uma maior qualidade de vida), de segurança (ao argumentar, por exemplo, que o Muro da Cisjordânia obedece exclusivamente razões de segurança de Israel, enquanto claramente busca anexar de facto centenas de assentamentos e milhares de colonos localizado em território ocupado ao estado judeu) e humanitária (tendo em vista os vários casos relatados de insegurança alimentar, principalmente entre os palestinos residentes da Faixa de Gaza).

Calcado em princípios coloniais, separatistas e etnocêntricos, o projeto de judaização acabou por enfraquecer os pilares de Israel como um país democrático, reforçando o seu status etnocêntrico, e manchando cada vez mais a sua imagem entre as nações do mundo. E também, ao apagar as fronteiras internacionalmente reconhecidas e estabelecer novas ao seu bel-prazer, inviabiliza a autodeterminação palestina e a constituição de um estado palestino contínuo, viável e soberano. Buscou-se mostrar nesta dissertação que a judaização é um fenômeno complexo constituído e constrangido historicamente por uma multiplicidade de interesses e ações de diversos setores das sociedades israelense e palestina, partidos políticos de divergentes vertentes ideológicas, movimentos não-governamentais e do sistema internacional. É possível afirmar que, ao mesmo tempo que em uma pequena escala a judaização tem um fim em si mesma, se realizando e se completando a cada metro quadrado judaizado, em grande escala é um processo eterno, incompleto e impossível de ser realizado. A eterna promessa das negociações bilaterais e manutenção da conjuntura política atual, abrem espaço para a perpetuação da judaização e o status quio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, (2003/2004).

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, (1998/2010).

AL-HAQ. **Punishing a Nation: Human Rights Violantions During the Palestinian Uprising, December 1987 – December 1988**. Ramallah: Al-Haq, 1990.

_____. **Water for one people only: discriminatory access and "water-apartheid" in the OPT**. Ramallah: Al-Haq, 2013

ALTHUSSER, Louis. Ideology and Ideological State Apparatuses. In: _____ (Org.) **Lenin and Philosophy and other essays**. New York: Monthly Review Press, 1971.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1983.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1958/2007).

_____. **Eichmann in Jerusalem: A report on the Banality of Evil**. New York: Viking Press, 1963.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, (1951/1989).

ARIJ. Disponível em: <arij.org>. Acesso em: 30 de março de 2014.

ARONSON, Geoffrey. **Creating facts: Israel, Palestinians, and the West Bank**.Washington, DC: Institute of Palestine Studies, 1987.

ASAD, Talal. Conscripts of Western Civilization. In: DIAMOND, Stanley; GAILEY, Cristine (Orgs.). **Dialectical Anthropology: Essays in Honor of Stanley Diamond**. Gainesville: University Press of Florida, 1992. v. 1.

AZOULAY, Ariella; OPHIR, Adi. The Order of Violence. In: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs.). **The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009. p. 99-140.

_____. **The One-State Condition: Occupation and Democracy in Israel/Palestine**. Stanford: Stanford California Press, 2013.

BEN-NAFTALI, Orna; GROSS, Aeyal; MICHAELI, Keren. The Illegality of the Occupation Regime: The Fabrico of Law in the Occupied Palestinian Territory. In: OPHIR, Adi;

GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs.). **The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009. p. 31-88.

BENVENISTI, Meron. **Lexicon of Judea and Samaria: Settlements Administration and Society**. Jerusalem: Cana, 1987. p. 155.

BENVENISTI, Eyal, **Legal Dualism: The Absorption of the Occupied Territories into Israel**. Jerusalem: West Bank Data Base Project, 1989.

_____. **The International Law of Occupation**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

B'TSELEM. **Acting the Landlord: Israel's Policy in Area C, the West Bank**. Jerusalem: B'Tselem, 2013.

_____. **Arrested Development: The Long Term Impact of Israel's Separation Barrier in the West Bank**. Jerusalem: B'Tselem, 2012.

_____. **Checkpoints, Physical Obstructions, and Forbidden Roads**. Disponível em: <http://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_forbidden_roads>Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

_____. **A Policy of Discrimination: Land Expropriation, Planning and Building in East Jerusalem**. Jerusalem: B'Tselem, 1997.

_____. **The Quiet Deportation: Revocation of Residency of East Jerusalem Palestinians**. Jerusalem: B'Tselem, 1997.

_____. **Not Even a Drop, The Water Crisis in Palestinian Villages Without a Water Network**. Jerusalem: B'Tselem, 2001.

_____. **Trigger Happy Unjustified Shooting and Violation of the Open-Fire Regulations During the al-Aqsa Intifada**. Jerusalem: B'Tselem, 2002.

CAPLAN, Neil. **The Israel-Palestine Conflict: Contested Histories**. Chichster: Wiley-Blackwell, 2010.

CARTA CAPITAL. **A Nova Jerusalém**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-nova-jerusalem-4779.html>. Acesso em: 13 de março de 2014.

CHATTERJEE, Partha**. The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

CHOMSKY, Noam. **Fateful Triangle: The United States, Israel and the Palestinians**. Boston: South End Press, 1983.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, (1832/1996).

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DAJANI. Souad. **Ruling Palestine: A History of the Legally Sanctioned Jewish-Israeli Seizure of Land and Housing in Palestine**. Geneva: COHRE; BADIL, 2005.

DAVID, Uri. **Apartheid Israel: Possibilities for the Struggle Within**. London: Zed Books, 2003.

DAYAN, Hilla. Regimes of Separation: Israel/Palestine and the Shadow of Apartheid. In: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs**). The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009. p. 281-322.

DROBLES, Matityahu. **The Settlement in Judea and Samaria – Strategy, Policy and Program**. Jerusalem: World Zionist Organization, 1980.

_____. **Masterplan for Settlements in the West Bank trought the Year 2010**. Jerusalém: The Settlement Division of the World Jewish Organization, 1983.

ELDAR, Akiva; ZARTAL, Idit. **Lords of the Land: The War Over Israel's Settlements in the Occupied Territories, 1967-2007**. Philadelphia: Nation Books, 2007.

ETKES, Dror; OFRAN, Habit. **Construction of Settlements on Private Land – Report based on Official Data Peace Now**. Disponível em: <http://www.peacenow.org.il/site/en/peace.asp?pi=61&fld=495&docid=2258>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2014.

FINKELSTEIN, Norman G**. Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FLINT, Guila. **Miragem de paz: Israel e Palestina: processo e retrocessos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, (1975, 1987).

_____. **Secutity, Territority Population: Lectures at the Collège de France, 1977-78**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

GAZIT, Shlomo.**Trapped Fools: Thirty Years of Israeli Policy in the Territories**. London: Routledge, 2003.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GORDON, Neve. From Colonization to Separation: Exploring the Structure of Israel's Occupation. In: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs.). **The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009. p. 239-268.

_____. **Israel's Occupation**. Berkeley: University of California Press, 2008.

_____; COHEN, Yinon. **Western Interests, Israeli Unilateralism, and the Two-State Solution**. Journal of Palestine Studies. Berkeley: University of California Press em representação do Institute for Palestine Studies, 2012. V. 41. No. 3. p. 6-18.

GORENBERG, Gershom. **The accidental empire: Israel and the birth of the settlements, 1967-1977**. New York: I.B. Taurius & Co Ltd, 2007.

GORNY, Yosef. **Zionism and the Arabs, 1882-1948**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (1975/2000). v. 3.

GREGORY, Derek. **The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq**. Oxford: Blackwell, 2004.

GUSH EMUNIM. **Master Plan for Settlement in Judea and Samaria**. Jerusalem: Gush Emunim, 1980.

HAARETZ. **The Settlement Freeze/Pleasing Nobody**. Disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/news/the-settlement-freeze-pleasing-nobody-1.8307>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

HAARETZ. **Settlements have cost Israel 17 billion, study finds**. Disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/news/settlements-have-cost-israel-17-billion-study-finds-1.265190>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

HAARETZ. **A tale of two West Bank building permit requests**. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.560136>. Acesso em: 13 de março de 2014.

HAAZ, Yuri**. Moving away from Zionism: reflections on identity change among israeli and diapora jews, and the israeli-palestinian conflict**. 2011. Dissertação apresentada para

defesa de mestrado - Graduate School of International Christian University, Tokio, 2011.

HAJJAR, Lisa, **Courting Conflict: The Israeli Military Court System in the West Bank and Gaza**. Berkeley: University of California Press, 2005.

HALPER, Jeff. **An Israeli in Palestine: Resisting Dispossession**. New York: Pluto Press, 2008.

_____. **Obstacles to Peace: A Reframing of the Israeli-Palestinian Conflict**. Jerusalem: ICAHD, 2009.

HANDEL, Ariel. Where, Where to, and When in the Occupied Territories: An Introduction to Geography of Disaster. In: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs). **The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009. p. 179-222.

HAREUVENI, Eyal. **By Hook and by Crook: Israeli Settlement Policy in the West Bank**. Jerusalem: B'Tselem, 2010.

_____. **Arrested Development: The Long Term Impact of Israel's Separation Barrier in the West Bank**. Jerusalem: B'Tselem, 2012.

HERLZ, Theodor. The Jewish State, trans. Sylvie D'Avigdor. New York: American Zionist Emergency Council, 1946.

HOBSBAWN, Eric. **Nations and Nationalism since 1780: Programm, Myth, Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HROUB, K. **Hamas: Um Guia para Iniciantes**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

HRW (Human Rights Watch). **Jenin: IDF Military Operations**. New York: Human Rights Watch, 2002.

HUBERMAN, Bruno. **Entrevista de Jamal Juma**. [Fevereiro de 2013]. Entrevistador: Bruno Huberman, Ramallah: Arquivo pessoal, 2013.

HUBERMAN, Bruno. **Entrevista de Jeff Halper**. [Fevereiro de 2013]. Entrevistador: Bruno Huberman, Jerusalem: Arquivo pessoal, 2013.

HUBERMAN, Bruno. **Entrevista de Odeh Zacharia**. [Fevereiro de 2013]. Entrevistador: Bruno Huberman, Jerusalem Oriental: Arquivo pessoal, 2013.

ICAHD (The Israeli Committee Against House Demolitions). **Demolishing Homes, Demolishing Peace**. Jerusalem: ICAHD, 2012.

IDMC (The Internal Displacement Monitoring Centre). **Occupied Palestinian Territory: Forced displacement continues**. Geneva: IDMC, 2008.

ISRAEL-OLP. **Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip**. Washington, 1995. Disponível em: <http://www.unsco.org/Documents/Key/Israeli-Palestinian%20Interim%20Agreement%20on%20the%20West%20Bank%20and%20the%20Gaza%20Strip.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

ISRAELI DEFENSE FORCES. **What's the Truth Behind Checkpoints and Crossings in Judea and Samaria?** Disponível em: <http://www.idfblog.com/2013/05/06/reality-check-the-truth-behind-crossings-in-judea-and-samaria/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

KHALID, Walid. **All That Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948**. Berkeley: University of California Press, 1991.

_____. **Why did the palestinians leave, revisited.** Washington: Journal of Palestine Studies. v. XXXIV. No. 2. 2005. p. 42–54.

KHALIDI, Rashid. The Palestinian People: Twenty-Two Years After 1967. In:

LOCKMAN, Zachary; BEININ, Joel (Orgs.). **Intifada: The Palestinian Uprising Against Israeli Occupation**. Washington: South End Press, 1989. p. 113-26.

_____. **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.

KURTZER, Daniel. **Behind The Settlements**. The American Interest Online, Mar.-Abr. 2010. Disponível em: <http://www.the-american-interest.com/article.cfm?piece=781>. Acesso em: 21 de janeiro de 2014.

_____**. The Settlements Facts**. The Washington Post, 14 Jun. 2009. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/06/12/AR2009061203498.html>. Acesso em: 30 de março de 2014.

LEIN, Yehezkel. **Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Ban**k. Jerusalem: B'Tselem, 2002.

_____. **Under the Guise of Security – Routing the Security Barrier to Enable Israeli Settlement Expansion in the West Bank**. Jerusalem: B'Tselem, 2005. p. 19-76.

LUSTICK, Ian. **Arabs in the Jewish State**. Texas: University of Texas Press, 1980.

MARGALIT, Meir. **Seizing Control of Space in East Jerusalem**. Jerusalem: Sifrei Aliat, 2010.

MASALHA, Nur. **The Politcs of Denial: Israel and the Palestinian Refugee Problem**. London: Pluto Press, 2003.

_____. **The Palestine Nakba: Decolonising history, narrating the subaltern, reclaiming memory**. London: Zed Books, 2012.

MASSAD, Joseph. **The Persistance of the Palestinian Question: Essays on Zionism and the Palestinians**. London: Routledge, 2006.

MICHAELIS. Disponível em: <michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 10 de março de 2014.

MITCHELL, Timothy. **Colonizing Egypt**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MORRIS, Benny. **The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. Righteous **Victms: A History of the Zionist-Arab Conflict**. New York: Vintage Books, 1999.

NETANYAHU, Benjamin**. Trechos de discurso proferido no Begin-Sadat Center na Bar-Ilan University em 14 de junho de 2009**. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Government/Speeches+by+Israeli+leaders/2009/Address_PM_Netanyahu_Bar-Ilan_University_14-Jun-2009.htm.> Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

_____. **Trechos do discurso do primeiro-ministro no congresso americano**. Jerusalem: Jerusalem Post, 2011. Disponível em: <http://www.jpost.com/Diplomacy-and-Politics/Text-of-PM-Binyamin-Netanyahus-speech-to-the-US-Congress>. Acesso em: 16 de março de 2014.

NEW YORKER. **Facing eviction in Sheik Jarrah**. Disponível em: <http://www.newyorker.com/online/blogs/newsdesk/2013/04/sheikh-jarrah-evictions-jerusalem-palestinians.html>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2014.

NEWMAN, David. **Jewish Settlement in the West Bank: The Role of Gush Emunim**. Durhan: Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, 1982. p. 40-43.

NORTON, Augustus R. **Hezbollah: A Short History**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1483**. New York, 2003.

OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs.). **The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009.

PAPPE, Ilan. **The Making of the Arab-Israeli Conflict, 1947-1951**. London: I.B. Tauris, 1992.

_____. **The Ethnic Cleasing of Palestine**. Oxford: Oneworld, 2006.

_____. **Forgotten Palestinians: a history of the Palestinians in Israel**. New Haven: Yale University Press, 2011.

PEACE NOW. **Bibi's Settlements Boom: March-November 2013**. Jerusalem: Peace Now, 2013.

_____. **Construction of settlements and outposts on nature reserver in the West Bank**. Disponível em: <http://peacenow.org.il/eng/content/construction-settlements-and-outposts-nature-reserves-west-bank>. Acesso em: 13 de março de 2014.

_____. **Quality of life settler**. Disponível em: <http://peacenow.org.il/eng/content/quality-life-settlers>. Acesso em: 27 de janeiro de 2014.

_____. **Settlements & the Netanyahu Government: A Deliberate Policy of Undermining the Two-State Solution**. Jerusalem: Peace Now, 2012.

PEROSA, T. Entrevista de Daniel Luria. [Setembro de 2013]. Entrevistadora: Tereza Peroza, Jerusalem Ocidental: Arquivo pessoal, 2013.

RONDINSON, Maxime. **Israel: A Colonial-Settler State?**. New York: Monad Press, 1973.

ROSE, John. **The Myths of Zionism**. London: Pluto Press, 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, (1978/2007).

_____. **A questão palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, (1992/2012).

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo**. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTON, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SASSON, Talia**. Sasson Report: Interim Report on the subject of unauthorized outposts**. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/state/law/pages/summary%20of%20opinion%20concerning%20unauthorized%20outposts%20-%20talya%20sason%20adv.aspx>. Acesso em: 24 de março de 2013.

SCHMITT, Carl. **Teleologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, (1922/1996).

_____. **O Conceito do Político/Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, (1932/1963/2002).

SCOTT, David. **Colonial Governmentality**. Durham: Duke University Press. No. 43, 1995. p. 191-220.

SEGAL, Rafi; WEIZMAN, Eyal. **A Civilian Occupation: The Politics of Israeli Architecture**. London: Verson, 2003.

SEGEV, Tom. **1949: The First Israelis**. New York: Free Press, 1986.

SHAFIR, Gershon. **Land, Labord and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914**. Berkeley: University of California Press, 1989.

SHAPIRA, Moya. **Meet the settlers**. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/meetthesettlers/chapter3.html>. Acesso em: 18 de março de 2014.

SHARON, Ariel. **Carta enviada ao presidente estadunidense George W. Bush em abril de 2004 em que o israelense descreve o seu plano de separação da Faixa de Gaza**. Disponível em: <http://www.knesset.gov.il/process/docs/DisengageSharon_eng.htm.>. Acesso em: 25 de janeiro de 2014.

_____. **Warrior: The Autobiography of Ariel Sharon**. New York: Simon & Schuster, 2001.

SHAVIT, Ari. **Survival of the fittest**. Disponível em: <http://www.haaretz.com/survival-of-the-fittest-1.61345>. Acesso em: 14 de Agosto de 2013.

SHEHADEH, Raja. **Occupier's Law: Israel and the West Bank**. Washington: Institute for Palestinian Studies, 1985.

SHENHAV, Yehouda; BERDA, Yael. The Colonial Foundations of the State of Exception: Juxtaposing the Israeli Occupation of the Palestinian Territories with Colonial Bureaucratic History. In: OPHIR, Adi; GIVONI, Michal; HANAFI, Sari (Orgs.). **The power of inclusive exclusion: anatomy of Israeli rule in the occupied Palestinian territories**. New York: Zone Books, 2009. p. 337-374.

SHLAIM, Avi. **Collusion Across the Jordan: King Abdullah, the Zionist Movement and the Partition of Palestine**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

_____. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

SIMONS, J.W. **Meet the settlers: A journey through the West Bank**. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/meetthesettlers/index.html>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

SINGER, J. **The Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements: Some Legal Aspects', Justice**. Tel-Aviv: The International Association of Jewish Lawyers and Jurists, 1994.

_____. **The West Bank and Gaza Strip: Phase Two, Justice**. Tel-Aviv: The International Association of Jewish Lawyers and Jurists, 1995.

STATE COMPTROLLER. **Annual Report 48**. Jerusalem: State Comptroller, 1998. p. 1032-33.

STERNHELL, Zeev. **The Founding Myths of Israel: Nationalism, Socialism, and the Making of the Jewish People**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

STOLER, Ann Laura. **On Degrees of Imperial Sovereignty**. Public Culture, 18, no. 1, 2006, p. 125-46.

VISUALIZING PALESTINE. **Checkpoints births**. Disponível em: <http://visualizingpalestine.org/infographic/checkpoint-births>. Acesso em: 13 de março de 2014.

WEBER, Max. Characteristics of Bureacraucy. In: GERTH, H.; WRIGHT MILLS, C (Orgs.). **Max Weber: Essays on Sociology**. Oxford: Oxford University Press, 1946.

_____. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEIZMAN, Eyal. **The Geometry of Occupation. Conference lectured at the cycle "Borders". Centre of Contemporary Culture of Barcelona**. Disponível em: http://www.publicspace.org/en/text-library/eng/a024-the-geometry-of-occupation>. Acesso em: 17 de janeiro de 2014.

_____. **Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation**. London: Verso, 2007.

_____. **Politics of Verticality**. Disponível em: <www.opendemocracy.com>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

WFP, UNRWA, FAO. **Socio-Economic & Food Security Survey 2012: West Bank and Gaza Strip**. Disponível em: http://www.unrwa.org/sites/default/files/Socio-Economic%20%26%20Food%20Security%20Survey.pdf . Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

WHITE, Ben. **Palestinians in Israel: Segregation, Discrimination and Democrac**y. London: Pluto Press, 2012.

YESH DIN. Disponível em: <http://www.yesh-din.org>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

YESHA COUNCIL. **Judea and Samaria: It`s Jewish, It's Vital, It's Realistic**. Disponível em: <myyesha.org.il>. Acesso em: 30 de março de 2014.

YIFTACHEL, Oren. **Beduin in Limbo**. Jerusalem Post, 24 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.jpost.com/Jerusalem-Report/Beduin-in-Limbo>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2014.

_____. **Ethnocracy: Land and Identity Politics in Israel/Palestine**. Pennsylvania: Univesity of Pennsylvania Press, 2006.

_____. **"Ethnocracy": the Politics of Judaising Israel/Palestine.** New York: Constellations, International Journal of Critical and Democratic Theory, 1998. v. 6. p. 364-390.

ZINK, Valerie. **A quiet transfer: the Judaization of Jerusalem.** Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/232904600_A_quiet_transfer_the_Judaization_of_Jerusalem>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.